

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS



O PERONISMO E O ESTATUTO DEL PEÓN RURAL:  
RELAÇÕES ENTRE ESTADO E CLASSES SOCIAIS NO CAMPO ARGENTINO  
DURANTE O PERONISMO ORIGINAL

Allejandro Gomes Romero

Porto Alegre

2019

Allejandro Gomes Romero

O PERONISMO E O ESTATUTO DEL PEÓN RURAL:  
RELAÇÕES ENTRE ESTADO E CLASSES SOCIAIS NO CAMPO ARGENTINO  
DURANTE O PERONISMO ORIGINAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-  
graduação em História como requisito parcial  
para obtenção do título de Mestre em História.  
Orientador: Prof. Dr. Mathias Seibel Luce

Porto Alegre

2019

#### CIP - Catalogação na Publicação

Romero, Alejandro Gomes

O peronismo e o Estatuto del Peón Rural: relações entre Estado e classes sociais rurais no campo argentino durante o peronismo original / Alejandro Gomes Romero. -- 2019.

211 f.

Orientador: Mathias Seibel Luce.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. peronismo. 2. história. 3. política agrária. 4. trabalhadores rurais. 5. Estatuto del Peón Rural. I. Luce, Mathias Seibel, orient. II. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

O PERONISMO E O ESTATUTO DEL PEÓN RURAL:  
RELAÇÕES ENTRE ESTADO E CLASSES SOCIAIS NO CAMPO ARGENTINO  
DURANTE O PERONISMO ORIGINAL

Allejandro Gomes Romero

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em História e aprovada com conceito A. A ata original encontra-se assinada.

Orientador: Prof. Dr. Mathias Seibel Luce.

BANCA EXAMINADORA:

---

Prof. Dr. Mathias Seibel Luce (Orientador)

---

Prof. Dr. Rafael Hansen Quinsani (UFRGS)

---

Prof. Dr. Hélder Volmar Gordim da Silveira (PUCRS)

---

Prof. Dr. Fernando Corrêa Prado (UNILA)

Porto Alegre

2019

## **Agradecimentos**

Não deve ser novidade o fato de que a conclusão de uma pesquisa de pós-graduação é muito difícil para quem tem necessidade de trabalhar para sustentar a família. A exigência da rotina de participação em eventos, publicações de artigos e produção do trabalho final parece mais adequada às pessoas que têm na vida acadêmica suas principais ocupações e preocupações. Ao concluir a presente dissertação preciso destacar que, embora a responsabilidade da pesquisa seja inteiramente minha, ela só foi possível de chegar a esse texto porque pude contar com uma série de pessoas próximas da qual pude aproveitar a rede de apoio.

Gostaria de agradecer à minha família, que compreendeu minha quase constante ausência, enquanto eu trabalhava e estudava. A meus amigos que me ajudaram em diversas conversas e suportes possíveis, e em especial àqueles que, tendo concluído o mestrado, me auxiliaram compartilhando suas experiências.

Gostaria de agradecer à Melina, pelo auxílio cuidadoso e dedicado que me ofereceu a partir de Argentina na coleta de fontes para a pesquisa. Sua ajuda foi inestimável. E também a Matías, do Lime Hostel, onde estive hospedado em Buenos Aires e me apresentou à Melina.

Agradeço também a todos do Núcleo de História Econômica da Dependência Latino Americana (HEDLA-UFRGS), de onde nasceram as discussões que originaram meu trabalho de conclusão de curso e a presente dissertação. Em especial a meu orientador, professor Mathias Luce, que esteve sempre à disposição para auxiliar com dicas, bibliografias, e paciência que por vezes devo ter requerido. O agradecimento estende-se à oportunidade concedida pelo PPG em História da UFRGS e ao financiamento da pesquisa através de bolsa pela CAPES. Também agradeço aos professores Fernando Prado e Helen Osório que, com seus apontamentos críticos e atentos durante o exame de qualificação permitiram com que o trabalho ganhasse em qualidade geral, resultando no presente texto.

Agradeço especialmente, enfim, a minha companheira Caroline, que me apoiou nesse trajeto durante todos os dias, do café da manhã a hora que deitávamos a cabeça no travesseiro e se esforçou todo o possível para me apoiar e ouvir meus dilemas da pesquisa, mesmo estudando outra área de conhecimento.

Meu mais sincero obrigado a todas pessoas próximas a mim que me auxiliaram.

## **RESUMO**

O presente trabalho analisa as circunstâncias de criação e os desdobramentos do Estatuto del Peón Rural Argentino, criado em 1944, como parte de uma série de transformações executivas e legislativas que estenderam direitos para os trabalhadores rurais nos primeiros momentos do fenômeno político do peronismo original (1943-1955). Com base nos aportes da Teoria Marxista da Dependência buscou-se analisar como o Estatuto foi parte integrante de um projeto de desenvolvimento alternativo e independente argentino, durante a transição de um padrão de reprodução do capital agroexportador a um padrão industrial internalizado, cujas limitações estruturais e políticas determinaram o influxo dos avanços para a classe trabalhadora rural até o começo da década de 1950. Através de um entendimento do direito como expressão da luta de classes e das relações de poder entre diversos grupos sociais, buscou-se analisar conjuntamente as relações entre Estado (em suas diferentes composições de alianças de classe), classe dominante rural, arrendatários, pequenos e médios agricultores, e classe trabalhadora rural permanente e estacional.

**Palavras-chave:** Estatuto del Peón, peronismo, política agrária, trabalhadores rurais.

## **ABSTRACT**

The present work analyzes the circumstances of creation and the deployment of the *Estatuto del Peón Rural Argentino*, created in 1944, as part of a series of executive and legislative transformations that extended rights for rural workers in the early political phenomenon of Peronism (1943-1955). Based on the contributions of the Marxist Theory of Dependency, we seek to analyze how the Statute was an integral part of an alternative development project in Argentina during the transition from a pattern of reproduction of the agrarian export capital to an autonomous internalized industrialization standard whose structural limitations and policies determined the influx of advances to the rural working class until the early 1950's. Through an understanding of law as an expression of the class struggle and power relations among various social groups, we sought to analyze together the relations between State (in their different compositions of class alliances), rural ruling class, tenants, small and medium farmers, and permanent and seasonal rural working class.

**Keywords:** *Estatuto del Peón*, peronism, agrarian policies, rural workers.

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	12
<b>1. Trabalhadores rurais e capitalistas agrários na historiografia do peronismo original</b> .....	26
1.1. Fracasso da revolução burguesa e a renda da terra como financiadora do projeto peronista: a interpretação sociológica de Silvio Frondizi .....	26
1.2. O enfoque cepalino de Aldo Ferrer .....	31
1.3. A abordagem gramsciana de Murmis e Portantierro .....	33
1.4. Tulio Halperín Donghi: as contradições da “democracia de massas” peronista .....	39
1.5. Martín Asborno: frações burguesas e bloco no poder .....	42
1.6. A economia histórica em Mario Rapoport e o papel da Sociedade Rural Argentina .....	44
1.7. A política econômica do primeiro peronismo segundo Belini e Korol .....	50
1.8. Rafael Cullen e a luta de classes no peronismo original .....	55
1.9. Osvaldo Barsky e a história agrária argentina .....	61
1.10. Ascolani: classes sociais e sindicalismo rural na Argentina .....	63
<b>2. O desenvolvimento do capitalismo dependente argentino na transição entre o padrão agroexportador e o padrão industrial internalizado</b> .....	70
2.1. A formação econômico e social argentina e os principais aportes da Teoria Marxista da Dependência .....	70
2.2. Considerações sobre o padrão de reprodução do capital na Argentina e suas implicações nas relações entre as classes sociais rurais .....	80
2.3. O papel da renda da terra .....	88
2.4. O entendimento do direito a partir da crítica da economia política .....	98
<b>3. O Estatuto del Peón como elemento nas relações entre Estado, classe dominante e trabalhadores no meio rural</b> .....	106
3.1. As condições de emergência do Estatuto (1929-1943) .....	106
<i>a) a formação do mercado de trabalho rural</i> .....	107
<i>b) classe trabalhadora rural e sindicalismo até 1943</i> .....	111
<i>c) Estado e classe dominante rural nos antecedentes do peronismo</i> .....	117
<i>d) Estado como regulador das relações de trabalho rurais</i> .....	121
<i>e) transformações jurídicas e legislativas no direito individual: a construção do trabalhador rural como um sujeito de direito</i> .....	129
3.2. O nascimento do Estatuto del Peón e sua inserção no projeto peronista .....	135
<i>a) a linha de atuação do justicialismo para o meio rural entre 1943 e 1946</i> .....	137
<i>b) o Estatuto del Peón Rural</i> .....	141

3.3. A regulamentação do Estatuto e a política trabalhista rural durante os anos do peronismo original (1944-1955) .....	166
<i>a) o primeiro governo de Perón e o setor rural (1946-1950) .....</i>	<i>167</i>
<i>b) a continuidade da política dos decretos para o meio de trabalho rural .....</i>	<i>172</i>
<i>c) a Comisión Nacional del Trabajo Rural e a regulamentação do Estatuto del Peón .....</i>	<i>178</i>
<i>d) a FATRE e a classe trabalhadora rural .....</i>	<i>185</i>
<i>e) a guinada produtivista da política agrária peronista e o influxo das conquistas trabalhistas (1948-1955) .....</i>	<i>188</i>
<b>Conclusão .....</b>	<b>200</b>
<b>Fontes .....</b>	<b>205</b>
<b>Bibliografía .....</b>	<b>206</b>

## **Lista de siglas e abreviaturas**

CACIP: Confederación Argentina de Comercio y Producción

CGT: Confederación General del Trabajo

COA: Confederación Obrera Argentina

CNTR: Comisión Nacional del Trabajo Rural

DNT: Dirección Nacional del Trabajo

DPT: Departamento Provincial del Trabajo (referindo-se à província de acordo com o contexto mencionado no texto)

FAA: Federación Agraria Argentina

FATRE: Federación Argentina de los Trabajadores Rurales y Estibadores

FST: Federación Santafesina del Trabajo

FORA: Federación Obrera Regional Argentina

GOU: Grupo de Oficiales Unidos

IAPI: Instituto Argentino de Promoción del Intercâmbio

MTyP: Ministerio de Trabajo y Previsión

PCA: Partido Comunista Argentino

SRA: Sociedad Rural Argentina

STyP: Secretaría de Trabajo y Previsión

UIA: Unión de los Industriales Argentinos

UOT: Unión Obrera Têxtil

USA: Unión Sindical Argentina

## **Lista de tabelas, gráficos e figuras**

Tabela 1. Termos de intercâmbio: América Latina (1876-1947) .....	p. 76
Tabela 2. Capitais estrangeiros investidos na Argentina (em milhões de dólares) .....	p. 82
Tabela 3. Principais países em intercâmbio comercial com a Argentina em 1938 .....	p. 82
Tabela 4. Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários da zona central .....	p. 86
Tabela 5. Preço do trator em termos de grãos .....	p. 88
Tabela 6. Aumento anual dos preços ao consumidor em % (1945-1955) .....	p. 151
Gráfico 1. Renda total da terra agrária (1882-2004) .....	p. 93
Gráfico 2. Apropriação primária da renda da terra agrária (1882-2004) .....	p. 95
Gráfico 3. Cursos de apropriação primária da renda da terra por não-terratinentes (1882-2004) .....	p. 95
Figura 1. Cartaz de campanha da política agrária de financiamento e fomento à compra de propriedades por peões e arrendatários .....	p. 167
Figura 2. Cartaz de campanha dos trabalhos das comissões paritárias e da Comissão Nacional de Trabalho Rural (Lei n. 13.020) .....	p. 177

## INTRODUÇÃO

*La situación del peón en el país es de extraordinario desmedro para los hombres que trabajan en el campo. La Constitución de [18]53 abolió la esclavitud, pero lo hizo teóricamente, porque no es menor la esclavitud de un hombre que en el año 44 trabaja para ganar 12, 15 ó 30 pesos por mes.*

Declaração à imprensa. Juan Domingo Perón, 17 de novembro de 1944.

*El trabajo de campo, por su propia índole, fue y es acción personal del patrón. Este actúa con frecuencia con los peones en la labor común, lo que acerca a las personas y establece una camaradería de trato, que algunos pueden confundir con el que da el amo al esclavo, cuando en realidad se parece más bien al de un padre con sus hijos.*

Observaciones sobre el Estatuto del Peón. Sociedad Rural Argentina, 1944.

*La nuestra es una sociedad donde están generalizadas las relaciones sociales capitalistas; estola divide en clases sociales. Los conflictos al interior y entre clases sociales son factores centrales en la explicación de la origen de las luchas económicas y políticas. Por lo tanto, estudiar los procesos políticos que se reproducen en una formación social implica comprender la gestación y el desarrollo de sus clases sociales y de las diferentes fracciones que las componen. (...) estos procesos de confrontaciones y alianzas aparecen, integrados en una compleja interrelación, factores económicos, políticos e ideológicos que generan diferentes conciencias acerca de la realidad, traducidos en una cultura de ideas, valores éticos, creencias, costumbres y expectativas respecto al futuro. Precisar la preponderancia de cada uno de estos factores resultará del análisis concreto de la realidad en cada momento histórico.*

Rafael Cullen, 2009, p. 10.

No dia 8 de outubro de 1944<sup>1</sup>, o presidente argentino Edelmiro Farrell, à frente do novo governo que subira ao poder após o Golpe militar em 4 de junho do ano anterior, decretou a criação do *Estatuto del Peón Rural* argentino<sup>2</sup>, ampliando uma série de direitos trabalhistas para

---

<sup>1</sup> Feriados nacionais e datas especiais, no geral, são utilizados em nossa sociedade como importantes marcos que informam sobre crenças, valores, memórias oficiais e princípios nacionais. Em 1974, trinta anos depois, durante o governo de Isabel Martínez Perón, do Partido Justicialista, a data da criação do *Estatuto* passou institucionalmente a simbolizar o *Dia del Trabajador Rural*. A data foi revogada durante o período ditatorial instaurado no país de 1976 a 1983, contudo retornou ao calendário de datas oficiais nacionais em 2004, durante o governo de Néstor Kirchner. Esse movimento da inclusão e exclusão da data só não é mais representativo das disputas em torno de seu significado do que o próprio objeto que dá origem ao dia, o Estatuto.

<sup>2</sup> O *Estatuto del Peón Rural* foi o decreto n. 28.169, de 1944 sancionado pelo presidente Edelmiro Farrell, na data citada, tendo sido apresentado para sua apreciação por Juan Domingo Perón, que então acumulava os cargos de Ministro do Trabalho e Previdência, do Ministro da Guerra, e Vice-Presidente argentino. O texto é de autoria do advogado e legislador Tomas Jofré e faz parte de uma série de intentos de transformações da legislação trabalhista e da política econômica em geral do projeto do Movimento Nacional Justicialista, movimento político e militar que, a partir do Grupo de Oficiales Unidos (GOU) promoveu, com apoio de importantes setores civis, o Golpe militar de 1943 dando origem a um período inicial de regime militar entre 1943 e 1946, e posteriormente a dois mandatos (o segundo incompleto) de Juan Domingo Perón como presidente eleito argentino. Conforme boa parte das principais interpretações do tema, este período marca os anos do chamado *peronismo original*. Ver, por exemplo: CULLEN, R. *Clase obrera, lucha armada y peronismos. Vol. 1. Génesis, desarrollo y crisis del Peronismo Original*. La Plata: De la Campana, 2009; RAPPOPORT, M. *Historia económica, política y social de la Argentina (1880-2003)*. Buenos Aires: Emecé, 2017. HALPERIN DONGHI, T. *La democracia de masas*. Buenos Aires: Paidós, 2010.

o campo. O Estatuto sofreu alterações com o tempo, sendo revogado em 1980 durante o período da ditadura militar que governou o país (1976-1983) e restituído em 8 de outubro de 2004, com Néstor Kirchner, também do Partido Justicialista<sup>3</sup>.

Após a chamada *Revolución de 1943*, no momento de ascensão do grupo militar que se propunha a defender um nacionalismo protecionista, combatendo o “entreguismo” e o imperialismo estadunidense, aprovaram-se conquistas legislativas que auxiliavam os trabalhadores em termos de conquistas remuneratórias e em direitos. Ao mesmo tempo em que, em muitos aspectos, nomes importantes do regime mantiveram proximidade ideológica ao fascismo europeu, e em termos culturais se tratasse de um governo eminentemente conservador, pode-se entender o período como de maiores conquistas sociais para a classe trabalhadora argentina até então. Ainda que para o caso urbano, as leis conquistadas durante o período pudessem também, de alguma forma, serem entendidas como parte de um processo gradativo de transformações na legislação laboral desde a década de 1930, quando pensamos a distância dessa realidade para o âmbito rural, o Estatuto do Peão representa uma conquista significativa no âmbito maior do avanço dos direitos trabalhistas na América Latina. Traçando uma comparação com o caso brasileiro podemos verificar como o Estatuto del Peón foi muito anterior a uma legislação semelhante no Brasil, e não teve nenhum correlato no varguismo. No Brasil, o Estatuto do Trabalhador Rural foi sancionado apenas em 1963, durante o governo de João Goulart.

A conquista de direitos para o trabalho rural em países latino-americanos em geral foi tardia quando comparada à conquista de direitos do operariado urbano<sup>4</sup>. Se a conquista geral de direitos trabalhistas em países periféricos no sistema capitalista mundial foi dificultosa e tardia em diversos casos, a conquista de direitos do trabalho nos meios rurais teve uma tendência de atraso em relação ao meio urbano que foi dominante nos países ocidentais, conforme Ângela de Castro Gomes. Analisando em perspectiva comparada a evolução da legislação trabalhista em países europeus, Estados Unidos e América Latina a pesquisadora concluiu que esse pioneirismo dos direitos trabalhistas urbanos esteve relacionado ao fato de as classes operárias,

---

<sup>3</sup> O Partido Justicialista é maior partido político argentino na atualidade e sua criação, por Perón, em 1947, consolidava e organizava em termos de atuação política as bases doutrinárias do justicialismo, buscando desvencilhar-se da figura personalista intrínseca à Perón. Ainda assim, principalmente durante os anos do peronismo original, o Partido teve sempre como principal nome e ideólogo o líder que o originou.

<sup>4</sup> Ver: FINK, L. *Labor justice across the Americas*. Urbana: University of Illinois Press, 2017.

nas cidades, representarem uma maior ameaça política, e a decisão de quem incluir nessas legislações levava em conta esse aspecto<sup>5</sup>.

Sabemos que as lutas da classe trabalhadora, em perspectiva internacional, exerceram e exercem influência nas lutas de um país a outro. A influência da revolução socialista na Rússia e do avanço da organização de trabalhadores a partir disso no período entre guerras são um exemplo claro disso. Por outro lado, o resultado da luta política de trabalhadores que pressiona os Estados por transformações, nos âmbitos legais, executivos e judiciários, e a luta na distribuição do produto da riqueza entre capital e trabalho também estão condicionados a fatores estruturais, e a análise desses fatores não pode ser empreendida concebendo-se os países como unidades econômicas e sociais individuais, isolados do sistema econômico mundial no qual estão inseridos. Assim, não se pode conceber uma conquista legal de trabalhadores sem a análise da conjuntura da luta de classes em determinada formação econômico-social, assim como não se pode analisar esses mesmos elementos determinados sem a observância da perspectiva da totalidade<sup>6</sup>, que reclama o entendimento das condições estruturais em correlação com o modo de produção capitalista, o mercado mundial, e as relações entre diferentes Estados-nações<sup>7</sup>.

Na Argentina, o dia do decreto do *Estatuto del Peón*, 8 de outubro, também estabelece um paralelo importante para compreensão da criação desse documento legal. Apesar de haver sido assinado pelo presidente Farrel, o principal nome associado à sua criação será outro: o de Juan Domingo Perón, o outro principal nome dessa nova coalizão de governo, comandada por militares coordenados a partir do Grupo de Oficiales Unidos (GOU). Farrel e Perón compunham

---

<sup>5</sup> GOMES, A. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. Sobre esse tema ver também: PRIORI, A. *Legislação social trabalhista: a exclusão do trabalhador rural*. História, São Paulo, n.15, p.287-302, 1996.

<sup>6</sup> Entendemos aqui o conceito de *totalidade* não como um somatório de todos os elementos da realidade, e sim, em seu sentido marxiano, como um todo articulado por relações históricas e sociais, não realizando recortes da realidade sem levar em conta que o objeto de pesquisa, seja qual for, está inserido em conjunto social, sendo síntese de múltiplas determinações. Consideramos essa perspectiva indispensável uma vez que, como afirmou Georg Lukács “somente nesse contexto, que integra os diferentes fatos da vida social (enquanto elementos do desenvolvimento histórico) numa *totalidade*, é que o conhecimento dos fatos se torna possível enquanto conhecimento da realidade” e a isso, podemos acrescentar, conforme Karel Kosik que “na realidade, totalidade não significa todos os fatos. Totalidade significa: realidade como um todo estruturado, dialético, no qual ou do qual um fato qualquer pode ser racionalmente compreendido”. LUKÁCS, G. *O que é o marxismo ortodoxo?* In: História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012, p.76 e KOSIK, K. *Dialética da Totalidade Concreta* In: Dialética do Concreto. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976, p. 44.

<sup>7</sup> Ver, por exemplo: MARINI, R. *Dialética da Dependência* (1973). In: TRASPADINI, R.; STEDILE, J. (orgs.) Ruy Mauro Marini. Vida e obra. São Paulo: Expressão popular, 2011.

uma frente que levava adiante os princípios do justicialismo<sup>8</sup>, com fundamentos políticos nacionalistas e populares. A representação do Estatuto em associação à figura de Perón é ainda mais articulada: trata-se da data de nascimento de Perón, que busca identificar-se sempre com a identidade de homem do campo, e com seu apreço por isso. No bojo de uma série de outras políticas que garantiam conquistas básicas para trabalhadores – seja por meio de acordos coletivos inicialmente, seja com a consolidação jurídica posterior – o Estatuto do Peão avançava em uma política que era cada vez mais considerada por frações da burguesia nacional<sup>9</sup> e pelo conjunto das classes dominantes como “progressista demais”.

Como figura de peso político cada vez maior acumulando cargos no executivo e após subir à presidência pela via eleitoral, Juan Domingo Perón e suas diferentes equipes executivas darão forma e face ao fenômeno conhecido como o *peronismo*<sup>10</sup>, de muita importância e repercussão histórica para a Argentina nos mais diferentes âmbitos, como na tradição política posterior, no imaginário popular e na memória. Essa marca de importância também se consolidou na historiografia argentina, representando um tema bastante pesquisado, principalmente nas implicações sociológicas do peronismo, enquanto uma manifestação do chamado populismo. Uma das principais características da postura e da ação política de Perón, no diálogo com os mais diferentes setores da sociedade, era seu amplo repertório que buscava conciliar interesses diferentes, negociando e utilizando sempre a retórica da compreensão e da busca por melhores ações “para o conjunto do povo argentino”. O peronismo costuma ser associado como uma das experiências mais significativas do modelo político conceituado como populismo, com relevância semelhante ao caso dos governos de Getúlio Vargas no Brasil. As abordagens sobre o conceito de populismo propiciaram debates muito amplos, e possuem diferentes pontos de entrada à temática. Sem descartar as possibilidades de erros por generalização, acreditamos que o conceito é válido aqui para ajudar a compreender o fenômeno

---

<sup>8</sup> Entendemos justicialismo em seu sentido vinculado à ideologia política do Movimento Nacional Justicialista, na Argentina, inicialmente centrada na figura de Juan Domingos Perón, não necessariamente englobando a sua continuidade posterior no Partido Justicialista, que subsiste até a atualidade.

<sup>9</sup> Utilizamos burguesia nacional no sentido de burguesia interna ou local e não no sentido de classe empresarial com vocação pretensamente anti-imperialista.

<sup>10</sup> Entendemos aqui peronismo em seu sentido mais genérico e amplo, como sendo outra denominação para o conjunto de ações, práticas, políticas e ideias do Movimento Nacional Justicialista, pensado e liderado pelo estadista Juan Domingo Perón, que foi eleito presidente argentino em três ocasiões, 1946, 1951 e 1973. Convém descrever que o Estado peronista se caracterizou, em linhas gerais, por uma grande intervenção do Estado na economia, visando o desenvolvimento capitalista através do incentivo e incremento de investimentos à indústria, e a uma relação bem próxima às lideranças sindicais e a classe operária, que vinha se constituindo como um novo agente social e político importante naquele contexto. Esse desenvolvimento capitalista aliado a uma postura de independência política e ideológica no campo internacional, constituindo o chamado “terceiro campo”, somado a uma política nacionalista e a nacionalização de alguns importantes núcleos industriais e empresariais constitui-se também como parte dos elementos de uma política econômica chamada nacional-desenvolvimentista.

de ampliação de direitos às massas, incluindo, no caso do peronismo, ao trabalhador rural. Preferimos nos deter à teorização a partir do populismo peronista, de recorte temporal (correspondente aos dois mandatos presidenciais de Perón, entre 1946 e 1955) e conjuntura mais precisos do que o brasileiro ou o cardenista mexicano.

O populismo peronista costuma ser analisado também enquanto relação do líder, na figura do presidente, para com as massas, por isso a maioria das análises do populismo delimitam como período inicial o ano de 1946 após a eleição de Perón, entretanto, a estratégia política e o modo de se relacionar com as diferentes classes sociais começa a se delinear desde o momento em que a figura de Perón passa a ganhar centralidade política e popularidade, com um conjunto de medidas que estão no período 1943-1946, portanto, alargamos essa periodização porque acreditamos que o conceito de populismo auxilie a compreender essa ação que antecede à posse presidencial, e abarca, também o período de expectativa de eleições a curto ou médio prazo, que era o clima político no qual as primeiras ações e discursos que conformaram o fenômeno peronista vão se apresentando<sup>11</sup>.

Embora os governos peronistas tenham destacado uma perspectiva de redistribuição de renda, de aumento do poder de consumo das classes trabalhadoras e de fomento ao mercado interno, entendemos o fenômeno peronista também, como expôs Capelato, com base em Garet Stedman Jones, como um movimento político que tem como ponto fundamental a produção de uma convicção coletiva que articula a solução para a miséria e um caminho a uma vida melhor e digna. Com isso, destaca-se a natureza atrativa política e ideológica do discurso de Perón como alternativa geral capaz de inspirar esperança, ao mesmo tempo em que propunha os meios

---

<sup>11</sup> Embora críticos do conceito apontam sua ineficiência pela imprecisão do vocábulo e multiplicidade de fenômenos heterogêneos que ele abarca, conforme Capelato, acreditamos que uma conceituação mais adequada do populismo proponha uma abordagem que leve em conta o geral e o particular, compreendendo a realidade latino-americana na qual emergiram os fenômenos populistas como integrantes de uma conjuntura histórica onde coexistiam elementos de modernização e de conservadorismo e tradição de forma contraditória, e que a realidade desses países não se mantém isoladas, havendo entre elas uma circulação de mercadorias, experiências e ideias. Compreendemos também, a relação do populismo peronista com as classes trabalhadoras urbana e rural não como de controle, subordinação e perda de autonomia desde o começo, mas como algo que se dá durante o processo histórico da experiência populista. No nosso caso é especialmente útil para demonstrar como a classe trabalhadora rural teve motivos e pode, de fato, interpretar as vantagens da aproximação com o Estado peronista, e que a sua burocratização, automatização e perda de autonomia se deu na medida em que algumas transformações durante 1946 e 1950 foram introduzindo um novo modo de encaminhamento das demandas da classe trabalhadora, cujos resultados se fazem sentir principalmente na conjuntura política e econômica entre 1948 e 1955, como veremos. Ainda assim, é importante destacar que os trabalhos, mesmo mais recentes, que analisam o fenômeno populista, ainda dedicam pouquíssimo ou nenhum destaque ao papel das classes trabalhadoras rurais, uma vez que são entendidos fundamentalmente em sua dimensão de ligação com as massas urbanas. Mesmo Capelato não fugiu a essa tendência. CAPELATO, M. *Populismo latino-americano em discussão*. In: FERREIRA, J. (org.) *O populismo e sua história: debate e crítica*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Para uma caracterização do populismo e o lugar do peronismo neste ver também IANNI, O. *A formação do Estado populista na América Latina*. 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Ática, 1989.

para realizar as promessas e já tomava ações, o que foi atestado, entre diversas medidas, com o Estatuto que nos é especial aqui. Isso é claro, além da linguagem simples e direta e ligada ao cotidiano das massas<sup>12</sup>.

No que diz respeito à conjuntura argentina, pode-se destacar que o Estatuto foi um dos primeiros capítulos importantes de uma série de atritos entre o Estado militar - no qual Perón acumulava os cargos de Ministro do Trabalho e Previdência, Ministro da Guerra, e Vice-presidente – e setores decisivos da classe dominante rural – as *oligarquias*<sup>13</sup>. Atritos estes que se manifestaram na esfera política, com a troca de discursos e manifestações, e com a articulação que leva à prisão de Perón no período aproximado de um ano, mas que guardam profundas vinculações com as transformações nas relações de apropriação do capital, entre Estado e classe dominante rural<sup>14</sup>, especificamente na modalidade de renda da terra.

A composição das classes sociais e de seus setores internos, no momento de surgimento do peronismo, não era mais a mesma em relação às três décadas anteriores. Dentro do conjunto da massa, surgia a classe operária como um agente cada vez mais consciente e ativo de seu papel dentro do jogo político, fato que será bem canalizado por Perón na maioria do tempo. Contudo, no que se refere as classes dominantes a situação era um pouco diferente. Os

---

<sup>12</sup> Idem.

<sup>13</sup> O termo oligarquias refere-se à denominação utilizada por muitos pesquisadores para referirem-se a essas frações, mas principalmente remete à própria nomenclatura crítica de uso político corrente no período. A categoria de análise adotada neste trabalho é a de classe dominante rural. Em algumas passagens referiremos oligarquias, em itálico, quando abordarmos trabalhos que seguem essa denominação, mas o conceito que preside nossa análise, que trata de relações já sob as relações capitalistas de produção, é a de classe dominante rural.

<sup>14</sup> Aos nos referirmos à classe dominante rural nos referimos aos grandes proprietários de terras, que acumulam capital a partir da renda da terra, os latifundiários ou chamados *terratenentes*, bem como alta burguesia agrária ligada às exportações da agricultura e principalmente da pecuária. Compunham um grupo que embora nem sempre tenha sido fortemente coeso, possuiu posições determinadas nas relações de produção e um conjunto de interesses que originou seu posicionamento em quanto classe no período estudado. Sua entidade classista mais representativa foi a Sociedad Rural Argentina (SRA). Na dinâmica da análise também pode ser referida a burguesia agrária, por esse conceito compreendemos a fração da burguesia nacional que atua no meio agrário, e que pode, dependendo da magnitude de seus capitais, fazer parte do grupo dos arrendatários, que empreendem o negócio capitalista nas terras de uma classe proprietária referida na nota anterior, através de contrato de arrendamento, ou estar ligada propriamente ao processo de produção mais do que a obtenção de capitais via renda da terra. As divisões conceituais em termos de classe obedecem aos papéis desempenhados por cada grupo social dentro das relações de produção no campo, no entanto, não correspondem a divisões precisas em termos de pessoas concretas, uma vez que esses papéis podem coexistir, por vezes, na mesma figura. Por exemplo, um membro da burguesia agrária ligado às exportações pecuárias que também possui grande expressão enquanto proprietário de terras, e que as cede por meio de arrendamentos, cumpre múltiplos papéis no processo produtivo no campo, ou ainda, como apontaram estudos sobre história das elites como os de Leandro Losada, muitos representantes da burguesia industrial urbana eram oriundos de famílias do campo ou tinham capitais investidos em ambos setores. As conceituações buscam permitir uma melhor compreensão em termos analíticos e expositivos sobre os posicionamentos de classe, e não pretendem congelar os agentes como cumpridores de apenas uma função no processo de reprodução do capital. Sobre as variações de composição entre membros dessa parcela da população Ver: LOSADA, L. *Las elites en la Argentina de entreguerras*. In: *Historia de las elites en la Argentina. Desde la conquista hasta el surgimiento del peronismo*. Buenos Aires: sudamericana, 2009.

excedentes da economia rural de exportação, principalmente de trigo, cereais e carne, engordaram a acumulação de capital desse ramo durante o auge das exportações entre a última década do século XIX e as duas primeiras do século XX, ao mesmo passo em que esses recursos oriundos das exportações foram a principal fonte de capitais do processo de industrialização argentino. Aos poucos, com o desenvolvimento do capitalismo argentino forma-se uma burguesia industrial local, que ocupa uma posição subordinada em relação aos interesses agroexportadores e mantém uma relação de conflitos internos com a classe dominante rural vinculada à agropecuária. Com interesses cada vez mais distintos, são frágeis e conjunturais as alianças dentro da classe dominante entre as décadas de 1930 e 1950.<sup>15</sup>

Essas frações, pelo menos até a década de 1930, ainda não estavam tão definidas e separadas assim. Isso se deve, entre outros fatores, ao fato de que muitos novos industriais eram na verdade já pertencentes de famílias ricas da elite agrária e estavam apenas redirecionando capitais para outras atividades. Ainda assim, conforme aponta Leandro Losada, em estudo sobre a história das elites na Argentina, aos poucos foi se delineando uma elite industrial diferenciada, composta por “homens novos”, ao lado de uma elite agrária, um conjunto de famílias donas de terras mais tradicionais e ligadas ao poder. Nos tempos da chamada *Belle Époque* do crescimento econômico e do auge das exportações, até o entreguerras<sup>16</sup>, essas elites puderam ambas gozar de crescimento das divisas e propiciar, não sem exceções, uma relação de certa maneira estável<sup>17</sup>, o que é certamente tensionado durante o período de recessão generalizada do comércio internacional como consequência da Grande Depressão. O Estado peronista, no entanto, terá de se defrontar com uma configuração adversa no que se refere a relação entre essas “elites” - para usarmos a conceituação de Losada - uma vez que os índices de exportações no retorno à “normalização” do mercado externo no pós-guerra serão em muito reduzidos, os EUA atuarão fortemente no boicote argentino no comércio, inclusive através do Plano Marshall, e as próprias elites estarão mais bem consolidadas em relação a sua coesão interna e aos seus interesses, divergentes na maioria das vezes. O Estado peronista caracterizou-se pela prioridade do investimento na indústria de transformação e a garantia do desenvolvimento do setor industrial, e buscou realizar esse desígnio através dos grandes órgãos de financiamento e gestão da política econômica como o Banco Central, ao qual se subordinará o IAPI, Instituto Argentino da Promoción del Intercambio, núcleo responsável por fazer a ligação com o mercado externo

---

<sup>16</sup> Cf. LENZ, M. *Crescimento econômico e crise na Argentina de 1870 a 1930: a Belle Époque*. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Fundação de Economia e Estatística Sigfried Emanuel Heuser, 2004.

<sup>17</sup> LOSADA, L. Op. Cit., p.227.

e centralizar as exportações do setor produtivo primário. Um elemento importante da constituição fiscal do Estado argentino nas primeiras décadas do século, e acentuando-se no peronismo, é a tributação sobre a *renda da terra*, através da diferença entre o valor pago pelo montante da produção agropecuária aos produtores e o valor final de exportação para a compra no exterior. Essa é apenas uma das diversas formas como pode ocorrer a geração de divisas estatais através do capital oriundo do campo, e pode servir basicamente como o principal mecanismo financiador da Indústria, esta que também obtinha outros créditos e políticas para seu desenvolvimento, representando uma das principais funções do eixo da política econômica peronista em seu primeiro momento. Isso não significou, entretanto, que a elite agrária passasse a se tornar um elemento desprezível, dado seu grande poder político e econômico, bem como sua função no “sustento” do projeto econômico e social peronista. Isso se verificará tanto mais a partir do período de crise e estagnação na segunda metade do primeiro governo de Perón, onde há, por exemplo, incentivo estatal e condições especiais para a compra de maquinário agrícola, em função dos valores monetários de câmbio estarem desfavoráveis para quem obtém capitais fundamentalmente do mercado interno, e de todos os conflitos com esse setor desde o começo de seu governo. A própria política de câmbio apresentava essa ambiguidade de ora privilegiar um setor dos capitalistas, ora outro.

Não à toa, a resistência contra o Estatuto do Peão representou, na verdade, mais um capítulo de uma relação tortuosa entre Estado e classe dominante rural, que se confundia com rivalidades entre Buenos Aires e interior, e entre indústria e agropecuária. Os conflitos entre Estado e classes dominantes rurais não são exclusividade do período analisado, compondo antes, quase uma constante da história contemporânea argentina, em todas as experiências de governo onde os interesses de grandes proprietários rurais, em um primeiro plano, e por vezes, de arrendatários, estiveram ameaçados<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> Um bom exemplo da profundidade e importância do tema nos conflitos sociais argentinos diz respeito a esses constantes atritos em diferentes momentos, dentre os quais são de destaque os embates mais recentes, na primeira década dos anos 2000. Demonstrando certas permanências em posturas de classes e argumentações das frações de classe dominante no campo no episódio do conflito agrário de 2008. Nessa conjuntura, os governos de Néstor e Cristina Kirchner adotaram uma série de medidas através de uma política econômica e de uma relação com setores da sociedade que, entre diversas perspectivas, geralmente surge como neodesenvolvimentista, social-desenvolvimentista ou pós-desenvolvimentista. O conjunto de greves, lockouts, boicotes e manifestações que tomaram a cena em 2008 vinham de um processo de atritos constantes entre o governo de Néstor Kirchner e a classe proprietária agropecuária, que eram verificados, em termos conjunturais, pelo menos desde 2005, com a política econômica governamental em relação a um dos produtos mais importantes para a economia e a cultura argentina: a carne. À alta dos preços internacionais agropecuários, o Estado apresenta como resposta políticas para garantir o preço acessível para o abastecimento do mercado interno, como a dissociação do preço interno em relação ao externo, indexando preços máximos, e aumento da taxa de retenção sobre os lucros das exportações de carne. Soma-se a isso uma série de “mal-estares” e indisposições entre produtores agropecuários e representações governamentais, acompanhadas de políticas oscilantes sobre a questão do campo. Será no ano de 2008 que, com

O objetivo principal do presente trabalho é realizar uma história social a partir do Estatuto del Peón Rural Argentino, entendido como um documento que emerge a partir de um contexto determinado das relações entre Estado, classe dominante rural, e classe trabalhadora rural. Tendo como objeto o Estatuto espera-se analisar as condições de surgimento deste, o que este representou na dinâmica das relações acima mencionadas e seus desdobramentos nos anos subsequentes. Além disso, busca-se analisar como o Estatuto esteve inserido no projeto do chamado peronismo original. Para tal, estabelecemos o recorte temporal de 1943 a 1955, compreendendo desde a data do Golpe militar de 4 de junho de 1943, até o golpe subsequente, perpetrado em 16 de setembro de 1955 -alterando a composição do bloco de poder<sup>19</sup> governamental - passando pelas duas eleições de Perón em 1946 e 1952. Apesar do enfoque da análise ser sobre esse período, acreditamos ser necessário previamente uma explanação das condições anteriores das lutas sociais da classe trabalhadora rural e das transformações estatais significativas para a compreensão do contexto de surgimento do documento. O problema central que guia essa dissertação orienta-se em torno de como, durante o peronismo original (1943-1955) conseguiu-se fazer aprovar o Estatuto do Peão, ampliando a legislação laboral para

---

base nesses atritos e retomando um histórico de embates entre campo e governo, tem seu ápice o fenômeno tratado pela mídia e comentaristas políticos e econômicos como “o conflito agrário”. Durante o período de ápice do conflito, houve, entre várias medidas, protestos, fechamento do Porto de Buenos Aires, não-abastecimento de produtos da agropecuária para o meio urbano, como consequência dos Lockouts, manifestos de pequenos e médios proprietários, e uso das grandes instituições patronais do campo como veículo de propaganda contra as medidas e oposição. Mais um capítulo importante de tensão entre a elite agrária e governos ligados pelo conceito expresso no radical “desenvolvimentismo”, peronismo e kirchnerismo. Capítulos onde a crise nacional<sup>18</sup> afeta a lucratividade da renda da terra, e onde o papel do Estado na absorção de divisas através da tributação do campo são colocados em cheque. Situações em que a elite agrária conflui uma série de determinações anti-governo, e chama para si sua importância e status em relação ao conjunto do país. Duas situações onde se manifesta uma cisão de interesses entre burguesia industrial e setores agropecuários e entre campo/governo, regada a diferenças regionais e ao conflito campo/cidade, interior/capital, em um discurso de produtores “esforçados” x governo “sanguessuga”. No primeiro caso, durante o governo Perón, com a crise das exportações no pós-guerra, e no segundo caso, refletindo, em grande parte, o impacto da retração dos mercados internacionais com a crise mundial do capitalismo de 2008. Ver: BARSKY, O.; DÁVILA, M. *La rebelión del campo. Historia del conflicto agrario argentino*. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

<sup>19</sup> Entendemos bloco de poder tal como entendido por pesquisadores como Nicos Poulantzas onde “o bloco no poder constitui uma unidade contraditória das classes ou frações dominantes, unidade dominada pela classe ou fração hegemônica” (POULANTZAS, N. *Poder político e classes sociais*. São Paulo: Martins Fontes, 1986, p. 293). Esse entendimento parte “em decorrência da unidade própria do poder político e da autonomia relativa do Estado, características estas específicas do Estado em uma formação social dominada pelo modo de produção capitalista” (AMARAL, O. *O conceito de bloco no poder e o estudo das relações internacionais*. Cadernos CEMARX, Unicamp, n.4, 2007, p. 130. Disponível em <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/cemarx/article/view/1285/863>). E segundo a definição de Armando Boito Jr. “trata-se de uma unidade contraditória porque os capitalistas, para além da sua unidade geral, estão distribuídos, de acordo com a posição particular que ocupam no processo de produção num momento e num país determinados, em setores econômicos diferenciados que poderão se constituir em frações de classe perseguindo interesses específicos – alguns elementos potenciais de divisão da burguesia em frações de classe são: as fases do ciclo de reprodução do capital (capital dinheiro, capital produtivo, capital comercial), o poderio econômico das empresas (grande capital, médio capital, capital monopolista), as relações variadas das empresas com a economia internacional (origem do capital, destino da produção para o mercado interno ou para a exportação)” (BOITO JR., A. *Neoliberalismo e relações de classe no Brasil*. In: Idéias, Campinas: IFCH/Unicamp, n.9, 2002).

os trabalhadores rurais, e quais foram os limites que foram estabelecidos para a continuidade das políticas trabalhistas para o meio rural. Com isso, adicionam-se as problemáticas sobre quais foram as condições políticas e econômicas de emergência do Estatuto; quais são o caráter e as implicações deste para os trabalhadores rurais, e para as relações entre capital e trabalho reguladas por um Estado que se pretendia mediador.

Acreditamos que a validade da pesquisa se centra na consideração, em primeiro lugar, de que os estudos da economia política, da classe trabalhadora argentina, do sindicalismo, e das relações do peronismo com os trabalhadores estiveram durante muito tempo centradas apenas no meio urbano, dado sua amplitude no fenômeno da relação com as “massas”. Durante muito tempo, e com frequência ainda atualmente, os trabalhos de análise do peronismo consideram apenas a classe trabalhadora urbana ou tratam desta como sinônimo do conjunto dos trabalhadores argentinos. Essa realidade veio alterando-se a partir de trabalhos, principalmente dos anos 1980 em diante, da área de história agrária, mas com problemas e enfoques distintos dos campos de estudos mencionados acima. Desde então, uma diversidade de trabalhos tem mencionado o Estatuto, e não é difícil encontrar referências a este, no entanto, praticamente a totalidade destes se refere ao Estatuto apenas de forma tangencial, dedicando poucas páginas ou parágrafos a análise deste.

Acreditamos que é possível verificar uma contradição mais acentuada entre as frações da burguesia industrial e agrária na Argentina, enquanto economia dependente latino-americana buscando um processo de industrialização nacional autônomo. Isso teria colocado para Perón uma oportunidade e um desafio para buscar garantir a hegemonia da burguesia industrial local, ao avançar em intentos de aliança com o trabalhador rural, buscando assim um poder de pressão e barganha sobre a classe dominante rural, dedicando um novo lugar subordinado a essa no bloco de poder que se estabelecera, além de assegurar a política de conciliação de classes enquanto foi possível para o bloco. Defendemos também que houve uma ampliação do projeto peronista (de distribuição de renda, conquista de direitos e maior reconhecimento político, tendo como alvo beneficiário a classe trabalhadora urbana), abrangendo também a classe trabalhadora rural, buscando um apoio político e eleitoral que teve peso na vitória de Perón nas eleições em 1946. Além disso, acreditamos que o Estatuto foi o marco inicial mais significativo de um conjunto de políticas de regulação do mercado de trabalho rural e reconhecimento da classe trabalhadora rural organizada ao mesmo tempo em que a inseriu gradativamente em um novo modo de operação com menor autonomia política e possibilidades de ação reivindicatória. Essa

tendência de avanços em matéria trabalhista teve um influxo em um momento que coincide com uma conjuntura onde se alteraram as possibilidades estruturais de continuidade do projeto peronista original e de transformação da vontade política dirigente do Estado e uma nova configuração da aliança de classes que influenciou nas políticas estatais nos anos 1950 até o golpe de 1955.

O principal método de pesquisa para a aproximação às respostas diante dos problemas e objetivos colocados foi o método dialético, compreendendo a análise e incorporação da bibliografia existente que foi significativa para a compreensão do Estatuto em sua dimensão social e histórica, acrescido de dados estatísticos. Além disso, para complementar a análise se fez uso de algumas fontes primárias que permitem elucidar melhor certos aspectos das relações entre Estado e classes sociais diretamente relacionadas ou envolvidas com o Estatuto. Assim, para compreendermos o projeto peronista e a estratégia política e discursiva analisamos discursos, entrevistas e manifestações de J. D. Perón sobre a questão agrária e o Estatuto em especial<sup>20</sup>. Também se fez uso das manifestações da entidade de classe mais representativa dos grandes proprietários rurais e pecuaristas, a Sociedad Rural Argentina, através de sua publicação oficial, os *Anales de la Sociedad Rural Argentina*, para elucidar o quadro geral de suas relações perante o Estado, seus posicionamentos em relação à política agrária, e sobre o Estatuto em especial. Complementarmente, também se analisou os textos de leis e decretos sobre a regulação do trabalho rural antecedentes e posteriores ao Estatuto, compilados em publicações, como na revista *Derecho del Trabajo*, (com inclusão de pontuais apreciações de juristas também presentes na mesma), na Revista del Trabajo y Previsión (publicação oficial), e nos anais de legislação argentina<sup>21</sup>.

A ideia de realizar esse exercício de interpretação sobre os sentidos do Estatuto del Peón em relação ao conjunto das relações entre Estado peronista e classes sociais rurais, compreendendo também os elementos estruturais internos e externos que incidem diretamente

---

<sup>20</sup> Sobre o uso dessas fontes para buscar a interpretação das posturas e ações dos principais agentes históricos envolvidos, consideramos também como pertinentes às considerações de Cláudia Wasserman, ao afirmar que: “Obviamente, o motor dessas transformações do pensamento político (...) não é o discurso; o discurso não constrói a realidade, mas confere novos significados a uma realidade em transformação. (...) As manifestações discursivas e iconográficas são evidentemente complementares no processo de construção de sujeitos identificados com determinado projeto político, mas a sua eficácia na luta política depende da situação concreta de cada realidade estudada”. WASSERMAN, C. *Palavra de Presidente*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2002, p. 14.

<sup>21</sup> O conjunto de documentos citados neste parágrafo foram consultados, em parte, na Hemeroteca da Biblioteca Nacional Mariano Moreno, em Buenos Aires, e em parte são incorporados a partir dos estudos de Adrian Ascolani, em *El sindicalismo rural en la Argentina: de la resistencia clasista a la comunidad organizada (1928-1952)*, já citado anteriormente.

nesse processo histórico determinado tem por base, como mencionamos, trabalhos que abordaram de alguma forma o Estatuto, a organização dos trabalhadores rurais, as políticas agrárias, o discurso peronista, entre outros. Nossa compreensão geral sobre a estrutura política e econômica argentina e do campo de possibilidades onde insere-se o Estatuto será através dos aportes da Teoria Marxista da Dependência (TMD), e da noção de *padrão de reprodução do capital*, desenvolvida por Jaime Osório. Assim, esse trabalho busca localizar-se como um esforço de contribuição a partir da crítica da economia política latino-americana, e ocupar um espaço intermediário em relação aos níveis de abstração e concreticidade<sup>22</sup> de análise expressos, por um lado, pelos trabalhos acadêmicos que esmiuçaram aspectos da realidade do campo argentino no período estudado, e por outro pelas análises com maior nível de abstração como a própria noção mencionada do *padrão de reprodução* e a dimensão da condição dependente como fator integrante do desenvolvimento do subdesenvolvimento<sup>23</sup>. Mesmo com a consciência das dificuldades de empreender uma pesquisa sobre um país que não é o nosso, acreditamos que, com base no auxílio da pesquisa bibliográfica dos principais trabalhos que abordaram a temática e das reflexões teóricas a partir da TMD, acrescidos da análise de algumas fontes complementares podemos traçar algumas considerações sobre o problema colocado, contribuindo para o avanço dos trabalhos de interpretação crítica balizados pela TMD, e com o conhecimento do tema em geral.

A estrutura de exposição do trabalho está orientada da seguinte forma. O primeiro capítulo apresenta considerações preliminares sobre o conhecimento acadêmico do tema sob duas perspectivas centrais: a análise dos principais trabalhos de síntese de história econômica e social e suas interpretações do período peronista e do Estatuto, quando houve menção, de um lado, e de outro dos trabalhos mais significativos que avançaram no conhecimento dos temas

---

<sup>22</sup> Em termos de teoria marxista, podemos falar de diferentes níveis de abstração e concreticidade, com categorias e enfoques de análises próprios de cada nível, buscando não perder de vista a perspectiva da totalidade. Segundo Jaime Osório, é com base nisso que podemos falar em conceitos como o de modo de produção, modo de produção capitalista, sistema mundial, formação econômico-social e conjuntura. Quanto maior o nível de abstração, maior a sua preocupação com a apreensão das relações sociais e processos a fim de compreender a sua essência, ou leis, tendências e regras. “A maior abstração é fortemente histórica, na medida em que aponta a essência daquelas relações e processos”. Quanto menor o nível de abstração (e maior o nível de concreticidade), mais os processos estudados revelam sua complexidade e pluralidade de características, dado que sua essência se expressa sob diversas formas e particularidades. “O capital se apresenta como muitos capitais; o trabalho, como muitos trabalhadores; o valor se apresenta como preços, a mais-valia, como lucro. Quanto maior a concretude, mais variada se torna a realidade e, devido a fetichização dominante, com uma elevada capacidade de ocultar as relações sociais que a constituem”. OSÓRIO, J. *Padrão de reprodução do capital: uma proposta teórica*. In: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (orgs.) *Padrão de reprodução do capital: contribuições da teoria marxista da dependência*. São Paulo: Boitempo, 2012, p.38.

<sup>23</sup> GUNDER FRANK, A. *El desarrollo del subdesarrollo*. Pensamiento Crítico: La Habana: n.7, agosto de 1967.

específicos relacionados à história dos trabalhadores rurais argentinos, e das políticas estatais voltadas para o meio rural, bem como suas relações com as classes sociais rurais. Com isso objetiva demonstrar o estado da arte do conhecimento sobre o tema apontando avanços e lacunas, justificar a pertinência dessa pesquisa, ao passo em que se apresentam alguns problemas importantes estabelecidos para essa temática de estudo.

O segundo capítulo cumpre a função de apresentar nossos pressupostos teóricos gerais através dos quais compreendemos o processo histórico no qual o Estatuto esteve inserido. Para isso, apresentam-se os aportes fundamentais da Teoria Marxista da Dependência aplicados à interpretação da realidade argentina, se apresenta a noção de padrão de reprodução do capital e como se insere na análise, e se aponta nosso entendimento sobre o que significa um documento legal como o Estatuto, para a compreensão das relações sociais na conjuntura estudada.

O terceiro capítulo, de maior volume, corresponde a análise em si tendo o Estatuto do Peão como objeto central. Este está dividido em três partes: na primeira se discutem os antecedentes do Estatuto, não apenas em termos jurídicos e legais, como principalmente a evolução dos diferentes fatores sociais relacionados às condições de emergência desse decreto, a saber: a formação de um mercado de trabalho rural, a evolução das lutas e da organização da classe trabalhadora rural, das relações entre Estado e classes sociais rurais, e das políticas estatais de regulação do mercado de trabalho rural. Salvo quando foi necessário algum recuo explicativo maior, o recorte temporal dessa primeira parte corresponde ao final dos anos 1920 e da conjuntura dos governos conservadores durante a década de 1930, no período entre guerras. A segunda parte corresponde ao contexto onde foi decretado o Estatuto, durante os governos militares que comandaram o país entre 1943-1946, anos iniciais do fenômeno peronista. Buscamos analisar como o Estatuto esteve inserido no conjunto das políticas e ideias do grupo no poder para o meio rural, como ele foi apresentado, como foram as principais reações, uma análise detida do conteúdo do decreto, e como acreditamos que o Estatuto esteve inserido na estratégia política e eleitoral peronista. A terceira parte, enfim, analisa o cenário onde o Estatuto já estava em vigência, principalmente em relação a continuidade das políticas regulatórias do mercado de trabalho rural que se seguiram ao Estatuto. Para isso descreve-se a evolução política e econômica das duas presidências de Juan D. Perón, em função das relações com as classes sociais rurais, a continuidade da política dos decretos, a regulação do trabalho estacional e a construção de um foro específico do trabalho num primeiro momento, e a transformação da orientação governamental sobre o meio rural diante da mudança de conjuntura, de limitações

macroeconômicas impostas, e de uma vontade política diferente, onde priorizou-se um produtivismo e valorização de aliança com a classe dominante rural, no crepúsculo do momento de conquistas políticas dos trabalhadores rurais.

Finalmente, cabe referir nessa introdução que a presente pesquisa de mestrado é resultado de minha colaboração junto ao *Núcleo de História Econômica da Dependência Latino-americana* (HEDLA), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sob a coordenação do professor Mathias Seibel Luce; e na rede de pesquisa de história do capitalismo dependente e pensamento latino-americano (Edital ILEA-RIMPS/UFRGS, 2014-2016), coordenada pelo professor Mathias e a Professora Cláudia Wasserman. O tema é desdobramento de três anos de pesquisa de iniciação científica (IC) voluntária, orientada pelo professor Mathias Luce, nos estudos sobre a Argentina, que culminaram com a apresentação em duas ocasiões no Salão de IC da UFRGS, e no Trabalho de Conclusão de Curso sobre a integração da produção argentina no mercado mundial, defendido em 2015<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> ROMERO, A. *A carne platina no capitalismo central: relações de dependência e participação no mercado e dieta britânicos (1870-1914)*. Trabalho de Conclusão de Curso. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015. Para acessar os resumos e pôsteres das apresentações da pesquisa de Iniciação científica ver: <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/112471> e <http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/136869>.

## **1. TRABALHADORES RURAIS E CAPITALISTAS AGRÁRIOS NA HISTORIOGRAFIA DO PERONISMO ORIGINAL**

O peronismo e seus diversos temas derivados ou correlatos compõem parte importante dos assuntos abordados pela historiografia latino-americana e pelo debate político na região e, especialmente, na história argentina. Dessa forma, torna-se mais difícil a missão de qualquer um que pretenda apresentar, em poucas páginas, um balanço seguro dos distintos trabalhos sobre o tema, além do risco inevitável de deixar de mencionar algum trabalho de relevância.

Os critérios de escolha das obras analisadas nesta revisão historiográfica privilegiaram: a) representar diferentes momentos de interpretação, desde as primeiras pesquisas acadêmicas até trabalhos mais recentes; b) realizar uma aproximação ao tema que navegue por diferentes frentes de análise: seja a partir da economia, da história econômica e social, da história agrária e da história do sindicalismo, recolhendo diferentes contribuições sobre o tema; c) considerar o tema em seu contexto mais amplo, valendo-se de trabalhos de revisão e interpretação geral, de modo a permitir o diálogo com as contribuições de pesquisas anteriores; d) trabalhos específicos que avançaram o conhecimento do tema das políticas agrárias e trabalhistas para o meio rural, principalmente diretamente relacionadas com o estatuto do peão. Em alguns momentos do texto, também se recorrerá, quando necessário, a outras obras que auxiliem no exame das transformações políticas, econômicas e jurídico-legislativas e de aspectos da dinâmica das relações entre Estado e classes sociais.

Conforme percorrem-se os autores, espera-se expor também os principais assuntos e problemas relacionados ao tema, contribuições, lacunas, e mesmo informações necessárias para compreensão de nosso objeto. De modo que não se trate apenas de uma “revisão”, mas apresente valor explicativo para o conjunto da pesquisa.

### **1.1 Fracasso da revolução burguesa e a renda da terra como financiadora do projeto peronista: a interpretação sociológica de Silvio Frondizi**

No mesmo ano em que a primeira experiência peronista – doze anos depois que Perón tornou-se a figura mais importante da vida pública e política argentina, e depois de dois mandatos, uma nova constituição e um conjunto de efeitos sociais que sacudiram a sociedade argentina – sofreu uma ruptura através da mesma forma que surgiu, um golpe de Estado, Silvio Frondizi publicou a obra *La realidad argentina: ensayo de interpretación sociológica* (1955).

A obra, considerada uma das mais importantes desse intelectual orgânico<sup>25</sup>, propôs-se a buscar compreender questões fundamentais sobre o desenvolvimento da luta de classes e da política do presente de seu país, e suas raízes históricas. A partir de uma análise que também compreendia as relações internacionais e o mercado mundial como estruturados a partir de relações de imperialismo e dependência.

Segundo Frondizi, como parte das interpretações marxistas da época, um dos problemas fundamentais que estava colocado para o desenvolvimento argentino era o chamado “problema da revolução democrático-burguesa”, entendida como a forma que os países capitalistas centrais encontraram para solucionar contradições e problemas sociais e políticos, compreendendo transformações como a conquista de uma independência nacional<sup>26</sup> (política e econômica), implementação de reforma agrária, processo de industrialização, e institucionalização e arraigo político e social da forma política de democracia burguesa<sup>27</sup>. A conjuntura do sistema capitalista mundial era entendida como estando em um momento de profunda crise e degradação, causado pela agudização de contradições da fase imperialista, tendo os EUA como principal centro de acumulação de capital e agente imperialista. A revolução democrático-burguesa latino-americana configurava-se como um problema original e diferenciado em relação a como havia ocorrido nos países capitalistas centrais, uma vez que esses processos haviam sido conduzidos durante a expansão do capitalismo nesses países, ao passo que a periferia (conforme os sentidos da acumulação de capital mundial) tinha o desafio de concretizá-la durante a crise do sistema capitalista que havia conquistado avançado nível de integração em torno ao mercado mundial<sup>28</sup>. A obra de Frondizi é demonstrativa de como a problemática do peronismo foi interpretada pelo pensamento crítico da economia política argentina e latino-americana e avaliado pela esquerda marxista atuante naquela conjuntura.

---

<sup>25</sup> Silvio Frondizi foi advogado e professor universitário, com papel de importância para a esquerda revolucionária e marxista argentina e latino-americana. À época da publicação de *La Realidad Argentina*, foi fundador e principal nome associado a organização que congregou o grupo *Práxis* e o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR-Práxis). Em 1959, Che Guevara reconheceu seu papel proeminente para o pensamento crítico revolucionário latino-americano e convidou-o para assumir a Universidad de La Habana, o que Silvio recusou, dedicando sua vida política a luta anti-imperialista e pela revolução socialista em seu país. Silvio sofreu um assassinato político perpetrado pelo grupo intitulado Alianza Anticomunista Argentina (Triple A). A Triple A (AAA) foi uma organização paramilitar criada nos anos de decadência do terceiro governo Perón, após sua morte e sob a presidência de Isabel Perón e a sombra de López Rega, o qual impulsionou a formação de grupos dessa natureza que praticaram atos de Terrorismo de Estado contra os próprios peronistas e a esquerda em geral, em um período de decomposição social que desaguaria anos depois no golpe de 1976.

<sup>26</sup> Frondizi qualificava a Argentina como um país semi-colonial.

<sup>27</sup> FRONDIZI, S. *La realidad argentina: ensayo de interpretación sociológica*. Práxis: Buenos Aires, 1955.

<sup>28</sup> A revolução democrático-burguesa era entendida como uma etapa necessária, tanto para o avanço da marcha ascendente de todas as nações ao desenvolvimento geral e suas consequências, como para a possibilidade de uma superação do sistema capitalista através da revolução socialista.

Fronidzi defendia a tese de que a Argentina, como país latino-americano, fazia parte de um conjunto de formações econômico sociais subordinadas por uma nova modalidade do sistema colonial, onde os países que, por meio da divisão internacional do trabalho, integraram-se ao mercado mundial como fornecedores de matérias-primas subordinados mantinham um status de semi-coloniais<sup>29</sup>, tendo relegado seus desenvolvimentos econômicos (entendidos principalmente enquanto processos de industrialização). A ideia de crise do capitalismo era reforçada pelas evidências da história recente, através da crise do liberalismo do período entre guerras, a ascensão da URSS e do nazi-fascismo, a Segunda Guerra Mundial, e a decadência das economias europeias na primeira década do pós-guerra. Diante dessa construção teórica, o peronismo é entendido como uma tentativa de implementação dessa revolução democrático-burguesa argentina<sup>30</sup>.

Segundo Frondizi, os interesses de capital hegemônicos no país, na situação imediata anterior ao peronismo, eram impostos através da cumplicidade entre o capital imperialista e a classe dominante rural vinculada ao comércio exterior, representada pelos *terratenentes*, em uma estrutura política apenas formalmente independente. Essa classe gozou de uma aproximação recorrente ao Estado, tendo seus interesses defendidos como interesses nacionais. O desenvolvimento da ação<sup>31</sup> do capital estrangeiro no país, fundamentalmente britânico, conduziu o país a ocupar uma posição determinada na divisão internacional do trabalho como fornecedor de matérias-primas (principalmente agropecuárias, a baixos preços), mercado para a indústria “metropolitana”, e zona lucrativa para a inversão de capitais. Como consequência e desdobramento dessa ação, o comércio exterior foi controlado monopolicamente pelo capital estrangeiro, principalmente sobre as exportações da atividade agropecuária. Conquanto a lucratividade desses *terratenentes* estivesse garantida, sua orientação político-ideológica foi afim de uma integração liberalizante, em maior ou menor grau, e uma adequação e afinamento às regras do mercado mundial e do sistema capitalista.

---

<sup>29</sup> Ainda que não utilizemos aqui o trabalho de Frondizi como uma referência principal para pensar o peronismo, e discordemos de caracterização da Argentina como um país semi-colonial, compartilhamos de uma série de considerações, como a perspectiva que inclui as relações de imperialismo e dependência como fundamentais para a compreensão da transformação da orientação política e econômica do peronismo, e o papel que jogou a renda da terra.

<sup>30</sup> O problema da revolução democrático-burguesa em países latino-americanos ou periféricos foi abordada desde diferentes países e perspectivas intelectuais. No caso brasileiro, podemos citar como grandes exemplos o pensamento de Caio Prado Jr. e de Florestan Fernandes.

<sup>31</sup> De nossa parte, poderíamos acrescentar que essa ação encontrou cumplicidade com uma classe proprietária rural cujos lucros dependiam das vantagens naturais comparativas da terra produtiva e de sua expansão territorial (através da renda da terra), bem como da superexploração da força de trabalho.

Com a tomada do Estado pelo GOU e a conseqüente formação do peronismo e de seu projeto econômico e social, e o período da guerra haver produzido um breve “interregno” entre a decadência do império britânico e a ampliação severa da ação do imperialismo estadunidense, abriu-se a possibilidade para a ascensão de um governo ditatorial de Perón que será classificado por Frondizi como de tipo bonapartista, contrariando a interpretação oficial do Partido Comunista Argentino (PCA) e do comunismo soviético, a qual definia o peronismo como um tipo de fascismo<sup>32</sup>. A partir de uma reflexão marxista, Frondizi destacava a diferença da composição de classes que eram representadas em seus interesses pelo Estado, e servia de base de apoio para as experiências qualificadas como bonapartistas e fascistas.

O bonapartismo representava, nas palavras de Frondizi, uma forma de exercer a política a partir da ação estatal centralizada em um líder carismático, que se baseava na tentativa de amenizar as contradições inerentes à instauração de uma república democrática burguesa, e baseava-se no autoritarismo e na busca de apoio da classe trabalhadora e da burguesia, ao mesmo tempo, contando com medidas populares, mas com primazia dos interesses últimos do grande capital. Seria um fenômeno típico de um momento de expansão do capitalismo, no que diz respeito ao desenvolvimento interno de uma nação. Já o fascismo seria um fenômeno associado fundamentalmente a decadência do capitalismo e do liberalismo, onde o Estado buscaria uma organização corporativista e ditatorial para garantir a sobrevivência do sistema, e tendo como principal base de apoio a classe média e a pequena burguesia “dependente”<sup>33</sup>. A avaliação de Frondizi apontava que a experiência do peronismo havia representado um governo de tipo bonapartista, durante seus primeiros anos, mas que, em 1955 (data de publicação da obra), apresentava sinais de estar se convertendo em fascismo, na medida em que se arraigava

---

<sup>32</sup> Embora tenha havido revisão posteriormente, a interpretação do partido comunista argentino sobre a ascensão de Perón se centrou na tese do *nazi-peronismo*, onde se qualificava o fenômeno como semelhante às experiências nazifascistas europeias. Em 1945, o PCA irá aderir à União Democrática, coalização de partidos de oposição à ditadura instaurada a partir do golpe de 1943, ao peronismo como projeto político, e a figura e candidatura de J. D. Perón para as eleições que se delineavam para o ano seguinte. A coalização contou ainda com a Unión Civica Radical, o Partido Socialista, o Partido Demócrata Progresista, bem como o apoio discursivo dos Estados Unidos. A tese do nazi-peronismo manteve-se e reforçou-se à luz dos eventos relacionados à greve geral e as agitações urbanas de 17 e 18 de outubro que culminaram na libertação de Perón do cárcere, e pode ser observada, por exemplo, no relatório da Conferência Nacional do partido, realizada em dezembro do mesmo ano. Ver: CODOVILLA, V. *Batir al nazi-peronismo para abrir una era de libertad y progreso*. Buenos Aires: Anteo, 1946, p. 14-20, e LÖWY, M. (org.) *O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

<sup>33</sup> Assim qualificada, juntamente ao termo “parasitária”, para diferir-se de uma pequena burguesia e classe média que seriam “produtoras e independentes”. O que diferenciaria principalmente essas duas instâncias seria o nível de autonomização produtiva e geradora de capital de um lado, e a dependência do Estado (burocracia, funcionalismo) e do grande capital, de outro. Por consequência, cabe destacar, a utilização da expressão “dependente” não possui relação à condição dependente das economias latino-americanas expressa pela TMD e abordada no capítulo seguinte.

o controle social, e transformações legislativas que respaldavam a ação repressora, e um isolamento de Perón, com apoio de uma diminuta classe média “dependente”.

Essa mudança de tendência seria consequência da mudança de orientação geral do projeto peronista, cujo fracasso atestou-se no intervalo 1948-1950. Esse fracasso representou uma reorientação para uma política econômica voltada aos interesses da classe dominante agrária e exportadora, o abandono do projeto de industrialização e nacionalismo econômico, a regressão generalizada das políticas progressistas para a classe trabalhadora e uma abertura de mercado e de investimentos para o capital estrangeiro, principalmente os advindos do imperialismo estadunidense. As origens desse fracasso estiveram, na visão de Frondizi, na incapacidade e debilidade da burguesia do país de implementar uma revolução democrático-burguesa<sup>34</sup>.

Uma excepcional condição de geração de volumosas divisas no exterior<sup>35</sup> apresentou-se entre 1943 e 1946, o que permitiu a confiança na possibilidade de um projeto de industrialização e gestão estatal de diversos setores, através de uma série de políticas públicas, criação estatal de empregos (em torno à obras públicas e ao funcionalismo público), políticas de subsídios para diversos bens de consumo que entravam na cesta de necessidades da classe trabalhadora, valorização dos salários, entre outros. As exportações agropecuárias passaram, em grande parte, a ser controladas e intermediadas por um órgão estatal, o IAPI. Entre o preço de venda dos produtores para o Estado, e o preço de venda deste negociado com os destinatários internacionais, constituiu-se uma diferença, que tem origens na renda diferencial da terra, em termos internacionais, a qual permitiu com que o Estado peronista financiasse boa parte de seu projeto. Frondizi argumenta que os *terratenedores*, ao cobrarem o valor dos arrendamentos, geralmente em espécie, possuíam maiores condições de não serem afetados por essa “tributação” do governo, ao passo que os principais agentes sociais dos quais foi extraída essa renda da terra, em última instância, seriam os pequenos produtores e arrendatários, e a classe trabalhadora rural<sup>36</sup>. A partir do momento em que, por transformações no mercado internacional, o estado se vê com dificuldades para manter a estrutura que criou, se verifica uma

---

<sup>34</sup> O breve intervalo da guerra haveria causado uma ilusão de possibilidade de crescimento autônomo, ao passo que a retomada da ação imperialista dos EUA na esfera comercial e financeira mundial reordenou as possibilidades de manutenção da máquina estatal arquitetada pelo peronismo para gerir as relações entre as classes sociais na Argentina.

<sup>35</sup> Essa geração de divisas esteve ligada fundamentalmente a necessidade que uma série de países apresentaram de comprar alimentos argentinos.

<sup>36</sup> Nesse sentido, as políticas populares visando, por exemplo, os direitos trabalhistas rurais e o congelamento de valores de arrendamentos, buscaram uma aproximação e garantia de apoio, em uma das principais bases de acumulação de capital a ser gerida pelo Estado.

mudança de estratégia onde se verifica um influxo das políticas para a classe trabalhadora rural ou pequenos produtores, uma aproximação com a classe dominante rural (os grandes proprietários *terratenentes*), uma defesa de um produtivismo rural sem reservas, e um recuo total nas políticas de enfrentamento a essa classe, como se verificou nos primeiros anos do peronismo.

## 1.2 O enfoque cepalino de Aldo Ferrer

Sete anos depois de *La realidad argentina*, a obra clássica de Aldo Ferrer, *A economia argentina* – originalmente de 1962 e com revisões até 2004 – é um ponto interessante no que diz respeito às interpretações acadêmicas a posteriori sobre a política econômica peronista e suas relações com os diferentes setores sociais<sup>37</sup>. Com enfoque macroeconômico em perspectiva histórica, consiste também em uma das expressões mais representativas das teorias desenvolvimentistas<sup>38</sup> tributárias da CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe – na historiografia econômica argentina.

Ferrer identifica na história econômica argentina a existência de diferentes etapas ou modelos, que segundo o autor são definidos por estruturas e comportamentos nitidamente diferenciáveis. Nesse sentido, o período do primeiro peronismo (1943-1955) estaria inserido na etapa nomeada de *A industrialização não concluída*, compreendendo o intervalo 1930-1976<sup>39</sup>.

Dedicando ênfase às características e à dinâmica do contexto econômico internacional, Ferrer aponta que as transformações do mercado mundial, com a Depressão dos anos 1930, reconfiguraram as relações comerciais entre as economias nacionais haja vista um maior protecionismo, o fim das relações baseadas no padrão-ouro, e a menor demanda dos países desenvolvidos por produtos da agricultura<sup>40</sup> (então base da produção latino-americana, e argentina em especial). Esse novo cenário, que compreenderia a crise e a recuperação da

---

<sup>37</sup> FERRER, A. *A economia argentina. De suas origens ao início do século XXI*. Tradução de S. Duarte. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006 (1962).

<sup>38</sup>As exposições teóricas sobre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, a defesa dos processos de industrialização por substituição de importações e a estipulação de etapas ou ciclos na história econômica argentina demonstram uma clara influência das ideias em voga à época na CEPAL. Na introdução do livro em questão, o próprio autor menciona o papel de influência que recebeu de Celso Furtado. Cabe ainda citar a principal obra que foi um marco do pensamento cepalino, do também argentino Raúl Prebisch, *El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas*, de 1949, além de influências do pensamento do economista John Maynard Keynes.

<sup>39</sup> Essa etapa sucedeu a que foi caracterizada como a economia primário-exportadora, entre 1860-1930, e foi sucedida pela etapa da hegemonia neoliberal (1976-2001).

<sup>40</sup> O que também está relacionado ao processo de deterioração dos termos de troca para as economias latino-americanas, representado pela desvalorização relativa dos preços dos produtos primários em relação aos produtos da indústria manufatureira, cada vez mais necessários nas economias desenvolvidas, conforme Ferrer.

economia exportadora, a 2ª Guerra Mundial e o “período dourado” de crescimento das economias capitalistas nas décadas de 1950-1960, reordenou as possibilidades de atuação da Argentina no contexto do mercado mundial e no âmbito interno, uma vez que pela primeira vez tornou central o papel das políticas econômicas propriamente ditas, entendidas, no caso, como um Estado ativo na promoção de determinados setores<sup>41</sup>, através de investimentos e de políticas cambiais, fiscais e monetárias.

Além disso, em relação ao desenvolvimento agrário argentino para o período, Ferrer expôs que a transição pós período do modelo agroexportador coincidiu com o esgotamento da expansão produtiva agropecuária argentina através da expansão territorial nos anos 1930 na região dos pampas, ou seja, com a ocupação quase total das terras em melhores condições. Isso remetia à necessidade, daí em diante, de que a expansão do setor devesse se dar pelo aumento dos lucros, através de uma maior capitalização e progresso técnico ligado ao setor – aspecto que foi bastante débil pelo menos até a década de 1960<sup>42</sup>. Nos anos 1930 e 1940, dois objetivos principais colocavam-se para a agropecuária, segundo Ferrer: o abastecimento do mercado interno em expansão, e a geração de excedentes exportáveis que contribuíssem para a capacidade de pagamentos externos, com vista a permitir à indústria seu desenvolvimento, com maquinaria e equipamentos necessários. Ferrer não dedicou muita atenção a possíveis atritos de importância entre interesses agrários, industriais e a esfera do Estado, mas o seguinte trecho apresenta uma síntese de suas considerações sobre o tema:

Não existia (...), na nova etapa, uma contradição entre o desenvolvimento da produção agropecuária e a indústria manufatureira. Ao contrário, estabelecia-se entre ambos os setores uma nova relação de interdependência, na qual a liderança do crescimento passava à indústria, mas esse crescimento e o do conjunto do sistema produtivo continuavam dependendo da expansão agropecuária. No entanto, na nova localização do setor agropecuário no sistema econômico, as mudanças na estrutura da produção e as forças sociais atuantes gerariam tensões entre os dois setores, sobretudo, no nível da formação dos preços relativos e da distribuição da renda, que comprometiam

---

<sup>41</sup> Ainda cabe mencionar que o período é conhecidamente caracterizado como de crise do paradigma econômico do liberalismo clássico como regente das negociações internacionais, e da adoção por muitos países de políticas econômicas de matrizes e variantes keynesianas, bem como de ascensão de regimes fascistas, e de governos socialistas no Leste Europeu.

<sup>42</sup> Ferrer ainda aponta que o baixo investimento de capital no campo esteve relacionado ao congelamento dos arrendamentos que esteve vigente desde a década de 1940 até 1960, fato que impediu a rotação dos cultivos entre período do proprietário/período do arrendatário (rotação cereais/alfafa), ao mesmo tempo em que não gerou condições de investimentos de capital por parte de proprietários ou arrendatários. Quanto ao progresso científico das tecnologias empregadas no campo, destaca que este apenas começou a ter algum destaque efetivo após a criação do Instituto Nacional de Tecnologia Agropecuária (INTA), em 1956. Cf. FERRER, A. *Estrutura e dinâmica do sistema – o campo*, In: A economia argentina. Op. cit., p. 209-212. Todas as citações de trabalhos e fontes documentais apresentados nesse texto, cuja língua original é o espanhol, são traduzidos aqui por nós. Apenas nomes de instituições e outras expressões, quando conveniente, estão mantidas no espanhol.

a distribuição racional dos fatores produtivos. Isso ocorreu, e as relações do campo e da indústria se resolveram mais no plano da distribuição da renda do que no plano da expansão da produção de ambos os setores e no plano do incremento da renda real do conjunto da economia<sup>43</sup>.

Ferrer apresenta ainda, algumas considerações tangenciais sobre as relações entre diferentes setores sociais, que dão a entender o juízo do autor sobre a situação política dos anos 1930 e 1940, como quando afirma que “para setores decisivos da sociedade argentina, a nação era sua propriedade particular, inacessível a quem pretendesse modificar a repartição do poder econômico e político<sup>44</sup>”.

De maneira mais restrita à política econômica da primeira fase do governo peronista, Ferrer identifica em sua exposição dois eixos principais de destaque: a) *a política redistributiva de renda*, com base nas reformas da legislação social e trabalhista, com a aproximação aos sindicatos, estabelecimento de convênios trabalhistas por setor, e a criação da justiça do trabalho; e b) ampliação da área de controle do governo sobre o sistema econômico, cujos principais expoentes dessa política se expressam na criação do IAPI, com a função de centralizar as “exportações tradicionais e as importações essenciais” (política de taxas de câmbio diferenciadas e controle da receitas do comércio exterior), a criação do Banco Industrial, a nacionalização dos depósitos bancários e o controle nacional do sistema de seguros<sup>45</sup>. Ferrer também apontou que essa nova orientação econômica se insere no contexto da atuação do novo grupo no poder do Estado argentino após o Golpe de 1943, onde a influência de Perón é inquestionável, e não apenas após sua chegada ao cargo de Presidente da República. Dessa forma, desde 1943 lançou-se “a orientação básica de uma política industrialista tendente a eliminar os gargalos e provocar uma transformação da estrutura produtiva fundada no protagonismo da indústria manufatureira<sup>46</sup>”.

### **1.3 A abordagem gramsciana de Murmis e Portantierro**

Em 1972, veio à tona um trabalho que dirigiu o enfoque ao processo de formação do peronismo em perspectiva das relações de classe e destas para com o Estado. *Estudos sobre as origens do peronismo*, de Miguel Murmis e Juan Carlos Portantierro, é uma obra importante para nossa análise na medida em que se dedica a examinar a década antecedente ao golpe de

---

<sup>43</sup> Ibidem, p. 168.

<sup>44</sup> Ibidem, p. 169.

<sup>45</sup> Ibidem, p. 177-178.

<sup>46</sup> Ibidem, p. 176.

1943. O livro é organizado em duas partes distintas, uma sobre a composição e as relações entre as classes dominantes, os projetos de desenvolvimento e a ação do Estado, e outra sobre a configuração dos movimentos e organizações de trabalhadores para o mesmo período. Embora não aborde com centralidade o período peronista em si, apresenta teses pertinentes sobre a conjuntura política, econômica e social que antecede a ascensão do peronismo, entre a crise de 1929 e a Segunda Guerra Mundial.

A primeira parte, *Crescimento industrial e aliança de classes na Argentina (1930-1940)*, defende a tese de que as relações entre projetos e interesses de classes entre burguesia e *terratenentes* não foram isentas de atritos, mas tampouco expressaram uma simples dicotomia de interesses opondo indústria-agropecuária. Os autores buscam demonstrar como o imperativo de novas políticas econômicas no período foram reconfigurando o leque de ação do Estado e as possibilidades de diferentes frações das classes dominantes argentinas frente a uma nova realidade da economia internacional. Isso teria ganhado forma nas principais representações político-partidárias e representações de classe, em seus reagrupamentos da época.

Murmis e Portantiero apontam que no contexto dos anos 1930 o projeto de industrialização que acabou por se tornar dominante representava uma industrialização limitada<sup>47</sup>, onde a hegemonia e o controle dos rumos do processo político e econômico permaneciam nas mãos da chamada *oligarquia*, elite política composta pela fração mais poderosa da agricultura. Segundo os autores, ao contrário de outros países da região naquele mesmo período, é precisamente a década de 1930 que marca o retorno ao poder da chamada oligarquia enquanto grupo da elite que detinha o poder político na Argentina.<sup>48</sup> Essas forças representavam um projeto de caráter conservador e não variavam seu conteúdo de classe: “continuaram sendo representativas dos fazendeiros mais poderosos, tradicionais beneficiários da economia agroexportadora<sup>49</sup>”. A partir disso, os autores defendem que não se verificou, para

---

<sup>47</sup> Os anos 1930 foram marcados gradativamente pelo maior destaque, na realidade econômica e nos embates político-ideológico em torno ao processo de *industrialização*, que na realidade argentina e latino-americana apresentou características diferenciadas das chamadas “industrializações orgânicas” verificadas nos países cujo processo de industrialização ocorrera entre a primeira e segunda revolução industrial, notadamente países da Europa, Estados Unidos e Japão.

<sup>48</sup> Período que a historiografia crítica argentina chama de “década infame”, que abrange do golpe de Uriburu e o Pacto Roca-Runciman até os acontecimentos de 1943, que abriram nova conjuntura.

<sup>49</sup> MURMIS, M.; PORTANTIERO, J. *Crescimento industrial e aliança de classes na Argentina (1930-1940)*. In: Estudos sobre as origens do peronismo. São Paulo: Brasiliense, 1972, p. 16. Nesse momento da análise, os autores parecem sugerir a correspondência entre o termo *oligarquia* e a categoria marxiana de classe *terratenente* (ou classe rentista). Enquanto esta consiste daqueles elementos da classe dominante que vivem da renda da terra (aluguel sobre a terra, que é sua propriedade), a burguesia – seja em sua expressão de burguesia agrária, seja em sua expressão de burguesia industrial caracteriza-se pelo emprego de capital em meios de produção e na contratação

o período, nenhum projeto industrialista mais ousado do que o próprio projeto de industrialização limitada apresentado por esses mesmos grupos hegemônicos. Partem então da questão sobre se o processo de industrialização argentino empreendido foi “conscientemente impulsionado pela elite conservadora ou se se desenvolveu apesar dela, como consequência não desejada de medidas que buscavam outro fim<sup>50</sup>”.

A resposta a que chegam delineia que o projeto de industrialização limitada, ligado fundamentalmente à manutenção e sobrevivência de uma indústria com presença principal restrita à produção de bens de consumo básicos, apenas supria a falta de abastecimento em relação ao que antes era importado<sup>51</sup>. Ademais, Murmis e Portantiero apresentam a composição do setor agrário como de uma oposição de interesses bem delimitada, partindo dos grupos mais poderosos ligados à pecuária, tendo de um lado os grandes “invernistas” (ou invernadores), como grupo privilegiado tanto em termos de deter o maior capital do setor agropecuário como em pertencer a essa elite já mencionada, e os “criadores”, que tradicionalmente aliavam-se às políticas mais conservadoras, ruralistas, anti-industriais e anti-protecionistas.

Diante das diferentes políticas de incentivo e proteção à indústria, seriam os criadores que mais perderiam em suas possibilidades de lucros no exterior, em um contexto de crise, ao passo que os acordos internacionais e outros fatores permitiam a manutenção de uma regular reprodução do capital e realização de suas mercadorias para os invernistas, mais próximos do comércio internacional e menos ligados às tradições rurais. Esses grandes fazendeiros agruparam-se principalmente em torno da *Sociedad Rural Argentina* (SRA), e os criadores tinham representação de oposição, bem menos expressiva, em torno da *Confederación de Asociaciones Rurales de Buenos Aires e La Pampa* (CARBAP), e por sociedades rurais menores do interior. E “enquanto a SRA, ainda que reconheça a importância decisiva que tem o comércio exterior para a economia argentina, não se opõe a uma industrialização limitada, a CARBAP rechaça qualquer medida de tipo industrializador<sup>52</sup>”. Em suma, após uma série de disputas e transformações na estrutura produtiva, e na magnitude que vinha ganhando a indústria perante

---

de trabalhadores assalariados, extraindo-lhes mais-valia e buscando por meio de reinvestimentos (acumulação de capital) – até onde tiver condições – elevar os níveis de produtividade e, com isto, de sua competitividade na concorrência inter-capitalista. Como já mencionamos, muitas vezes o mesmo indivíduo pode personificar ao mesmo tempo a função de terratenente e de integrante da burguesia agrária. Entretanto, quando falamos de burguesia já se pressupõe a presença do capital industrial, no sentido da reprodução das relações capitalistas percorrendo as formas de capital-dinheiro, capital-mercadoria e capital produtivo.

<sup>50</sup> Idem.

<sup>51</sup> Para demonstrar tal tese, os autores percorrem os debates sobre as principais políticas econômicas e acordos internacionais, bem como sua recepção e debate no seio das principais representações partidárias e classistas.

<sup>52</sup> MURMIS, M.; PORTANTIERO, J. Op. Cit., p. 30.

uma coalização de forças que aceitava o projeto de industrialização limitada, em diferentes matizes e níveis:

Até princípios da década de 40, o dilema em que se encontravam as classes proprietárias era o seguinte: ou estabilizar uma mudança produzida quase ‘espontaneamente a fim de mantê-la sob controle hegemônico dos setores mais poderosos da oligarquia, ou recusar qualquer mudança, e promover a manutenção da situação prévia à crise. Se a primeira alternativa era a que a elite conservadora tentava estruturar, com dificuldades internas e sem homogeneidade total, a segunda se transforma no programa dos radicais<sup>53</sup>. Uma terceira alternativa: a do programa de crescimento por iniciativa autônoma de setores médios emergentes de origem industrial – isto é, o modelo clássico de determinantes sociais do desenvolvimento – não tomou formas institucionais permanentes. É esta falência, segundo nosso ponto de vista, uma das causas que determinará que as mudanças hegemônicas na estrutura de poder na Argentina assumam, poucos anos depois, formas em que a burocracia estatal e o Exército desempenharão papel privilegiado, dentro do processo a que as classes não-proprietárias se incorporarão<sup>54</sup>.

Não adentrando nos pormenores da argumentação de Murmis e Portantiero sobre a configuração da aliança de classes que permitiu esse processo limitado de industrialização por substituição de importações, nos parece importante destacar como, na época, os autores criticaram interpretações em voga em torno de uma simples dicotomia de interesses e/ou enfrentamento aberto, ou conciliação de interesses mútuos, para demonstrar, em lugar, as circunstâncias de formação de uma frágil aliança de classes que estará dada no momento de surgimento e primeiros anos do peronismo. Nesse contexto, o período de ascensão de Perón representará a primeira conjuntura, de fato, na história argentina, onde os interesses agrários não estarão acima de todos os demais interesses de classes e frações de classe. Próximo do fim de sua argumentação em *Estudos sobre as origens...*, os autores expõem:

As determinações estruturais que o desenvolvimento industrial apresentou durante essa década, possibilitaram que o controle do processo se mantivesse, no nível econômico, em mãos dos grandes fazendeiros e, no nível político, nas dos membros da elite tradicional. Desse modo, se o novo bloco de poder pode ser definido, enquanto objetivação de interesses, como *aliança de classes* em que começa a participar o setor industrial, a *hegemonia* do mesmo manteve-se como hegemonia dos fazendeiros. Logo após a década de 1940, esta relação de forças entre as classes proprietárias rurais e industriais se alterará, através da diferenciação que começará a operar dentro do grupo dos proprietários industriais, através sobretudo da sua área mais apropriada a certa

---

<sup>53</sup> Ao referirem-se ao “programa dos radicais”, Murmis e Portantiero referem-se ao partido político Unión Cívica Radical (UCR), que encabeçou governos durante o período 1916-1930 e que, na década de 1940, busca sua base de apoio social junto aos grupos agrários subordinados, já mencionados, e às camadas médias urbanas não ligadas à indústria, “setores estes mais ‘consumidores’ do que ‘produtores’, cujas rendas não dependem da indústria, mas dos serviços, e para quem a indústria tornaria caras as mercadorias que demandam”. Ibidem, p. 39.

<sup>54</sup> Ibidem, p. 40.

autonomização: o exército. Somente então a hegemonia dos fazendeiros recuará, abrindo-se a possibilidade para um movimento que foi o peronismo<sup>55</sup>.

A segunda parte da obra, *O movimento operário nas origens do peronismo*, dedica-se a revisar criticamente as interpretações em voga no período no que diz respeito à participação e atuação política da classe trabalhadora urbana em sua adesão ao peronismo. Consideramos este texto de valor para o estudo da relação entre peronismo e classe trabalhadora, na medida em que representa um novo enfoque, na década de 1970, para as discussões sobre o peronismo e sobre o populismo em geral, discussão que vai amadurecendo nas décadas seguintes, não sem controvérsias, é claro. Os autores partem do diagnóstico de que, ainda que em diferentes matizes, tanto a literatura acadêmica como o debate político buscavam destacar, na origem do peronismo, uma separação entre dois tipos de classe trabalhadora durante o processo de industrialização argentino, sendo uma delas tida como “velha” (em suas acepções positivas e negativas) e outra como “nova”. A primeira estaria representada por uma classe trabalhadora cuja formação estaria mais ligada aos interesses coletivos, com maior consciência política de autonomia de classe, organizada nos sindicatos tradicionais, e com maior pensamento de longo prazo. Já a segunda seria composta pelos grandes contingentes de trabalhadores que viriam de outros setores, principalmente pelo êxodo rural e a crise dos anos 1930, engrossando as fileiras das grandes cidades, com destaque notadamente para Buenos Aires, e que os “velhos” não conseguiram incluir em sua área de influência.

Ou seja, em linhas gerais, o fenômeno de apoio da classe trabalhadora ao peronismo seria creditado a esse proletariado de origem recente. Por seus críticos, este contingente seria dotado de menor organização e maior propensão à adesão a projetos “externos” (de conciliação de classes) e buscaria mais interesses individuais imediatos e menos demandas identificadas com uma profissão ou categoria laboral em seu conjunto e seria uma base manipulável<sup>56</sup>. Já

---

<sup>55</sup> Ibidem, p. 42. Ressalte-se nessa passagem o uso de conceitos gramscianos, que vertebram o livro de Murmis e Portantierro. Este último, reconhecidamente, foi um dos principais expoentes da corrente gramsciana do marxismo latino-americano.

<sup>56</sup> Nas palavras da crítica dos autores: “Na realidade, a primeira e a segunda imagens se encadeiam transformando-se uma em condição da outra: o processo de manipulação das massas operárias por uma elite alheia à classe cresce e se desenvolve sobre um vazio de organizações proletárias autônomas. O apoio das massas ao populismo, portanto, seria função da inexistência (ou existência pouco significativa) de uma organização sindical prévia e de um rápido crescimento da nova classe operária que, com seus novos dirigentes e suas novas organizações, ultrapassa os estreitos limites associativos existentes e se exprime através de outros, criados pelo Estado. Nossa intenção é contestar estas hipóteses habituais, a partir de uma busca de particularização daquele dado que frisávamos como peculiar para as origens do peronismo: a importância que o sindicalismo organizado adquire durante seu processo de gestação. (...) Nossa conclusão é que no processo de gênese do peronismo os dirigentes e as organizações sindicais velhas tiveram intensa participação, que chegou a ser fundamental a nível dos sindicatos e da Confederação Geral do Trabalho, e muito importante no Partido Laborista. Este novo acento, posto sobre as atividades dos dirigentes e das organizações tradicionais nas origens do peronismo não significa deixar de lado,

para os seus apologistas, seria essa mesma “nova” classe trabalhadora que romperia com vícios da organização sindical anterior e inovaria em termos de conquistas nunca antes obtidas no que diz respeito à legislação trabalhista e seguridade social. Murmis e Portantiero buscaram defender a argumentação de que essa divisão entre nova e velha classe trabalhadora não seria tão adequada, configurando um quadro falho. Utilizando fontes estatísticas de organismos estatais e de organizações sindicais, os autores buscaram demonstrar como a incorporação dessa nova massa de trabalhadores coincidiu com a representação crescente das organizações que representavam os “velhos”, como a Confederación General del Trabajo (CGT) e a USA, em adesão ao peronismo. Para isso, os descrevem como foram ocorrendo os confrontos dentro dessas entidades sindicais, e como foi ocorrendo também, para o período 1936-1941, um grande aumento da sindicalização de trabalhadores, o qual seguiu estável ou com maior incremento ainda em alguns setores, nos anos seguintes da década de 1940.

É possível destacar algo que, para a análise empreendida pelos autores seria um detalhe, mas que para nossa pesquisa tem interesse especial: o pouco ou nenhum destaque que o trabalho rural tem para as análises disponíveis até então a respeito do fenômeno peronista e o populismo em geral. Assim, os próprios autores em questão deixam de fora, deliberadamente, a análise das estatísticas governamentais e sindicais relacionadas ao que chamam de “atividades primárias”, que englobam o trabalho rural, mas também as relações com o Estado, que não se resumem ao trabalho urbano. Isso se vê por exemplo ao descreverem que: “se logo ao final de 1943 o grupo que rodeia Perón começa a estruturar uma estratégia tendendo a obter um pacto com o sindicalismo, a primeira prova pública dos avanços realizados nessa direção terá lugar em julho

---

em absoluto, o papel representado pelos operários recém-incorporados à indústria pelos sindicatos que efetivamente se organizaram, logo após 1943, mas relativizá-lo em favor de uma aproximação alternativa do problema da participação operária no peronismo que, *antes do que reforçar a divisão interna da classe operária, toma como ponto de partida o oposto: a unidade da mesma, como setor submetido a um processo de acumulação capitalista sem distribuição de renda, durante o processo de industrialização sob controle conservador, que tem lugar durante a década de 30.* O pressuposto que se encontra por trás deste enfoque é de que, antes do populismo, desenvolveu-se na sociedade argentina um processo de crescimento capitalista sem intervencionismo social e que esta situação determinou a configuração de um aumento das reivindicações tipicamente operárias, que abarcavam o conjunto da classe trabalhadora, exigência que o sindicalismo tratou de satisfazer sem êxito, até que, em 1944 e 1946, em decorrência de políticas estatais definidas, essa série reivindicativa foi encontrando solução, o que se traduziu em uma inversão das tendências de distribuição da renda nacional. Sobre essa base, a maioria dos sindicatos – velhos e novos – articula uma política de alianças com um setor do aparelho do Estado, sem abdicar, durante esse processo, reforçando ao contrário – tal como prova a criação do Partido Laborista – suas pretensões tradicionais de autonomia e de independência ante outros setores sociais” (Ibidem, p. 65-66). Essa discussão insere-se no debate acadêmico mais profundo sobre o próprio conceito de populismo (tendo como alvo autores como Gino Germani) e sua configuração no que diz respeito às relações com as classes sociais, com desdobramentos nas décadas seguintes ao trabalho de Murmis e Portantiero.

de 1945<sup>57</sup>”. Não há, pois, nenhuma atenção à promulgação e os atritos em torno da criação do *Estatuto del Peón Rural*, de 8 de outubro de 1944, como um capítulo importante dessa política trabalhista. Como veremos no capítulo três, a consideração sobre o papel da classe trabalhadora rural, e mesmo dos trabalhadores urbanos recém migrados do interior tem uma importância fundamental para a compreensão da estratégia de alianças de classe do peronismo, no contexto que antecede as eleições de 1946.

#### **1.4 Tulio Halperín Donghi: as contradições da “democracia de massas” peronista**

Um dos estudos mais significativos da década de 1970, e com grande potencial explicativo do processo político argentino do período do peronismo original, é o trabalho de análise empreendido pelo historiador Tulio Halperin Donghi. *La democracia de masas*, originalmente de 1972 e com nova edição em 2010<sup>58</sup>, compõe um dos volumes da *Colección Historia Argentina*, que trouxe novas perspectivas mediante trabalhos de síntese sobre a história contemporânea do país rioplatense, com um objetivo inicial que hoje talvez pareça modesto: ir além da simples narrativa da história política tradicional, que imperava entre as obras que se propuseram anteriormente realizar o empreendimento de escrita de uma história geral da Argentina<sup>59</sup>.

Valorizando uma perspectiva estribada em sua trajetória teórica ligada à história econômico-social e à ligação entre estrutura e conjunturas, Halperin Donghi procura compor um quadro explicativo do processo político de ascensão e queda do peronismo original com o enfoque nas lutas políticas travadas: 1) na relação inicial entre a coalização representada pelo movimento justicialista –, cuja ponta de lança estratégica era materializada na coordenação do GOU – e as demais forças políticas em disputa no momento de crise de legitimidade dos governos conservadores no início da década de 1940; 2) na dinâmica entre Estado peronista, classes sociais e representações políticas; e 3) na disputa pelo Estado, pela direção dos projetos nacionais e pelo legado do peronismo no jogo político pós 1955, nos períodos constitucionais.

---

<sup>57</sup> Referindo-se à tensão entre entidades patronais e governo, após a publicação do “Manifesto das Forças Vivas”, de 16 de Junho de 1945, e sua resposta conjunta do governo e organizações sindicais, principalmente da CGT.

<sup>58</sup> HALPERIN DONGHI, T. Op. Cit.

<sup>59</sup> Halperin Donghi compartilha do intento de Johan Huizinga em “narrar a história da melhor maneira que lhe é possível”. Colocação inicialmente simples mas que, conforme o olhar da disciplina histórica, compreende a observância da forma considerada mais adequada conforme o juízo dos pesquisadores, ao mesmo tempo em que se busca uma seleção de temas sob as lentes do presente: “questões históricas à altura do presente”. As questões que orientaram Halperin Donghi ainda eram atuais na década de 1970 na Argentina, e mantém sua vigência ainda hoje.

Conforme o autor, com a crise de legitimidade do governo de Castillo a *Revolução de 1943*, efetivada no golpe militar encabeçado pelo GOU, encara um momento inicial de oposição desorganizada e pulverizada politicamente, entre radicais e conservadores, dentro do espectro das forças políticas tradicionais, e com o isolamento, à esquerda, dos comunistas reunidos no PCA, socialistas e, logo mais, laboristas. Seria nesse cenário que o grupo mais homogêneo que permanece forte após a dissolução do GOU encabeça o projeto do nacionalismo justicialista, logo personalizado em Juan D. Perón.

E será essa nova coalizão no poder que, baseada no nacionalismo, no sentimento *anti-yankee*, no conservadorismo cultural e religioso representado em seu clericalismo, e em um projeto industrialista de superação da dependência do setor agrário-exportador, avançará na busca pelo apoio de novos importantes atores sociais, com grande destaque para a intenção de captação da classe trabalhadora argentina, até então de participação modesta nas decisões das disputas políticas nacionais (principalmente eleitorais). Halperin Donghi identifica que é com base nessa aposta de garantia de governabilidade graças à liderança política conquistada junto à classe trabalhadora e também no autoritarismo que se guiam as ousadas transformações empreendidas já no intervalo de 1943 a 1945, promovendo uma ruptura em relação à forma anterior de fazer política e inaugurando um período marcado pela democracia com a inclusão das massas. É nesse sentido que devem ser entendidas também as consequências dadas, por exemplo, através da reação de oposição da classe *terratenente* e de setores da burguesia agrária argentina à sucessão de uma série de políticas que as enfrentavam diretamente, onde estão inseridas as transformações na política econômica, na composição do centro das decisões políticas, e na estrutura jurídica que garantiria melhorias mínimas e fundamentais, à época, para os trabalhadores rurais, intervindo nas relações entre capital e trabalho, incluindo nesse último ponto o Estatuto do Peão Rural argentino de 1944.

Essa inclusão das massas na política como parte do projeto peronista seria um dos fatores principais a garantir o apoio decisivo em episódios centrais como o 17 de outubro e na posterior eleição presidencial para 1946, quando um significativo número de votos partiu de províncias do Norte e do pampa, profundamente representadas nos trabalhadores rurais. A atenção de Halperin Donghi às questões relativas ao campo não vai além, mas seu trabalho dedica-se à análise do processo pelo qual, aos poucos, a oposição iria angariando a adesão das principais entidades representativas patronais, principalmente através da SRA e da Unión de los Industriales Argentinos (UIA). Nas palavras do autor, “o conflito político transformava-se

em luta social”<sup>60</sup>. Ainda sobre os antecedentes que compunham o quadro pré-eleições de 1946, um dos momentos que fizeram aflorar as clivagens das organizações políticas e classes sociais:

(...) o retorno ao clima eleitoral impunha à frente opositora uma transformação para a qual nem todos seus integrantes estavam preparados: os partidos agora estavam em muito maior número do que na etapa deixada para trás, e a isso se somava a gravitação cada vez mais aberta dos organismos representantes de interesses: a União Industrial, mais ainda que a Sociedade Rural, ocupava a primeira trincheira na luta pela democracia: este acesso ao papel protagonista era a seu modo um novo sinal de que o conflito político estava se transformando em luta social. O governo encarregou-se, por sua parte, de facilitar a transição: ao fim do ano impôs fortes aumentos salariais e o pagamento obrigatório do *aguinaldo* (mês adicional de salário), as organizações patronais responderam com um unânime *lockout* que foi considerado também um eficaz instrumento de propaganda opositora. As oposições, com efeito (salvo nesse ponto o PCA) condenavam energicamente as generosidades oficiais com o setor assalariado, às quais denunciavam como uma segura causa de inflação; desse modo se precipitavam a ocupar o lugar ao qual seus adversários esperavam vê-las localizadas<sup>61</sup>.

Com a vitória, em fevereiro de 1946, da fórmula Perón-Quijano, evidenciaram-se também os importantes votos dirigidos ao peronismo entre as zonas rurais do país. Halperín Donghi apresenta, assim, interessante constatação sobre o como expressavam-se, na esfera política, as contradições de classe que eram evidenciadas na novidade do projeto peronista, o que contribui em muito para nosso olhar sobre essa questão:

A amplitude da penetração peronista no campo não se devia somente a sua capacidade de herdar boa parte da clientela do declinante conservadorismo: nos últimos meses de 1945, Perón havia começado a propor soluções relativamente radicais para o setor agrário; uma propaganda muito intensa, sem adiantar projetos precisos de reformas, denunciava o grave escândalo da grande propriedade ausente, da especulação de terras, e declarava que eles só concluiriam quando a terra deixasse de ser um bem de renda para transformar-se em bem de trabalho; essa fórmula permitia entrever reformas audazes, das quais a mais modesta era a entrega da propriedade das terras por eles controladas aos arrendatários<sup>62</sup>.

Assim, não haveria dúvidas de que parte considerável da adesão que o peronismo encontrou nas áreas rurais deveu-se às esperanças que despertou, permitindo ao mesmo tempo importantes avanços, com destaque positivo para as zonas de produção de cereais, onde antes os radicais possuíam sólido apoio, ao passo em que menor êxito foi verificado nas áreas de pecuária bovina. Mas se nestas últimas o Estatuto do Peão não havia mudado decisivamente os

---

<sup>60</sup> HALPERIN DONGHI, T. Op. Cit., p. 58-59. Tradução nossa.

<sup>61</sup> Idem. Tradução nossa.

<sup>62</sup> Ibidem, p. 62. Tradução nossa.

elementos básicos do equilíbrio político tradicional, era porque sua reduzida população limitava as consequências desse fracasso parcial. As atividades ligadas à pecuária ocupavam uma quantidade muito menor de peões trabalhadores do que as atividades agrárias. Quando se fala no conjunto da massa que corresponde à classe trabalhadora rural nesse período, se fala fundamentalmente de trabalho agrícola, que requeria muito mais trabalhadores por hectare, com destaque ainda mais volumoso para o período da colheita das safras. Nesse sentido, Halperín Donghi destaca que, no interior, o peronismo alcançou seus melhores resultados justamente nas áreas de maior modernização da agricultura e não nos rincões mais arcaicos. Por consequência, justamente onde se pode falar de um proletariado rural submetido a relações de produção dentro de um mercado de trabalho estabelecido. São esses resultados, mesmo nas províncias onde o peronismo não logrou superar as forças políticas tradicionais, que garantiram alguma base de apoio à Peron, diante da transição para a oposição de significativas parcelas de arrendatários e proprietários<sup>63</sup>. Mas conclui:

Tantos desenganos provocaram uma desafeição política que não alcançou, entretanto, consequências demasiadamente graves para o regime: alguns departamentos rurais de Santa Fé tiveram governos locais opositores, mas em grande parte deles bastava as sólidas maiorias peronistas dos centros urbanos secundários para equilibrar as deserções do voto rural<sup>64</sup>.

Dessa forma, Halperín Donghi contribui em especial para o estudo da problemática das relações entre peronismo e classes sociais rurais ao analisar suas consequências imediatas no delinear do processo político-eleitoral de fevereiro de 1946, como resultado das políticas empregadas pelo peronismo naquela conjuntura.

### **1.5 Martín Asborno: frações burguesas e bloco no poder**

Outro estudo marxista de destaque, representando aqui um momento posterior ao de Murmis e Portantiero, é o empreendido por Martín Asborno em *La moderna aristocracia financeira*, de 1993. Asborno tem como principal problema o caráter do desenvolvimento do capitalismo argentino, e para isso debruça-se sobre as transformações da classe capitalista, avaliando alguns momentos principais e seu significado, com um enfoque voltado às transformações ocorridas na segunda metade do século XX. Segundo Asborno, nesse período

---

<sup>63</sup> Isto se deu por duas razões. Primeiro porque a política de enfrentamento aos grandes proprietários antes mencionada não foi além dos congelamentos de contratos de arrendamento, e segundo porque toda a política de preços no pós-Segunda Guerra iria, conforme Halperín Donghi, privar os agricultores – tanto proprietários e arrendatários – da maior parte dos investimentos realizados no período, além de a sindicalização dos peões temporários afetar mais rapidamente os menos prósperos entre os cultivadores.

<sup>64</sup> HALPERIN DONGHI, T. Op. Cit. p. 63. Tradução nossa.

é que ocorre o desenvolvimento do que chama de a moderna aristocracia financeira, culminando em sua ascensão ao poder, de fato, entre 1982 e 1990. Ao estudar a evolução histórica da economia e a constituição de projetos das classes dominantes, Asborno identifica, no período 1929-1939, após a crise de 1929, uma etapa marcada pela regulação monopólica e pelo processo de substituição de importações; para 1939-1943, uma fase cujo principal marco foi a neutralidade capitalista argentina perante a Segunda Guerra Mundial; e, de maior atenção para nossa análise, o período 1943-1949, o qual é interpretado principalmente em termos da caracterização como processo de industrialização, enfatizando aspectos como o papel territorial do aço e a emergência de um novo bloco de poder, cedendo espaço posteriormente a um momento de crise do projeto industrial “autônomo” e a presença de tendências inflacionárias para o período 1949-1955.

Segundo Asborno, o fim da Segunda Guerra Mundial coincidiu, para a Argentina, com o momento em que se assentaram as bases econômicas, políticas e sociais que permitiram a expansão e a posterior hegemonia do capital industrial, e quando o peso da classe industrial começou a sentir-se na aliança (forças armadas, burguesia industrial e classe operária) que se consolidou após o golpe de 4 de junho de 1943, cuja expressão política esteve a cargo dos setores médios do exército não vinculados aos interesses tradicionais. Como podemos verificar, para Asborno é apenas com a emergência do bloco de poder ligado mais diretamente ao que consideramos como distintivo do peronismo que a emergência do capital industrial é alçada à condição de hegemônica<sup>65</sup>, ainda que o autor reconheça que tal situação só foi possível porque já era tendência na década anterior. “A importante acumulação de capitais que a burguesia industrial conseguiu durante os anos do conflito bélico necessitava ter um maior correlato de poder no plano político<sup>66</sup>”. Ainda segundo Asborno, essa conjuntura impôs como necessária uma política de caráter “redistributivo” e “progressiva” da riqueza produzida, destinada a aumentar a demanda interna. Ou seja, a política que podia ser entendida até aqui como de conciliação de classes, de incorporação de reivindicações trabalhistas e demais significados correlatos é destacada em sua dimensão de expansão necessária do potencial do mercado de consumo interno em um cenário de “capitalismo de Estado”. Assim, avanços, por exemplo, na política de aumento real de salário poderiam ser entendidos também nesses termos.

---

<sup>65</sup> Nesse sentido, Asborno destaca como um dos marcos dessa mudança estratégica a criação do Banco Industrial da República Argentina, em abril de 1944.

<sup>66</sup> ASBORNO, M. *La moderna aristocracia financiera: Argentina 1930-1992*. Buenos Aires: El Bloque editorial, 1993, p. 51.

Embora não mencionado explicitamente, nessa linha de explicação a própria mudança de legislação no trabalho do campo poderia representar mais um alicerce dessa política tal como caracterizada por Asborno, uma vez que no setor agrário (ainda fonte importante de divisas, mas sem a hegemonia na liderança do projeto de crescimento econômico argentino) a disputa entre capital e trabalho buscava concessões em nome do segundo em termos de direitos e remuneração. Assim, “a materialização da aliança ‘populista’ significou desenvolver novos marcos jurídicos onde se regulamentaram importantes concessões sociais para o conjunto dos trabalhadores argentinos. Dessa legislação se destacam: o decreto lei Nº 31.665/44 e o decreto lei Nº 33.302/45, que regulamentavam o regime de aposentadoria e do *aguinaldo*<sup>67</sup>” (remuneração adicional análoga ao 13º salário no Brasil).

### **1.6 A economia histórica em Mario Rapoport e o papel da Sociedade Rural Argentina**

Dando seguimento à nossa revisão historiográfica, não se pode deixar de referir ao historiador argentino Mario Rapoport, autor de *Historia económica, política y social de la Argentina (1880-2003)*<sup>68</sup>. Com grande abrangência e utilizando uma perspectiva interdisciplinar, a obra pode ser considerada praticamente como um manual de história argentina do século XX. Dividida em nove capítulos que buscam representar diferentes momentos do desenvolvimento econômico, político e social do país entre 1880 e a atualidade, o trabalho de Rapoport estabelece uma periodização parecida com a empreendida antes por Aldo Ferrer (sendo que a atenção dada às transformações externas e internas é um dos maiores pontos de aproximação), mas apresenta, no entanto, um maior nível de concreticidade em relação às análises estruturais daquele. Nos é de especial interesse a contribuição dos capítulos três e quatro, intitulados respectivamente *La crisis mundial, la industrialización y la intervención del Estado (1930-1945)* e *Los gobiernos peronistas (1946-1955)*.

Antes de mais nada, foi justamente da riqueza de informações e da análise de Rapoport que pudemos destacar, com base em dados do Censo argentino, algo que reforça a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre o Estatuto do Peão Rural ou mesmo as relações sociais de produção no campo, no capitalismo argentino. Por exemplo, para o ano de 1947, o censo revelou que a população total do país havia crescido para 15.893.827 habitantes (mais do que o dobro de 1914). E o mais importante: ainda que a população urbana, crescendo a ritmos muito

---

<sup>67</sup> Idem.

<sup>68</sup> Contando com várias reedições que acrescentam e reveem conteúdo à obra, tomamos por base a edição mais atual, de 2017. RAPOPORT, M. Op. Cit.

maiores do que a rural (que passara inclusive a ter taxas de crescimento negativas, tendência verificada até hoje) representasse 62% do país, o contingente de argentinos vivendo no campo ainda correspondia a consideráveis 38%<sup>69</sup>. Se praticamente quatro em cada dez argentinos estava no campo ainda à época da ascensão do fenômeno peronista no governo, as transformações políticas e socioeconômicas que o Estado peronista levou adiante nas relações de produção no campo carecem ainda mais de análise à altura de sua importância, sobretudo para um debate tão caro no meio acadêmico e político argentino.

Dada sua amplitude, o livro de Rapoport possui também a característica de trazer, de certa maneira, sua própria revisão bibliográfica do tema, com dados e considerações de uma série de pesquisadores das décadas anteriores incorporados ao seu texto, inclusive os já mencionados aqui. Ao realizar uma análise tão abrangente e ao mesmo tempo detalhada para o período de nosso recorte, e por trazer uma série de contribuições para se pensar diversas problemáticas afins, acreditamos ser de utilidade explorar mais longamente algumas colocações de Rapoport. Uma primeira colocação diz respeito à relação de Perón e do governo peronista para com os trabalhadores, representada, nesse caso, na relação com os sindicatos. Com a ciência de que o tema do sindicalismo à época do peronismo por si só constitui uma vasta área de pesquisa, expomos apenas algumas linhas gerais, incluindo as inovações em termos de legislação trabalhista.

Vejamos nas palavras de Rapoport uma síntese das ações da política trabalhista dos primeiros momentos do governo militar instaurado em 1943:

As mudanças substanciais em matéria trabalhista se produziram a partir de 1943. Muitas delas tiveram uma dimensão decididamente política no marco do peso crescente que adquiriu o movimento operário em aliança ao poder estatal e em confrontação com setores sociais antagônicos. As iniciativas da Secretaria do Trabalho e Previdência consolidaram em forma definitiva a presença do Estado no terreno das relações coletivas de trabalho. Por outra parte, as organizações sindicais recorreram ao Estado, buscando assegurar tanto sua legitimidade institucional como suas reivindicações setoriais. Muitas das medidas tomadas pelo governo militar por iniciativa de Perón resultaram em novidades e outras tenderam ao cumprimento efetivo de normas já existentes. Se outorgaram aumentos salariais mediante decretos e se impulsionou a assinatura de centenas de convênios coletivos de trabalho. Foram fixados salários mínimos e indenizações por acidentes de trabalho. Foram criados os Tribunais do Trabalho, subtraindo do âmbito privado a resolução de conflitos trabalhistas, simplificando as tramitações para os trabalhadores e salvaguardando seus interesses. Se estabeleceu o pagamento do saldo anual complementar [*aguinaldo*/13º salário]. Foram estendidas a

---

<sup>69</sup> *Ibidem*, p. 238.

muitos trabalhadores as leis de aposentadoria e as matérias de duração da jornada de trabalho. Pelo decreto 33.302/45 se estenderam a todos os trabalhadores os benefícios da lei 11.729, de indenização por despesa sem causa e de férias pagas, vigente desde a década de 1930 para empregados do comércio. Se instituiu o Estatuto do Peão Rural mediante o qual as relações patriarcais entre patrões e trabalhadores rurais foram substituídas por regulações acordadas em Convênios Coletivos de Trabalho. Em geral, estes benefícios se estenderam ao conjunto dos trabalhadores organizados e tiveram um considerável impacto entre os operários que viam, pela primeira vez em um breve lapso como muitas reivindicações pelas quais haviam lutado durante anos começavam a efetivar-se<sup>70</sup>.

Nesse contexto, essa nova postura perante a classe trabalhadora representou uma orientação, cada vez maior, dos sindicatos ao que podemos chamar de um processo de institucionalização de seus meios de atuação e legitimidade, paralelamente à perseguição e estrangulamento de organizações sindicais não incluídas nesse sistema, seja pela falta de representação e direitos, seja pelo esvaziamento ou combate ativo de forças governamentais, a partir da própria CGT. Rapoport conclui ainda, sobre esse tema:

Entretanto, a adesão dos trabalhadores ao projeto político de Perón também se deveu a outras circunstâncias. Em primeiro lugar, a classe trabalhadora era maioritariamente reformista, como expressava sua adesão preferente ao “sindicalismo” e ao socialismo, e as ideias de Perón continham uma mensagem, em essência, reformista. Segundo, os trabalhadores não podiam entender porque a “harmonia de classes” de Perón era muito diferente da aliança que propunham os partidos de esquerda, que incluía a forças políticas e instituições que representavam aos principais setores patronais, argentino e estrangeiros. Em terceiro lugar, a acusação por parte desses partidos do caráter demagógico das medidas de Perón não apenas ia de encontro aos benefícios concretos que obtinham os trabalhadores, como também se contrapunha com o reconhecimento de que dita política estava inspirada em velhas propostas socialistas e comunistas, aceitando assim, implicitamente, a justiça dessas. Que a isso se tenha somado logo o elemento nacionalista, durante o confronto entre Braden e Perón, terminou por prestigiar a esse último, que recolheu, desse modo, outras bandeiras abandonadas pela esquerda.

Esse cenário inicial dos dois primeiros anos da Secretaría de Trabajo y Previsión (STyP) – e posterior Ministerio de Trabajo y Previsión (MTyP) – provocou a paulatina oposição patronal a essas políticas. Rapoport expõe que, desde 1945, a atitude dos patrões passou a ser de maior intransigência, chegando a condenar, em manifesto assinado por trezentas entidades de empresários, as ações da STyP como sendo a causa de “agitação social”. E tratando-se da

---

<sup>70</sup> Ibidem, p. 259-260. A forma sucinta com que Rapoport trata do Estatuto passa uma ideia ligeiramente equivocada sobre sua função, uma vez que este documento regulamentou e decretou as condições para o trabalho rural permanente (minoridade dos trabalhadores rurais). Os valores remuneratórios e condições de trabalho desses peões permanentes poderiam ser alterados (e foram) por ação direta do MTyP e comissões por ele delegadas. O que foi definido por convênios coletivos anuais, como veremos no capítulo 3 será o trabalho estacional, através dos acordos das Comissões Paritárias. Tradução nossa.

postura de entidades empresariais e patronais, nesse aspecto também Rapoport traz relevantes contribuições, ao valer-se de trabalhos sobre o tema, como o já mencionado de Murmis e Portantiero e a pesquisa de Alicia Tecuanhuey Sandoval, *La revolución de 1943: políticas y conflictos rurales*<sup>71</sup>. Nos é de destaque especial, mais uma vez, principalmente a análise empreendida sobre a atuação da SRA, a qual havia apoiado o golpe militar de 1930 que representou a guinada conservadora na política argentina, e que vai construindo uma relação tortuosa em relação ao Estado durante os anos 1930 e 1940. Durante o governo do militar José Félix Uriburu (1930-32), quatro membros dessa entidade integraram ministérios, e o próprio vice-presidente, Enrique Santamarina, era membro eminente. No governo seguinte, o presidente Agustín Pedro Justo e seu vice, Julio Roca, eram integrantes da SRA, além de três ministros. A SRA consolidava-se não apenas como a maior e mais representativa corporação ruralista como também possivelmente a mais poderosa organização empresarial e patronal, representando fundamentalmente a fração mais alta da burguesia agrária ligada à pecuária.

Rapoport identifica que, no governo de Justo (1932-1938), as pressões da SRA sobre o Estado estiveram ligadas aos acordos de Ottawa, durante a crise do setor agrícola em sua dependência comercial ao mercado mundial, onde a entidade pressionou pela garantia da abertura de mercados através de ações diplomáticas, sob o lema “comprar de quem nos compra”, e da defesa da redução de taxas aduaneiras, algo que foi materializado no Pacto Roca-Runciman.

Em 1933 a SRA alinhou-se a UIA por ocasião da Conferência Internacional do Trabalho, onde pautava-se internacionalmente a campanha pela redução da jornada de trabalho com o estabelecimento da semana de quarenta horas. Para SRA e UIA, que se opuseram firmemente à pauta, esta redução era vista em termos de um aumento dos custos de produção (o que na verdade impactava sobre a taxa de mais-valia ou tempo de mais-trabalho ou trabalho excedente), uma diminuição do consumo de manufaturas e, por consequência, um maior desemprego.

Ainda que o então presidente da SRA, Horacio Bruzone, também em 1933, reconhecesse a necessidade de um apoio à indústria, deixando para trás, nas suas palavras, a dicotomia entre “protecionistas e livre-cambistas”, entre indústria e agropecuária (sendo essa segunda representada majoritariamente pelos invernadores), e no fim do mesmo ano o ministro

---

<sup>71</sup> TECUANHUEY SANDOVAL, A. *La revolución de 1943: políticas y conflictos rurales*. Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1988.

da Agricultura, Luis Duhau, também invernador e ex-presidente da SRA, declarasse que havia passado a época em que a economia argentina crescera sob estímulo direto da economia europeia e que as travas de intercâmbio impostas pelas grandes potências complicavam a possibilidade de seguir obtendo manufaturas importadas em troca dos capitais gerados pela produção agropecuária<sup>72</sup>; o começo da década de 1940 deu sinais novamente de resistência da SRA e de reforço de antigas ideias. Nas palavras de Rapoport:

[A SRA] seguia pleiteando a premissa de que a prosperidade do país dependia da marcha da atividade agropecuária, e resgatava como aspecto principal do plano [Pinedo] a compra das colheitas por parte do Estado. Estimava que o fomento das indústrias transformadoras das matérias primas do país podia contribuir para manter a prosperidade econômica contanto que estivesse subordinado às necessidades do comércio exterior. Por conseguinte, não deviam fomentar-se artificialmente indústrias necessitadas de proteção em momentos de normalidade e em detrimento da continuidade do intercâmbio com o exterior. Nesse sentido o próprio plano considerava um erro promover indústrias que diminuíssem as importações daqueles países que ao comprar nossos produtos [argentinos] nos provinham dos recursos necessários para pagar essas importações<sup>73</sup>.

É diante desse cenário de atuação da SRA em relação ao Estado e às demais entidades empresariais que o golpe militar de 1943 se insere, sendo que, diante do exposto, cabe mencionar que a SRA manifesta inicialmente apoio à junta que compõe o novo governo, recebendo com satisfação a postura inicial da nova equipe, ao acenar com a inclinação do novo ministro da fazenda, Jorge Santamarina, de sempre ouvir as entidades empresariais antes de tomar suas principais decisões<sup>74</sup>. A expectativa, como destacou Rapoport, era a de que, em linhas gerais, a política agropecuária se afastasse do dirigismo estatal e que as juntas reguladoras estatais fossem eliminadas. Em realidade, esses prognósticos foram frustrados, como demonstrou já nos primeiros meses a atuação do ministro da agricultura, o general Diego Mason, ao promover uma política de controles sobre os fluxos de exportações, sobre a produção e sobre os preços (em especial da carne), destinada a garantir o fornecimento do mercado interno. Para Rapoport, isto foi interpretado como uma tentativa de reduzir o poder dos

---

<sup>72</sup> Outro episódio exemplar desses momentos de confluência de interesses entre UIA e SRA verifica-se por ocasião da campanha opositora ao governo de Ramón Castillo e sua política tributária. Aliados também à Confederación Argentina de Comercio y Producción (CACIP) e da Bolsa de Comercio, organizaram o Comitê de Defesa Econômica e promoveram diversas ações sob o lema “Basta de Impuestos”.

<sup>73</sup> RAPOPORT, M., op. cit., p. 263. Tradução nossa.

<sup>74</sup> O que de fato ocorreu, mas não com resultados encarados como positivos pela SRA, como veremos no capítulo 3.

exportadores pecuaristas, aumentando as tensões entre este grupo e o governo já em seus primórdios.

Assim, na perspectiva de Rapoport, o que representou o ponto de virada definitivo para uma posição oposicionista deliberada da SRA foi a reação da entidade perante as medidas sobre os arrendamentos. Em novembro de 1943 verificou-se uma série de ações governamentais visando à diminuição do preço dos arrendamentos, nos dois anos seguintes a prorrogação dos contratos vencidos em 1944-1945, e a suspensão dos julgamentos de processos de desalojamento pendentes, o que teria manifestado claramente a postura do ministro Mason em prol dos arrendatários.

A SRA levantou uma aberta oposição a essas disposições. Manteve que a proteção dos agricultores não poderia fazer-se às custas dos proprietários e convocou o abandono das atividades agrícolas, em favor da pecuária bovina ou desenvolver a agricultura prescindindo dos arrendatários. Por outra parte, a Sociedade buscou a aproximação a outras entidades rurais para resistir conjuntamente às ações do governo<sup>75</sup>.

Então é nessa conjuntura que está inserido o Estatuto do Peão Rural. Através do decreto 28.169 de Perón, já a frente da paste do MTyP, o Estatuto do Peão Rural argentino foi instaurado. Rapoport aponta que o Estatuto tinha o propósito de modificar as relações paternalistas no campo argentino, através de uma série de mudanças na legislação trabalhista garantindo benefícios sociais para os assalariados rurais, embora o autor não aborde as possíveis motivações do Estado, da Secretaria ou dos trabalhadores rurais organizados nessa matéria. Lacuna que é sentida tanto mais aqui em relação aos primeiros. Do que trata efetivamente é da resistência da SRA, que não estaria disposta a implementar aumentos salariais, tampouco a aceitar o tratamento que seria determinado para a resolução de conflitos rurais, passando a estar sob jurisdição direta da intervenção da Secretaria e outros organismos conciliadores, que serviam como dispositivos da mesma. “Na realidade, a SRA estava em desacordo com a intromissão do Estado na regulação das relações sociais, entendendo que tal intervencionismo constituía uma violação da propriedade privada. Em consequência, o decreto foi recebido ‘como uma verdadeira revolução e provocou o ódio social tenaz dos grandes proprietários contrários’<sup>76</sup>.

---

<sup>75</sup> RAPOPPORT, M. Op. Cit., p. 264. Tradução nossa.

<sup>76</sup> Idem.

A abrangência do trabalho de Rapoport certamente é uma razão por não ter aprofundado mais neste aspecto, o que de maneira alguma nubla a qualidade da pesquisa. Cabe, pois, interrogar mais além sobre esse fato. Ora, esse movimento na legislação que representaria um espécie de “revolução”, despertando tanta reação de frações da classe dominante parece indicar a necessidade da análise desses fatores incidentes na sua materialização, e em sua manutenção durante o período do peronismo original, que tem como momento chave justamente os primeiros anos após o golpe de 1943, e anterior ao próprio período de presidência de Juan D. Perón. Isso se faz ainda mais questionável, diante do cenário imediatamente posterior, em que Rapoport coloca que:

No ano seguinte, a oposição da SRA recrudesciu. A tradicional exposição da entidade, a qual não contou com nenhum membro do governo, transformou-se em uma assembleia opositora onde foram muitas as críticas e os lemas insultantes contra o regime e o Exército. Em 19 de setembro, a SRA, da mesma maneira que a Bolsa de Comércio, os sindicatos de esquerda e os partidos políticos convocaram à Marcha da Constituição e da Liberdade, demandando a entrega do governo nacional ao presidente da Corte Suprema de Justiça. Nas eleições presidenciais de 1946, a corporação dos ruralistas apoiou a União Democrática<sup>77</sup>.

Esse conflito entre SRA e Estado, em especial sobre a legislação trabalhista do campo, não é limitado a esse período, contendo nuances em diferentes conjunturas históricas argentinas. Entretanto, trata-se, como vimos, de um momento ímpar, entre o golpe de 1943 e a eleição de Perón em 1946, ou expandindo-se ainda ao fim do peronismo original, tomando por base 1955, passando pelo período deste à frente da STyP e acumulando os cargos de Ministro do Trabalho e Previsão, da Guerra e a vice-presidência, englobando o período de acirramento das tensões que levaram a sua prisão em 9 de outubro de 1945, sua soltura no dia 17 do mesmo mês, e sua eleição no ano seguinte. No período aproximado de um ano entre a criação do Estatuto e sua prisão houve uma escalada de tensões, e justamente nesse momento foi aprovada a sem dúvida mais importante transformação legal que garantiu os direitos trabalhistas mínimos para o trabalhador rural argentino.

### **1.7 A política econômica do primeiro peronismo segundo Belini e Korol**

Gostaríamos de acrescentar ainda, sobre as perspectivas que partem da análise econômica do peronismo, o trabalho dos pesquisadores Claudio Belini e Juan Carlos Korol,

---

<sup>77</sup> Idem. Tradução nossa.

*Historia económica de la Argentina en el siglo XX*, de 2012<sup>78</sup>. O estudo, em caráter de síntese de um século de transformações que configuraram o caráter da economia argentina no período e lançando mão de abordagem de história econômico-social, serve de indicativo das principais tendências correntes de interpretação pela historiografia econômica, ao buscar apresentar um leque de temas, problematizações e conclusões correntes desse campo de pesquisa, compreendendo temas divergentes e polêmicos para a interpretação dos sentidos do desenvolvimento do capitalismo na Argentina.

O trabalho de Belini e Korol também se soma aos que creditam ao período da crise dos anos 1930 um caráter de importantes mudanças econômicas para o país, e é de especial atenção para nós a forma como incluem nesse processo as transformações na estrutura ocupacional, as condições de vida e trabalho, e as formas de organização da classe trabalhadora. Para os autores, assim como para Rafael Cullen – que trataremos a seguir – no começo dos anos 30 a situação não estava nada boa para a classe trabalhadora argentina. O desemprego e o rebaixamento dos valores reais dos salários deram o tom da primeira metade da década, algo que era agravado pelas precárias condições de vida, em praticamente todos os indicadores sociais mais usuais para análise do padrão de vida, como a alimentação, moradia, vestuário e outros gastos de uma família comum. Até 1937, 77% dos rendimentos de uma família iam para alimentação e vestuário. No meio urbano, principalmente se tomamos por base Buenos Aires, as famílias moravam de aluguel em pensionatos e cortiços de cozinhas e banheiros coletivos, sendo que se estipula que metade das famílias argentinas, por essa altura, que contavam com um número entre quatro e seis pessoas, moravam em habitações de um cômodo. No geral, somente um terço das famílias vivia em habitações com duas peças, e menos de um décimo chegava a contar com uma residência de três ou mais<sup>79</sup>. Em relação às condições de vida no campo, Belini e Korol apontam que:

No interior do país os salários e as condições de vida eram ainda piores. Como revelou com crueza o senador Alfredo Palacios em 1937, no Norte do país as populações sofriam devido a menores oportunidades de trabalho, salários mais baixos, falta de assistência sanitária e de escolas. Estas condições alentavam a migração do campo para as cidades e dessas para os grandes centros urbanos do litoral<sup>80</sup>.

---

<sup>78</sup> BELINI, C.; KOROL, J.. *Historia económica de la Argentina en el siglo XX*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012. Destacamos aqui a exposição dos pesquisadores em dois dos capítulos da obra, que correspondem diretamente ao nosso problema de pesquisa: o capítulo 2, intitulado *Crisis, depresión y recuperación (1930-1945)*, e o capítulo 3, *La economía del primer peronismo (1946-1955)*.

<sup>79</sup> *Ibidem*, p. 102-103.

<sup>80</sup> *Idem*. Tradução nossa.

Já em relação às condições de trabalho, Belini e Korol apontam que os empregadores, no geral, continuaram tendo maiores prerrogativas. Ainda que não existam fontes muito precisas sobre o quanto eram utilizados ou eram eficazes os departamentos de trabalho provinciais<sup>81</sup> – a resposta dada pelos autores tende a sugerir uma pequena influência desses nas relações entre patrão e empregados no período – é possível afirmar que eram, de fato, os empregadores, que ainda fixavam quase unilateralmente as condições de trabalho. A instabilidade do emprego que residia na possibilidade dos patrões de despedir pessoal sem indenização ou aviso prévio são características destacadas também. E seria – assim como apontado também por outros pesquisadores consultados nessa revisão – a partir da segunda metade dos anos 1930 que essa situação começaria, aos poucos, a ser transformada gradativamente em locais ainda muito restritos, através de acordos coletivos e convênios, cuja preferência dos patrões era de que, sempre que possível, esses fossem assinados por planta produtiva e não por ramo de produção ou ofício<sup>82</sup>.

A luta sindical não era fácil, e seus membros mais combativos eram ferrenhamente perseguidos por empresários e pelo Estado. Entre os revolucionários essa repressão era ainda maior. No entanto, o período marca o aumento da influência das correntes comunistas a partir do PCA, como destacam os autores, destacando o quanto esses obtiveram avanços notáveis nos setores industriais, com a formação de sindicatos por ramo, como foi o caso da UOT, e não mais por ofício<sup>83</sup>.

Quando ocorreu o golpe de 1943 que derrocou Castillo da presidência, o novo bloco de poder à frente do Estado encontrou um cenário sindical com uma CGT fraturada em duas partes. A CGT número 1, dirigida por José Domenech, defendia a não intervenção dos partidos nas

---

<sup>81</sup> Exploraremos melhor a questão da atuação dos Departamentos de Trabalho e ações a nível provincial na parte 1 do capítulo 3.

<sup>82</sup> Ainda em relação ao mundo do trabalho nos anos 1930, Belini e Korol também abordam o processo de lutas sindicais, que constituíram um momento chave no movimento operário. A partir da criação da CGT, que se fusionou à USA, de tendência sindicalista-revolucionária, e a Confederación Obrera Argentina (COA), de tendência socialista, tem-se verificado na historiografia um movimento de transformações na estrutura e modo de funcionamento dos sindicatos, no processo pelo qual o Estado passa a intervir, cada vez mais, nos últimos anos da década até 1943, ao mesmo tempo em que as primeiras conquistas trabalhistas mais efetivas são obtidas, ocorrem os maiores níveis de crescimento da taxa de sindicalização operária argentina já verificadas até então. Interessante destacar, nesse momento, como, a despeito de já existirem pesquisas (considerando a data de lançamento do trabalho de Belini e Korol) que tratassem das transformações ocorridas no campo, os autores não dedicam muita importância ao mesmo no conjunto de sua análise, sendo que as referências ao tema, principalmente nessa parte sobre organização sindical são inexistentes, característica que ainda marca boa parte da bibliografia que se pretende geral e abrangente sobre os temas correlatos.

<sup>83</sup> Convém lembrar, entretanto, embora isso não seja apresentado pelos autores, de que a influência do PCA na organização de trabalhadores, ao mesmo tempo em que ganha importância no meio urbano, como destacado, perde muito de sua influência sobre as organizações de trabalho no campo, salvo o caso de Córdoba.

organizações trabalhistas, e a CGT número 2, contava com apoio de socialistas e comunistas. O destaque dado pelos pesquisadores à política de então vai ao encontro das principais interpretações ao conferir mais destaque argumentativo ao duplo processo no qual repressão e primeiras conquistas sociais foram se entrelaçando, ao mesmo tempo em que os sindicatos, embora mantivessem certa combatividade durante todo o período peronista, passaram a sofrer cada vez mais a intervenção do Estado. Em um primeiro momento, o que se destaca é o caráter repressivo, com a perseguição aos militantes do PCA e socialistas, organizados em torno da CGT n.2; e a aproximação governamental à CGT n.1. Para sintetizar, considerando o período da segunda metade dos anos 1930 até o período 1943-1945 do governo militar, para os autores

Então, ao final do período as condições de vida pouco haviam mudado. Apesar da política social implementada por Perón entre 1943 e 1945, apenas os salários reais haviam crescido. No entanto, sua atuação à frente da Secretaría [del Trabajo y Previsión], seu carisma e suas propostas o permitiram obter o apoio de uma parte importante do movimento operário e dos velhos e novos dirigentes, que conformaram o Partido Laborista e apoiaram sua candidatura presidencial nas eleições gerais de fevereiro de 1946<sup>84</sup>.

De um modo geral, Belini e Korol buscam afirmar, sobre as transformações gerais na economia e na sociedade, para o período 1930-1945, que a crise de 1929 marcou uma nova etapa para a Argentina, uma vez que reorientou suas possibilidades de ação, requereu pela primeira vez políticas econômicas, propriamente ditas, ao invés de políticas quase automáticas de preservação dos mercados externos e de receitas típicas da ortodoxia neoclássica. “A queda dos preços de produção e a deterioração dos termos de troca, o final do padrão ouro e a desarticulação do comércio mundial puseram fim a um largo período no qual o progresso do país havia tido como centro o setor agrário exportador<sup>85</sup>”. A crise de 1930 teria impulsionado então uma série de transformações estruturais, mais evidentes no final da década, onde a indústria tornou-se o setor mais dinâmico da economia e maior geradora de empregos. No entanto, o processo de industrialização foi limitado, em sua visão, pois havia sido interpretado ainda, na esfera política, como consequência da crise econômica, e que tinha a virtude de atenuar o problema do desemprego. Além disso, o temor de que se criassem novos obstáculos às exportações tradicionais, perante a classe *terratenente* e parte considerável da burguesia agrária e a ausência de um programa industrial mais ousado, ou sequer mais definido, fizeram, segundo os autores, com que o processo de industrialização analisado fosse melhor descrito

---

<sup>84</sup> BELINI e KOROL, Op. Cit. p. 106. Tradução nossa.

<sup>85</sup> *Ibidem*, p. 110.

pelo adjetivo de “limitado”<sup>86</sup>, uma vez que não buscou explorar o máximo de seu potencial, graças à hesitação e às resistências políticas por parte de agentes não sem importância da burguesia agrária, além de uma falta ainda de maturidade e coesão política das representações da burguesia industrial local, fato que só se verificará partir do fortalecimento que ocorre dessa durante os anos de governo do peronismo original, principalmente a partir do final da década de 1940. Por outra frente de análise, Belini e Korol se somam às interpretações de que um estado tipicamente interventor já vinha se delineando como possibilidade antes do governo de Perón, marcando também uma espécie de evolução gradativa no período, fato que se verificaria nos últimos governos antes de sua ascensão.

Sobre o período peronista em si, Belini e Korol resumem os objetivos da política econômica peronista em torno de três eixos principais: a expansão do mercado interno, a redistribuição dos rendimentos e o crescimento industrial. E que para alcançar estes Perón e sua equipe instrumentalizaram uma série de reformas institucionais que estenderam de maneira considerável o papel de atuação do Estado perante a organização da economia nacional e perante às classes sociais. Uma das chaves de interpretação oferecidas por Belini e Korol para entender a política econômica peronista, também nos tem importância para compreender um pouco da governabilidade e do poder do aparato estatal peronista perante importantes setores da burguesia nacional: o controle da política cambial, de comércio exterior e de concessão de créditos. Um marco disso teria sido a reforma bancária de 1946, que traz entre outros elementos a nacionalização do Banco Central e a criação do IAPI. O que pode nos ajudar ao fornecer alguns indícios sobre de que modo uma série de prerrogativas fundamentais para a reprodução do capital estavam sob juízo do governo peronista. Sem isso não é possível entender como setores importantes do capital, ainda que não tivessem silenciado sua oposição, não lograram ir adiante, naquela conjuntura inicial, em um combate direto à Perón. A própria SRA, entre outras organizações empresariais patronais, deslocaram dirigentes anti-peronistas, em um primeiro momento, buscando uma aproximação geral com o governo. “A outorga de um crédito, de uma

---

<sup>86</sup> Convém reforçar que o recorrente adjetivo “limitado(a)” pensado ao processo de industrialização pode incluir, por si só, uma idealização prévia do que seria uma industrialização plena, não-limitada, e assim, como uma expectativa de industrialização que orienta o olhar analítico sobre o processo. Isso foi característico do pensamento desenvolvimentista a partir da CEPAL, e pode possuir uma pluralidade de sentidos entre diferentes autores e pensamentos econômicos. De nossa parte, quando utilizamos o termo industrialização limitada, o fazemos em comparação com os processos de industrialização ocorridos nas economias que vem a se tornar centrais no sistema capitalista mundial, durante o fim do século XVIII e século XIX.

permissão de importação ou a concessão de um tipo de câmbio preferencial para exportar ou importar podiam determinar a viabilidade de um negócio<sup>87</sup>”.

### **1.8 Rafael Cullen e a luta de classes no peronismo original**

A questão do trabalho no campo, como sabemos, é apenas uma das diversas características importantes dos embates político-econômicos para o período 1943-1955, entendido como os anos do peronismo original. Na análise do peronismo enquanto movimento político destaca-se também o trabalho de Rafael Cullen, de 2009, *Clase Obrera, Lucha Armada, Peronismos*, uma pesquisa de fôlego cujo problema de análise exige que a abordagem vá desde os anos 1930, onde os primeiros traços do justicialismo começam a manifestar-se até os desdobramentos do(s) peronismo(s) após o golpe que depôs Perón em 1955. Para Cullen, o que se entende por “peronismo original” resultou de uma aliança social interclassista, em que a participação da classe operária foi decisiva. Protagonismo esse que, entretanto, não foi suficiente para impedir o violento ataque que desalojou o peronismo original do poder em setembro de 1955. A partir de então um novo bloco de poder consolidou-se, e com ele uma força política majoritária que buscou sufocar qualquer possibilidade de ascensão nova de qualquer projeto semelhante ao do peronismo original, o que o autor identificou ao delimitar que “a proibição da força política majoritária impede recompor a legitimidade do sistema político institucional para exercer o poder em nome do conjunto social<sup>88</sup>”. É a partir desse prisma que Cullen analisa o período posterior, uma vez que, segundo ele, a partir de 1955 os trabalhadores são os únicos que se reconhecem ativamente no peronismo, ou como peronistas. “Este perde seu significado como expressão de uma aliança de classes. Passa a ser a identidade política e social dos “cabecitas” ou dos “negros” que resistem ao avanço do capital<sup>89</sup>”. Assim definidos, peronismo original e peronismo pós-1955 são tratados no trabalho de Cullen em dois volumes, sendo que nos interessa aqui particularmente o primeiro.

Cullen analisa as condições de trabalho e de vida, além das condições políticas da classe trabalhadora durante a década de 1930. Nesse raciocínio dedica sua atenção principalmente para a classe operária, em seu sentido estritamente urbano (ainda que não expresse diretamente a escolha do objeto), não abordando diretamente a evolução das condições do trabalho rural. Ainda assim, através de alguns pontos tangentes podemos traçar algumas considerações que

---

<sup>87</sup> BELINI, C.; KOROL, J. Op. Cit., p. 124.

<sup>88</sup> CULLEN, R. Op. Cit., p. 11.

<sup>89</sup> Idem.

nos ajudam, inclusive, a elucidar melhor certas características do trabalho rural, em relação à classe operária, tal como especificada por Cullen.

As transformações das tecnologias do campo, bem como os impactos da crise, como já mencionado, tornaram ainda mais difíceis as condições dos trabalhadores rurais argentinos. A maior necessidade de especialização e a decrescente necessidade de mão-de-obra somadas ainda à passagem, em muitas terras, das atividades agrícolas para a pecuária, diminuía a oferta de trabalho, ao mesmo tempo em que mantinham baixos os salários de quem ainda tinha emprego no setor. A fome assolava grande parte das famílias de trabalhadores rurais. Isso é destacado por Cullen de forma inserida em sua análise sobre o processo de migração interna verificado no período, onde grandes contingentes populacionais deslocaram-se para os núcleos urbanos, notadamente Buenos Aires, em busca de oportunidades.

Segundo o pesquisador, ainda, os salários nominais diminuíram 19% entre 1929 e 1932, e em 1934 representavam ainda apenas 77% de 1929, para começar a subir de forma lenta, recuperando apenas em 1942 o poder aquisitivo de 1929<sup>90</sup>. A insuficiência dos salários já era reconhecida por organismos oficiais, como o Departamento Nacional do Trabalho, que em 1933 calculava como mínimo necessário para um salário mensal capaz de sustentar uma família a quantia de 130,15 pesos, ao passo que o salário médio (não o mínimo) era de 119,89 pesos<sup>91</sup>. As condições de vida desses trabalhadores, como podemos imaginar eram tão precárias quanto às condições de salubridade e segurança do trabalho, cujas pontuais “conquistas” ainda eram definidas unilateralmente por patrões, e restritamente no meio urbano. Diante desse cenário, Cullen expõe que serão, antes de legislações, os convênios coletivos que garantirão pequenas conquistas para trabalhadores de determinados ramos e empresas específicas. Entre 1936 e 1943 foi essa prática dos convênios que garantia benefícios sociais<sup>92</sup>, onde o poder institucional

---

<sup>90</sup> Até 1942, o salário real permaneceu sempre por debaixo do de 1929. Entre 1942 e 1944 subiu 17%. Em 1945, a par da confrontação social e política, houve uma grande inflação e o salário mínimo se manteve [nos mesmos níveis] graças a introdução do *aguinaldo*, para ter um leve aumento em 1946. Até o final da década [de 1940], quando os salários tenderam a melhorar, tiveram essa relação com o custo da cesta básica: [para o período de] 1939-1943: preços +87%; salários +36% (diferença de -51 pontos percentuais). E nos inícios do peronismo a relação é favorável ao salário: 1943-1946: preços +13%; salários +19% (diferença de +6 pontos percentuais). Cf. CULLEN. Op. Cit. p. 30. Essa relação exposta no segundo caso, nos inícios do peronismo, ainda podemos acrescentar que se dá tanto mais pelas políticas de contenção de preços e manutenção da oferta para o mercado interno do que propriamente por um aumento direto da razão paga pelo trabalho.

<sup>91</sup> Como veremos, com o Estatuto do Peão em 1944, os valores remuneratórios ainda estarão em sua grande maioria, abaixo dessa margem. Ainda assim, entidades patronais como a SRA defenderam, por vezes, que os peões não saberiam o que fazer com uma remuneração maior, e trabalhariam menos ou cederiam a vícios.

<sup>92</sup> No período citado foram 82 convênios coletivos na capital federal, e 660 no conjunto da província de Buenos Aires, em sua maioria sendo convênios de empresas locais que abarcavam um limitado número de trabalhadores. Ainda assim, conforme Cullen, era escasso o próprio cumprimento dos pontos acordados da parte dos patrões, da

governamental sequer se aproximava de estabelecer algo próximo de uma legislação trabalhista de caráter abrangente.

Pelo exposto, além das consequências ainda sentidas da Grande Depressão, a primeira metade dos anos de 1930 foi de extrema debilidade para a classe trabalhadora. Debilidade nos sentidos já mencionados, como também, de potencial de ação de luta no sentido de influir de forma mais decisiva nas relações entre capital e trabalho. Para Cullen, “sua capacidade de resistência se vê duramente golpeada pela alta taxa de desemprego e a repressão do governo Uriburu, continuada de forma seletiva por Justo<sup>93</sup>”.

Será apenas a partir do biênio 1945/1946 que, talvez devido aos maiores índices de ocupação da classe trabalhadora, as possibilidades de ação política, ainda que escassas, passam a revigorar-se, através da verificação de grandes greves na segunda metade dos anos 1930, apesar de novamente levantada uma situação de estado de Sítio em 1935. Cullen coloca a questão sobre quais foram então os ganhos ou transformações que o movimento político da classe trabalhadora organizada nesse período propiciou. Na resposta destacam-se as alianças que foram percebidas, naquela conjuntura, com outros setores, através de algumas pautas unificadoras, que no geral simbolizavam lutas contra monopólios e manifestações do imperialismo materializado em empresas estrangeiras e sua atuação na Argentina. Nesse momento, começa a aparecer ativamente a intermediação de um organismo estatal, a Dirección Nacional del Trabajo (DNT), que havia sido criada em 1912, cumprindo funções muito mais estatísticas até aquele momento, mas agora passando a intermediar cada vez mais os conflitos oriundos das greves, e fechando alguns acordos entre patrões e empregados. “Em 1935, com sua intervenção em uma greve do grêmio de confecção, conseguiu pela primeira vez que patrões e trabalhadores se comprometessem a aceitar obrigatoriamente sua resolução arbitral<sup>94</sup>”. E, já em 1939, “a *Comisión Nacional para combatir la Desocupación* propunha a criação de um ministério do trabalho e ação social e, desde 1940, o governo começou a ditar leis, decretos e resoluções ministeriais regulamentando as condições de trabalho em diferentes atividades<sup>95</sup>”.

---

mesma forma que o era as poucas leis trabalhistas já existentes. “Até 1943, a disposição do Estado para fazer cumprir as leis foi escassa. A Federação de Empregados de Comércio lutou para que no Código de Comércio se incluísse o direito à indenização por despesa e a licença por enfermidade. Havendo conseguido sua sanção parlamentar, a lei foi vetada por Justo em 1932 e promulgada dois anos depois como lei 11.729. A reação da UIA conseguiu que a Corte Suprema declarasse inconstitucional um dos seus artigos”. CULLEN, Op. Cit. p. 31.

<sup>93</sup> Idem.

<sup>94</sup> Ibidem, p. 33.

<sup>95</sup> Ibidem, p. 34.

Ao mesmo tempo, como já mencionamos, os mecanismos de controle e repressão faziam-se presentes sem esmorecer, além do claro combate às posturas anarquistas e comunistas dentro do sindicalismo. Tratando do então governador de Buenos Aires, Manuel Fresco (1936-40) sobre as organizações sindicais, escreve Cullen que este:

afirmava o projeto segundo o qual “o governo estava longe de ser inimigo dos trabalhadores e de sua organização em sindicatos”. [Contudo] O convite ao diálogo ia acompanhado de uma série de ameaças que punham claros limites às reivindicações gremiais; em 1937, dizia a uma das CGT que visitava: “... enquanto os trabalhadores, como nesse caso [uma reclamação de aumento salarial para trabalhadores têxteis] me apresentem situações de injustiça, os apoiarei com toda a resolução. Mas os previno que meu governo não tolerará perturbações nem desordens de nenhuma espécie. As reprimirei com a mesma energia com que apoiarei as causas justas dos operários”<sup>96</sup>.

Nesse ponto chegamos a uma das principais conclusões de Cullen sobre a atuação dos sindicatos em relação ao governo, que se constituirá nos últimos anos desse modelo e nos primeiros anos após o golpe de 1943 e a ascensão da política do peronismo original. Trata-se de um ponto que elucida uma parte do problema central dessa pesquisa, algo que abrange a organização de trabalhadores urbanos e rurais. Cullen se coloca a seguinte pergunta: “frente a essa combinação de repressão e diálogo ante modestas reivindicações econômicas que levou adiante o governo conservador, como respondeu o movimento operário”? Essa resposta, gostaríamos de observar, dá de certa forma o tom das posturas sindicais, grosso modo, durante a década de 1940.

Para começar, ao contrário de uma súbita vinculação dos sindicatos ao Estado no pós-1943, o que se verifica antes, é um gradativo processo de redução de mecanismos como as greves, em detrimento de conquistas adquiridas institucionalmente, nesses últimos anos mencionados.

Aumenta a capacidade de negociação do movimento operário, o que localiza as organizações sindicais em um crescente protagonismo frente aos poderes públicos. Os dirigentes sindicalistas surgem como interlocutores de um Estado que está perdendo aos setores médios como sua base de sustentação e que tempera o conflito com uma classe operária a qual o novo desenvolvimento do capital precisa como produtora e consumidora. A perda de legitimidade do sistema político-institucional e a escassa inserção dos trabalhadores na vida político-eleitoral potenciaram esse rol sindical de interlocutor privilegiado do poder estatal. Para situarmos a real relação dos trabalhadores com o sistema político institucional, recordemos que Yrigoyen - o governo mais popular até o momento - havia sido eleito com 8% dos votos do total da população argentina. Tendo em conta que a maior parte dos estrangeiros não

---

<sup>96</sup>*Jornal El Día*, 26 de fevereiro de 1937. Citado por CULLEN, Op. Cit. p. 34. Tradução nossa.

nacionalizados pertenciam à classe trabalhadora pode inferir-se que a quantidade de trabalhadores que havia votado era menor a essa porcentagem. Por isso essa exclusão do sistema político institucional tinha um recorte de classe definido<sup>97</sup>.

Com isso, as décadas anteriores viram gradativamente o declínio de políticas operárias que impulsionavam a confrontação direta e sem mediações com o Estado, ao passo em que viram nascer um novo *modus operandi* onde o principal vetor das conquistas trabalhistas passava a ser esse aparato institucional com papel central dos sindicatos. Ao mesmo tempo, graças ao caráter repressivo já mencionado, a segunda metade da década de 1930 marcará cada vez mais a intervenção direta estatal dentro das organizações sindicais, outro fator a ser levado em conta nessa equação. Hugo del Campo, em *Sindicalismo y Peronismo*, sintetiza:

No Estado anterior a 1943 (...) já se manifestavam formas de intervencionismo social, algumas surpreendentemente afins com o que resultou típico na década seguinte. A descrição e a análise de tais formas de intervenção na década de 1930 mostram já um Estado que começa a desempenhar e a atribuir-se como legitimamente próprias funções tais como a de intermediário no conflito social e a de normatizador de relações até então consideradas “privadas” e, por conseguinte, pertencentes à esfera da sociedade civil (...) [e] a classe trabalhadora não foi alheia ao processo indicado. Por um lado, intentou beneficiar-se com este primeiro esboço de política social empreendido desde o Estado e, em parte o conseguiu. Por outro lado, o estimulou e secundou com interesse (...). Tais feitos confirmam a ideia que na consciência dos trabalhadores estavam presentes de antemão os elementos que constituíram os eixos principais do peronismo em matéria trabalhista<sup>98</sup>.

Nesse mesmo sentido, é no capítulo dois de sua obra, que Cullen analisa, através principalmente de outras contribuições bibliográficas e de testemunhos, publicações e discursos de entidades, o momento chave de surgimento do peronismo original, no qual Perón assume a Secretaria del Trabajo y Previsión, e acumula no decorrer os cargos de Ministro da Guerra e de Vice-presidente, tornando-se símbolo das políticas de massa do governo, e maior nome deste.

Assim como também já haviam destacado importantes pesquisadores já mencionados aqui como Ferrer e Rapoport, Cullen se soma aos que dedicam ao contexto internacional de transformações econômicas e políticas da Segunda Guerra um papel de importância para explicar os desdobramentos do peronismo. As pressões comerciais e diplomáticas estadunidenses cristalizaram-se em solo argentino na ação política do diplomata dos EUA, Spruille Braden, e é nessa conjuntura que surge uma espécie de nacionalismo militar “anti-yankee”, que irá corroborar com as bases de um modelo de desenvolvimento em aliança com

---

<sup>97</sup>Ibidem, p. 35. Tradução nossa.

<sup>98</sup>DEL CAMPO, H. *Sindicalismo y peronismo*. Buenos Aires: CLACSO, 1983, p. 56. Tradução nossa.

frações da burguesia industrial local. A centralidade do exército nesse processo dá-se pela forma como este, através da ação do Grupo de Oficiais Unidos (GOU) apresenta-se como uma espécie de “partido da burguesia industrial” nesse primeiro momento, para usar os termos de Cullen. É nas origens desse mesmo projeto e conjuntura que se desenvolve, entre os oficiais, a ideia de uma terceira via, de independência nacional ante ao domínio capitalista norte-americano e à expansão soviética. Além disso, é necessário acrescentar que esse novo bloco de poder que emerge, que foi qualificado por alguns como um “nacionalismo clerical”, ao mesmo tempo em que apresentava uma política econômica tida como progressista (tanto por seus partidários, como por uma parte da oposição que por vezes o qualificará como progressista demais), baseava-se em um conservadorismo evidente no que diz respeito às políticas em áreas como cultura e educação, fato verificado, por exemplo, pelo retorno do ensino obrigatório da religião católica, da censura de imprensa, da dissolução dos partidos políticos, do dismantelamento de locais de organização do PCA, bem como às numerosas prisões de líderes sindicais dessa tendência. “A neutralidade e a industrialização autônoma eram impulsionadas por militares anticomunistas que deixavam a política educativa e cultural em mãos do nacionalismo católico aristocrático mais reacionário e obscurantista<sup>99</sup>”.

Essa dimensão destacada será somada aos usos feitos por diferentes setores da burguesia que compõe uma frente oligárquica ao forjar uma luta em termos de partidários da democracia versus partidários do fascismo e do reacionarismo.<sup>100</sup> Considerando-se as conquistas trabalhistas do período 1943-1945 inicialmente, onde está inserido o Estatuto do Peão Rural, desenvolve-se, segundo a tese de Cullen, uma cisão entre a “democracia” e o “anti-fascismo”, de um lado, e os interesses dos trabalhadores, de outro. Cisão essa promovida por setores mais poderosos do capital ao apropriar-se dessas bandeiras. É na verdade, diante dessa conjuntura, que Perón inicia a construção de sua aliança com os trabalhadores.

Sem dedicar-se muito a análise do mesmo, Cullen insere nesse momento de construção dessa aliança, entre vários outros pontos, a promulgação do Estatuto do Peão Rural, que introduziu a legislação trabalhista nacional no campo, e a ação da *Comisión Nacional del Trabajo Rural*. Cullen destaca que estas medidas estariam inseridas tanto na intenção de se criar

---

<sup>99</sup> CULLEN, Op. Cit., p. 50.

<sup>100</sup> Cumpre observar, criticamente, que também o PCA, sob a linha dogmática que orientava o Comintern na América Latina, elegeu Perón naquele contexto como o adversário principal, aliando-se com as frações da classe dominante vinculadas ao agro e com o próprio imperialismo, ao compor a Unión Democrática. Essa linha política terminaria reforçando o terreno para a afirmação da ideologia justicialista como um terceiro caminho.

a mencionada aliança com a classe trabalhadora, como na tentativa de firmar-se um pacto social, com adesão de setores da burguesia (onde compreende-se arrendatários como inclusos), onde a principal argumentação teórica para tal (para o período 1943-45), seria o projeto de estímulo e desenvolvimento do mercado interno, com todas essas medidas promovendo um aumento do potencial de consumo da classe trabalhadora. Ou pelo menos essa é a argumentação principal defendida por Perón publicamente e nos principais encontros com industriais e latifundiários que manteve no período (antes da aberta oposição que leva a sua prisão) juntamente ao combate ao comunismo.

Até aqui tratamos brevemente apenas das principais abordagens sobre a conjuntura em que emergiram as políticas trabalhistas do governo peronista e salientamos alguns aspectos atinentes ao Estatuto do Peão, presentes em algumas destas análises. Por outra frente mais específica, das relações sociais no campo, também convém analisarmos as contribuições reunidas por Osvaldo Barsky, em *Historia del Agro Argentino*, de 2009.

### **1.9 Osvaldo Barsky e a história agrária argentina**

Barsky apresenta uma argumentação geral sobre o desenvolvimento e as transformações do campo desde à conquista espanhola até o século XXI, organizando uma divisão em capítulos no quais são apresentados diferentes momentos do meio rural, principalmente atrelados às transformações da estrutura produtiva e políticas para o setor agropecuário. Barsky encontra-se assim entre os autores que dedicam especial atenção ao contexto externo, para nosso período de análise, em especial à Segunda Guerra Mundial, que marca o início de uma impressionante queda da produção agrícola na região mais importante para o agro argentino, a pampeira, “cujos retrocessos produtivo e tecnológico serão acompanhados por políticas agrárias que iniciaram a desaparecimento do tradicional sistema de arrendamentos na região<sup>101</sup>”. A década de 1940 também é entendida como uma década de transição a novas formas produtivas, através dos processos de desenvolvimento dos chamados cultivos industriais e a mecanização do campo, principalmente com o arroz, o tabaco e algodão, além do crescimento de alguns novos produtos a ganhar importância no conjunto da produção agrícola como a expansão da viticultura e do cultivo da cana de açúcar.

---

<sup>101</sup> BARSKY, O; GELMAN, J. *Historia del agro argentino: desde la conquista hasta comienzos del siglo XXI*. Buenos Aires: Sudamericana, 2009, p. 19.

O autor discute a noção de estancamento na região dos pampas, apontando para os limites da expansão produtiva no período através da simples conversão de novas terras ao cultivo e o papel do boicote estadunidense nas exportações agropecuárias e nas importações de insumos, entre 1942 e 1949. No entanto, para nossa pesquisa, é de interesse especial destacar aqui que Barsky, de uma forma geral, enxerga o período peronista como um período de regressão e de sufocamento do desenvolvimento agropecuário. Desde sua perspectiva, o papel do Estado, ampliando-se perante às políticas agrárias, em especial na esfera comercial internacional (principalmente após a criação do IAPI) e com o controle dos preços internos, seria um dos principais motivos desse estancamento, com a ausência de políticas adequadas para o setor.

Seguindo a literatura sobre as causas da queda da produção agrícola na década de 1940, ao apontar as políticas econômicas como centrais, definiu alguns argumentos gerais que comporiam esse cenário:

1º) o estabelecimento de uma aguda estatização e centralização da economia, a qual se pretendeu dirigir burocraticamente através de planos e organismos oficiais que fracassaram em sua ação; 2º) o desalento da produção agropecuária através da diminuição de seus ingressos em benefício do setor estatal, do industrial e do consumidor; 3º) a perda de mercados de exportação para produtos agropecuários, devido à conjunção destes fatores com uma errônea política de comercialização; 4º) a descapitalização da agricultura, que se traduziu em um baixo nível de mecanização e tecnificação, assim como um importante declínio dos meios de transporte e da energia disponíveis; 5º) o mal uso das divisas acumuladas no exterior em importante proporção utilizadas em operações que não se traduziram na importação de bens produtivos<sup>102</sup>.

No centro de vários desses tópicos, em especial do primeiro, está a atuação do IAPI, que comprava a totalidade das colheitas de trigo, tanto para a exportação como para garantir porções ao mercado interno com preço sob controle, além de cotas de exportação de outros cereais, o que para Barsky, orientava as possibilidades de ação do setor privado apenas para o mercado interno, em termos de não-intervenção. As sementes e o azeite de oleaginosas, bem como as exportações da pecuária bovina também estavam centralizadas neste órgão. Sem adentrar nas discussões sobre o papel que cumpriu o IAPI, em diferentes opiniões, Barsky concluiu que

No entanto, a utilização arbitrária dos recursos obtidos, a falta de uma política coerente de desenvolvimento agrário, e reconhecidos processos de corrupção na administração do organismo afetaram seriamente a eficácia e legitimidade de sua ação. Se frustrou assim uma experiência estatal muito importante e sua

---

<sup>102</sup> Ibidem, p. 361. Tradução nossa.

deslegitimação foi utilizada para evitar no futuro um papel relevante do estado no processo de comercialização internacional<sup>103</sup>.

A essa abordagem crítica da participação do Estado, acrescentamos também que as questões trabalhistas envolvendo o meio rural são pouco ou nada abordadas por Barsky nesse trabalho. O Estatuto do Peão é mencionado apenas como parte dos custos adicionais de produção, como uma das causas da queda da produção agrícola para o período: “outros fatores (...) como a falta de insumos e maquinarias, e o encarecimento da mão de obra ao ditar-se leis como a do Estatuto do Peão, aumentaram custos e baixaram os rendimentos, o que desalentou a manutenção da agricultura<sup>104</sup>”. Esse desalento a que se refere Barsky, estaria entre os fatores que levaram muitos proprietários também a não mais arrendar suas terras (Perón apresentou uma clara política a favor dos arrendatários, congelando contratos e valores), passando muitas áreas da agricultura para a pecuária bovina.

Para além de trabalhos como o de Murmis e Portatiero e, mais recentemente, o de Rafael Cullen, podemos citar outros trabalhos que trataram das relações entre a classe trabalhadora rural, burguesia agrária e Estado. Estes trabalhos avançaram principalmente nos estudos sobre o trabalho, a partir da análise do sindicalismo e da formação do mercado de trabalho rural. Como já mencionamos algumas vezes, o tema do trabalho do campo recebeu muita menos atenção, proporcionalmente, em relação aos estudos do desenvolvimento do operariado urbano, que compareceu como objeto de análise em estudos econômicos, sobre o desenvolvimento do capitalismo argentino, sobre a formação da classe operária, e de um Estado interventor.

### **1.10 Ascolani: classes sociais e sindicalismo rural na Argentina**

Grosso modo, é possível apontar que será nos anos 80 que começam a proliferar um maior número de pesquisas que recortam o campo, como espaço geográfico de análise da ação de trabalhadores. Sobre a formação de um mercado de trabalho do campo, alguns estudos das décadas de 1970 e 1980 abriram os caminhos, como *La renta del suelo y el desarrollo agrario argentino*, de Guillermo Flichman, *El pan nuestro*, de Gastón Gori, *Los orígenes del movimiento obrero argentino*, de Hugo del Campo, *Población y mano de obra en Córdoba 1880-1914*, de Aníbal Arcondo, e *Revolución en las Pampas: historia social del trigo argentino*, de James Scobie<sup>105</sup>. Contudo, o trabalho que mais se aprofundou em uma análise de

---

<sup>103</sup> Ibidem, p. 362. Tradução nossa.

<sup>104</sup> Ibidem, p. 363.

<sup>105</sup> FLICHMAN, G. *La renta del suelo y el desarrollo agrario argentino*. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 1986, pp. 98-99. GORI, G. *El pan nuestro*. Buenos Aires: Ediciones Galatea, 1958. DEL CAMPO, H. *Los orígenes del movimiento obrero argentino*. In: *História del movimiento obrero*. Buenos Aires: CEAL, 1973, tomo II.

fôlego sobre o sindicalismo rural e a formação da classe trabalhadora rural argentina, relacionando isso às disputas político-ideológicas e a ação do Estado em um grande recorte temporal foi o recente trabalho de Adrián Ascolani, *El sindicalismo rural en la Argentina: de la resistencia clasista a la comunidad organizada (1928-1952)*, de 2009<sup>106</sup>. Este é um dos principais trabalhos que dão base a nossa pesquisa empreendida aqui e, que auxiliou a abrir os caminhos de parte da pesquisa bibliográfica apresentada nesta revisão.

Ascolani, reunindo uma grande diversidade de fontes documentais, dos movimentos sindicais rurais, da imprensa, e do poder público, além de dados e estatísticas, promove também um balanço dos trabalhos que contribuíram com a temática. Assim, sua pesquisa é significativa também por incorporar grande parte dos avanços no conhecimento sobre o mercado de trabalho rural, presentes nos trabalhos mencionados. Sua análise marca as últimas décadas da chamada expansão produtiva da agropecuária pampeana argentina, passando pelos anos de crise e da conformação de um novo cenário no meio rural, que coincidirá com um novo momento do Estado como regulador das relações laborais agrárias.

Em cinco capítulos, Ascolani analisa as principais agitações agrárias (as quais tinham maior enfoque na região do Pampa, que possuía o mercado de trabalho rural mais desenvolvido e a maior atividade gremial) e as intervenções forçadas e violentas das forças de repressão estatal, em um momento em que a questão social, antes de tudo, era questão de polícia, para fazermos uma analogia com a famosa declaração de um presidente brasileiro da primeira república. O trabalho avança na análise dos impactos da crise que se estende pelos anos 1930, agudizando o grave problema social agrário através da fome e do desemprego e que culminam em uma série de episódios de efervescência popular, em um período onde a principal ação de

---

ARCONDO, A. *Población y mano de obra em Córdoba, 1880-1914*. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, Facultad de Ciencias Económicas, Instituto de Economía e Finanzas, 1973, Serie de Investigaciones N° 15, pp. 30-31. SCOBIE, J. *Revolución en las Pampas. Historia social del trigo argentino 1860-1930*. Buenos Aires: Editorial Hyspamérica, 1986.

<sup>106</sup> ASCOLANI, Adrián. *El sindicalismo rural en la Argentina: de la resistencia clasista a la comunidad organizada (1928-1952)*. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2009. Até então podia se dizer que o trabalho que mais havia se debruçado sobre o estudo das relações trabalhistas no campo era a compilação de estudos organizada por Waldo Ansaldi, tendo como eixo central os conflitos trabalhistas na região da produção de cereais para o período 1900-1937. Seu aporte foi a clara definição das características do assalariado agrícola, os atores sociais e estatais com os quais estava vinculado o âmbito da produção, bem como as tendências do sindicalismo agrário, além de colocar à disposição dos leitores um grande volume de dados locais para o que antes vivia apenas na memória coletiva. Alguns dos conceitos mais úteis de seu trabalho foi a definição dos trabalhadores de colheita como uma *classe trabajadora itinerante*, de variada composição e procedência, com uma existência intermitente constituída em relação com o empresariado rural, sendo que os membros mais combativos entre esses trabalhadores rurais da colheita eram os dos sindicatos de estivadores e transportadores, “os menos rurais dos trabalhadores rurais”. Ver ANSALDI, W. *Conflitos obreiros rurales pampeanos, 1900-1937*. Buenos Aires: CEAL, 1993.

“amenização” e próxima de qualquer intenção de melhoria nas condições de vida dos trabalhadores rurais limita-se à ação do assistencialismo e da caridade. Será apenas principalmente na segunda metade dos anos 1930 que ocorrerão dois processos paralelos que confluem para a realidade na qual emergirá o Estatuto do Peão, durante o período do peronismo original.

O primeiro deles refere-se ao processo de enfraquecimento das tendências revolucionárias presentes no movimento sindicalista rural, primeiramente com a extinção do anarcossindicalismo rural, e com crescentes dificuldades internas e, principalmente, externas que passam a limitar cada vez mais a atuação do PCA nas zonas rurais (onde as situações de repressão perante o prolongado Estado de Sítio e ação anti-comunista têm papel central). O segundo processo, que só pode ser entendido em relação ao primeiro, é o que insere, cada vez mais, os assuntos trabalhistas na alçada de ação do Estado, que se converte em ente regulador das relações trabalhistas, não exatamente no estabelecer-se de um conjunto de direitos ou garantias sociais, mas antes, de fato, como um agente mediador de conflitos laborais e, pontualmente, na assinatura de convênios, que ao mesmo tempo forçam um processo de “moderação” dos sindicatos em suas ações e reivindicações.

Esse segundo processo, embora possa ser resumido conceitualmente dessa forma, ocorreu em diferentes matizes locais, onde Ascolani concentra sua atenção nas províncias de maior amplitude da constituição de um mercado de trabalho rural, com os governos liberais em Santa Fé; governos conservadores e, para usar o termo de Ascolani, “filofascistas” em Buenos Aires; com os governos populares de Córdoba que propiciaram certo amparo ao sindicalismo classista rural; e os governos “pragmáticos” de Entre Ríos que lidaram com o sindicalismo mais “moderado” destes casos.

Ascolani nos mostra como o Estatuto del Peón não foi um raio em céu azul como parte da política peronista. Tinha uma razão e um momento de ser. Já se tratava de demanda antiga, por algumas ocasiões reconhecida por membros importantes do poder público, no entanto reinava, nas três primeiras décadas do século XX (principalmente após a crise de 1929 e a chegada ao poder dos governos conservadores), uma contínua postergação da discussão oficial sobre uma legislação destinada ao mercado de trabalho no campo. Ainda assim, as incursões no âmbito judicial, foram constituindo discursivamente, aos poucos, o processo que Ascolani identificou como “a constituição de um sujeito com direitos trabalhistas”, que foi rumando para a construção de um Foro específico para o trabalho rural. Com o golpe de 1943, começa a

fortalecer-se a ideia dos direitos do trabalhador rural como direitos sociais, o que somado ao apreço confesso e destacado de Perón por esta classe (que incorpora o peão como um dos principais sujeitos componentes do “povo”, ainda que sua noção de povo seja muito vaga e variante), a necessidade de regular um mercado de trabalho em prol do projeto de redistribuição de riqueza e desenvolvimento do mercado interno, e a necessidade de contenção do êxodo rural até então constante e considerado desde a década anterior como problema social, fazendo emergir o projeto convertido em decreto do Estatuto del Peón Rural Argentino, no mesmo bojo de uma série de outros decretos “benfeitores”, como aponta Ascolani. Além do Estatuto, Ascolani aponta também como foi necessário o trabalho da Comisión Nacional del Trabajo Rural e demais decretos oficiais que tiveram como enfoque principal regular o trabalho por temporada, forma dominante de trabalho no meio rural, com sazonalidade ligada às colheitas. Será através de uma conjuntura onde isso foi permitido, que ocorrerão as discussões e a posterior promulgação da regulamentação do Estatuto em 1947, e a consolidação, de fato, de uma comunidade organizada de trabalhadores rurais a nível nacional, consciente de seus direitos e de seu papel de ação no jogo político, e isso se representa também na criação, em 1947, da Federación Argentina de los Trabajadores Rurales y Estibadores (FATRE).

Embora avance em muitos aspectos, e possa ser considerado o trabalho mais abrangente sobre a temática, *El sindicalismo rural en la Argentina* não aborda de forma extensa problemáticas que tivemos como eixo central da nossa pesquisa. O enfoque de Ascolani é na formação do que chamou de uma *comunidad organizada* de trabalhadores rurais, até o período que corresponde aproximadamente ao segundo governo de Perón, a partir de uma perspectiva das transformações nas formas de organização do trabalho rural. Essa preocupação geral, que de forma alguma é um defeito da pesquisa, entretanto, fez com que o historiador dedicasse pouco destaque à esfera do combate político, social e econômico que permeou esse processo de transformações para a classe trabalhadora rural. Assim, durante praticamente toda sua análise do período do peronismo original não se analisa a fundo as reações de classe a esse processo, tampouco como ele pode se relacionar com as ações estatais que materializavam o projeto peronista, ou como esse foi afetado pelas transformações estruturais e macroeconômicas. Permanece uma impressão de um processo geral de conquistas trabalhistas sem significativas reações, e com pouca análise das intenções estatais com a regulação do mercado de trabalho como parte coerente de um projeto para o país. Ademais, talvez por escolha consciente do autor, o trabalho não aponta o influxo evidente das políticas para os trabalhadores rurais que ocorre no segundo governo de Perón, apresentando uma narrativa que vai de uma época de penúria e

sem direitos à uma realidade de comunidade organizada, com peso político nacional, e assegurada por uma gama de direitos adquiridos. Em outro aspecto, diferenciamos nosso objetivo, ao dedicarmos maior ênfase na centralidade do Estatuto, uma vez que no trabalho de Ascolani, este documento não ganha muito espaço em sua exposição.

O estudo do campo argentino durante o peronismo original também aproveitou o conjunto dos avanços dos estudos agrários argentinos promovidos pela revista *Mundo Agrário*, vinculada à Universidad de La Plata<sup>107</sup>, a partir do ano de 2000. Um dos principais estudos sobre a transformação das políticas para o agro durante o período 1948-1950, por exemplo, publicado em 2002 pela revista, foi a pesquisa de Noemí Blacha. Através de uma pesquisa de maior fôlego, a autora desmembra, a partir de dados dos principais órgãos econômicos do período, as evidentes transformações no papel do campo dentro do conjunto do projeto peronista<sup>108</sup>. Se a ocorrência dessa transformação já era constatada por observadores no período, como o exemplo citado de Frondizi, Blacha expõe como essa mudança de orientação se deu a partir dos principais órgãos de planejamento e financiamento, e as principais mudanças com os novos planos econômicos que marcaram o início dos anos 1950. Mario Lattuada também apresentou importantes contribuições, tanto no estudo das transformações objetivas e concretas das políticas peronistas para o meio rural, como pelo estudo da transformação discursiva que reordenou o entendimento de uma série de premissas do peronismo original, buscando aplicar novos sentidos para antigas bandeiras como a luta contra o latifúndio e o imperialismo<sup>109</sup>.

Para encerrar, também dois trabalhos recentes analisaram o caso argentino, a partir de problemas similares, em perspectiva de história comparada. É o caso do artigo de Luciano Oscar Barandiarán, que comparou a implementação dos estatutos de trabalhadores rurais argentino e brasileiro, e da tese de Vanderlei Ribeiro, que comparou as políticas agrárias sob o peronismo

---

<sup>107</sup> Revista *Mundo Agrário*, Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación: <https://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/> (último acesso em 30/03/2019).

<sup>108</sup> Ver: GIRBAL-BLACHA, N. *Políticas públicas para el agro se ofrecen: llamar al estado peronista (1943-1955)*. La Plata: Mundo agrário, FAHCE, Centro de estudios Histórico Rurales, vol. 3, n. 5, 2002, e GIRBAL-BLACHA, N. *El cambio de rumbo de la economía argentina peronista (1949-1955) El crédito agrario y los consejos regionales de promoción*. Ciclos, Año X, Vol. X, n. 20, 2000.

<sup>109</sup> LATTUADA, M. *La política agraria peronista (1943-1955)*. Buenos Aires: CEAL, 1986, e LATTUADA, M. *El peronismo y los sectores sociales agrarios. La resignificación del discurso como articulador de los cambios en las relaciones de dominación y la permanencia de las relaciones de producción*. La Plata: Mundo Agrario, vol. 3, nº 5, segundo semestre de 2002. Outro estudo que se focou na análise discursiva e de políticas agrárias, com um caráter mais abrangente, foi o de Javier Balsa, abrangendo os governos radicais, o retorno do conservadorismo e o peronismo. BALSÁ, J. *Discurso y políticas agrarias em Argentina (1920-1955)*. Revista *América Latina en la Historia Económica*, ano 19, n. 3, setembro-dezembro, 2012, pp. 98-128

e o varguismo<sup>110</sup>. Ambos têm a vantagem de apresentar informações, e conclusões da historiografia argentina de até então, bem como as vantagens analíticas de uma pesquisa em história comparada, ainda que o primeiro apresente uma análise por vezes um pouco superficial sobre as especificidades do papel do Estatuto del Peón no contexto argentino.

Em suma, da análise da bibliografia discutida nesse capítulo, que trata das condições gerais em que se desenvolveu a conjuntura de emergência do peronismo, sua relação com as classes sociais e as políticas que compreenderam o Estatuto del Peón, como parte das transformações gerais na legislação laboral nacional, e rural em especial, podemos expor algumas conclusões iniciais que nos são de interesse. Em primeiro lugar, os estudos a partir da economia e da economia política abordaram o tema das conquistas trabalhistas durante o peronismo, principalmente como parte integrante de um projeto de redistribuição de renda e de ampliação do mercado interno, em um intento geral de priorizar um processo de industrialização autônomo, que não chega a concretizar-se plenamente. Da parte dos estudos em economia política especialmente, a análise da realidade social rural aproximou-se principalmente a partir do interesse sobre a formação de relações de trabalho capitalistas no campo, sobre a problemática do papel que jogou o capital agrário no desenvolvimento argentino e as transferências de capital a partir desse setor enquanto renda da terra.

Os estudos do sindicalismo, assim como os trabalhos que pretenderam realizar análises gerais das relações entre Estado e classes sociais em termos de história econômica e social, costumaram delegar pouca importância às transformações da legislação laborista no campo, ao papel de ação política dos trabalhadores rurais e de suas organizações sindicais. As menções costumam ser a título de exemplo, como ilustração de um processo maior onde o protagonismo das relações de trabalho urbanas é incontestável, ainda que isso esteja apenas implícito.

Esse fato, curiosamente, não reflete uma ausência de trabalhos que tenham se debruçado especificamente sobre as relações de trabalho no campo, uma vez que estes, embora sejam recentes, existem e corroboram com o conhecimento da formação de uma classe trabalhadora de características específicas. Apesar de à época do peronismo original, a população rural ainda corresponder a praticamente quatro em cada dez argentinos, a inclusão de direitos laborais para essa parcela da população, bem como a evolução de suas formas de organização parecem ser

---

<sup>110</sup> BARANDIARÁN, L. *Los estatutos de trabajadores rurales: una comparación de los casos argentino y brasileiro*. Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, Araraquara, v. 2, n. 1, jul/dez 2009, e RIBEIRO, V. *A roça y la campaña: a questão agrária sob o varguismo e o peronismo em perspectiva comparada*. Tese de doutorado. Universidade Federal Fluminense. Niterói, março de 2006.

um problema valorizado apenas pela área dos estudos rurais, pois quando partimos para os trabalhos que buscam tecer interpretações gerais do período, mesmo os mais atuais, não consideram esta problemática como um fator de peso.

## **2. O DESENVOLVIMENTO DO CAPITALISMO DEPENDENTE ARGENTINO NA TRANSIÇÃO ENTRE O PADRÃO AGROEXPORTADOR E O PADRÃO INDUSTRIAL INTERNALIZADO**

Assim como parece impossível entender o significado de um documento legal como o Estatuto del Peón sem compreender a conjuntura econômica, social e política que permitiu seu surgimento e desenvolvimento entre os anos 1940 e 1950, também nos parece difícil compreender essa conjuntura apenas através apenas dos fatores intrínsecos ao estado peronista e suas ações. Em nossa análise, partimos do entendimento de que é impossível compreender o surgimento desse documento sem o estudo das condições objetivas da luta de classes, dos grupos que detêm o poder de ação estatal, e do desenvolvimento do capitalismo argentino.

Apesar dos altos níveis de crescimento econômico sentidos entre o fim do século XIX e o começo do século XX, que fizeram muitos comentaristas identificarem na Argentina uma grande potência mundial em um futuro próximo, o período da chamada *Belle Époque* teve um fim, a era da grande lucratividade com o mercado britânico ficou para trás, e restaram ao país os desafios de superar o atraso social em diversos aspectos, desenvolver um mercado interno e superar a dependência das exportações agropecuárias. Esses desafios, é claro, não foram enfrentados de maneira homogênea, variando em conteúdo e intensidade conforme a vontade política, as possibilidades e as conjunturas interna e externa em cada momento.

### **2.1 A formação econômico e social argentina e os principais aportes da Teoria Marxista da Dependência**

Entendemos a formação econômica social da Argentina como *dependente*, conforme os aportes da Teoria Marxista da Dependência latino-americana (TMD), e acreditamos que o chamado subdesenvolvimento latino-americano não constitui um “atraso” a ser superado por ações econômicas desenvolvimentistas, tampouco uma situação política oligárquica a ser superada por revoluções ou transformações democrático-burguesas. Entendemos então, o subdesenvolvimento latino-americano como parte integrante e indissociável da mesma economia mundial capitalista, que articula relações de imperialismo e dependência.

As relações caracterizadas como de *dependência* estão fundamentadas na definição conceitual oferecida pela TMD, na qual esta categoria é verificada através da abstração, em

uma perspectiva de processo histórico, nas definições de Ruy Mauro Marini, como sendo “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência<sup>111</sup>”, e que, como em outra definição oferecida posteriormente,

no capitalismo dependente, as contradições inerentes ao ciclo do capital; a exasperação do caráter exploratório do sistema; os obstáculos criados à mais-valia extraordinária e relativa, e seus efeitos perturbadores na formação das taxas médias de lucro; a extrema consequência dos processos de concentração e centralização do capital – isto é o que constitui a essência da dependência, a qual não pode ser suprimida sem que supere o sistema econômico mesmo que a engendra: o capitalismo<sup>112</sup>.

E ainda conforme as palavras de Theotonio dos Santos:

Uma situação na qual certo grupo de países tem sua economia condicionada pelo desenvolvimento e expansão de outra(s) economia(s) a qual a própria está condicionada. (...) quando alguns países (os dominantes) podem expandir-se e auto impulsionar-se, enquanto que outros países (os dependentes) só podem fazê-lo como reflexo dessa expansão, que pode atuar positiva e/ou negativamente sobre seu desenvolvimento imediato<sup>113</sup>.

Os intelectuais reunidos em torno da TMD teorizaram a sua constituição com base em diferentes contribuições que se tornaram aportes nucleares: 1) a definição da categoria *dependência* e de suas formas, como comercial, financeira e tecnológica promovida por Theotonio dos Santos; 2) o estabelecimento das leis tendenciais próprias do capitalismo dependente em seus diferentes elementos, por Ruy Mauro Marini<sup>114</sup>; 3) A análise e a síntese das diferenciações entre as formações econômico-sociais do capitalismo dependente latino-americano, empreendida pela tipologia analítica de Vânia Bambirra<sup>115</sup>.

A condição dependente que se manifesta nas possibilidades estruturais dos países latino-americanos não acontece de forma homogênea e sem particularidades específicas. Para empreender o estudo dessas diferenças que permitiram que alguns países tenham alcançado um

---

<sup>111</sup> MARINI, R. Op. Cit., p. 134, 135.

<sup>112</sup> MARINI, R. *Prólogo*. In: BAMBIRRA, V. *La Revolución Cubana: una reinterpretación*. México: Editorial Nuestro Tiempo, 1974, p. 11.

<sup>113</sup> SANTOS, T. Op. Cit. p. 361.

<sup>114</sup> Marini, no ensaio que se torna uma das bases fundantes da TMD, *A dialética da dependência*, de 1973, estuda os principais elementos que configuram os determinantes históricos da condição dependente da América Latina. Conforme seus estudos, podemos arguir que a *integração ao mercado mundial* ocorre não apenas com o maior fluxo de exportação de produtos agropecuários e sim, através de, na esfera comercial, um duplo processo onde está incluída a exportação de produtos primários (agropecuários e tão logo por matérias-primas para a indústria), e a criação de mercados consumidores de bens industrializados; na esfera financeira, o fluxo de capitais na forma de investimento e da aquisição de relações com os bancos do centro capitalista; bem como na esfera produtivo-tecnológica.

<sup>115</sup> Cf. FERREIRA, C.; LUCE, M. *Introdução*. In: FERREIRA, C.; OSÓRIO, J.; LUCE, M. (orgs.). Op. Cit.

desenvolvimento econômico maior do que outros, e principalmente aqui para pensarmos a ascensão econômica da Argentina, se faz necessário operarmos as diferenças conceituais elaboradas por Vânia Bambirra<sup>116</sup> ao estabelecer uma tipologia de análise dos países latino-americanos em sua condição dependente. A autora adota a metodologia de estudos que expõe uma tipologia entre as diferentes formações econômico-sociais baseada no critério de industrialização conforme o período histórico em que ocorreu. Nas palavras de Bambirra:

Utilizamos esse critério em coerência com a metodologia que adotamos (...), ao explicitar que a dependência econômica engendra os parâmetros das possibilidades estruturais. Pois bem, desde a Primeira Revolução Industrial, o sentido do desenvolvimento de qualquer sociedade passou a ser dado pela indústria manufatureira. [...] O estudo das *condições* que tornam possível o desencadeamento de um processo de industrialização em alguns países e suas consequentes transformações estruturais é o que de fato nos permitirá relacionar a situação geral da dependência aos tipos específicos de estruturas dependentes, isto é, distinguir as características mais significativas de cada um dos dois grandes tipos de sociedades dependentes contemporâneos<sup>117</sup>.

Assim, Bambirra identifica dois grandes grupos de países, os do tipo A e do tipo B. Os países de tipo A são aqueles onde as industrializações começam, em média, no final do século XIX, obtendo algum impulso durante a Primeira Guerra Mundial e crise das décadas de 1920/30. Seriam os casos de Argentina, Brasil, México, Chile, Uruguai e Colômbia. Sobre a Argentina especificamente, no período entre 1900-1905, seu setor industrial já contribuía com 18% do produto interno, e seu censo de 1920 registra mais de 13.000 estabelecimentos industriais, com uma ocupação total superior a 310.000 pessoas<sup>118</sup>. Nesse grupo, verificam-se no período estruturas diversificadas, nas quais ainda predomina o setor primário-exportador, já existindo, porém, um processo de industrialização em expansão. No caso da Argentina o negócio da carne e do trigo impulsionaram o fortalecimento de uma burguesia interna ligada a esses produtos e o fortalecimento de um mercado interno que trazia consigo o desenvolvimento de outros setores<sup>119</sup>. Os elementos que tornaram possível aos países de tipo A aproveitar essa

---

<sup>116</sup> BAMBIRRA, V. *O capitalismo dependente latino-americano*. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

<sup>117</sup> BAMBIRRA, V. *Ibidem*, p. 61-62.

<sup>118</sup> Cf. BAMBIRRA, V. *Ibidem*, p. 56 e FURTADO, C. *A economia latino-americana*, Ed. Cia das Letras, São Paulo, 2007.

<sup>119</sup> Já os países de tipo B são aqueles onde a industrialização já ocorre sob controle direto do capital estrangeiro. Seria o caso dos demais países latino-americanos, à exceção do Haiti e do Paraguai, países que até hoje não passaram por um processo de industrialização concreto. Poderíamos pensar que no caso argentino, a influência direta inglesa poderia também, de certa maneira, influenciar como o dito "controle direto do capital estrangeiro", no entanto os investimentos de capital, a esfera de influência, e os vínculos financeiros não chegam a configurar o mero estabelecimento de empresas estrangeiras onde as remessas de lucro são enviadas diretamente para os locais de origem ou configurando ainda o caso de uma "economia de enclave", do contrário, o próprio desenvolvimento

conjuntura internacional no período e impulsionar seus processos de industrialização estiveram ligados principalmente ao desenvolvimento um mercado interno e de relações de produção capitalistas.

Uma vez compreendida a Argentina - enquanto formação econômica e social submetida e integrante de um sistema mundial capitalista, articulado por relações de imperialismo e dependência - como uma economia dependente, acreditamos que o Estado argentino, também corresponde a uma forma com especificidades e diferenciações derivadas da condição capitalista dependente. Isso é importante pois orienta nossa análise sobre 1) as possibilidades do Estado peronista em seus projetos políticos e econômicos e em sua relação com as diferentes classes sociais e 2) nas características verificáveis e categorias de análise pensadas a partir de uma formação econômico e social latino-americana<sup>120</sup>. O primeiro ponto exige que explicitemos também nosso entendimento sobre a categoria Estado, enquanto submetido a uma experiência histórica dentro das condições mencionadas. Compartilhamos da seguinte síntese sobre os elementos essenciais do Estado:

O Estado é muito mais do que dominação de classes. Mas *é essencialmente dominação de classes*. O Estado é muito mais do que a condensação de relações de poder, mas *é fundamentalmente a principal condensação das relações de poder*. O Estado é muito mais do que as relações que conformam uma comunidade, mas *é essencialmente uma comunidade, porém ilusória*. Enfim, o Estado é muito mais do que coerção. Mas é principalmente *violência concentrada*<sup>121</sup>.

O Estado<sup>122</sup> capitalista apresenta algumas particularidades principais: é a única instituição que tem a capacidade de fazer com que interesses particulares se apresentem como interesses de toda a sociedade; se apresenta como uma comunidade, que sintetiza costumes e valores compartilhados projetando rumos e metas para todos membros da sociedade; é a

---

de um mercado interno consistente e de uma industrialização de substituição de importações teriam difícil explicação.

<sup>120</sup> Ambos enfoques, ao centrar-se na condição de economia dependente, ligam-se a sua modalidade particular de exploração – a superexploração, que é determinante para as relações entre classes, frações e setores. OSÓRIO, J. *O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder*. Tradução de Fernando Correa Prado. São Paulo: Outras Expressões, 2014, p. 205.

<sup>121</sup> OSÓRIO, J. Op. Cit. 2014, p. 17.

<sup>122</sup> Sendo uma entidade complexa, quando nos referimos ao Estado compreendemos diversos elementos dados à observação comum, ou Estado visível (como um conjunto de instituições, o corpo de funcionários que administra e trabalha em tais instituições, e as leis, normas e regulamentos), e como um objeto teorizado como uma “particular condensação da rede de relações de poder, dominação, força e laços comunitários que atravessam a sociedade” (Estado invisível, que dá sentido ao Estado visível). O elemento específico e essencial do Estado é o poder e a dominação de classes. Ibidem, p. 19.

condensação em que todas as redes e relações de poder encontram seu núcleo de articulação, mesmo que o poder se reproduza em e de todos os locais e relações da sociedade; cumpre um papel essencial no processo de produção e reprodução das sociedades, nas dimensões material, social, política e ideológica<sup>123</sup>.

A década de 1930 trouxe importantes alterações na conjuntura para a economia e a política argentinas. As condições internas e externas que permitiram a primazia do padrão de reprodução do capital agroexportador primário, propiciando os anos de auge do crescimento econômico argentino entre o fim do século XIX e início do XX haviam sido alteradas profundamente<sup>124</sup>. A crise do liberalismo clássico transformou o mercado internacional, com o deslocamento do comércio multilateral e do padrão ouro, e a disseminação de políticas protecionistas. As duas guerras mundiais, se propiciaram algumas oportunidades para alguns setores, principalmente em torno à industrialização por substituição de importações, por outro trouxeram uma série de complicações no mercado internacional para as exportações e importações dos países latino-americanos. O enfraquecimento da Inglaterra e o aumento dos investimentos e da ação do imperialismo norte-americano alterou o eixo principal das economias centrais, e com impactos evidentes nos países dependentes. Para a Argentina, a era das grandes exportações de produtos agropecuários – destinadas à Inglaterra principalmente, e outros países europeus em menor medida –, se não havia acabado completamente, dava sinais de estar agonizando. Restava, entre a classe dominante e o grupo político no poder, as discussões políticas sobre se esse processo era conjuntural (devendo ser enfrentado até que as condições do período anterior fossem propícias novamente) ou se as mudanças eram irreversíveis.

A crise de 1929, a qual se prolongou no período da grande depressão, foi acompanhada por uma crise dos preços internacionais dos produtos agrícolas. De qualquer forma, as condições internas de manutenção desse padrão de reprodução do capital<sup>125</sup> na Argentina

---

<sup>123</sup> Ibidem, p. 18-19.

<sup>124</sup> Nos anos anteriores à década de 1930, mesmo a ascensão do radicalismo na esfera política não havia alterado as principais características da economia argentina pautada nas exportações agropecuárias. Apesar de que a proximidade do fim da etapa de expansão horizontal agrária (principalmente a região do pampa) estivesse dando sinais de esgotamento, e se constituísse como um primeiro sinal de alerta para esse modelo. GIRBAL-BLACHA, N. Op. Cit. p. 1.

<sup>125</sup> A categoria de análise *padrão de reprodução do capital* configura-se como um instrumento analítico com base nos aportes da teoria marxista da dependência. Este foi pensado originalmente por Ruy Mauro Marini ao analisar o ciclo do capital nas economias dependentes, e foi desenvolvido pelos estudos de Jaime Osório, durante três décadas. Como instrumento analítico, a noção de padrão de reprodução do capital busca estabelecer mediações teóricas necessárias entre as colocações gerais da TMD sobre o funcionamento do capitalismo dependente latino-americano e as características singulares dos países, de acordo com diferentes conjunturas e etapas da economia mundial. Entendemos o padrão de reprodução como a condensação de um conjunto de regularidades do movimento

havam se baseado em grande parte na expansão horizontal sobre terras férteis – processo que estava chegando ao esgotamento no começo dos anos 1930<sup>126</sup> – e na superexploração da força de trabalho rural<sup>127</sup>. O atraso tecnológico da estrutura produtiva agrária acentuou-se quando a principal fonte desses recursos tecnológicos passou a ser a economia estadunidense, e com o estourar da segunda guerra mundial, a política desse país de não comercializar recursos estratégicos com países não-aliados apenas agravou as possibilidades para elevação da competitividade da agricultura argentina no mercado mundial. A pecuária também foi afetada, e as companhias de frigoríficos de capital estrangeiro exerceram verdadeiro monopólio, pressionando por preços de compra favoráveis através de cartel. Esse monopólio estrangeiro dos frigoríficos não era uma novidade, mas nos anos de altos índices de crescimento e lucro para o setor, não chegou a ser percebido como um entrave tão complicado como o era nos anos 1930. Contudo, diante da grande desvalorização dos produtos da agricultura, cresceu a tendência de conversão de terras para a atividade mais extensiva que era a pecuária, o que por sua vez foi um dos fatores que também impulsionou o grande êxodo rural que se intensifica no período.

A desvalorização dos produtos primários que era alvo de discussão entre parlamentares e entidades da classe dominante argentina no período não pode ser compreendida como algo que afetou apenas a Argentina, ou fruto apenas de determinada conjuntura, sendo resultante de um processo histórico de deterioração dos termos de troca para as economias dependentes latino-americanas. Um processo que se inicia logo do momento da integração das formações econômico-sociais latino-americanas ao mercado mundial, por volta da metade do século XIX e chegava a níveis críticos àquela altura:

---

do capital no tempo histórico (formas como o capital se reproduz em períodos históricos específicos) e em espaços geoterritoriais definidos, no contexto da economia e do sistema político mundiais, além de nível de abstração intermediário entre o sistema mundial e as formações sociais específicas. “A reprodução do capital assume formas diversas em diferentes momentos históricos, devendo se readequar as mudanças promovidas no sistema mundial e na divisão internacional do trabalho, reorganizando a produção sobre novos eixos ou valores de uso. Isso permite historicizar a reprodução do capital e diferenciar padrões que se estabelecem” (OSORIO, J. 2012, p. 41). A passagem do capital por distintas formas durante seus ciclos de circulação e valorização deixam vestígios, “pegadas” ou “rastros”, como salientou Osorio, e a identificação destes nos dá pistas para desvendar como o capital se reproduz em determinados momentos históricos, uma vez que este vai estabelecendo *padrões de conduta*, porque privilegia certos setores ou ramos, ou utiliza determinadas tecnologias e meios de produção, ou porque explora de determinada maneira, e destinando essa produção a distintos mercados. MARINI, R. *O ciclo do capital na economia dependente*; OSORIO, J. 2012, Op. Cit.

<sup>126</sup> CORTÉS-CONDE, R. *Cambios históricos en la estructura de la producción agropecuaria en la Argentina. Utilización de los recursos*. Desarrollo Económico. Número 20, 1966; GIRBAL-BLACHA, N. Op. Cit., e BARSKY, O; GELMAN, J. Op. Cit.

<sup>127</sup> Ver sobre as condições de formação do mercado de trabalho rural argentino no capítulo seguinte.

Tabela 1. Termos de intercâmbio: América Latina (1876-1947)

Período	Quantidade de produtos finais da indústria que podem ser obtidos com determinada quantidade de produtos primários
1876-1880	100,0 (índice base)
1881-1885	102,4
1886-1890	96,3
1891-1895	90,1
1896-1900	87,1
1901-1905	84,6
1906-1910	85,8
1911-1913	85,8
--	--
1921-1925	67,3
1926-1930	73,3
1931-1935	62,0
1936-1938	64,1
--	--
1946-1947	68,7

Fonte: CEPAL. Organização das Nações Unidas, Postwar price relations in trade between underdevelopment and industrialized countries. Documento E/CN.1/Sub.3/W.5. In: BIELCHOWSKY, R. (org.). Cinquenta anos de pensamento na Cepal. Rio de Janeiro: Recordo, 2000, v. 1, p. 81. Apud: LUCE, M. *Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica*. São Paulo: Expressão Popular, 2018, p. 53.

Sem adentrar agora nas discussões em torno dos projetos possíveis à Argentina nos anos 1930 cabe apontar que o projeto que se impôs pretendeu, em linhas gerais, uma industrialização limitada<sup>128</sup>, onde se mantivesse a primazia das exportações agropecuárias na política econômica nacional. Essa industrialização limitada pautou-se pelo incentivo ao desenvolvimento de uma indústria de bens voltada ao mercado interno e a uma indústria de exportações baseada em produtos com vantagens naturais comparativas ao mercado internacional. Contudo, para a promoção desse modelo híbrido foi sendo requerido um papel mais ativo do Estado em políticas interventoras<sup>129</sup>. Esse caráter de maior intervenção do Estado em torno a esses objetivos

<sup>128</sup> Como apontado por Murmis e Portantiero, por exemplo.

<sup>129</sup> Esse caráter interventor também, de certa forma, foi tendência mundial, sob influência das teorias de J. M. Keynes, e também, para alguns casos, sob influência dos governos fascistas europeus. Na América Latina, foi uma característica presente em países durante seu processo de transição do padrão de reprodução agroexportador para o padrão de reprodução industrializado. Na Argentina, o caráter interventor que começou a se delinear durante os governos conservadores tiveram como uma de suas principais expressões no aparato institucional e de planejamento a criação das Juntas reguladoras da produção (de grãos, da carne, de erva-mate, de vinhos, de açúcar e do algodão) com ações de controle, subsídio e financiamento da produção agropecuária exportadora. Tão importante quanto isso, para a manutenção desse modelo de desenvolvimento híbrido com primazia das agroexportações foram as políticas financeiras e monetárias, principalmente em torno ao controle de câmbio (criado em 1931 e reformado em 1933). Além disso, a criação do *Banco Central de la República Argentina*, em 1935 (com capital misto e grande participação dirigente britânica), e do *Instituto Movilizador de Inversiones Bancárias* promoveram a priorização da manutenção das relações comercial e financeiras (dependentes) com a

manteve-se, em partes, mesmo diante do deslocamento da aliança de classes no poder com os governos conservadores, como consequência do golpe militar de 1943 e com a ascensão de Perón.

Em 1928, 80% dos ingressos fiscais argentinos provinham do comércio exterior. Na média das três primeiras décadas do século XX, a pecuária e os cereais representaram aproximadamente 96% das exportações do país. No começo dos anos 1930, ainda assim, a Argentina era o país latino-americano com a indústria mais desenvolvida<sup>130</sup>. Quando a crise política e econômica e a falta de legitimidade propiciaram o ambiente para a ação do grupo de militares que deram o golpe de 1943, e conforme se desenvolveu o fenômeno político do peronismo original, estabeleceu-se, nos discursos e ações do movimento e do líder, a defesa de um modelo de desenvolvimento para o país com base na independência econômica e político-diplomática, e centrado no desenvolvimento do mercado interno, através do fomento à indústria, da defesa do pleno emprego, e no aumento do consumo da população.

Conforme o padrão de reprodução agroexportador condicionava em grande parte a realização das mercadorias argentinas em sua forma capital à esfera internacional, e de forma mediada por atravessadores como os frigoríficos, os interesses da classe dominante rural buscaram manter o país em um rumo de privilégio aos seus negócios até os anos 1930, mas quando no começo dos anos 1940 as relações entre essa classe e o governo não andaram bem, suas entidades representativas não apresentaram significativa oposição ao novo grupo no poder. Contudo, o projeto justicialista foi revelando-se – com centralidade evidente de Perón – como consciente da necessidade de superação da condição dependente, em uma perspectiva que, se talvez não possa ser classificada de desenvolvimentista<sup>131</sup>, identificava na industrialização uma

---

Inglaterra, além do já referido modelo de exportações. Cf. GIRBAL-BLACHA, N. Op. Cit. pp. 1-2, e FRONDIZI, Op. Cit. pp. 90-116.

<sup>130</sup> Não podemos deixar de mencionar como é de especial atenção o fato de que nem mesmo o mais avançado país latino-americano em termos de industrialização àquele período, com talvez o mais ousado projeto de combate à classe dominante vinculada à dependência das exportações agropecuárias (premissa dos primeiros anos do peronismo), e com um Estado de características autoritárias (no que diz respeito à perseguição a oposição, por exemplo) e nacionalismo econômico, ainda assim não conseguiu ter sucesso em romper a médio prazo com a condição dependente.

<sup>131</sup> O conjunto de questões derivadas de uma possível adjetivação como “desenvolvimentista” é complexo, e conforme demonstrou Fernando Prado, apresentou-se a partir de diferentes vertentes do pensamento econômico, com significados distintos. Nesse sentido, a idealização feita sobre o desenvolvimento como um fim em si mesmo tendeu a confundir no mesmo significante “desenvolvimento/desenvolvimentismo” as noções de projeto, processo e objetivo, e cumpriu um papel de ideologia e de naturalização em relação a certos parâmetros estruturais e sistêmicos dentro dos marcos da modernidade capitalista. No entanto, a origem da ideologia do desenvolvimento apresenta localizações específicas no tempo e no espaço, a partir dos EUA pós-segunda guerra mundial, e nos países latino-americanos, entendidos como subdesenvolvidos ou não desenvolvidos. E nessa localização do processo real, os países latino-americanos especificamente, compartilhavam algumas características gerais centrais em termo de suas formações econômico-sociais, sua inserção no capitalismo mundial, e em relação às ambições

alternativa, não apenas em termos de racionalidade econômica, mas como confronto político, moral e ético para com a classe dominante rural, parasitária e cujos rendimentos advinham da renda da terra.

Por isso, a produção agropecuária durante o governo de Perón pode ser entendida tanto como deslocada do poder político, como ao mesmo tempo jogando um papel central na política econômica adotada<sup>132</sup>. A nacionalização dos frigoríficos e a criação do IAPI tornaram o Estado o principal comprador dessa produção, revendendo essas mercadorias no exterior. Essa diferença, entre o preço pago e o lucro obtido no mercado internacional, funcionou como um mecanismo de tributação sobre um excedente que antes era apropriado sem intermediações pelos latifundiários. Os arrendatários e parceiros, que empreendem a produção capitalista no campo, pagam os contratos de arrendamentos aos proprietários, que por sua vez buscavam sempre atualizar os valores dos contratos, de modo a não permitir o acúmulo de lucros por parte de seus contratantes. Durante os anos do peronismo, e mesmo nos dois primeiros anos da década de 1940, foram ditadas pelo poder executivo medidas de retenção do aumento nos contratos de arrendamento, ou de expulsão de arrendatários devedores. De fato, Farrell e Perón buscaram uma aproximação à essa fração de classe considerada explorada pelas mãos dos latifundiários. Aproximação essa que, não foi bem-sucedida a médio prazo, principalmente pelo avanço na legislação trabalhista durante o período 1946-50.

Assim como diversas tendências do pensamento econômico argentino e latino-americano do período identificaram, o peronismo também constatou a separação da esfera da

---

de determinadas frações de classe. Nesse sentido, a ideologia do desenvolvimento esteve ligada, nesse momento, as ideias do desenvolvimentismo, e integrou parte do projeto das burguesias industriais na América Latina que, no decorrer do avanço dos graus de industrialização, ascenderam à maior influência e participação no Estado, junto à burguesia agrário-exportadora. As burguesias industriais, assim, buscaram ampliar seu espaço e poder através de alianças com a classe média assalariada e o proletariado industrial. Se nessa sintetização geral, e nas conjunturas estudadas, a formação econômico-social argentina se enquadra, por outro lado, cabe lembrar da dimensão ideológica do desenvolvimento enquanto expectativa, perspectiva e modo de ação sobre a realidade, em termos de políticas econômicas. E nessa dimensão, o fenômeno do peronismo original, com sua centralidade na figura de Perón, e tendo como base as ações gerais do peronismo enquanto governo, talvez não seja melhor enquadrado como uma experiência “desenvolvimentista”, tanto porque discursivamente não buscou ser qualificado dessa forma (inclusive com declarações de Perón em contrário), como por suas ações e formulações terem girado em torno a outros eixos centrais, tais como a redistribuição de renda, a justiça social, e a independência econômica. Sobre o entendimento e as discussões de desenvolvimentismo e ideologia do desenvolvimento ver: PRADO, Fernando Correa. *A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo*. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2015. Sobre a maior aproximação dos governos de Perón às características supracitadas ver, por exemplo: FONSECA, P.; HAINES, A. *Desenvolvimentismo e política econômica: um cotejo entre Vargas e Perón*. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 1043-1074, dez. 2012.

<sup>132</sup> Entendemos a política econômica como parte das políticas públicas empreendidas pelo Estado peronista, a qual compreende e relação e impactos diretos não apenas para com a economia, mas também no âmbito social e político, como buscamos transparecer no decorrer de todo o texto.

produção e da circulação de capital no país. A busca por “dignidade” e “bem-estar” para a classe trabalhadora fazia parte da intenção geral de desenvolvimento de um mercado interno, mas a vontade política foi sendo limitada progressivamente até o final da década de 1940 por fatores estruturais e relacionados à necessidade de geração de divisas por um estado dependente. Além disso, a luta de classes e o crescimento da oposição, que dará origem ao golpe militar de 1955 com apoio destacado dos ruralistas, representaram contrapontos no âmbito da política à concreção dos objetivos do peronismo, tal como desenvolvidos discursivamente e em ações a partir do período 1943-45 e implementados durante a década de 1940.

O setor industrial na Argentina, que em 1929 correspondia a 22,8% do PIB, cresceu durante os anos 1930, e obteve grande impulso nos anos de guerra, sendo que em 1946 havia mais do que duplicado essa participação e seus níveis de produção e emprego, momento em que supera o setor agropecuário no tocante à parcela do PIB. As importações industriais foram desencorajadas após 1944, dado que seus produtos competiam no mercado interno, gerando inflação e restringindo ao mesmo tempo a taxa de lucro e o potencial de consumo das massas. No começo de 1940 já era identificável um segmento de pequenos e médios empresários de capital nacional com produção voltada ao mercado interno, assim como a formação de uma numerosa classe trabalhadora urbano-industrial com um acúmulo de demandas insatisfeitas.

No campo, agudizaram-se os conflitos entre latifundiários e arrendatários em torno à renda da terra, e entre produtores familiares e a classe trabalhadora rural, na medida em que a intervenção estatal passou a regular cada vez mais intensamente os postos de trabalho obrigatórios para determinadas tarefas, visando combater os níveis críticos de desemprego e pobreza no campo<sup>133</sup>. O crescimento desses antagonismos coexistiu com o aumento do processo migratório rural para as principais cidades do país.

Mario Lattuada assim resume a interpretação mais difundida sobre o meio rural no começo dos anos 1940: “a imagem predominante sobre o setor agropecuário era a de um sistema de produção baseado primordialmente no trabalho indireto – arrendamentos e parcerias – e uma estrutura agrária caracterizada pela desigual distribuição da propriedade, dos lucros e do poder de negociação entre os sujeitos sociais participantes<sup>134</sup>”. A estrutura social agrária era constituída socialmente por um grupo muito pequeno de proprietários rurais, que

---

<sup>133</sup> DI TELLA, G.; ZYMELMAN, M. *Las etapas del desarrollo económico*. Buenos Aires: Eudeba, 1967, e MASCALI, H. *Desocupación y conflictos laborales en el campo argentino (1940-1965)*. Buenos Aires: CEAL, 1986.

<sup>134</sup> LATTUADA, M. Op. Cit. 2002, p. 6. Tradução nossa.

correspondiam a chamada oligarquia, dominante até então no país, cujos altos rendimentos estavam baseados na renda da terra, através das vantagens comparativas naturais, como já mencionado. Subordinados a esses, em termos de relações de produção, todo um grupo plural de capitalistas rurais não proprietários, cujo lucro era pressionado pela cobrança dos contratos de arrendamento e pela instabilidade na possibilidade de uso da unidade produtiva a longo prazo, o que também foi um fator desencorajante para investimentos. Além disso, possuía desvantajosas possibilidades de negociação com os representantes comerciais de exportação e armazenadores de grãos. Para completar o cenário, aproximadamente um milhão de trabalhadores rurais, entre uma minoria de peões permanentes e uma maioria de peões de colheita de safra, de caráter estacional.

## **2.2 Considerações sobre o padrão de reprodução do capital na Argentina e suas implicações nas relações entre as classes sociais rurais**

Façamos a seguir um exercício de interpretação teórica das transformações socioeconômicas da Argentina para analisarmos as características principais da forma de desenvolvimento de sua formação econômico e social, a luz das contribuições do estudo do ciclo do capital nessa economia dependente e da categoria de padrão de reprodução do capital. Nossa intenção não é realizar uma análise exaustiva e com pretensões de delimitar o funcionamento geral do capitalismo argentino no período, o que certamente fugiria da alçada desse trabalho, mas apontar algumas considerações que podem ser feitas de modo que incidam em auxiliar nossa interpretação das condições na qual emergiu a possibilidade de uma política econômica que teve, entre seus objetivos, promover redistribuição de renda, avanços da legislação trabalhista e, em especial, para os trabalhadores do campo. O que expomos também busca considerar o porquê, a partir das possibilidades econômicas, do influxo dessas políticas.

Entre os estudos de Marini e de Osorio, desenvolvendo o raciocínio de Marx, e pensando sobre a realidade da América Latina, estes expõem que o capital, dentro da necessidade de reproduzir-se passa por etapas específicas, duas delas ligadas a esfera da circulação e uma de produção (também chamada de valorização, da perspectiva do capital, e exploração, da perspectiva do trabalho). Todo empreendimento capitalista necessita de um capital de origem, na forma dinheiro. As origens desse capital constituem um ponto de partida fundamental para a análise de determinado padrão de reprodução. A origem desses investimentos pode ser de capital interno privado, investimento público (estatal), ou de capital estrangeiro. Embora na

realidade, durante qualquer época do capitalismo, esses três elementos coexistam, o quanto cada um é determinante explicita certas características.

Como vimos, o principal eixo de acumulação de capital na formação econômico social que estamos estudando foi, durante toda sua história desde a independência política, pautada nas exportações primárias, o que foi tendência na América Latina, e podemos considerar como integrante do *padrão de reprodução agroexportador*. A dependência das divisas oriundas desse setor, no caso argentino, esteve ligada entre o século XIX e a primeira metade do século XX às exportações de carne e derivados (com destaque para a carne bovina, e com maior intensidade após o advento e ampla utilização das técnicas de refrigeração), e de cereais (principalmente já no século XX). Sobre esse ponto é importante apresentarmos algumas considerações. Em primeiro lugar, a dependência desse padrão foi determinante para o estabelecimento dos *terratenentes* como classe dominante também na dimensão política, o que por sua vez garantia continuidade de uma postura política que identificava os interesses das exportações agropecuárias com os interesses econômicos do conjunto do povo argentino, a relação entre o padrão de reprodução e o poder político, evidentemente, era de retroalimentação. Em segundo lugar, conforme salientado por vários pesquisadores, como Leandro Losada, Mario Rapoport, Murmis e Portantierro e Rafael Cullen, as primeiras indústrias e o crescimento industrial argentino, durante as três primeiras décadas do século XX, são de iniciativa de membros dessa mesma classe reorientando parte de seus capitais para outros setores (os estudos de história das elites, por exemplo, a partir de outra perspectiva teórica, demonstram como os primeiros grandes nomes ligados à indústria são de famílias cujo poder é oriundo das agroexportações). Ou seja, a principal fonte de capitais na forma dinheiro que comparece, como inicial para novos empreendimentos (tanto agropecuários, como industriais) foi oriunda justamente do setor que era eixo de acumulação: a agroexportação. Daí que pesquisadores, como Murmis e Portantierro, chegassem a se questionar se o processo de industrialização promovido nos anos 1930 tivesse ocorrido *por promoção* dessa classe dominante ou *apesar* dela, dado o fato de que nenhum outro projeto de peso conseguiu se impor que não fosse o de industrialização limitada, onde se defendia o fomento a uma indústria de substituição de importações apenas relacionada a alguns tipos de bens, e desde que não exigisse políticas econômicas que entrassem em choque com a primazia da reprodução do capital ligado à agroexportação. Em terceiro lugar, cabe mencionar o modelo liberal clássico que era predominante no mercado mundial e na filosofia econômica de muitos Estados ocidentais até a Grande Depressão, e será apenas a partir dos anos 1930 em que temos com maior rigor a entrada de um novo elemento que são as políticas econômicas, e

a maior intervenção e planejamento por parte do Estado. E por fim, a outra grande origem de capitais investidos no país são de origem estrangeira<sup>135</sup>, principalmente britânica, conquanto a maioria dos frigoríficos e agências de exportação serão dominadas por esse setor, a quase totalidade do setor de transportes na década de 1930, tanto com as ferrovias, como o transporte urbano de médias distâncias.

Tabela 2. Capitais estrangeiros investidos na Argentina (em milhões de dólares)

<b>País</b>	<b>1913</b>	<b>1918</b>	<b>1926</b>	<b>1939</b>	<b>1947</b>
<b>Inglaterra</b>	1860,7	1900	2100	1698	698
<b>França</b>	450	400	425	250	100
<b>Alemanha</b>	220	250	375	350	-
<b>Estados Unidos</b>	40	100	600	619	600
<b>Total</b>	2570,7	2650	3910	3267	1398

Fonte: SOMMI, L. Los capitales yanquis en la Argentina. Buenos Aires: Monteagudo, 1949. Apud: FRONDIZI, S. Op. Cit. p, 97.

Como podemos observar, o montante de capitais estrangeiros na economia argentina seguiu aumentando durante todo o período observado, com exceção do último intervalo sob situação de guerra mundial<sup>136</sup>, ao passo em que se pode observar certo decréscimo dos investimentos britânicos após o final dos anos 1920, e o rápido crescimento dos investimentos estadunidenses. Ao mesmo tempo, a geração de divisas a partir do comércio exterior, em 1938, por exemplo, estava vinculada fundamentalmente ao comércio com alguns países, como vemos a seguir:

Tabela 3. Principais países em intercâmbio comercial com a Argentina em 1938

<b>País</b>	<b>Exportações (%)</b>	<b>Importações (%)</b>
<b>Inglaterra</b>	32,8	18,3
<b>Estados Unidos</b>	8,5	17,7
<b>Alemanha</b>	11,7	10,1
<b>Bélgica</b>	7,4	1,9
<b>França</b>	5,4	4,3
<b>Itália</b>	2,5	5,5

<sup>135</sup> Importante destacar que este capital não comparece, em nosso entendimento, como um auxílio a essas economias, pois tem origem em um acúmulo que oriundo justamente das economias dependentes, e que também são cobrados depois, tanto quando são de investimento direto (nesse caso sob a forma do lucro) ou indireto (com o pagamento de juros de empréstimos e financiamentos).

<sup>136</sup> Não por coincidência os maiores avanços da política peronista situam-se nesse período.

Fonte: FRONDIZI, S. Op. Cit., p. 98.

Todos estes países foram afetados, em diferentes níveis, pela crise mundial do capitalismo e, na sequência, pela excepcionalidade conjuntural da segunda guerra mundial. Mas antes disso, a tabela simplesmente demonstra como estiveram correlacionadas a entrada imperialista de investimentos de capital (da tabela anterior) e a vinculação comercial e de dependência de exportações, com destaque, até então, para a Inglaterra (que nos anos 1930 já comprava dos argentinos muito menos, proporcionalmente, do que no período entre a década final do século XIX e as duas primeiras do século XX). Essa crescente integração da economia nacional com o capital imperialista engendra profundas relações de dependência em todas as suas esferas: comercial, financeira, tecnológica e inclusive com severas consequências políticas e diplomáticas.

Da centralidade da produção exportadora e agropecuária, e do papel cumprido pelo capital imperialista (tanto em termos de investimento como principal comprador) derivam que nos anos 1930 os governos conservadores, sob pressão da SRA, tenham contraído acordos que se tornaram famosos na história argentina por sua submissão, que feriam até mesmo princípios básicos de soberania e honra nacionais, como o pacto roca-runciman, de 1933<sup>137</sup>.

O ápice das intenções de políticas interventoras que previam essa industrialização limitada e com primazia do setor agrário como eixo de acumulação foi talvez, conforme Noemí Blacha, o conhecido projeto do Plano Pinedo, de 1940, do socialista independente e ministro

---

<sup>137</sup> Foi um acordo comercial celebrado entre Argentina e Reino Unido, assinado entre o vice-presidente argentino, Julio Argentino Roca, e o encarregado de negócios britânico, Walter Runciman. Seu principal objetivo era negociar junto à potência imperialista para que sua política de priorização dos países da commonwealth não afetasse as exportações argentinas. Visando garantir o mercado do qual era profundamente dependente, as autoridades argentinas se viram obrigadas a acatar uma série de pontos muito criticados pela opinião pública e pela oposição. Pelo acordo, o Reino Unido se comprometia a importar uma cota anual mínima de 390 mil toneladas de carne resfriada (valor muito menor a era do auge das exportações), sendo que 85% dessas exportações deveriam ser feitas através dos frigoríficos na argentina de capital britânico. A Argentina se comprometia a dispensar um tratamento especial e benéfico para todas empresas de capital britânico instaladas no país, e desenvolver uma legislação protecionista aos interesses das mesmas. Enquanto a Argentina tivesse uma política de controle cambiário sobre a quantidade de importações que fazia, todas as compras realizadas pelo Reino Unido poderiam ter seu valor de pagamento retidos como ressarcimento da dívida externa. A argentina também se comprometia a manter livre de tarifas aduaneiras o carvão de demais matérias-primas energéticas que consumisse desde o Reino Unido, e comprometia-se a comprar destes a totalidade do carvão que necessitarem. Além disso, o país portenho comprometia-se a não aumentar nenhuma tarifa aduaneira no comércio entre os dois países. Essas foram as principais cláusulas publicadas do acordo, ao qual se sabe, também foram acrescidas cláusulas secretas como a criação do Banco Central da Argentina, com ampla maioria de participação de funcionários britânicos em cargos chave de planejamento e direção, e a concessão de monopólio para os britânicos no setor de transportes no país. Por ocasião da divulgação do acordo, o vice-presidente argentino chegou a afirmar: “a geografia política nem sempre consegue nos nossos tempos impor seus limites territoriais à atividade da economia das nações. Assim, pode um publicitário de grande e zelosa publicidade afirmar que a Argentina, por sua interdependência recíproca é, desde o ponto de vista econômico, uma parte integrante do império britânico”. TRONCOSO, O. *El pacto Roca-Runciman*. Historia integral argentina; El sistema en crisis. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1976.

da fazenda Federico Pinedo. O plano apresentava intentos de reorientar as relações comerciais e diplomáticas da Argentina em direção aos Estados Unidos, previa medidas de fomento à industrialização por substituição de importações, mas priorizando a função do Estado de comprador dos saldos invendáveis da produção agropecuária, e uma atuação ainda mais abrangente em torno à atividade subsidiária para o setor através das instituições já mencionadas. Segundo o próprio Pinedo, “a nossa atividade agropecuária é o que faz girar ‘la grand rueda’ de la economía”. Divergências políticas e a ferrenha oposição do radicalismo levaram ao fracasso do plano, que não foi aprovado pelo Congresso Nacional, mas as opiniões e a centralidade que adquiriu no debate político teve importância central naquela conjuntura. E de qualquer forma, era o projeto mais ousado de industrialização a partir de políticas públicas já posto como expressão até então<sup>138</sup>.

Quando da ascensão do grupo militar que chega ao poder em 1943, e o desenvolvimento do fenômeno do peronismo, delineia-se um projeto de país que visa combater essa classe dominante proprietária vinculada às exportações agropecuárias, além de um evidente discurso anti-imperialista que buscava diferenciar qualitativamente e moralmente as ações do capitalismo nacional e do internacional. Contudo essa transformação não poderia ser promovida do dia para a noite, dado que a própria subsistência do sistema capitalista argentino estaria em risco, e o capital oriundo desse setor era fundamental a qualquer intento transformador, uma vez que ele era a fonte inicial do capital dinheiro, o principal processo de produção/valorização, e o principal gerador de divisas com o mercado exterior.

Uma vez que mencionamos a primeira etapa do processo, que diz sobre os capitais que comparecem como investimento inicial, cabe mencionar que esses capitais na forma dinheiro necessitam, para a execução do processo de valorização, adquirir mercadorias essenciais que são os meios de produção, as matérias-primas e a força de trabalho. No nosso caso, acreditamos ser de destaque para a compreensão de nosso problema principalmente a questão da força de trabalho e dos meios de produção no campo.

Como país dependente, acreditamos que a classe trabalhadora argentina sofreu com o que pode ser categorizado como superexploração da força de trabalho. No relativo ao trabalho rural isso é tanto mais evidente, e dispensa muito esforço expositivo pois é dada a situação de extrema pobreza verificada no campo até o início dos anos 1940, salvo exceções provinciais, onde a graças à luta sindical, e a governos um pouco atentos às inovações trabalhistas e

---

<sup>138</sup> GIRBAL-BLACHA, N. Op. Cit. p. 2.

pressionados para manter a ordem das relações de produção nas colheitas houve avanços embrionários que foram incorporados pelos decretos e legislação nacional durante os anos do peronismo original. Além disso, as jornadas de trabalho eram tão extensas que mal se pode determina-las pois confundiam-se com o cotidiano de vida próprio de muitos peões, ou seja, da hora de acordar a hora de dormir, apenas com pausas para refeições. Para se ter uma ideia, como se verá no capítulo seguinte, uma das grandes conquistas em alguns locais será a estipulação da jornada de sol a sol (onde se trabalha “apenas” enquanto o sol ilumina o local de trabalho). A superexploração também se verifica nos frequentes acidentes de trabalho, e sequelas adquiridas por trabalhadores, bem como na ausência de assistência médica e de seguridade social.

A atividade da agricultura, principalmente as grandes colheitas de cereais, utilizava tradicionalmente grandes contingentes de mão-de-obra, porém em caráter estacional, o que gerava a coexistência complementar desse emprego estacional com um desemprego estacional, e forçava os trabalhadores rurais a poupar reservas para sobreviver com suas famílias durante o restante do ano. Contudo, o avanço da mecanização das atividades de colheita, debulha e seleção foram diminuindo paulatinamente a necessidade de mão-de-obra no setor. Os impactos da crise da agricultura de começos dos anos 1930 também impactaram outra transformação importante nesse sentido que foi a transferência de muitos capitais investidos na agricultura para a pecuária, atividade de caráter mais extensivo. Com a pecuária, o número de trabalhadores necessários é muito menor por hectare, e praticamente não é possível falar de uma classe trabalhadora desenvolvida nesse setor, pois o punhado de peões que trabalham em uma propriedade é tão irrisório se comparado à agricultura que não se verificam, nos anos 1930, por exemplo, organizações sindicais que englobem significativamente esses trabalhadores. Isso, é claro, no que diz respeito às atividades de cria e engorde do gado criado solto; nos frigoríficos, de caráter industrial a situação era bem diferente, embora não tratemos destes aqui. Estima-se que as atividades da agricultura de cereais (principalmente de colheita), por volta do final dos anos 1930 empregassem cerca de 85% da mão-de-obra do mercado de trabalho rural pampeano, e na porcentagem restante, ainda se pode incluir uma série de funções diversas ligadas às atividades florestais e de coleta, além da pecuária.

Contudo, retornando a questão dos avanços tecnológicos e da transferência de atividades para a pecuária, verificou-se durante os anos 1930 e 1940 um aumento drástico do êxodo rural, a tal ponto de tornar-se um problema social de grande magnitude, e que Perón buscará enfrentar, afinal, o decreto do Estatuto também se insere nessa ordem de preocupações. O problema do desemprego no campo se torna crônico após os anos 1920, e muitas medidas paliativas serão

tomadas a esse respeito. Primeiramente, nos anos 1930, muitas vezes como iniciativas provinciais e municipais de caridade, e posteriormente, como obrigações legais sob número de empregados em cada unidade produtiva e por máquina, como veremos. No entanto, o problema do desemprego rural teve no período, indiscutivelmente, características crônicas, e acreditamos que se reveste de um caráter de exército industrial<sup>139</sup> de reserva. Conforme destacou Marini sobre o assunto:

Na economia dependente, esse exército industrial de reserva tende a crescer a partir do momento em que se introduzem (principalmente através do capital estrangeiro, como já vimos) novas técnicas de produção, projetadas para economias nas quais a mão-de-obra é relativamente escassa e que obedecem, de resto, à busca natural de uma maior produtividade e, por conseguinte, de mais produção por homem/hora. Vimos também que a essa introdução de tecnologia corresponde a agilização de formas de superexploração que implicam também arrancar mais produção dos operários já em funções. Reduz-se, em consequência, a capacidade do capital para empregar mais mão-de-obra, fazendo com que o exército industrial de reserva cresça a um ritmo lento, o que resulta, como contrapartida, em rápida expansão do exército de reserva. Este pode existir sob a forma aberta, do desemprego, ou disfarçada, de subemprego; mas, em qualquer caso, é um exército de reserva que faz minguar a capacidade reivindicativa da classe operária e propicia a superexploração dos trabalhadores.<sup>140</sup>

Diante deste cenário então, dificultam-se não só a qualidade de vida e remuneração desses trabalhadores rurais como também suas possibilidades reivindicatórias, em relação aos patrões e ao Estado. Esse segundo nos é de especial interesse afinal, o nosso problema diz respeito justamente a ausência de legislação específica para essa porção da classe trabalhadora nacional. Vejamos dados sobre a ocupação rural entre o final dos anos 1930 e o segundo ano de governo de Perón, sob a região cerealeira:

Tabela 4. Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários da zona central

<b>Categoria</b>	<b>Censo de 1914</b>	<b>Censo de 1937</b>	<b>Censo de 1947</b>
Da família do produtor	1.506.059	1.191.986	499.189
Empregados e peões	619.811	807.087	1.105.300
Total	2.125.870	1.999.073	1.604.489

Fonte: SOCIEDAD RURAL ARGENTINA. Memória, 1948. Compilado sobre dados do censo argentino de 1947.

Em primeiro lugar, a tabela nos demonstra como, em números totais, diminuiu o número de postos de trabalho de 1914 a 1947, e mais severamente a parcela que corresponde a família

<sup>139</sup> O adjetivo industrial aqui refere-se ao nível de desenvolvimento de relações capitalistas de produção no campo, tal como a formação de um mercado de trabalho, a remuneração na forma salário, e a necessidade de aquisição da maioria dos bens relacionados à subsistência por parte dos trabalhadores, além, é claro da forma de exploração e geração de mais-valia.

<sup>140</sup> MARINI, R. *O ciclo do capital na economia dependente*. Op. Cit. 2012, p. 31.

do agricultor (tanto enquanto família de grandes proprietários ou arrendatários, ou pessoal da agricultura familiar), como parte do êxodo urbano e do avanço da modernização agrícola no campo. Em segundo lugar, o avanço da formação do mercado de trabalho no campo fazia com que, à altura de 1947, se verificasse um aumento da mão-de-obra empregada nas tarefas agrícolas. Esses dados, entretanto, apenas demonstram o avanço das relações capitalistas no campo, diante de uma nem tão rápida mecanização, como mencionaremos adiante. Entretanto a questão do desemprego se torna um evidente se considerarmos que, a despeito de o censo de 1947 não determinar a população economicamente ativa, podemos ainda assim ponderar os dados da tabela com a constatação de que (mesmo diante do crescente êxodo rural que fará nos anos 1940 a população urbana ultrapassar a rural) a população rural total estimada do país era de em torno de 6.210.293 pessoas<sup>141</sup>.

O exército de reserva no meio rural tem uma dupla dimensão pois pode assumir a forma de mecanismo de pressão salarial para baixo, nesse caso útil ao capital investido no meio rural, mas quando muito grande e sob determinadas condições pode se tornar um vetor de inúmeros problemas sociais como a pobreza, a violência, a pouca educação, e pode se tornar ainda nociva a manutenção das relações de produção no campo enquanto agitação popular, ou problema para as cidades, com superpopulação. Contudo, se este problema já tomou a hora do dia principalmente a partir da segunda metade dos anos 1930, este só não foi maior devido aos empecilhos aos avanços na tecnologia do maquinário disponível para tal. O atraso do maquinário é o primeiro ponto que diz respeito aos meios de produção e que gostaríamos de explicar.

Como já mencionado, o processo de deterioração dos termos de troca talvez seja o fator mais incidente para a dificuldade da compra de novas equipamentos e tecnologias na forma de capital fixo para o campo. Ainda assim, esse processo se torna mais evidente quando comparamos diretamente com os principais produtos de exportação dentro, desse padrão de reprodução, e da economia argentina, os grãos, e a possibilidade de compra de tratores modernos – talvez um dos bens de maior importância para o setor.

---

<sup>141</sup> Segundo análise histórica da evolução dos dados do Censo argentino elaborada por Jorge Vicien. In: VICIEN, J. *Distribución de la población en la República Argentina, 1969-1947*. Tesis doctoral. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires. Facultad de Ciencias Económicas, 1951, p. 61.

Tabela 5. Preço do trator em termos de grãos

Ano	Trator – preço médio de fábrica (em dólares)	Preço interno (em pesos)	Preço médio de grãos por tonelada (em pesos)	Toneladas necessárias para comprar um trator)
1928	1020	4.500	95,40	47
1933	850	4.900	47,80	102
1937	975	6.465	96,60	67
1940	940	8.650	59,00	146
1947	1660	15.525	140,50	110
1950	2450	36.745	190,20	193

Fonte: Comisión Económica para América Latina. *Estudio Económico de America Latina - 1949*, capítulo VII, p. 40. Apud: FRONDIZI, S. Op. Cit. p. 184.

As duas maiores curvas de acentuação do preço referem-se, em primeiro lugar, ao conjunto do período analisado quando se toma o primeiro e último ano contabilizado (em 1928 eram necessárias 47 toneladas para um trator, enquanto em 1950 são necessárias 193, para um trator de igual potência), e em segundo lugar, a conjuntura dos primeiros anos pós-guerra, com o grande salto entre 1947 e 1950 (com 83 toneladas a mais necessárias).

Outros fatores incidiram para o atraso tecnológico do campo argentino, dentre eles a literatura que se posiciona a favor dos ruralistas, por vezes cita o próprio estado peronista, com o controle das importações, como um entrave, mas em termos estruturais, não podemos negligenciar o fato principal de até os anos do peronismo original, a condição dos arrendatários não os encorajava a fazer maiores investimentos de capital pelas constantes pressões e reajustes dos proprietários. Fato que inclusive será canalizado por Perón na luta pelo direito dos arrendatários à aquisição de terras e pelo congelamento dos reajustes, entre outras medidas. No mais, também é significativo que o principal, e por vezes, quase único, fornecedor de maquinário agrícola de última geração ser os Estados Unidos, que proibiram o comércio de bens tecnológicos estratégicos comercialmente com países não-aliados durante a guerra.

### 2.3 O papel da renda da terra

Para além do maquinário, a reprodução do capital agrário depende ainda de outro meio de produção mais básico e fundamental, a terra. Esta foi alvo de intensas disputas durante o peronismo, por conta das expropriações, da campanha de colonização, e das disputas entre

arrendatários e terratenentes. Ainda que não tenhamos condições de realizar uma ampla análise desse elemento aqui, podemos traçar algumas considerações gerais. Tanto mais porque esse elemento é fundamental não só na primeira etapa (enquanto capital fixo) mas também, assim como o trabalho, durante o processo de produção em si, que é justamente quando ocorre a criação de novos valores de uso, e conseqüentemente, de troca.

Esse processo de valorização compreende, no geral, todas as formas de remuneração do capital, como o lucro industrial, lucro comercial, juros e renda da terra, e depende também, evidentemente, da segunda etapa de circulação do capital, onde as mercadorias são vendidas, ou seja, onde a reprodução do capital realiza-se, de fato, retornando a forma dinheiro e materializando o objetivo de todo o processo. Sob esse aspecto, teóricos marxistas ao pensar o desenvolvimento do capitalismo na Argentina tem destacado um elemento que abordamos aqui: a renda da terra. Partimos aqui do entendimento da renda da terra como uma categoria analítica que compreende a totalidade das rendas obtidas do solo, como a agrária, a pecuária, e a extrativista.

Para a análise do caso argentino, bem como tomando por base a maioria das fontes estatísticas de que dispomos, e do centro das discussões já empreendidas por outros autores sobre a renda da terra na Argentina, tomamos por base – quando não mencionado em caráter de exceção – a renda agrária. Para fins de uma aproximação tipológica<sup>142</sup> com vistas a entender

---

<sup>142</sup> Utilizamos como guia para a reflexão teórica dos tópicos a seguir o Curso de Economia Política, ministrado por Ruy Mauro Marini, e cujos planos de aulas estão disponíveis na página oficial da internet dos escritos de Marini. MARINI, R. *Curso de Economia Política V. Teorias marxistas da moeda e da renda*. Facultad de Economía, Sistema de Universidad Abierta, UNAM, 1979. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/> (Acesso em 12/01/2018), além dos capítulos XXXVII a XLVII do livro III de O Capital, relativos a renda da terra. KARL, M. *El Capital: crítica de la economía política. Tomo III*. Ciudad de Mexico: Siglo Veintiuno Editores, 11ª edição, 2009.

a dinâmica de produção e circulação do capital, podemos falar em duas instâncias principais de obtenção da renda da terra: a *renda diferencial*<sup>143</sup> e a *renda absoluta*<sup>144</sup>.

---

<sup>143</sup> Terras apropriadas à agropecuária, em proporções e qualidades suficientes para seu uso com vistas à obtenção de mais-valia, fazem parte do conjunto de recursos naturais que podem ser utilizados por si sós como meios de produção, como capital constante, que com base em seus potenciais naturais, podem ser aproveitados com exclusividade por monopólios, ou pelo seu simples caráter de propriedade limitada geográfica e naturalmente. Marx, e recorrentes teóricos marxistas, utilizam-se da comparação da terra com outros recursos naturais, como os ventos, rios, quedas d'água, florestas, reservas de minerais e etc., para explicitar seu caráter de porção da natureza dotada de um valor de uso valorizado pelo capitalismo e condicionado historicamente a relações de propriedade e exclusividade. Tomando o exemplo de uma fábrica, que utiliza uma fonte de energia que seja a mais amplamente difundida e competitiva economicamente (como o vapor, para o século XIX), têm-se um conjunto de custos de produção, que somados a uma taxa de lucro média de determinado ramo da economia, determinam o preço de venda dos produtos. Por exemplo, se os custos de produção forem 100 dinheiros e a taxa de lucro média for de 15%, o preço de venda giraria em torno de 115 dinheiros. Como a maioria das fábricas operariam sob essas condições, este preço seria o mais bem estabelecido no mercado como parâmetro, ou seja, como preço médio. Mas, se de outra forma, determinada minoria de fábricas, pudesse se utilizar da energia de quedas d'água de uma propriedade, para reduzir seus custos de produção, esta poderia obter uma mais-valia relativa que propiciaria um lucro extraordinário, devido ao fato de o preço médio (e por tanto, de venda) estar alinhado por cima de seu preço de produção. Dizendo em outras palavras, ter a exclusividade sob recursos da natureza, cujo caráter é limitado e confinado ao status jurídico de propriedade, propicia condições diferenciadas para se obter um lucro extraordinário, categorizado aqui como a renda diferencial obtida por essas propriedades em melhores condições. Conforme o desenvolvimento das diferentes formações econômico sociais capitalistas, em seus diferentes momentos históricos, a demanda crescente pelos produtos agropecuários e frutos do extrativismo, fez com que, cada vez mais, novas áreas fossem postas à disposição das atividades agropecuárias e extrativistas, exigindo a exploração de áreas que oferecem diferentes qualidades, em relação a diversos fatores. E isso apenas fortalece a obtenção, por parte de certos capitalistas, dessa renda diferencial. Essa renda da terra é percebida pelos proprietários de terra, quando estes verificam o lucro extraordinário oferecido por estas condições diferenciadas e impõem o valor do arrendamento da terra. Como Ruy Mauro Marini aponta, é precisamente por isso, que proprietários de terras buscam estabelecer contratos que possam ser submetidos a revisões periódicas (a fim de poder perceber esses capitais com o mínimo de déficit possível), e arrendatários busquem uma maior durabilidade dos mesmos, para resistir a essa apropriação por parte dos proprietários. Marx categoriza duas instâncias de apropriação da renda da terra diferencial. A chamada renda diferencial I corresponde a renda obtida em razão das condições propícias diferenciais de determinada terra, como a fertilidade do solo ou a localização das terras, ou ainda a abundância de alguma fonte do extrativismo. Já a renda diferencial II corresponde a uma renda diferencial obtida através do nível de investimentos em um solo determinado, como a construção de infraestrutura, irrigação e tratamentos diferenciados. Neste segundo caso, elevando o montante de capital constante, maquinário, e a produtividade do trabalho. Ainda assim é importante mencionar que uma das principais características do capital da terra em sua forma mercadoria, para Marx, é justamente sua menor composição orgânica, ou seja, uma menor composição técnica representada em valor (antigo, referente ao valor dos bens de capital quando adquiridos).

<sup>144</sup> Se, como vimos, são as terras de pior qualidade as que determinam o preço de produção e a taxa de lucro média de determinado ramo agrário, e a partir dessa diferença terras de melhor qualidade obtêm renda diferencial, é de se supor que nas terras de pior qualidade inexistente a renda da terra. Isso é errôneo, pois se assim realmente fosse, não haveria razão para um proprietário de terras ceder seu território para exploração de um arrendatário capitalista, e o próprio valor da propriedade em si estaria em cheque. Na verdade, também existe um mecanismo que no conjunto da circulação do capital total de determinada formação econômico social atua de modo que o território, por sua simples particularidade de porção limitada da natureza faça com que o custo de produção agrário seja menor do que o valor produzido, e isso acontece em função da já mencionada menor composição orgânica do capital agrário. Com isso, esse excedente entre o custo de produção e o valor produzido é apropriado pelo proprietário de terras também como uma renda, ou seja, *outros ramos gerais da economia transferem valor para o setor agrário através dessa particularidade*. Essa renda é uma particularidade fundamental da terra, enquanto meio de produção, e é chamada de *renda absoluta*. Contudo, ainda que essa renda absoluta esteja dada, é preciso advertir que ela só se realiza se os preços de venda dos produtos agrícolas alcançam de modo razoável um valor que dê conta de gerar essa renda, por isso Marx adverte que a renda absoluta tende a ser de expressão pequena. É preciso acrescentar ainda que, conforme Marx, a característica do setor agrário de contar com uma menor composição orgânica do capital em seus produtos tenderia a diminuir com o desenvolvimento das forças produtivas, as quais atuariam cada vez mais no campo com novas tecnologias, gerando a chamada renda diferencial II em relação às terras de pior qualidade e aumentando a composição orgânica do capital no setor, quando um

É importante então considerar os cursos de apropriação da renda da terra. Se trata de estudar quais são os canais e os agentes sociais privilegiados aos quais a renda da terra está mais associada.

Aqui nos valem do percurso teórico e expositivo do pesquisador argentino Juan Iñigo Carrera, que nos descreve que o lucro extraordinário (produto do monopólio sobre condições naturais diferenciais) flui primariamente, de maneira simples, para os proprietários de terras, sob as formas de renda da terra. Entretanto, esse fluxo de valor não descreve rotas tão simples nas diferentes conjunturas, e sim pode ser apropriado por outros agentes de maneiras diversas<sup>145</sup>. Em se tratando dos demais agentes sociais que podem acabar por absorver quantias relativas a renda da terra, podemos afirmar que isso é possível graças ao fato de que o poder dos proprietários, seja por meios econômicos, políticos ou militares, é mediado e dado historicamente conforme as relações sociais nas quais estão inseridos. O fato é que mesmo ocorrendo essas “fugas” da renda da terra para setores não-agrírios, elas estão inseridas mesmas dentro das possibilidades de ações dos proprietários de terras com vistas à manutenção de suas condições políticas, sociais e econômicas de propriedade e de reprodução normal do ciclo de seus capitais agrários. Nas palavras de Carrera:

Enquanto parasitas sociais para a acumulação de capital, os proprietários de terras não têm a apropriação íntegra da renda diferencial como condição para sua reprodução. Pelo contrário, a apropriação de parte dessa renda por outros sujeitos sociais pode constituir-se em uma condição para a reprodução dos proprietários de terras como tais, quando o que está em jogo é a propriedade privada mesma sobre a terra<sup>146</sup>.

Dito isso, podemos nos referir então a uma primeira forma de apropriação dessa renda por não-proprietários de terras, que é a tributação do Estado. Se trata do monopólio exercido

---

equivalente desenvolvimento das forças produtivas não se verificar com a mesma intensidade em outros setores. No âmbito da circulação dos capitais totais de uma unidade nacional, a renda absoluta obtida a partir dessa particularidade da terra perante o capital industrial, só pode existir também, se conta com uma organização em termos de classe, dos proprietários de terra, afim de assegurar essa margem em função da exclusividade do acesso privado aos recursos da terra. Ou seja, a renda absoluta, que representa apropriação de valor pelo setor agrário em relação aos demais setores da economia, depende de um certo grau de organização da burguesia agrária na defesa de seus interesses de classe.

<sup>145</sup> Cabe expor que a própria distinção que realizamos aqui entre proprietários de terras e arrendatários capitalistas não é uma premissa necessária sob a perspectiva do estudos sobre a renda da terra, uma vez que estes podem ser representados pela mesma pessoa, o que não inviabiliza essa construção teórica, mas apenas aponta para o fato de que a apropriação da renda da terra pode ser percebida diretamente pelo capitalista agrário em questão, sem necessidade da cobrança pela terra por parte de um proprietário.

<sup>146</sup> CARRERA, J. *Estimación de la renta de la tierra agraria y de la ganancia del capital industrial em Argentina (1882-2004): fundamento, método e resultados*. XX Jornadas de História Económica. Buenos Aires: Centro para la Investigación como Crítica Práctica, 2006, p. 5. Disponível em: <http://cicpint.org> (Acesso em 14/01/2018) (tradução minha). Tradução nossa.

pelo Estado sobre a regulação direta da circulação de riqueza social dentro do espaço nacional. Pensando principalmente no caso argentino, mas não excluindo outros, podemos afirmar que essa primeira forma de apropriação através da tributação do Estado constitui-se na *renda apropriada primariamente mediante impostos específicos sobre as exportações de origem agrária*, ou as chamadas retenções à exportação<sup>147</sup>. Uma segunda modalidade de apropriação da renda da terra por outros agentes sociais diz respeito *a renda apropriada primariamente pelo efeito da sobrevalorização ou subvalorização da moeda nacional sobre as exportações de origem agrária*<sup>148</sup>.

O território do bioma do pampa, ou a chamada região da campanha, possuía uma vasta disponibilidade de terras com grande fertilidade, o que foi sendo amplamente aproveitado durante o processo de expansão produtiva, e desde diferentes perspectivas do pensamento econômico e social intelectuais argentinos tem mencionado a renda da terra como um elemento chave da economia argentina em diferentes momentos históricos. No que diz respeito à

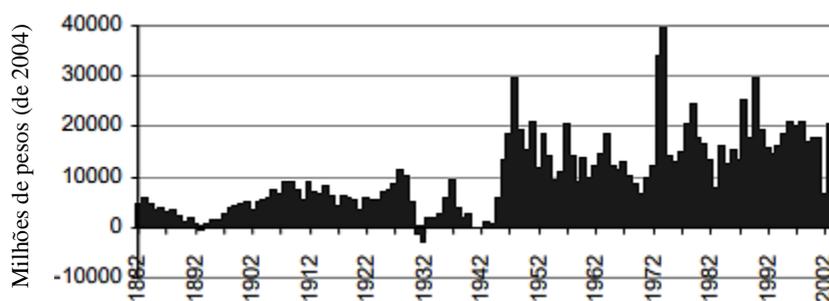
---

<sup>147</sup> Se tratam aqui especificamente dos impostos que atuam sobre o capital agrário, mas deixam intactos outros setores do capital, intervindo no momento da circulação em que ditas mercadorias lançam-se ao mercado mundial. Não é possível historicamente no caso argentino negligenciarmos essa dimensão da tributação pelo Estado, uma vez que esta representa uma receita de peso para a economia nacional argentina em uma perspectiva de longa duração. Esse tipo de apropriação ainda tem efeito regulador e limitador sobre os capitais que podem ter condições de levar adiante o negócio agrário, pois a presença destes impostos exclui capitais que poderiam não por em ação uma produtividade do trabalho necessária para valorizar-se normalmente, a despeito da tributação. Entretanto, ou talvez justamente por isso, esse tipo de fluxo de capitais para o Estado só atua sobre o que consideramos como renda diferencial, não impedindo os capitais detentores dessas melhores terras e condições de valorizarem-se ou garantirem sua reprodução.

<sup>148</sup> A acumulação mundial de capital dá-se dentro do ambiente das economias nacionais ou formações econômico-sociais, que por sua vez possuem diferentes moedas que buscam, de modo sucinto, representar valor. Conforme as diferenças de produtividade e produção de capital social total, determinadas moedas por aumentar ou diminuir suas capacidades de representarem valor perante outras. Tratam-se basicamente das relações de câmbio. Quando um país tem uma determinada moeda que permanece sobre um período razoável sobrevalorizada, seus capitais industriais têm dificuldade de lançarem-se ao mercado mundial, justamente por suas mercadorias estarem sendo representadas no mercado mundial por quantidades de dinheiro diminutas em relação aos seus preços de produção no mercado interno. Essa particularidade também afeta os capitais agrários que se lançam ao mercado mundial, contudo, é possível que a renda da terra seja suficiente para compensar essa característica. Em caso oposto, caso a moeda do país apresente situação estável de subvalorização, os capitais exportadores obtêm lucro extraordinário ao passar pela mediação cambiária, e tratando de um fluxo de capital que se dá fundamentalmente pela posse da terra, constituiria mais uma fonte de renda da terra. Nos diferentes casos (sobrevalorização ou subvalorização), a apropriação de renda da terra pode se dar pelo Estado ao atuar sobre a política tributária com vistas à exportação, como já mencionado, ou ainda, atuar de uma forma um pouco menos clara, mas ainda assim presente. Nos referimos ao fato de que em situações de sobrevalorização, a renda afetada no momento da exportação impede que o Estado se aproprie de um excedente considerável; entretanto, tal processo não impede que, por outro lado, a classe capitalista industrial aproveite-se dessa situação de moeda valorizada para adquirir o que lhe é necessário do mercado mundial por quantias abaixo de seus respectivos preços de produção. Assim, se por um lado determinada economia nacional pode perder somas de valor para o mercado mundial em função de seus produtos de exportação perderem competitividade em função da sobrevalorização, a mesma pode ganhar pela ponta das importações necessárias a indústria. Esse mecanismo pode ser compensado pelo Estado através de impostos à importação sobre o setor industrial, o que pode converter-se em mais uma instância onde porções da renda da terra, dentro de uma economia nacional, deixem de ser percebida por proprietários de terras, e representem, para o mesmo período, altas nas divisas estatais ou do setor industrial.

produção de estudos a partir da crítica da economia política, essas discussões evoluíram desde o trabalho pioneiro de Flichmann<sup>149</sup>, mas careceram de uma análise de fôlego que mensurasse com maior rigor a dimensão do papel da renda da terra e de seus afluxos para diferentes setores sociais. Nesse sentido, as pesquisas de Juan Iñigo Carrera abrem uma possibilidade de análise mais apurada desse tema pois este pesquisador, através de uma metodologia específica, gerou uma estimativa dos principais cursos históricos de apropriação da renda da terra. Ainda que não se trate de números definitivos, o autor consegue apresentar, de maneira aproximada, mas com rigor metodológico, alguns dados que nos são interessantes incorporar aqui, e que seguem. Primeiramente, a renda total da terra agrária, em sequência histórica na representação gráfica a seguir:

Gráfico 1. Renda total da terra agrária (1882-2004)



Fonte: *Estimación de la renta de la tierra agraria y la ganancia del capital industrial en Argentina, 1882-2004. Fundamento, método y resultados*. Documento de Trabajo, CICP, Cuadro 1. In: CARRERA, J. Op. Cit. 2009, p. 24.

No cômputo, os valores estão com base nos parâmetros monetários de 2004 retroconvertidos, além de inclusa a conversão em relação a variação cambial e a inflação. Estes valores baseiam-se também no cálculo da renda da terra, entendendo seus produtos em concorrência no mercado mundial, ou seja, baseiam-se nos preços praticados internacionalmente, e nos custos de produção internos a economia argentina no período analisado. De aí que Carrera chegou a essa evolução histórica, a qual nos debruçamos no período da segunda guerra mundial e do peronismo original para verificarmos uma rápida acentuação de lucros advindos da renda da terra na argentina, o que se explica por vários fatores do mercado internacional ligados à excepcionalidade do conflito e das capacidades produtivas em muitos locais dentro das economias capitalistas centrais. Não à toa as condições favoráveis geraram uma grande quantia de divisas com o exterior, principalmente para o período 1943-

<sup>149</sup> FLICHTMAN, Guillermo. *La renta del suelo y el desarrollo agrario argentino*. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 1986.

1946, momento de otimismo econômico no país<sup>150</sup>, e no qual insere-se o desenvolvimento do projeto peronista e de seu início enquanto fenômeno político e de massas. Nas palavras de Sívio Frondizi,

A excepcional situação comercial e financeira do país constituiu a base objetiva para a atuação do peronismo. Este contou, em seu ponto de partida, com fartas reservas acumuladas em ouro e divisas, e esperou confiadamente que a situação que as havia criado melhorasse constantemente, pela necessidade dos países afetados pela guerra e por um novo conflito bélico que se acreditava iminente.

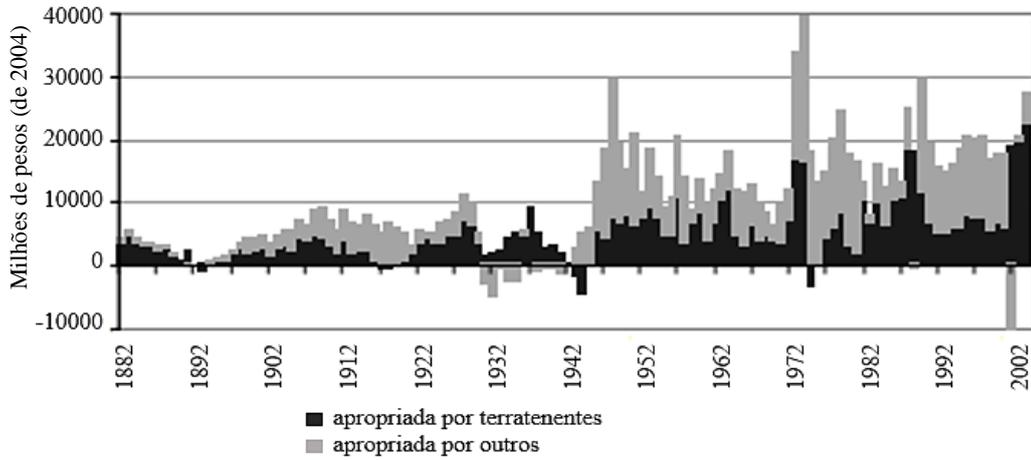
A esse período, segue-se uma flutuação e desvalorização (1947-1955) decorrente de várias transformações no mercado mundial ligadas ao retorno e reforço do papel de importantes potências também no campo da exportação de grãos, principalmente dos EUA e Canadá. O que, se não representou uma profunda crise, pelo menos arrefeceu e diminui as expectativas em relação ao período anterior, coincidindo, no processo político, com o endurecimento da oposição da classe dominante rural e a transformação do papel do campo no projeto econômico e social peronista.

Nas duas representações gráficas seguintes, esses valores da renda da terra decompostos, primeiramente no montante geral da renda apropriada pelos terratenentes e por outros agentes sociais, e na segunda, esmiuçando os diferentes canais de fluxo dessa renda:

---

<sup>150</sup> Entre 1941 e 1942 o cenário de crise das exportações começou a ser superado e se verifica um aumento considerável do volume das exportações tendo como destino os mercados de Grã-Bretanha, África do Sul, Estados Unidos e América Latina. Essa situação propiciou uma sequência de anos com balança comercial favorável e que permitiu que a Argentina acumulasse divisas do exterior. Em 1942 e 1943, verificaram-se saldos positivos de 514,6 milhões e 1.242,5 milhões de pesos, respectivamente. Em 1945, o país acumulou as maiores quantias em ouro, dólares e circulantes europeus de sua história. Contudo, grande parte das divisas oriundas do mercado britânico constituíram-se em libras bloqueadas, a serem pagas após a guerra e sob condições especiais. Desse modo, muitas das ações de pagamento estatais do governo militar surgido do golpe de 1943 e de começos do governo Perón se deram através da emissão de bilhetes para pagar importações no contexto futuro próximo, algo que acabou por se constituir em um dos principais fatores de aumento acentuado da inflação nos anos seguintes. Cf. FRONDIZI, S. Op. Cit. p. 120.

Gráfico 2. Apropriação primária da renda da terra agrária 1882-2004



Fonte: Idem.

Gráfico 3. Cursos de apropriação primária da renda da terra por não-terratenentes 1882-2004



Fonte: ibidem, p. 25.

Pelo primeiro gráfico podemos observar que nos anos 1930, período de crise que abalou os preços das exportações agropecuárias – apesar das opiniões hegemônicas que defendiam a manutenção do padrão agroexportador, que foram, grosso modo, mais influenciadoras das políticas econômicas dos governos conservadores defenderem a produção agropecuária como

base da economia nacional para além de interesses puramente de terratenentes – não se verifica afluxo significativo de renda da terra para outros setores sociais ou para o Estado, possuindo na verdade índices negativos na apropriação por “outros”, ou seja, Estado e demais setores perderam renda para os terratenentes através das políticas que se agarravam a primazia dos interesses da agroexportação. No entanto, a partir dos primeiros anos da década de 1940, aproximadamente a partir de 1942/1943, a alta já mencionada nos volumes totais da renda da terra é acompanhada de uma maior incidência de apropriação dessa renda por outros setores sociais que não os terratenentes, e observa-se o crescimento dessa tendência em proporções nunca experienciadas no século, durante o peronismo original. Inclusive, com anos onde a apropriação geral de renda da terra por parte dos terratenentes foi negativa, conjunto da distribuição da renda da terra dentro da formação econômico social argentina. O segundo gráfico, nos demonstra basicamente a dimensão da importância que teve, no período, as formas de transferência da renda da terra através dos dois primeiros tópicos listados na legenda e do quarto, a saber, intermediação de organismos oficiais e controle de preços, efeito sobre impostos de exportação e sobrevalorização do peso sobre o consumo interno, e efeito da sobrevalorização do peso sobre as exportações. O que, dito em outras palavras e em termos mais gerais reflete os impactos da política econômica em suas dimensões tributária e cambial, além das condições do mercado internacional. Daí a importância incontestável da renda da terra para o planejamento econômico peronista, uma vez que como já dito anteriormente as exportações agropecuárias correspondiam a quase totalidade da geração de divisas do país com o exterior.

E esse processo certamente não foi possível sem um duro combate de interesses entre Estado e classe dominante rural, e onde o primeiro tenha conseguido estabelecer condições para tal<sup>151</sup>. Nesse sentido, acreditamos que a construção da base de apoio do peronismo original – desde as primeiras ações e emergência do protagonismo de Perón a frente da STyP, passando pelo contexto pré-eleitoral e eleitoral, e os primeiros anos de seu governo (ou seja, compreendendo o período 1943-1946/1947 aproximadamente) – apresentou uma intencionalidade de pressão e poder de persuasão sob a classe dominante rural, para estabelecer um cenário onde fosse possível empreender suas ações desejadas. Para o estabelecimento desse cenário concorreu também, obviamente, a situação econômica propícia para o setor, dada a conjuntura da guerra mundial, e a reduzida influência da ação do imperialismo sobre o país, no intervalo entre a decadência britânica e o aumento da ação dos EUA, tanto no mercado mundial

---

<sup>151</sup> Ainda assim, o estado peronista nunca deslocou, de fato, a classe dominante rural de sua posição determinante nas relações de produção, mesmo nos momentos em que o discurso mais avançou em suas críticas.

como na própria formação econômico-social argentina. Nesse contexto, então, a busca do peronismo pela adesão da classe trabalhadora rural e de arrendatários era coerente tanto com as premissas da formação de sua doutrina original (que se separava trabalhadores e produtores, de um lado, e rentistas e capitalistas internacionais de outro, e que previa um projeto de industrialização muito mais ousado do que os esboços dos governos conservadores), quanto propiciava a base eleitoral necessária para uma eventual candidatura de Perón, a partir do momento em que essa possibilidade passou a ganhar forma. E além disso, como expomos, o apoio de trabalhadores rurais organizados e de arrendatários possibilitaria o poder necessário que nenhuma outra força política havia obtido no meio rural perante a influência dos terratenentes. Não apenas no discurso estes eram deslocados do símbolo de interesses nacionais, como também na intencionalidade em torno ao processo de apropriação da renda da terra enquanto um dos principais motores do projeto econômico e social peronista<sup>152</sup> de agente regulador e mediador entre as classes e setores sociais.

Esse papel da renda da terra, entendido como parte do conjunto da política econômica peronista, teve como principais elementos concretos: 1) a ação dos organismos estatais que irão controlar as exportações como agente intermediador, com destaque para o IAPI; e 2) o Primeiro Plano Quinquenal, que estipulou as diretrizes gerais para a política econômica do primeiro governo de Perón. Os cálculos apresentados por Carrera, por terem o enfoque nas apropriações sociais da renda da terra por diferentes setores, apresentaram a divisão principal entre renda apropriada por terratenentes e renda apropriada por outros setores, contudo, no que diz respeito aos primeiros, sua metodologia expôs como, para fins de estudo da renda da terra, não era de grande importância a posição nas relações de produção ocupadas por esse produtor (se arrendatário ou proprietário), e por “renda apropriada por terratenentes”, poderíamos entender, em outras palavras, “renda apropriada pelo ramo da produção agroexportadora”. Sendo assim, cabe expor que outros autores, como o próprio Frondizi, ainda na década de 1950, destacaram como grandes proprietários, ao cobrar o valor dos arrendamentos muitas vezes em espécie, foram talvez os menos afetados proporcionalmente (mas ainda assim afetados), enquanto os arrendatários produtores (sejam grandes, médios ou pequenos) e a classe trabalhadora rural (produtora dos valores de uso, em última instância, e principal elemento do processo de geração de valor) teriam sido na verdade os principais alvos. Sem nos prolongarmos na questão, convém

---

<sup>152</sup> Com efeito, cabe expor que, obviamente, não se trata de uma intencionalidade em termos de “apropriação da renda da terra”, *tal como* nosso entendimento teórico exposto aqui, mas sim em utilizar as rendas oriundas desse setor canalizadas da maneira como o peronismo de fato o fez.

apenas destacar o quanto a busca de apoio dessas classes pelo peronismo, também pode estar ligada, então, a esse papel crucial que desempenhavam no modelo verificado e que se pretendia desenvolver. Nesse caso, expostos os elementos citados nas páginas anteriores, o próprio Estatuto do Peão reveste-se de uma grande complexidade como documento legal, e importante elemento na dinâmica que estava se constituindo entre Estado e classes sociais rurais, e deixa de ser entendido apenas como o senso comum poderia aponta-lo, enquanto conquista propiciada por Perón como parte da ideia de justiça social, ou como simples evolução do direito trabalhista, mesmo que não neguemos a importância e o caráter de conquista do mesmo para a classe trabalhadora rural.

#### **2.4 O entendimento do direito a partir da crítica da economia política**

Dito isso, acreditamos que cabe aqui expor nosso entendimento teórico sobre o direito, e algumas reflexões gerais sobre esse em relação à dinâmica social, pois isso também clareia nosso entendimento sobre o problema abordado no terceiro capítulo, das circunstâncias em que foi possível a emergência do Estatuto, e quais suas consequências para a classe trabalhadora rural e para as relações entre Estado e classes sociais rurais. A partir de uma interpretação do pensamento crítico e do pensamento marxista sobre o direito, onde este é entendido em perspectiva vinculada à história, à lógica da reprodução social e à política<sup>153</sup>.

Nesse sentido, o direito apresenta profunda ligação com a dimensão da ideologia e com a articulação de discursos legitimadores. Mas não apenas isso, entendemos o direito como elemento que também engendra e constitui determinadas relações concretas e também subjetivas, onde indivíduos se tornam “sujeitos de direito”, como portadores de liberdade e igualdade<sup>154</sup>. Mas o direito também é um processo de subjetivação na medida em que se coloca ao mesmo tempo como discurso em prol de valores como a liberdade e igualdade.

---

<sup>153</sup> PASUKANIS, E. *A teoria geral do direito e do marxismo*. Tradução, apresentação e notas de Paulo Bessa. Rio de Janeiro: Renovar, 1989. MASCARO, A. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo editorial, 2013. ALMEIDA, S. *Sartre: direito e política*. São Paulo: Boitempo editorial, 2016.

<sup>154</sup> Importante destacar que em nenhum outro momento histórico esse direito foi uma realidade generalizada, ou seja, essa mediação nunca foi de todo necessária, sendo uma marca de nosso tempo, conforme Alysson Mascaro em seu livro *Estado e forma política*. Um dos pontos centrais da política no capitalismo e que é levada a cabo pelo Estado é a garantia da reprodução das condições das relações entre esses sujeitos livres, de direitos, e iguais. Porque essas relações é que dão condições para que as trocas mercantis se estabeleçam e se generalizem. Relações estas que são determinadas pela produção capitalista e que, portanto, tem como objetivo fundamental a extração da mais-valia na forma de lucro (e esse é o sentido do trabalho social e do trabalho abstrato). Isso só se torna possível numa relação entre sujeitos portadores de liberdade de contrato e igualdade perante a lei. Nesse sentido, a relação jurídica é diferente das relações propriamente do âmbito da política, que são relações de poder. O direito é uma relação intersubjetiva, pautada por esses parâmetros. Não à toa liberdade e igualdade são fundamentos históricos

Para Stuttgart, autor marxista cujas ideias tiveram grande amplitude no contexto imediato pós-revolução soviética, em sua obra *Direito e luta de classes*, o direito advinha da luta de classes. Esta posição apresenta muito avanço e contribuição para o tema, mas não toca o fundamental. Stuttgart insiste na consideração de que o direito é “moldado” a partir da luta de classes<sup>155</sup>. O direito tende a uma lógica, que expressa o nível das lutas e contradições entre os grupos sociais. Quando a classe trabalhadora está unida e fortalecida, portanto, o direito tende a pender com maiores conquistas para essa. Mas esse não é ponto fundamental do direito. Restava ainda a importante pergunta que é: *por que, na sociedade capitalista, classes, grupos, movimentos sociais e minorias, quando pleiteiam seus interesses, o fazem mediante institutos jurídicos?*

Se a classe trabalhadora é a maioria em todos os países atuais. Por que ela simplesmente não toma o poder pela força, fisicamente? Alysson Mascaro expõe que a estrutura pela qual a sociabilidade capitalista existe faz com que as pessoas estejam permeadas por institutos jurídicos e político-estatais. A partir do pensamento de Mascaro, com base em Pasukanis, o povo não “toma o poder” porque crê que este está localizado e centralizado no Estado, ainda

---

de reivindicações colocadas pelas revoluções liberais e pressupostos políticos da formação do mundo burguês. Um dos pontos centrais do pensamento de Pasukanis, e que também é destacado por Mascaro e por Almeida é o de que a forma direito, tal como a conhecemos, existe apenas no capitalismo. O direito nasce enquanto uma forma social que se estabiliza e se reproduz apenas a partir do momento em que se constitui uma sociedade onde as trocas mercantis estão generalizadas, possuindo papel central, e onde, portanto, é preciso que se estabeleça um equivalente geral *entre* os indivíduos. Dessa maneira, a liberdade e a igualdade tornam-se atributos que devem, necessariamente, ser atributo *dos indivíduos*, ainda que essa transformação histórica possa ter sido empreendida pela força, como quando Marx narra o processo de expansão mercantil em *O capital*. (ALMEIDA, S. Op. Cit.) Dentro dessa lógica, não faria sentido falar em “direito romano”, por exemplo, sendo uma sociedade escravagista muito diferente da nossa. Existem códigos, regras, mas não uma relação social que se equivalha ao direito tal como teorizado a partir de Pasukanis, pois seria necessária uma sociedade capitalista na sua plenitude. Almeida recorre ao exemplo de Aristóteles o qual defendeu que o dinheiro, na Grécia Antiga, representa reciprocidade. Troca para satisfação das necessidades, *equivalente geral entre as mercadorias*. O dinheiro teria em sua essência, e, portanto, finalidade, no sentido dessa palavra para os gregos, o princípio de estabelecer uma ideia de reciprocidade e de justiça nas trocas para que cada um receba aquilo que é seu, aquilo que lhe é devido, de modo que não haja excesso nem falta. No capitalismo, o dinheiro não cumpre essa função e não tem por finalidade apenas ser um padrão de justiça nas trocas. O dinheiro serve para colocar as mercadorias, seja qual for a sua natureza, dentro do processo de circulação, como um valor de troca, e não necessariamente como um valor de uso, e por isso é necessário também que haja um *equivalente geral entre aqueles que são os trocadores de mercadorias*, que no caso é o direito, na forma das relações jurídicas baseadas em torno aos princípios gerais de igualdade e liberdade. Este direito, começa a ser construído a partir dos autores modernos e com a ascensão da burguesia ao poder econômico e político na Europa. Portanto, o direito como o entendemos, é um fenômeno específico e histórico, e que tem apresentadas todas suas determinações plenas apenas com o advento da sociedade capitalista.

<sup>155</sup> Ao olharmos para a atualidade, por exemplo, podemos reconhecer que quando a classe trabalhadora está enfraquecida, quando não está organizada ou não apresenta um horizonte de compreensão enquanto classe e da sua situação, ela é esmagada, e dentro da razão da exploração e da opressão, ela perde direitos. Vemos nos dias atuais como avançam no Brasil o ataque aos direitos sociais e trabalhistas. Existe, de fato, uma certa modulação do direito que advém da luta de classes. E mais do que isso, podemos compreender nesse mesmo movimento a luta de grupos sociais. Enquanto o movimento feminista não foi forte, o direito não atendeu as demandas da mulher, e enquanto o movimento negro não foi forte, o direito foi profundamente racista, e somente depois passou a ter alguns institutos de combate parcial a essa estrutura geral do racismo.

que não haja uma consciência de que este também tem uma estruturação a partir das próprias relações do capitalismo<sup>156</sup>. Existe, portanto, uma coerção do Estado e do direito sobre as pessoas. A forma jurídica e a forma político-estatal se impõem necessariamente no capitalismo de tal forma que então, quando a classe trabalhadora luta por melhores condições de vida, ela não busca lutar para transformar o capitalismo e tomar o poder econômico nas mãos, e sim busca mais direitos. As leis trabalhistas inserem-se, por excelência, dentro desse raciocínio.

A partir de Pasukanis, podemos pensar em quais os limites de uma transformação social que tem como ponto principal uma reivindicação por mais direitos. E da reflexão sobre esse tema derivam outras perguntas importantes, tal como colocado por Sílvio Almeida, como qual o significado da aquisição de direitos; se estes significam mais liberdade e igualdade, e de que igualdade e liberdade estamos tratando (a liberdade entendida como liberdade para a realização e arraigo das trocas mercantis, para venda da força de trabalho como propriedade e mercadoria ou ingressar no mercado de consumo, tornar-se consumidor?) O que significa, para aqueles que querem uma sociedade mais justa e sem as opressões e a exploração, lutar por mais direitos?

A forma jurídica é de alguma maneira similar, equivalente ou possui um grau de derivação da forma mercadoria. Marx já havia exposto em *O Capital* que o “segredo” do capitalismo, seu átomo, seu núcleo mínimo, é a mercadoria, e a principal mercadoria é o trabalho, que no capitalismo toma forma assalariada<sup>157</sup>. Para que o trabalho seja mercadoria e sob a forma assalariada, o trabalhador, que vende sua força de trabalho, tem que ter uma forma social correspondente a mercadoria que é a sua força de trabalho e que será vendida no mercado de trabalho. E para que esse trabalhador possa comparecer no mercado e vender sua força de trabalho, ele precisa ter uma forma social correspondente à mercadoria que seu trabalho se torna, e adquirir uma subjetivação jurídica. Conforme Alysson Mascaro, este “sujeito trabalhador” não é mais “assujeitado” *por alguém* diretamente, pelo menos no campo da aparência. Ele é “assujeitado” pelo direito. Um sujeito de direito e pelo direito. Para Pasukanis, formas como a subjetividade jurídica e a forma Estado remanescem de uma base concreta, estão

---

<sup>156</sup> Daí a dissociação costumeira entre capitalismo e Estado, onde o segundo é alvo geral das críticas, ao mesmo tempo em que dificilmente é posta em cheque a estrutura geral do capitalismo.

<sup>157</sup> A leitura marxista investiu em termos fundamentais como o entendimento do trabalho, da classe trabalhadora e a luta de classes. Se o trabalho, no capitalismo, é explorado e sob a forma salário, este trabalhador deve se levantar, e sendo a maioria da sociedade este, por conta de embates políticos e da estratégia revolucionária, em algum momento organizado em classe, em movimento ou ainda em partido chegará a destruição das condições da produção capitalista e inaugurará um outro horizonte da sociabilidade que será o socialismo. Esta leitura tradicional é correta e corresponde a leitura do papel da luta de classes. No entanto, o átomo do capitalismo não é a luta de classes e sim a mercadoria, e nela está a chave para o entendimento do capitalismo e, por conseguinte, da sua superação. Cf. MASCARO, A. Op. Cit.

lastreadas em uma materialidade que é a sociedade sob relações de produção das mercadorias e onde o trabalho é explorado sob a forma do trabalho assalariado.

Por esses pontos expostos, entendemos o direito, também como uma base necessária em todas as etapas de um padrão de reprodução, em seus momentos ligados à circulação e à produção. O direito, uma vez que lastreado em relações concretas, também expressa discrepâncias no que diz respeito aos diferentes papéis de formações econômico-sociais no capitalismo, a partir daí se explicam parcialmente especificidades do avanço do direito em economias dependentes, pois o desenvolvimento de aparatos jurídicos e legislativos de proteção ao trabalhador nos países dependentes latino-americanos esbarrou e esbarra, nas necessidades da produção capitalista dependente com base na superexploração da força de trabalho, que, se está longe de se resumir em direitos trabalhistas, também, entretanto, possui neles importante dimensão para sua execução. Durante a expansão de uma lógica que concedeu direitos trabalhistas durante o século XX, por consequência das pressões originadas nas lutas das classes trabalhadoras nacionais em países centrais, bem como da expansão das ideias socialistas e da crescente organização da classe trabalhadora, os países dependentes apresentaram a evolução dessas legislações de forma um pouco tardia em relação à países europeus e aos EUA, principalmente. Além disso, como já mencionado, por conta de uma série de fatores, os direitos das classes trabalhadoras urbanas tenderam a ser conquistados com certa antecedência em relação ao trabalho rural.

Para além dessas considerações, cabe ainda, em matéria de entendimento sobre a especificidade de uma teoria do direito e do marxismo, expor que os principais aportes gerais dessas reflexões partiram da análise do modo de produção capitalista como sistema mundial, em nível maior de abstração, mas que existiram no Brasil dos últimos anos, uma série de tentativas de promover um diálogo entre o direito e o capitalismo dependente, onde em especial, citamos a recente tese de Alessandro da Silva, “O problema da efetividade do direito no contexto do capitalismo dependente”<sup>158</sup>, de 2019. Da Silva parte da consideração de que a realidade da dependência também engendra uma forma política de ação do Estado dependente, uma sociabilidade específica dependente, e uma forma jurídica dependente. Uma vez que a superexploração da força de trabalho, característica central do fenômeno histórico da dependência, constitui-se na violação (para aquém) do valor da força de trabalho, que é

---

<sup>158</sup> SILVA, A. *O problema da efetividade do direito no contexto do capitalismo dependente*. Universidade de São Paulo. Tese de doutorado. 2019.

mecanismo empreendido pelos capitalistas dependentes para a sobrevivência de seu lucro diante da transferência de valor fruto do intercâmbio desigual, e que as bases do direito contemporâneo se assentam no princípio da equivalência, mercantilizando e incluindo nos parâmetros da troca capitalista as relações sociais perante o âmbito jurídico. O direito no capitalismo dependente é então afetado por esse princípio contraditório, pois especificamente no campo do direito do trabalho, que é conquista dos trabalhadores por meio da luta de classes e ao mesmo tempo passo rumo à ampliação da inserção dessas relações dentro dos parâmetros capitalistas das trocas equivalentes, nas economias dependentes cumpre, em grande parte, função de garantir a manutenção da superexploração da força de trabalho. Isso, ao invés de negar a validade das leis do capitalismo, destaca sua dimensão social e negativa, a qual contém sua negação dentro do próprio fenômeno. Se fosse invariável, seria uma lei natural e não social.

Na busca de aproximação a uma resposta para esse problema fundamental, Da Silva retoma as categorias filosóficas de *possibilidade*, *necessidade* e *efetividade*. Onde a *possibilidade* é pré-requisito da *efetividade*, cujo agente mediador e realizador é a *necessidade*. O direito do trabalho, por si só, não é necessidade do capitalismo, sendo antes uma conquista dos trabalhadores por meio da luta de classes, mas ao mesmo tempo ele cumpre papel importante na inserção das lutas dos trabalhadores nas regras do jogo do direito contemporâneo com centralidade na forma mercadoria das relações sociais e jurídicas dentro dos parâmetros do capitalismo. O direito do trabalho se apresenta como possibilidade conforme o desenvolvimento do momento histórico específico no qual é inserido. Ele se torna possibilidade pelos entendimentos do direito, da situação e da luta dos trabalhadores e pela configuração, vontade e ação política do Estado. Contudo, o direito do trabalho não se apresenta como necessidade para os capitalistas, sendo que o Estado impõe esses direitos, como representante maior da classe capitalista, como capitalista ideal. A resistência do conjunto dos capitalistas em relação à imposição desses direitos corresponde ao problema da efetividade do direito no capitalismo dependente. Segundo Da Silva:

Tendo em vista que a sociabilidade capitalista é estruturada sobre a forma valor e, por conseguinte, sobre o respeito à equivalência, a superexploração provoca uma desarticulação das relações sociais nos países periféricos, que resultam na agudização das contradições inerentes às leis tendenciais do capitalismo. Nessas sociedades desenvolveram-se uma sociabilidade dependente, caracterizada por relações sociais fundadas no favor e na violência; uma forma política dependente, cuja dominação se funda na coerção e não no consentimento, já que o Estado age para maximizar a exploração econômica levada a cabo pela burguesia; e a forma jurídica dependente,

que produziu um direito muito sujeito a determinações políticas, pouco vinculado à técnica e sem compromisso com a justiça social<sup>159</sup>.

Diante do exposto, quando o Estado não cumpre adequadamente essa função de gestor maior da defesa dos interesses capitalistas, forças políticas conservadoras não hesitam em abrir mão das instituições democráticas e do regime político liberal. E, embora a direção deste Estado nunca tenha estado propriamente em mãos da classe trabalhadora, sua força política, principalmente no século XX, nunca pode ser completamente desprezada, conta Da Silva. E diferentes frações da burguesia e da classe média, quando em poder do Estado, formularam diferentes posturas para o “problema” dos trabalhadores. Sendo que em alguns momentos, como no fenômeno populista, não sem variações, houve intentos de formação de alianças com a classe trabalhadora (urbana e rural, acrescentamos aqui). E essas alianças produziram mudanças conjunturais na correlação de forças que tem impacto direto na esfera do direito, ou mais especificamente, no direito do trabalho.

Com base nisso, acrescentamos que na Argentina, em uma conjuntura onde a renda da terra a partir da produção agropecuária cumprira papel central para o projeto de estado e para o padrão de reprodução do capital verificado, o direito do trabalhador rural poderia ter ficado em segundo plano, no entanto, a necessidade de conter o problema social (que era representado pelo alto desemprego e pelo êxodo rural acentuado), e de garantir a manutenção da normalidade da produção rural, diante de agitações trabalhadoras rurais, somava-se à intencionalidade estratégica de formação de uma aliança de classes capaz de pressionar a classe dominante apropriadora da renda da terra, além da busca de formação da base de apoio político e eleitoral.

O Estatuto do Peão, embora representasse uma inovação sem precedentes em termos de uma legislação nacional para o trabalho rural, fez parte de um processo de regulação legal do mercado de trabalho rural, que teve início com iniciativas provinciais e, durante os anos do peronismo original, desdobrou-se ainda em uma política de decretos do poder executivo nacional, desde o governo militar de 1943 e nos dois governos constitucionais eleitos de Perón. Através da análise da evolução das políticas estatais podemos verificar importantes etapas além do Estatuto, como os decretos que estipulavam as condições do trabalho estacional para cada safra anual, a criação das comissões paritárias (que se tornaram o veículo legal exclusivo para a exposição legítima de reivindicações de trabalhadores rurais), e a centralidade de órgãos

---

<sup>159</sup> Ibidem, p. 280.

estatais como a Comisión Nacional del Trabajo Rural (CNTR) e da exclusiva entidade representativa dos trabalhadores rurais, a FATRE.

Acreditamos que esse processo, embora possa ser compreendido como parte da excepcionalidade que o fenômeno peronista e a conjuntura de menor ação do imperialismo propiciou, também correspondeu, a uma conclusão parcialmente desejável à formação de um mercado de trabalho rural que vinha se delineando desde o começo do século XX. Para a formação desse mercado de trabalho, com o arraigo de relações de produção propriamente capitalistas, foi necessária a canalização das disputas entre capital e trabalho em direção à dimensão da forma jurídica e estatal de administração dessas relações. Não como um entrave ao desenvolvimento das relações de produção capitalistas no campo, e sim, pelo contrário, como etapa de transformação das modalidades de luta e de diálogo dos trabalhadores rurais. As formas de ação da classe trabalhadora rural entre os anos 1920 e 1930, pautadas pela ação de greves, agitações, e protestos, e com papel determinante do anarcossindicalismo, do sindicalismo revolucionário e, em menor medida, do partido comunista, foram suplantadas por formas institucionais e canais específicos e limitados de ação, de um modo geral, ainda que tenham se verificados conflitos pontuais no período entre chacareiros e trabalhadores. Os quais, se num primeiro momento foram, como pode se presumir, conquistas, por outro lado transformaram as modalidades de reivindicação de uma forma que prejudicou as possibilidades de reação e posicionamento quando a transformação da conjuntura econômica e política (com a rearticulação do projeto peronista de aliança de classes) apresentou um momento de inflexão no avanço das políticas trabalhistas e dos ganhos para a classe trabalhadora rural argentina<sup>160</sup>. Reforça essa conclusão as observações já feitas por historiadores dos populismos e do

---

<sup>160</sup> Sem adentrar em uma análise exaustiva da economia peronista nos dois primeiros governos de Perón até o golpe de 1955, algo que nem seríamos capazes de fazer aqui, cabe destacar algo importante para compreendermos as transformações que ocorrerão no segundo governo, em que se verifica um grande retroceder em relação a todos os pontos onde o peronismo foi mais ousado. Não houve mudanças essenciais na estrutura tradicional da economia argentina, tampouco o projeto interventor logrou romper com os mecanismos da reprodução ampliada da dependência econômica latino-americana e da ação do imperialismo, de forma concreta. Aquelas fontes iniciais de financiamento da gestão estatal, da burocratização, e que conseguiram, a seu tempo, manter a expansão das atividades industriais e comerciais, bem como a prosperidade de certos negócios, se mostraram logo insuficientes e necessitaram fazer uso de complexas manipulações orçamentárias e de inflacionismo.<sup>160</sup> Conforme a situação se transformava, as transformações nas diretrizes estatais deslocaram a importância da política de valorização salarial dos principais pontos da agenda. Essa política de valorização se manteve mais concreta no meio urbano, que já abrigara, durante os anos 1940, a grande maioria a classe trabalhadora argentina, mas representou praticamente o fim do avanço das políticas para os trabalhadores rurais em termos de conquista de direitos e conquistas materiais, como veremos no capítulo seguinte.

peronismo acerca da maior burocratização, corporativismo e cooptação estatal em relação às entidades representativas da classe trabalhadora.

### 3. O ESTATUTO DEL PEÓN COMO ELEMENTO NAS RELAÇÕES ENTRE ESTADO, CLASSE DOMINANTE E TRABALHADORES NO MEIO RURAL

Este capítulo busca analisar a evolução das relações entre o Estado peronista e a classes sociais rurais no que diz respeito ao processo de regulação das relações trabalhistas relacionadas às atividades da agricultura. Nessa análise, dedicamos centralidade à decretação do Estatuto del Peón Rural, como ponto principal e emblemático das conquistas trabalhistas rurais dos peões argentinos. Se, no capítulo anterior expomos nosso entendimento geral sobre esse processo e como este pode ser entendido a partir dos aportes da noção de padrão de reprodução do capital, neste analisamos as transformações em nível menor de abstração, e com enfoque no âmbito legal, bem como as mudanças concretas conquistadas. Assim, o capítulo está dividido em três partes principais. A primeira busca dar conta de explicar as condições que antecedem à emergência do Estatuto, na segunda se analisa o decreto em si e seus aspectos correlacionados, e na terceira o desdobramento desse em perspectiva de continuidade de uma linha regulatória do mercado de trabalho rural argentino, e suas consequências gerais.

#### **3.1. As condições de emergência do Estatuto (1929-1943)**

Em outubro de 1944, por decreto do presidente E. Farrell, os trabalhadores rurais argentinos obtiveram, pela primeira vez, um documento legal com vigência e respaldo nacional garantidor de direitos básicos que, se poderiam ser pensados enquanto direitos trabalhistas, naquela ocasião, correspondiam talvez mais aproximadamente a ideia de direitos sociais mínimos de dignidade humana. A pobreza, a falta de instrução e de perspectiva no campo para esses peões estava se traduzindo, nos anos anteriores, em fuga generalizada em direção a oportunidades em grandes centros urbanos do país. O documento foi apresentado como parte de uma correção de uma injustiça histórica, uma reparação moral e base para a elevação da dignidade dos trabalhadores rurais. Essa reparação acontecia, segundo o discurso de Perón, como parte de um projeto de promoção da justiça social e de surgimento de uma liderança política estatal que combateria os rentistas, e traria voz a massa argentina historicamente negligenciada. De fato, o Estatuto tinha todo o caráter inédito com que era apresentado, e para compreendermos melhor esse espaço rural que foi alvo do Estatuto, e de onde vieram as

condições de emergência desse documento exporemos alguns elementos que julgamos necessários<sup>161</sup>. Primeiramente, a formação do mercado de um mercado de trabalho rural e as características gerais da luta e organização de trabalhadores rurais no período anterior, onde nossa exposição foca principalmente nos anos 1930, mas com pontuais recuos necessários. Na sequência também analisamos, sob a mesma perspectiva de recorte, as relações entre Estado e classe dominante rural, e o processo de regulação do mercado de trabalho a partir das singulares iniciativas provinciais, onde abordamos as principais transformações relativas aos casos Santa Fé, Buenos Aires, Entre Ríos e Córdoba, principais provinciais da produção do agro pampeano argentino.

#### *a) a formação do mercado de trabalho rural*

O crescimento econômico da Argentina entre as décadas finais do século XIX e a primeira década do século XX, o chamado período da *Belle Époque*<sup>162</sup>, pautado na dependência e centralidade das agroexportações primárias como a carne e os cereais, foi acompanhado pela ampliação das áreas do país destinadas a produção agrária. A produção que até então restringia-se basicamente à província de Buenos Aires e porções de terra no Litoral, durante o período da *grande expansão produtiva* (1880-1914) alastrou-se pela região do Pampa argentino, abarcando, grosso modo, o território que equivale em grande parte às províncias de Buenos Aires, Santa Fé, Entre Ríos e Córdoba. A área semeada nacional passou de 580.000 hectares para 6.000.000 em 1900, e 22.000.000 em 1914, e o país que até então importava grãos para garantir a alimentação viu a produção do pampa gradativamente assumir essa demanda interna. Para além do mercado interno, mais significativo da expansão agrária foi o papel de geradora de divisas com o mercado externo. No intervalo 1871-74, os produtos da pecuária representavam 94,5% das exportações do país, de um valor total de 95 milhões em pesos argentinos, já no intervalo 1910-1914 os produtos da pecuária representaram 45% (445 milhões) e os agrícolas 50,8% (497 milhões), compreendendo juntos a quase totalidade das exportações que em valores totais chegava aos 980 milhões em pesos<sup>163</sup>.

---

<sup>161</sup> Nessa seção, partimos principalmente das pesquisas de Adrián Ascolani, sobre o processo de organização dos trabalhadores rurais argentinos, rumo ao que chamou de constituição de uma “comunidade organizada”. Contudo, como sua análise centra-se em questões que não são as mesmas que a presente dissertação, apresentamos uma linha de raciocínio e exposição diferentes, bem como a utilização de outras fontes bibliográficas de modo a oferecer um panorama mais amplo das condições de emergência do Estatuto del Peón Rural Argentino.

<sup>162</sup> Ver LENZ, M. Op. Cit.

<sup>163</sup> RAPOPORT, M. Op. Cit., p. 66.

Essa produção capitalista agroexportadora apresentou uma dispersão territorial e o monocultivo de trigo, linho ou milho, o que dificultou a formação de uma classe trabalhadora rural nas duas primeiras décadas do século XX que fosse facilmente identificável, e menos ainda, organizada em altas proporções de sindicalização. Isso porque o amplo trabalho assalariado era requisitado apenas sazonalmente, conforme a especificidade do sistema de cultivo, o que criava uma intensa mobilidade com variáveis espaciais, intersetoriais e estacionais, com origem migratória, e sendo a maioria de residência urbana (pequenas vilas e cidades) das províncias do Pampa. Este pleno emprego que era apenas sazonal serviu, durante algum tempo, para complementar o sustento de famílias operárias urbanas, aliviando as tensões sociais nas cidades e centros. Em certas funções, como dos colheitadores e dos carregadores diaristas, as suas procedências heterogêneas dificultam o estabelecimento de um mercado de trabalho propriamente rural, ainda que a localização da execução das tarefas e as condições de trabalho a que estavam sujeitos começassem, segundo Adrián Ascolani, a permitir o diagnóstico da existência de uma fração da classe trabalhadora com certo caráter próprio e diferenciado, ao trabalho urbano, por exemplo<sup>164</sup>. Apesar disso, não haviam critérios salariais, contratos, assim como não haviam expectativas em comum em termos de conquistas de classe. De fato, não havia informação em conjunto, portanto, a fragmentação foi outro fator marcante desses anos.

Um conceito adequado vem do trabalho de maior abrangência e profundidade sobre a formação do mercado de trabalho rural, de Waldo Ansaldi, ao referir-se aos trabalhadores (principalmente da colheita) como uma *classe operária itinerante*<sup>165</sup>, cujas características fundamentais de organização e ação classista advêm de seu poder de reivindicação e do processo de sindicalização que gradativamente aumenta nos anos 1920, tendo uma drástica queda nos anos de crise de 1928 e 1929, e retomando altos níveis de sindicalização em meados da década de 1930. A experiência dessa classe se desenvolve na consciência de uma série de conflitos de interesses com o patronato rural que vão se evidenciando conforme as demandas dos trabalhadores rurais vão sendo apresentadas, e nas greves e protestos. Seu poder de reivindicação, no período, derivava principalmente de três fatores correlacionados: a) o volume da mão-de-obra; b) a extensa área semeada e c) o pouco prazo que os capitalistas agrários (na forma de arrendatários ou proprietários diretamente) tinham para que fosse realizada a tarefa

---

<sup>164</sup> ASCOLANI, A. *Hacia la formación de un mercado de trabajo rural 'nacional'. Las migraciones laborales en la región cerealera (1890-1930)*. Revista Res Gesta. Rosário: Universidad Católica Argentina, 1998.

<sup>165</sup> ANSALDI, W. *Cosecha roja. La conflictividad obrero rural en la región pampeana, 1900-1937*. In: ANSALDI, W. (comp.) Op. Cit.

de colheita, debulha, armazenamento e exportação, uma vez que não havia estrutura suficiente para a estocagem de grãos satisfatória.

Será apenas a partir de 1928 e 1929, no contexto da crise agrária argentina, como parte – mas não totalmente explicada por – da crise do capitalismo que adentra os anos 1930, que começa a se definir uma maior uniformidade do mercado de trabalho rural, em função da atuação dos sindicatos e do Estado. Ainda assim, apesar das dificuldades em determinar o momento de surgimento exato desse mercado de trabalho, certamente o período de seu desenvolvimento está entre 1890 e 1930<sup>166</sup>. Nesse período podemos identificar claramente dois momentos: 1) um primeiro momento de convergência entre a oferta e a demanda de mão-de-obra nos anos de crescimento das inversões agrárias, e que vai até aproximadamente as vésperas da primeira guerra mundial e a crise produtiva agrícola de 1916-1917, período em que também ocorre a sindicalização com grande influência do anarquismo e do socialismo, e no qual a migração também internacional abastece a esse mercado; 2) e um segundo momento onde, apesar do contínuo crescimento produtivo da área semeada, a demanda é sempre inferior à oferta, aumentando o desemprego, com a formação de um *ejército rural de reserva* no campo.

Nesse segundo momento, a crença na autorregulação do mercado inibiu iniciativas políticas estatais para intervir nas relações de trabalho do meio rural, e a imigração europeia continuou, no mínimo, com a mesma intensidade do período anterior à guerra. Nesse momento ainda, a prosperidade dos números obtidos pelas exportações agrárias e a expansão da área cultivada ocultaram o processo paralelo de empobrecimento da classe trabalhadora rural itinerante. As iniciativas estatais para o meio do trabalho rural foram apenas no sentido de incentivo à imigração, e quase todo o tempo apenas na forma discursiva ou no auxílio de transporte para as diferentes regiões do pampa. Esse incentivo à imigração se dava tanto para os trabalhadores urbanos, aqui nos referindo em grande parte a Buenos Aires, como principalmente na forma de incentivo à imigração internacional, que agora deixava de ser quase totalmente italiana e espanhola para incorporar diversas nacionalidades da Europa central, fugindo da crise do pós-guerra, como austríacos, poloneses, iugoslavos e tchecoslovacos.

Ainda que não existam dados precisos para determinar o impacto da mão-de-obra imigrante no mercado de trabalho rural no período, segundo Ascolani, “para as organizações de trabalhadores, e também para a Federación Agraria Argentina (FAA), fomentar a imigração

---

<sup>166</sup> ASCOLANI, A. Op. Cit. 1998.

não planejada era um delírio que favorecia apenas aos proprietários de terras e empregadores<sup>167</sup>”. A Federación Obrera Regional Argentina (FORA) alertava em 1926 que os imigrantes recém-chegados aceitavam salários pela metade do valor, e pela opinião internacional, em 1928, o Serviço Diplomático da Polônia orientou o governo de seu país a proibir as migrações para a Argentina, sob a justificativa da dificuldade de alocação destes trabalhadores no mercado rural, e um delegado de emigração espanhol produziu relatório a seu país onde afirmava que os salários baixos, condições ruins de habitação, extrema insegurança do trabalho, geravam a impossibilidade de passar de proletário a proprietário, o que foi reafirmado pelo Ministério do Trabalho da Espanha, que publicou esse diagnóstico em 1929. Além disso, quando as colheitas foram ótimas, em 1928, de novo surgiram iniciativas oficiais de incentivo à imigração<sup>168</sup>.

Outro fator importante para a compreensão desse segundo momento é o papel das transformações tecnológicas que afetaram diretamente a vida dos assalariados do meio agrícola, pois diversas inovações reduziam a necessidade de trabalho em uma série de tarefas. Um exemplo é das máquinas colheitadeiras, que foram gradativamente substituindo às antigas máquinas cortadoras e debulhadoras, unificando suas funções ao mesmo passo em que exigia uma quantidade muito menor de trabalhadores. De sete trabalhadores para cortar e quinze para debulhar no sistema antigo, após a introdução da máquina colheitadeira passaram a ser apenas no máximo seis para exercer o mesmo volume de trabalho. Ou seja, 60% dos postos de trabalho na tarefa que mais empregava podiam potencialmente deixar de existir.

Com relação à composição de sexo, idade e habilidade exigida se pode dizer que, com base nas tarefas de colheita e transporte, dos vinte postos de trabalho exigidos por máquina debulhadora (em 1907), apenas dois podiam ser executados por crianças (com pagamento de metade da jornada adulta), e todo o resto era destinado a adultos homens. As tarefas que exigiam habilidades específicas eram as de direção das cortadoras e debulhadoras, de costura de sacas e de armação do estoque, postos estes que recebiam uma remuneração no geral melhor e que contavam com alguma estabilidade maior. Para todas as outras tarefas o exigido era apenas a resistência e a força físicas, bem como valores disciplinares, o que os tornava substituíveis com extrema facilidade, sobretudo com o aumento do exército rural de reserva. A maioria da composição da contratação massiva do agro se dava a partir de novembro, esgotando-se quase

---

<sup>167</sup> ASCOLANI, A. Op. Cit., 2009, p. 41. Tradução nossa.

<sup>168</sup> Idem.

a totalidade dos trabalhos até o inverno seguinte, sendo que muitas vezes as tarefas de colheita duravam apenas dois meses.

*b) classe trabalhadora rural e sindicalismo até 1943*

Durante o período de formação do mercado de trabalho rural nacional, as organizações sindicais tiveram uma influência majoritária do anarquismo, sob a forma do anarcossindicalismo, e do sindicalismo revolucionário. As agitações de trabalhadores foram por muitas vezes violentas, e suas conquistas, pouco significativas. Obtiveram um aumento considerável nos anos pós-revolução russa de 1917 e com o fim da primeira guerra mundial, com a alta demanda europeia pelos produtos da agropecuária argentina.

De 1918 a 1922 então, houve um período de agitações intensa que representava uma novidade. Para se ter uma noção, as demandas dos sindicatos incluíam, para a colheita: jornada de trabalho máxima como sendo a “de sol a sol”, abolição da contratação fracionada por quartos de dia, fim da utilização de vales (para pagamentos e aquisição de produtos nas terras onde se trabalhava), alimentação que incluísse café, mate, vinho, frios, carne e salada, além do *puchero*, e estabelecimento de marcos de condições (embrião dos contratos coletivos). Para a debulha se demandava a venda de artigos de primeira necessidade a preço de custo no local de trabalho, delegado sindical em cada debulhadora, transporte do trabalhador novamente ao lugar onde havia sido contratado ao fim da temporada de trabalho e feriado em 1º maio. E para os carregadores, a jornada de 8 horas (também exigida pelos condutores de carroças), a redução do peso das sacas e segurança nas instalações. Os sindicalistas revolucionários, por essa época, agregaram às reivindicações a existência de indenizações por acidentes de trabalho, algo que até então não pautava o imaginário dos trabalhadores rurais (e da comunidade rural em geral), pelo entendimento de serem consequências da natureza do trabalho.

Como mencionado, o anarcossindicalismo e o sindicalismo revolucionário foram as principais ideologias presentes na organização de agremiações de trabalhadores nesse período. Isso se deu pelos motivos da imigração europeia em massa para o país (durante a Belle Époque e até os anos 1930), e sua inserção no meio rural explica-se tanto pelas orientações internas de organizações políticas anarquistas<sup>169</sup> e sindicalistas revolucionárias, bem como pelo próprio caráter de integração entre certos núcleos de trabalhadores urbanos e os trabalhos rurais

---

<sup>169</sup> A FORA foi orientada pelos postulados anarquistas do V Congresso Regional, em 1905.

sazonais, característicos dessa classe operária itinerante. A FORA, anarquista, atuou através de duas grandes organizações sindicais, a Unión de Trabajadores Agrícolas (UTA), com uma rápida sindicalização dos trabalhadores da colheita e a Federación Obrera Regional Portuária (FORP), que se inseriu entre os estivadores e transportadores. Por outro lado, a partir do IX Congresso da FORA houve um rompimento com os postulados anarquistas como únicas diretrizes, e a formação de uma nova liderança com maioria sindicalista revolucionária<sup>170</sup> e, em menor número, socialista e comunista. Desse novo momento temos tanto uma FORA com nova orientação como o surgimento de uma agremiação dissidente, autodenominada “FORA del V Congreso”. A reformulada FORA conseguiu entre a segunda metade dos 1910 e o começo dos anos 1920 uma maior proximidade com os sindicatos e uniões locais sem organizações intermediárias, e uma influência tão grande quanto a FORA anarquista havia obtido. A influência e o arraigo dessa sindicalização manifesta-se também pelas respostas do empresariado rural, onde não apenas os proprietários de terras como também arrendatários e donos de debulhadoras mantiveram durante o período uma posição antagônica com os trabalhadores rurais organizados, inclusive com a oposição também da FAA, representante principalmente de arrendatários, e pequenos e médios proprietários<sup>171</sup>.

Depois do triênio auge em termos de sindicalização e agitações operárias, as organizações rurais entraram em um período de crise e desorganização, momento em que o número de trabalhadores sindicalizados diminuiu drasticamente e as federações provinciais, e organizações comarcais e locais eram desmanteladas diretamente ou oprimidas pela ação do Estado, através da repressão policial e parapolicial, da Liga Patriótica e da Associação Nacional do Trabalho. A explicação para essa crise passa por alguns fatores: o faccionalismo interno às

---

<sup>170</sup> Sindicalismo revolucionário entendido aqui como a vertente sindicalista originada no século XIX a partir dos postulados de Fernand Pelloutier, e adotada pela CGT francesa após 1902. Em síntese, apresentou um programa que buscava que os sindicatos procurassem distanciamento dos partidos políticos e incentivasse as iniciativas locais, onde através da ação sindical, se promoveria tanto uma educação socialista, como a promoção da crítica do capitalismo e de suas contradições. Embora suas ideias em muito conjuguem pontos em comum com o anarcossindicalismo, principalmente no papel dedicado às ações diretas, às greves, protestos e ações violentas, o sindicalismo revolucionário era menos coeso em torno das ideias anarquistas, propriamente ditas, permitindo, na conjuntura das três primeiras décadas do século XX, uma aproximação maior com socialistas e comunistas, pelo fato de não haver contradições fundamentais evidentes na forma de ação sindical, exceto pelos postulados dos Partidos Comunistas orientados pelas linhas da URSS nas décadas de 1920 e 30. Cf. BOTTOMORE, T.; OUTHWAITE, W. (edit.) *Diccionario do pensamento social no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

<sup>171</sup> Trabalhos que trataram da abrangência, dinâmica de atuação, greves e transformações internas das organizações sindicais rurais do período: ANSALDI, W. Op. Cit.; ASCOLANI, A. *Corrientes sindicales agrarias en Argentina (1900-1922)*. Revista Anuario, N. 15. Rosario: Universidad Nacional de Rosario, 1993 e *El anarcocomunismo rural argentino. Utopía revolucionaria e sindicalismo (1900-1922)*. Revista Estudios Sociales. Santa Fé: Universidad Nacional del Litoral, 1993; e SARTELLI, E. *De estrella a Estrella... De sol a sol... Huelgas de braceros em Buenos Aires, 1918-1922 e Sindicatos obrero-rurales en la región pampeana, 1900-1922*. In: ANSALDI, W. (comp.) Op. Cit.

organizações sindicais, o controle e repressão policial, e o aumento drástico do exército rural de reserva, uma vez que no período verificou-se um aumento populacional acompanhado de uma redução dos postos de trabalho decorrentes das inovações no maquinário e técnicas de trabalho, e com um aumento do capital fixo ligado ao processo de produção de cereais. Apesar da prosperidade rural ligada ao crescimento das exportações, a geração de divisas garantida foi utilizada muito mais no investimento de maquinaria, e coexistiu com um período de retração salarial e de jornada para as colheitas. Some-se a isso que a retração dos salários reais foi verificada igualmente em todas as categorias profissionais rurais, além do fato de que os peões permanentes – minoria no conjunto dos trabalhos na colheita, mas com ligação mais permanente à terra (ao contrário do conjunto da massa de trabalhadores sazonais) – recebiam, em média, ainda menos. Apesar dos salários rurais da colheita, à época, estarem nos mesmos níveis dos recebidos pelo operariado urbano, é preciso pesar o fato de que os trabalhadores sazonais geralmente eram de pequenas cidades e vilas, e o valor recebido era considerado até então como reserva para os meses de desocupação, o que representava uma situação de carestia maior.

As coisas mudaram outra vez em 1928 e 1929, com um novo momento de manifestações operárias rurais. A desvalorização salarial, a desocupação, e a postura do Estado de não ingerência no que tange o mercado de trabalho rural e as relações trabalhistas, conforme uma concepção profundamente liberal, somado ao antagonismo manifesto por proprietários e arrendatários à organização da classe trabalhadora rural, são os principais elementos que tornaram propício o ressurgimento do movimento operário rural, quando a colheita do período 1928/1929 demandou um aumento conjuntural da mão-de-obra<sup>172</sup>. Ainda que, nesse contexto, o conjunto de reivindicações fosse mais tímido do que em 1918-1921, incorporava como uma de suas pautas principais o reconhecimento sindical para as organizações operárias, e a Federación Agrária Argentina não hesitou em rechaçar o conjunto das agitações, empreendendo uma campanha jornalística sensacionalista buscando a intervenção dos poderes públicos. Santa Fé, que era a principal província de agitação operária, será ocupada militarmente a fim de dar cabo nas agitações, como pronta resposta do Estado ao empresariado rural que apelava em nome da liberdade do mercado de trabalho. Na província que era o coração das agitações e de onde irradiava o exemplo, a ocupação militar não se deu com toda a violência anunciada, mas serviu

---

<sup>172</sup> Pode se acrescentar ainda, o ânimo de agitações representada pelos protestos anarquistas que pregavam pela liberdade de Sacco e Vanzetti.

para instalar uma situação repressiva policial que foi fatal para as organizações anarquistas, acusadas de serem “trabalhistas” demais.

A essa altura, a estratégia de sobrevivência da Union Sindical Argentina (USA) é de atenção especial, pois aceitou diminuir sua capacidade de negociação, bem como a subordinação às decisões dos poderes públicos, além de aceitar jornadas e salários menores do que os reivindicados. Além disso, os convênios coletivos firmados no período não podem, segundo Ascolani, na verdade serem qualificados como tais, uma vez que não nasceram de negociações entre as partes e sim determinados por funcionários estatais ou oficiais do Exército, geralmente a favor dos patrões<sup>173</sup>. A ocupação militar em Santa Fé havia marcado o fim das agitações com táticas violentas, mas o descontentamento dos trabalhadores organizados ainda podia se verificar pela permanência das sabotagens. Como afirma Ascolani, “O trabalho ‘livre’ foi possível apenas com a custódia armada, o que indicava que a solução dos conflitos era parcial e temporária<sup>174</sup>”.

Em suma, ao mesmo tempo em que o volume da colheita surpreendeu positivamente para 1928-29, aumentando a demanda por trabalho, as agitações operárias despertaram uma reação por parte do empresariado rural (de diferentes portes e categorias), e a repressão estatal. Esse tempo foi fundamental para muitos armazenadores de grãos modificarem sua forma de transportar os cereais, deixando de contratar as agremiações de carreteiros, e passando a utilizar caminhões próprios. O golpe militar de 1930 aprofundou um declive sindical ao instaurar o estado de sítio e a lei marcial. Uma parcela considerável dos dirigentes anarquistas foi presa, e sua imprensa, quase totalmente suprimida.

Ainda no mesmo intervalo temporal, a crise econômica internacional começava a afetar a agricultura, o que gradativamente levará a um ápice da crise em 1932, no que se relaciona ao trabalho. Os salários caíram a um nível mínimo, com os trabalhadores que exerciam algum trabalho mais estável ou qualificado, além de grêmios de estivadores e de carreteiros e peões permanentes, sobrevivendo em uma situação um pouco menos pior.

A essa altura, o desemprego estrutural no mercado de trabalho rural, deixou de ser um fenômeno sazonal para se tornar contínuo, crônico. O Estado interveio tardiamente e com

---

<sup>173</sup> Ainda assim, curiosamente, os empresários foram os que mais transgrediram os acordos estabelecidos no período. Cf. ASCOLANI, A. Op. Cit. 2009.

<sup>174</sup> Ibidem, p. 365. Tradução nossa.

medidas paliativas como o controle de preços de artigos de primeira necessidade, e da caridade, mediante trabalhos para os desocupados<sup>175</sup> e o oferecimento de “panelões” populares (as “ollas” populares). O grande contingente de desempregados e a situação de miséria das famílias, tornaram o campo (os focos de maior atenção foram Córdoba e Santa Fé) um objeto de preocupação para o Estado, do ponto de vista da manutenção da ordem social. Já na segunda metade dos anos 1930, mesmo com o auge da crise ficando para trás, se afirmava a tendência de compressão da demanda por trabalho, e será justamente nesse período que começa a se configurar um Estado interventor e regulador das relações de trabalho no campo, e isso se dará, em um primeiro momento, através dos governos provinciais que avaliaram essa projeção e seus possíveis impactos para a manutenção da ordem pública, buscando evitar o que qualificariam como o caos, ou agitações como as de 1918-1922 e 1928-1929.

A crise e a repressão que caracterizaram o início da década de 1930 foram determinantes para uma profunda transformação no sindicalismo rural daí em diante. Em 1932, no ápice da crise, o processo de sindicalização foi intenso, apesar de tudo, porque cada vez mais, naquela conjuntura, muitos trabalhadores rurais começavam a identificar um antagonismo com os empregadores, e um desalento em relação às ações estatais. Nessa década, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário não encontraram condições de atuação com o mesmo peso e influência de outrora, seja pela perseguição, seja pelo que Ascolani qualificou como uma recepção menor entre os trabalhadores para o discurso contestatório e ações violentas. Apesar disso, não se pode falar em um fim definitivo do anarquismo e do sindicalismo revolucionário, uma vez que em Santa Fé e em Entre Ríos passou a ser permitida, quando não fomentada, a organização sindical, o que permitiu a sobrevivência da FORA, por exemplo, ainda que muito enfraquecida e com menor número de núcleos de organização operária.

Os anos 30 também marcaram o fracasso do PCA em arraigar-se no movimento sindical. Com exceção da província de Córdoba, a estratégia do partido de agregar organizações operárias rurais em torno aos seus comitês de unidade sindical fracassou. Ascolani avalia esse fracasso como estando ligado principalmente ao fato de a repressão anticomunista desencorajar os sindicatos mais moderados, bem como sua estratégia de infiltrar militantes comunistas de

---

<sup>175</sup> Esses trabalhos não podem ser considerados como parte ou prelúdio de um Estado de bem-estar social, uma vez que representavam tanto mais uma fidelidade ao modelo liberal. Os desocupados eram vistos como desafortunados pelas circunstâncias de oferta e demanda no mercado de trabalho rural, e alvos de caridade. Para se ter uma noção, a remuneração nesses trabalhos era, em média, quatro vezes menor do que o valor das jornadas com pior remuneração nas colheitas.

fora do local através de suas células teria provocado mal-estar e rejeição por parte de sindicalistas. Quem mais se fortaleceu no contexto sindical foi aquele que é chamado geralmente de “sindicalismo moderado”, que obterá maior reconhecimento do Estado e participação em acordos coletivos com os governos provinciais, em especial no caso de Santa Fé. A CGT consolidava sua presença, com um discurso combativo mais moderado, conquistando, no interior, a Unión Obrera Provincial (UOP) de Entre Ríos, a qual contava com um alto nível de engajamento e participação trabalhadora, para além da sindicalização. Ascolani qualificou a UOP como possuindo um “intenso trabalho de coordenação, disciplina interna, solidariedade e um certo verticalismo sindical<sup>176</sup>”. As relações de proximidade mantidas por essa organização com o governo provincial garantiram sua existência sem problemas até 1943, conquistando aumentos salariais até nivelar com as outras províncias do Pampa, e a institucionalização dos turnos rotativos. Em 1935, a condução da CGT será deslocada, dando origem a uma nova organização sindical dois anos depois, a Unión Sindical Argentina (USA), a qual terá a lealdade da UOP, que por isso atuou afastada de outras organizações operárias ligadas a CGT. Outro grande êxito do sindicalismo moderado foi a criação da Federación Santafesina del Trabajo, (FST) que contava com sindicatos estáveis, e que já estavam a algum tempo organizados em uniões trabalhistas regionais. A FST irá estabelecer uma relação cada vez mais estreita com o governo provincial santafesino, o que lhe rendeu o status perante o Estado de organização representativa da classe trabalhadora naquela província. Como resultado de suas concepções socialistas reformistas, procurou não apenas apresentar demandas setoriais como atuou fortemente no sentido da ampliação das funções reguladoras do Estado<sup>177</sup>.

Em Córdoba, como mencionado, o PCA teve maior influência na zona dos cereais, e isso se deu através da CGT filosocialista, onde estavam na liderança, mas não sem tensões internas. Houve atividades sindicais intensas após 1936, até que em 1940 foi intervinda pela CGT, que conduziu os sindicatos rurais cordobenses aderidos a uma nova organização recém-criada chamada Comisión Cooperadora. Essa nova organização, que pretendia se tornar a federação provincial, conseguiu estreitar relações com o governo cordobês, em especial com o Departamento del Trabajo daquela província. Com isso, o sindicalismo rural cordobês perdeu sua ideologia revolucionária e internacionalista.

---

<sup>176</sup> ASCOLANI, A. Op. Cit., 2009, p. 367.

<sup>177</sup> Segundo Ascolani, seu programa em muitos aspectos apresentou mais novidades para a época do que o da CGT.

*c) Estado e classe dominante rural nos antecedentes do peronismo*

A crise mundial do capitalismo de 1929 e o período da decorrente Grande Depressão foram acompanhados por crises políticas de uma série de governos latino-americanos, e na Argentina não foi diferente. O golpe de 6 de setembro de 1930 também marca o fim do domínio político nacional pelo radicalismo e uma nova ascensão do conservadorismo, com o retorno ao poder de atores sociais como as oligarquias ligadas às exportações agropecuárias. Graças a esses dois elementos citados, grande parte da historiografia política e econômica argentina costuma delimitar 1930 como um momento de ruptura para uma nova fase onde geralmente relaciona-se o aumento da intervenção estatal, a industrialização limitada e embriões de uma política de massas. Convém destacar também que nesse contexto, a expansão do fascismo europeu terá ecos na Argentina, com uma série de políticos e pessoas em posição de poder demonstrando afinidade e influência por esses regimes.

A partir de 1933, a indústria argentina entra em uma etapa de crescimento, durante a qual, passará de uma situação subordinada, a até aproximadamente uma década depois, transformar-se em setor líder da economia<sup>178</sup>, em termos de montante do PIB. Os anos 1930, então, confluem essa etapa com os diferentes projetos em disputa em torno dessa industrialização.

Para compreendermos as relações entre a classe dominante agrária e o Estado nesses antecedentes do peronismo, precisamos entender que nesse período ambos estão se reconfigurando em uma nova conjuntura. Leandro Losada, em sua exposição sobre a composição das elites econômicas argentinas até os anos do peronismo, demonstrou que a separação entre a nova elite industrial e a já bem estabelecida elite agrária não era tão rígida, uma vez que os agentes promotores da industrialização eram, muitas vezes, membros da elite agrária (ou familiares e amigos), investindo capitais em novas áreas<sup>179</sup>, ou seja, não representavam fundamentalmente um grupo novo de pessoas nos círculos do poder. Ainda assim, mesmo que as teorias que viam para o período uma profunda contradição radical de interesses entre capitalistas industriais e agrários não estejam corretas, também uma conclusão

---

<sup>178</sup> Cf. MURMIS, M; PORTANTIERO, J. Op. Cit., p. 15-16.

<sup>179</sup> LOSADA, L. Op. Cit., 2009, pp. 207-234. Com o impulso especial da crise das exportações agrárias (1928-1933).

que apontasse para uma confluência de interesses ou uma ausência de diferenciação de fração de classe é equívoca.

O Estado interventor que começa a se formar nos governos conservadores dos anos 30 representou uma aliança de classe entre os industriais e a parte mais poderosa dos capitalistas agrários, conforme Murmis e Portantiero, e isso se verifica através do tipo de projeto industrialista que se verificou para o período. Uma industrialização limitada, que apenas supria os bens de consumo outrora importados, o que correspondia bem às pretensões dos industriais já estabelecidos e não afetava a hegemonia, dentro dessa aliança, dos capitalistas agrários mais decisivos<sup>180</sup>.

Convêm a essa altura abrir parênteses de importância para expor quem eram as principais organizações representativas da classe dominante, sua evolução e como se portaram perante o Estado e os projetos de crescimento nos anos 1930. A principal entidade representativa dos industriais já era desde um bom tempo a UIA, fundada em 1887, seguida de forma menos expressiva pela Cámara Argentina de Comércio (CAC) – fundada em 1924 como Cámara Argentina de Cultura, Comercio, Industria y Producción e dotada de personalidade jurídica três anos depois, em 1927, já como CAC – e a Bolsa de Comércio de Buenos Aires. Durante todo o período analisado, a UIA é a principal entidade de classe dos industriais<sup>181</sup>.

Já no meio agrário, a configuração das representações em entidades era mais complexa, apresentando, com uma grande pluralidade de organizações locais e frações importantes com interesses distintos. Historicamente, a pecuária tinha sido a principal geradora de divisas para o país, com base em suas exportações, cujo *boom* se deu entre 1880 e 1911, impulsionada pela conjuntura mundial e pela tecnologia de refrigeração e congelamento, e seguia sendo, nos anos 1930, em números totais, a principal categoria de produtos de exportação, mas seguida de perto pelas exportações de grãos. É importante destacar que a estrutura de processamento e comercialização internacional da carne argentina esteve, desde o começo do século XX, dominada pelo capital estrangeiro. Os frigoríficos britânicos e estadunidenses valiam-se da condição oligopólica para impor preços acordados para a compra do gado. Durante os anos da

---

<sup>180</sup> Para chegar a essa conclusão, Murmis e Portantiero analisaram os posicionamentos e atuação das mais representativas organizações de classe, bem como as discussões e ações estatais em torno aos projetos políticos e econômicos.

<sup>181</sup> De 1911 a 1930, o vice-presidente da UIA foi Vittorio Valdani, então proprietário da Compañía General de Fósforos Sudamericana e da Compañía General Fabril Financiera. Nesse período Valdani foi o dirigente organizador do fascismo na Argentina, criando em 1930 o principal órgão de imprensa fascista da América do Sul o periódico *Il Mattino d'Italia*.

Béle Époque isso não foi tão significativo, uma vez que a demanda britânica não parava de crescer, mas na conjuntura do período entreguerras isso será diferente, pois o mercado britânico estará em condições declinantes, com maior protecionismo, e priorizando as compras de seus mercados coloniais. A pecuária bovina argentina esteve dividida em dois grupos distintos conforme seu papel no processo de produção: os criadores e os invernadores. Os criadores eram os responsáveis pela criação dos animais em seus primeiros meses, e então eram vendidos para os invernadores, que faziam o processo de engorde e de sua transferência aos frigoríficos. O negócio dos invernadores requeria um processo em uma lógica mais propriamente industrial. O gado, mercadoria dos criadores, tornava-se uma matéria-prima a ser trabalhada em um processo de produção que requeria uma maior quantidade de capital fixo, e que estava associada à alta burguesia rural<sup>182</sup>. Dada a posição no processo produtivo, os invernadores estiveram em maiores condições de minimizar os efeitos das políticas de preços dos frigoríficos, pressionando, por sua vez, os criadores, em sua maioria pequenos e médios produtores.

A entidade pecuarista de maior importância e influência em toda a história argentina, a SRA, representava fundamentalmente o grupo dos invernadores, e dos grandes proprietários argentinos ligados à pecuária e a região de cereais do Pampa. Ou seja, em termos gerais de representação de classe e de interesses conforme os papéis nas relações de produção, a SRA representava em maior parte a pecuária, mas com grande papel dos maiores latifundiários do país, ligados à pecuária ou a agricultura. Vanderlei Ribeiro aponta que a SRA, embora representante de classe, e também em certa medida de interesses regionais (com a região pampeana como principal local de interesse e atuação), atuou desde o século XIX como uma organização nacional e preocupada em opinar e agir politicamente sob o tema do desenvolvimento nacional e da sociedade argentina. As relações entre Estado e SRA foram, praticamente desde sua criação até os dias atuais de grande proximidade, apenas com alguns “intervalos” identificáveis, como o foi o período do peronismo original, em maior medida, e dos governos kirchneristas recentemente. Desde as últimas décadas do século XIX a SRA esteve presente diretamente em órgãos centrais do governo, seja com seus associados, presidentes, ou indicados, funcionando praticamente como um Ministério da Agricultura no país.

---

<sup>182</sup> Embora essa divisão não tenha sido tão rígida - uma vez que muitos invernadores também tinham terras para criação - os diferentes papéis geraram atritos significativos dados os diferentes interesses e posições no processo produtivo.

Durante o período 1943-1955 a relação entre Estado e SRA não será completamente rompida, contudo, será a primeira vez, desde sua criação, em que estará deslocada de certos assuntos de interesse nacional. Por exemplo, o Ministério da Agricultura seguiu ligado à entidade e a tendo como conselheira próxima, mas foram deslocados dos assuntos da fazenda, e da gerência dos projetos de desenvolvimento nacional pensados desde o centro do poder do peronismo<sup>183</sup>.

A contradição de interesses entre criadores e invernadores acentuou-se durante a crise da agropecuária de 1929-1933, tendo sua maior expressão na criação de uma entidade alternativa, buscando representar os criadores, a Confederación de Asociaciones Rurales de Buenos Aires y La Pampa (CARBAP), fundada em 1932. Assim como a SRA, a CARBAP também não representava unicamente pecuaristas, contudo, no que tange aos negócios desse setor, se posicionou na maioria das vezes em defesa do grupo dos criadores.

Enquanto SRA e CARBAP apresentaram algumas divergências significativas em relação à política econômica adotada pelo Estado nos anos 1930, menor papel nessas discussões teve a FAA, a qual, no entanto, apresentou manifestações no que tange as questões trabalhistas no meio rural do período peronista, pois era a principal organização representante dos chamados chacareiros – arrendatários e pequenos proprietários rurais com base no trabalho familiar, da região cerealista do Pampa, e foi um dos principais focos de resistência à conformação de um Estado regulador das relações de trabalho no campo, nos anos 1930, no âmbito das províncias do Pampa, ao mesmo tempo em que clamou, durante os anos 1920 e 1930, por regulações estatais no que concerne os processos de arrendamento de terras.

Como mencionado, o processo de industrialização por substituição de importações na Argentina ocorre fundamentalmente nos anos 1930 e 1940. Os anos 1930 são marcados por governos conservadores nascidos de um golpe político, marcados por uma série de denúncias de fraudes em diversos âmbitos, e cuja legitimidade esteve sempre questionada. A principal fonte de legitimidade desses governos será o apoio da classe dominante rural, através de latifundiários, cuja principal expressão representativa foi a SRA. Até os anos 1920, indústria e campo (leia-se pecuária praticamente) mantinham relações de profunda oposição de interesses. Defendemos, conforme os aportes de Murmis e Portantiero, que nos anos 1930, o projeto de industrialização que se impõe é limitado, buscando atender aos interesses dos industriais em

---

<sup>183</sup> RIBEIRO, V. Op. Cit., p. 100.

suas áreas de atuação (bens de consumo antes importados), mas principalmente sem afetar os interesses fundamentais dos latifundiários. Essa aliança de classes foi necessária para um mínimo equilíbrio da economia capitalista argentina naquela conjuntura, e requereu uma maior intervenção do Estado em uma série de áreas novas, ou a reconfiguração da atuação em outras. Era a única alternativa viável aos grupos dominantes, em termos macroeconômicos, e podemos afirmar que está relacionada também com a tolerância de proprietários rurais diante dos avanços da regulação estatal sobre as relações de trabalho no campo, que ainda não aconteciam em nível nacional, mas que visavam garantir a normalidade do processo produtivo a partir da ação provincial, evitando greves e agitações.

*d) Estado como regulador das relações de trabalho rurais*

A nível nacional, pode-se afirmar que o período anterior a 1943 foi marcado por uma quase total ausência de direitos para os trabalhadores rurais em conjunto. Ao passo em que as preocupações e a vontade política de avançar nesse tema estiveram presentes na ação de alguns políticos de diferentes partidos e nas reivindicações do sindicalismo reformista dos anos 1920, a resistência às transformações nesse sentido foram muito fortes por parte dos capitalistas rurais através de reivindicações em nome da liberdade do mercado de trabalho, como parte da ideologia dominante dos anos de ouro do liberalismo clássico.

Com aplicação a partir da década de 1890, os antigos códigos rurais traziam apenas imposições e obrigações aos trabalhadores rurais, não representando um começo para os direitos desses trabalhadores<sup>184</sup>. As únicas leis do período que privilegiaram trabalhadores rurais foram restritas a pequenas parcelas do universo do trabalho rural como a lei de indenização por acidentes de trabalho (Lei 9688, de 1915)<sup>185</sup> e a mais restrita ainda lei de descanso hebdomadário (dominical), apenas para condutores de carros e estivadores (Lei 4.661, de 1905)<sup>186</sup>.

---

<sup>184</sup> MORET, C. *Leyes de Trabajos Nacionales y Provinciales con sus decretos reglamentarios* (comp). Buenos Aires: Editorial La Vanguardia, 1927.

<sup>185</sup> A lei beneficiava apenas os trabalhadores encarregados do transporte e serviço de motores, e aos trabalhadores de carga, descarga e transporte, excluindo a maioria do contingente de trabalhadores rurais, ligados principalmente às tarefas ligadas à colheita. Ley 9.688, de 1915. *Accidentes del trabajo y enfermedades profesionales*. Extraído de: <http://data.triviasp.com.ar/files/L9688.htm> (Acesso em 01/02/2019).

<sup>186</sup> A lei ainda estava subordinada aos casos de exceção para as tarefas de peremptória realização, o que englobava muitas das tarefas relacionadas ao semeio, cultivo, colheita e transporte. Ley 4.661, de 1905. *Ley sobre el descanso dominical*. O texto original da lei bem como o debate que a antecede estão disponíveis na página da Câmara dos Deputados da Argentina em:

Entre as décadas de 1910 e 1920 houve tentativas legislativas para a regulação do mercado de trabalho rural<sup>187</sup> e pleiteando alguns direitos para os trabalhadores rurais, sendo que praticamente todas fracassaram<sup>188</sup>. Nos anos 1920, a ação política partidária que visou conquistar benefícios materiais para a classe trabalhadora rural foi encabeçada por três diferentes origens dentro de setores reformistas, a saber, em menor medida, o Partido Demócrata Progresista, as facções radicais de Santa Fé com influência das doutrinas sociais da Igreja Católica, como o corporativismo, e principalmente o Partido Socialista Obrero Argentino.

Em 1919, no âmbito internacional, os tratados de paz no pós-guerra e as recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT) discutiram a situação dos trabalhadores rurais pelo mundo, reconhecendo seu direito ao bem-estar físico, moral e intelectual. Em contrapartida, o pensamento liberal do empresariado rural dos anos 1920 buscou defender a manutenção das condições de trabalho verificadas no final da década de 1910, quando a falta de trabalho diminuiu os salários e os trabalhadores aceitaram piores condições de trabalho. Em 1924, Guillermo Garbarini Islas, em nome da SRA, clamou pelo respeito à força dos costumes, à imagem do campo como livre da insalubridade dos trabalhos urbanos e à defesa dos princípios do livre mercado para argumentar a falta de razões para ações interventoras estatais nas relações trabalhistas rurais<sup>189</sup>. No mesmo ano, o Congreso Internacional de Economía Social realizado em Buenos Aires diagnosticou em suas resoluções que não era possível a regulamentação do

---

<http://www1.hcdn.gov.ar/dependencias/dip/wdebates/Ley.04661.Debate.Descanso.Dominical.pdf> (acesso 01/02/2019).

<sup>187</sup> Na década de 1910, foi verificado intentos de aumento do fluxo de imigrantes, o que gerou iniciativas de proporcionar transporte subsidiado de imigrantes recém-chegados e trabalhadores urbanos para as colheitas. Esses intentos não conseguiram criar nenhuma legislação específica e o que ocorreu, no máximo, foram ações pontuais do executivo, em conflitivas negociações com as empresas ferroviárias. Cf. ASCOLANI, A. Op. Cit. 2009, p. 310-311.

<sup>188</sup> Durante a crise produtiva da zona do milho (1916-1917), a implementação de subsídios para desempregados (através de trabalhos em obras públicas) não gerou nenhuma legislação em particular e os argumentos que a permitiram foram a conveniência da baixa remuneração possível e a manutenção da ordem. Embora tenha sido pautada algumas vezes, a ideia de redução da jornada de trabalho gerava muitos conflitos em torno da produtividade e organização do trabalho rural, sendo considerada uma extrapolação do mundo urbano, o que fez mais numerosos os projetos sobre condições de trabalho e higiene, igualmente parcos em conquistas. A redução da jornada de trabalho foi proposta de diferentes maneiras e intensidades por diversos partidos entre 1914 e 1929, em níveis provinciais e nacionais, todas fracassaram. Em Santa Fé, foi reforçado através de decreto uma antiga lei sobre inspeção de caldeiras de motores de uso agrícola. O reforço se deu como complemento à lei de indenização por acidentes de trabalho (Lei provincial 1.373, de 1907, e o decreto de reforço é de 1923), com semelhante ação em Córdoba (decreto de 1917). Cf. ASCOLANI, A. Op. Cit. 2009, p. 312.

<sup>189</sup> GARBARINI ISLAS, G. *Notas sobre regulamentación del Trabajo Rural*. Anales de la Sociedad Rural Argentina, vol. LIX, Nº 1, Buenos Aires, 1/1/1925.

trabalho agrário, haja vistas “as especiais circunstâncias que em cada país apresenta a produção agrária e as peculiares condições da vida social rural”<sup>190</sup>.

Podemos afirmar que desde 1918 a intervenção estatal nas relações de trabalho rurais foi aumentando em gradativa constância, contudo foi alterando sua modalidade. O que antes resumia-se à ação repressiva foi se transformando em uma ação de caráter mais arbitral sobre o mercado de trabalho rural e sobre as relações de trabalho. Ainda assim, foi uma constante na avaliação e nas ações dos representantes estatais, em consonância com o pensamento do empresariado rural, a percepção de que todo agente social que visasse atentar contra o normal desenvolvimento da produção deveria ser disciplinado ou anulado. Essa percepção converteu-se em objetivo nacional, com as províncias do Pampa engajadas nisso, desde as polícias locais despreparadas e controladas por políticos, até os governos provinciais. Os acordos firmados entre partes com participação mediadora do Estado foram tornando-se mais frequentes no começo dos anos 1930, ainda que muitos não fossem seguidos, e não tivessem um peso legal maior do que a ideia de um acordo cordial.

Em um período onde a legislação e as políticas sobre o trabalho rural eram raríssimas em âmbito nacional, para compreendermos as origens das políticas sobre essa área durante o período peronista é preciso verificar como essas políticas evoluíram desde ações provinciais na região do pampa.

## **Santa Fe**

Entre 1930 e 1935 a intervenção assistencial nas províncias foi muito fraca, sendo exercidos antes apenas prelúdios de uma tarefa reguladora do mercado de trabalho. A exceção ou destaque nesse período fica por conta da província de Santa Fé, com um governo de orientação democrata progressista, que conduziu uma política trabalhista que tendeu a respeitar a liberdade de organização, fomentando a constituição de sindicatos enquadrados nas normas legais, e construindo um cenário onde os trabalhadores rurais estivessem inseridos em relações trabalhistas mediadas pelo Estado.

O Departamento Provincial del Trabajo de Santa Fe ganhou uma função central na regulação do mercado de trabalho a partir da *ley de reorganización* de 1934, a qual lhe designou

---

<sup>190</sup> Museo Social Argentino, *Primer Congreso Internacional de Economía Social*, realizado em Buenos Aires de 26/10 a 4/11 de 1924, organizado pelo Museo Social Argentino, sob o auspício do Gobierno de la Nación. Actas de las reuniones. Buenos Aires, 1925, vol. III, pp. 231-239. Apud FINK, L. Op. Cit. Tradução nossa.

as tarefas de conciliação e arbitragem obrigatória e irrecorrível, bem como estabeleceu representações operárias como auxiliares dos inspetores do trabalho, além de proibir centros gremiais organizados por patrões e reconhecer aos sindicatos o direito de gerir e controlar o fornecimento de mão-de-obra nas diferentes zonas agrícolas da província. Essa lei – bem como o conjunto de determinações mencionado – não foi alterada pelos governos seguintes, e seu processo de implementação foi apoiado pelo conjunto dos sindicatos moderados. Os acordos que nasceram na província, em decorrência da ação mediadora do DPT, no geral foram aplicados e respeitados, e foram celebrados pelas organizações sindicais como verdadeiros convênios coletivos legalizados, uma vez que estas organizações passaram a exigir uma cópia dos acordos firmados pelo DPT e invocar esses documentos em situações posteriores nas quais o DPT passou a ser uma espécie de árbitro obrigatório.

As transformações citadas foram concomitantes ao começo do estabelecimento da política de salários oficiais por parte do governo provincial. Sobre isso e sobre a regulação do mercado de trabalho rural de um modo geral nesse período, convém destacar que obedecia a um temor do Estado e empresariado rural de que os extremos desequilíbrios sociais se traduzissem em conflitos como os de outrora e a desordem pública, mas que também se confundiam com uma filosofia mais inclusiva, com base no conceito de bem-estar geral. Isso resultou em um começo de postura de redistribuição de renda, no campo, cujo legado se fará presente e ampliado na lógica do Estatuto del Peón Rural. O principal foco de resistência a essas transformações em Santa Fé foi a FAA, que denunciava as progressivas regulações estatais em nome da liberdade de mercado, que estaria sendo violada, bem como os direitos do agricultor ao trabalho familiar e ao necessário controle ideológico dos sindicatos. O Estado interventor santafesino foi se constituindo através dessas novas estratégias de ação que mantinham elementos de uma democracia respeitadora da pluralidade de agentes envolvidos, mas incorporava elementos corporativistas.

## **Buenos Aires**

As políticas direcionadas para o mercado de trabalho rural que de alguma forma podem ser consideradas “benfeitoras” para os trabalhadores rurais tem seu primeiro momento significativo, na província de Buenos Aires, com o governo de J. Martinez de Hoz, através da indenização por acidentes de trabalho e do papel de representação legal que foi adquirindo o DPT em sua gestão.

Para além disso, a etapa seguinte nesse processo foi a regulação da colheita e debulha, no fim de 1936, já no governo de Manuel Fresco. A intenção ligada a essa regulação ainda representava um objetivo preventivo e mantenedor da ordem no campo, e nesse sentido foram instituídos os decretos sobre condições de trabalho e os salários mínimos oficiais, bem como a nova *Ley Orgánica del Trabajo*<sup>191</sup> que convertia o DPT em um verdadeiro tribunal do trabalho, muitas vezes de última instância. Esse foi o marco jurídico que transformou, na província, as relações entre trabalhadores rurais e empregadores.

Foram evidentes as semelhanças do governo bonaerense com os regimes fascistas europeus, e verificou-se um corporativismo como em nenhuma outra província. Buscou-se estruturar um sindicalismo nacionalista e moderado, ainda que não se possa afirmar que tenha se configurado em um regime legal de associações provinciais, uma vez que não houve um sistema sindical único, vertical e controlado pelo estado, ou sindicatos oficialistas. Contudo, o período foi marcado por uma série de restrições civis e políticas e, se bem não tenha sido a política dominante para o meio rural, o governo seguiu agindo com repressão para com as ideologias revolucionárias, facilitando a emergência desse novo sindicalismo<sup>192</sup>.

As restrições civis e políticas foram acompanhadas, em contraponto, por incentivos importantes aos trabalhadores naquele contexto, como as já referidas conquistas. Fresco capitalizou para si iniciativas prévias e, no que diz respeito às condições de trabalho, satisfaz boa parte das reivindicações sindicalistas. Um marco importante para a compreensão dessa postura foi a extensão da lei de indenização à totalidade dos trabalhadores rurais, algo que foi denunciado por sua inconstitucionalidade, uma vez que passava por cima do que as próprias leis nacionais já haviam delimitado sobre o tema. As reações do empresariado foram evidentes, mas o governo de Buenos Aires não recuou e a lei provincial se fez valer. Isso evidencia que as vontades do poder executivo não estavam totalmente enquadradas com os interesses empresariais imediatos, e que o empresariado reagiu sem tanta energia preferindo manter relações cordiais apesar do prejuízo econômico. Contudo, a postura de Fresco também pode evidenciar a preocupação pela manutenção da normalidade da produção, em um cenário considerado muito desigual e exploratório, causador das agitações de trabalhadores e, além

---

<sup>191</sup> Ley 4.548 de 1937.

<sup>192</sup> Na interpretação de Ascolani, Fresco não teria buscado eliminar os conflitos rurais pela via repressiva, e sim, eliminar as causas materiais destes. ASCOLANI, Op. Cit. 2009, pp. 266-298.

disso, a postura do empresariado mostra como, entre estes, haveria, em alguma medida, certa crença ou afinidade com o projeto governamental.

É preciso destacar também que os salários oficiais bem como o estabelecimento das melhores condições de trabalho se deram por decreto do executivo e não tinham o peso de direitos. Quando as colheitas foram piores, os salários mínimos oficiais também sofreram quedas.

Nos conflitos trabalhistas coletivos, durante o governo de Fresco, o estado foi assumindo cada vez mais uma função de mediação conciliadora e de arbitragem obrigatória. Esse estado interventor também foi constituindo-se avançando sobre questões internas dos sindicatos, e retirando-lhe a autonomia (característica do período de estado de sítio) ao mesmo passo em que ganhavam importância como representantes da classe. Isso gerou diferentes percepções no período. Os trabalhadores com ideologias revolucionárias apresentaram suas críticas contundentes ao passo que consideravam Manuel Fresco um conservador repressor, demagogo e manipulador, com a meta de manter os sindicatos sob controle do estado, contudo, a já maioria, composta pelos sindicatos vinculados à CGT e autônomos buscaram se ajustar ao ideal de “bom sindicalismo”, de modo que aceitaram de bom grado as novas regras do jogo.

No que diz respeito às relações individuais e o âmbito judiciário, as expectativas de trabalhadores aumentaram em relação a este estado, e isso se verifica nos crescentes pedidos de assessoramento e intervenção legal do Departamento del Trabajo, cujo diretor torna-se, para muitos casos, juiz de única instância. Um modo novo e institucionalizado de intervenção foi consumado pelo governo Fresco para esse estado árbitro nos conflitos individuais, criando mecanismos específicos para tal. Isso será aprofundado e nacionalizado durante o governo de Perón, até a criação de um foro específico do trabalho.

## **Córdoba**

O cenário onde se desenvolveu o processo de conformação de estados interventores nas províncias de Córdoba e de Entre Ríos foi de aliança e maior colaboração entre governo e sindicatos, principalmente por fins eleitorais, o que não era algo tão comum até os anos 1930, onde dificilmente plataformas eleitorais tinham como pontos centrais a utilização da base apoio entre peões. Durante os anos de auge da crise da produção agropecuária nessa província (1930-1933), as reivindicações de trabalhadores rurais e as autoridades envolvidas no meio rural

apresentavam um consenso de que o estado deveria regular o mercado de trabalho no campo. Já em 1933, um projeto de lei foi elevado pelo poder executivo provincial que previa a criação de tribunais de conciliação e arbitragem. O texto e a forma como foi apresentado demonstravam uma valorização da organização sindical e a proposição de contratos coletivos, ao mesmo tempo em que buscava enquadrar legalmente os sindicatos reconhecidos.

O governo de A. Sabattini (1936-1940) foi de destaque, e marcado, segundo Ascolani, por uma política populista, mas que conquistou pouca concretude em termos de transformações institucionais. Durante seu governo, o Departamento del Trabajo aumentou bastante seu intervencionismo, mas pouco articulado e entrosado, além de sem apresentar uma definição clara de seus objetivos. A tendência, por outro lado, que sem dúvida pode ser verificada, foi a de conceder as demandas dos sindicatos em termos salariais e de controle sindical sobre o fornecimento de mão-de-obra, unido à afiliação obrigatória ao sindicato local. Foi o maior grau de tolerância à presença de comunistas nos sindicatos cordobenses que deu origem, no âmbito nacional, à lei de repressão ao comunismo. As reações do empresariado denunciavam o que consideravam excessos e a violência sindical, ainda que o que o era apontado possivelmente tratava-se de exagero. Mesmo assim, as reivindicações trabalhistas e a receptividade que tiveram pelo estado provincial fizeram com que o valor das jornadas de trabalho conquistadas superasse amplamente os valores pagos em outras províncias, principalmente no intervalo 1936-1937.

### **Entre Ríos**

O Departamento del Trabajo de Entre Ríos diagnosticou em 1931, durante o período de crise da produção agropecuária, que sua atuação estava sendo mais requisitada no que tange a vigilância sobre o cumprimento de leis, e sua atuação foi principalmente em cidades portuárias e na verificação do cumprimento de exigências em torno da lei de acidentes de trabalho, o que coincidia com as orientações do Departamento Nacional del Trabajo por essa época. Ainda era uma atuação muito pequena, e em 1933 o DPT de Entre Ríos seguia limitado praticamente ao meio urbano, fiscalizando jornadas de trabalho e o descanso semanal. Nesse mesmo período, o que pode se destacar de intervenção no campo diz respeito à fiscalização das caldeiras de motores a vapor de debulhadoras, que era uma grande causa de acidentes e que no período chega a zerar o registro de incidentes.

A pouca quantidade de inspetores do Departamento já era sentida desde 1931, mas se tornou um problema mais evidente e demandante de solução a partir de 1934, quando a atividade sindical, através da ação da UOP de Entre Ríos, apresentava maiores reivindicações no âmbito das relações trabalhistas, o que exigia uma estrutura do Departamento para o estabelecimento de convênios coletivos. As limitações para tal não eram apenas em termos de estrutura administrativa e de pessoal, a avaliação do governo de Entre Ríos era de que faltava uma lei específica que desse poder de atuação ao Departamento como havia em Santa Fé. Nesse sentido, o governador Luis Etchevehere (1931-1935) baixou um decreto em 1935 que avançava em criar normas para mediação e arbitragem do DT, o que aconteceu em momento muito necessário, pois foi o ano mais conflitivo das relações entre capital e trabalho decorrente de perdas consideráveis nas colheitas e decréscimos salariais. O sucessor no governo, Eduardo Tibiletti, dará continuidade nessa tendência ao concretizar, no âmbito provincial, a Ley Orgánica del Trabajo, de 1936, que conjuntamente à ação de iniciativa do executivo novamente no ano seguinte na forma de uma nova lei – com assessoria do jurista Alejandro Unsain – estabeleceram uma mediação facultativa do órgão, mas com o poder de determinar laudos irrecorríveis e que enquadrava os sindicatos em normas legais de atuação e funcionamento. De 1937 em diante, a ação interventora nos conflitos trabalhistas foi se intensificando, e os laudos determinados pelo DT, de fato, se impuseram.

Pode-se afirmar que na província de Entre Ríos a política de firmar acordos coletivos conquistada não teve avanços correlatos em outras áreas trabalhistas, na forma de direitos relacionados. No entanto, segundo Ascolani, esteve evidente uma ambição maior, de fixar salários de acordo com as necessidades dos trabalhadores rurais, de estabelecimento de comissões paritárias, salários mínimos, e regulação de jornadas e descanso, como declarou o ministro de governo, Sebastián Mundani: “o bem-estar e a tranquilidade espiritual dos trabalhadores, deve sobrepor-se ao conceito individualista e um tanto egoísta da exagerada proteção do capital privado. A liberdade de contratar, que só existe em teoria, deve ceder a sua regulação pelo Estado”<sup>193</sup>.

A questão dos acidentes trabalhistas, muito numerosa entre os trabalhadores diaristas no campo, para além das debulhadoras, também foi alvo de reconhecimento e manifestação de preocupação por parte do poder público, todavia, não houve uma tentativa de se sobrepor à lei

---

<sup>193</sup> MUNDANI, S. Província de Entre Ríos, Ministerio de Gobierno y Obras Públicas, *Memoria presentada a las Honorables Cámaras Legislativas*, ano 1936, p. 336, Apud ASCOLANI, Op. Cit., 2009, p. 308. Tradução nossa.

nacional e se ampliar a legislação para todos os trabalhadores rurais como o foi em Santa Fé e Buenos Aires, onde os meios foram questionáveis.

*e) transformações jurídicas e legislativas no direito individual: a construção do trabalhador rural como um sujeito de direito*

Do conjunto das circunstâncias conjunturais e estruturais em que foram possíveis transformações nas ações políticas do poder executivo nas provinciais, e depois de certa altura, a nível nacional, foi concomitante o processo de constituição de um sujeito, trabalhador rural, como dotado de direitos. À luta sindical e à dinâmica da crescente regulação estatal do mercado de trabalho no decorrer dos anos 1930, acresceu-se um processo de transformações verificadas nas esferas judiciária e legislativa. Sendo assim, é útil expormos algumas características relativas às mudanças no direito individual e como foram sendo tratadas. Com o campo do direito individual é possível elucidar certos pontos onde apenas o direito coletivo não é suficiente. As ações individuais são mais numerosas do que ações coletivas, e mostram em muito menor grau a ação organizada de trabalhadores e suas representações. De um primeiro momento, já mencionado, em que se tem uma clara postergação do estabelecimento do trabalhador rural como sujeito dotado de direitos, verifica-se um avanço até 1943, situado aproximadamente na década anterior.

Adrián Ascolani analisou a documentação das ações judiciais do Juizado de Primeira Instância no Civil e Comercial de La Plata. A capital era centralizadora e representativa das ações de trabalhadores de diferentes departamentos rurais da província de Buenos Aires. Nas primeiras duas décadas do século XX, as ações mais comuns tinham como tema a reivindicação salários não pagos devidamente. Houve também ações reivindicatórias de indenização por acidentes de trabalho. A conclusão mais comum dessas ações era a paralisação e o arquivamento, seguida por derrotas de trabalhadores e muito escassas vitórias. As principais causas diretas da falta de sucesso dessas reivindicações, segundo Ascolani, foram as faltas de provas e o desconhecimento sobre os alcances da lei 9.688.

Nos anos 1920, a assistência de oficinas e dos departamentos provinciais de trabalho aos trabalhadores rurais também foi muito limitada. Em Córdoba, a Oficina de Trabalho e Estatística solicitou ao governo provincial uma maior dotação orçamentária para manter uma Assessoria Jurídica, e o desinteresse político foi evidente, sendo que a argumentação da Comissão de Pressupostos e Impostos do governo provincial foi de que uma assessoria desse

tipo não teria autoridade legal para verificar o cumprimento das leis, tarefa que era cumprida, muito parcamente, pela Assesoría de Pobres y Menores. Ascolani apresenta vários exemplos de casos nesse sentido, citamos um que nos é interessante aqui por ser representativo da postura do DPT de Buenos Aires, no começo dos 1920.

Em 1923, Hedo Bernabei, foguista de máquina debulhadora ficou incapacitado após a explosão do motor a vapor da máquina na qual trabalhava, na localidade de Ramallo, e entrou com uma ação que se desenvolveu no Tribunal de San Nicolás, contra seu empregador e proprietário da máquina, Juan Guerrini. Bernabei ganhou em juízo o direito a uma indenização que representava o valor de mil dias de trabalho, 4.000 pesos. Guerrini declarou-se insolvente, não tendo condições para pagar, o que foi confirmado por perícia do DPT em 1926. Três anos depois, ainda, o trabalhador acidentado recorreu a outro advogado, que lhe recomendou iniciar uma nova ação, dessa vez contra o Departamento del Trabajo, e em uma jurisdição diferente, La Plata, uma vez que de acordo com a lei de indenização por acidentes de trabalho (9.688), este era o responsável pelo pagamento em caso de insolvência do patrão. A resposta do diretor do DT reconheceu a justeza da demanda do trabalhador, e que o DT de fato deveria ter feito o pagamento, mas que não poderia fazê-lo porque havia sido aberta ação em outra jurisdição. Ou seja, o trabalhador não esteve devidamente informado, seus advogados não cumpriram os procedimentos corretamente, e mais significativo do que essas constatações, o DT não demonstrou nenhuma vontade de atuar em defesa do trabalhador, preferindo ficar esperando que fosse cobrado pela indenização, sabendo que se tratava de um trabalhador acidentado, cuja incapacidade manifesta o trouxe a difícil situação de sobreviver durante, no total, sete anos, sem fonte de renda própria. Diante da resposta do diretor do DT, o Juiz de Primeira Instância de La Plata recomendou indiretamente que a ação devida recomeçasse pela via indicada para a cobrança, e a paralização da ação em La Plata é o último registro que se tem do caso<sup>194</sup>.

Foi nos anos 1930, especificamente no ponto crítico de 1932, que o Departamento del Trabajo de Buenos Aires aumentou a intensidade de sua intervenção. O decreto regulamentário da lei de acidentes de trabalho<sup>195</sup> foi sendo interpretado por alguns juízes como inclusivo de todos os trabalhadores rurais, o que avançava sobre a interpretação nacional do tema. O tipo de demandas judiciais iniciadas pelo próprio DT, depois de procurado por trabalhadores, foi amplo: acidente no transporte de fardos sobre macas, descarregamento de sacos de cereais,

---

<sup>194</sup> Para ver mais sobre ações individuais promovidas por trabalhadores rurais da região do Pampa no período ver: ASCOLANI, A. Op. Cit. 2008.

<sup>195</sup> Decreto N. 254, 29/04/1932.

trabalho de arado, golpes de animais, com tipos e intensidades de incapacidades variadas. Esses julgamentos aumentaram uma aproximação entre os trabalhadores rurais e o DT de Buenos Aires em 1932, recebendo casos originados nas mais distantes localidades como Mercedes, Ingeniero White, Tres Arroyos e Juarez, ainda que sua localização fosse em La Plata. Contudo, a maioria ainda sem resultados positivos, e com paralisação anos depois.

Em junho de 1933 foi sancionada a lei de procedimentos em juízos por acidentes de trabalho, o que alterou um pouco as bases que propiciaram as resoluções ruins para os trabalhadores rurais até então. O texto nasceu do trabalho do senador Atilio Roncoroni, e trouxe mudanças que agilizavam o processo, trazendo duas vias de atuação. A primeira tratava-se um procedimento voluntário através do qual as partes em desacordo poderiam submeter-se ao veredito administrativo do diretor do DT. Já a segunda, estipulava um procedimento judicial específico a ser seguido por juízes competentes, prefeitos, sub-prefeitos, e juízes de paz, sempre que o valor das indenizações não superasse os 1.000 pesos. Acima disso, o julgamento deveria ser competência dos Juizados de Primeira Instância do civil e comercial. Segundo Roncoroni, a lei 9688 sofria da falta de instrumentalização através de procedimentos adequados para os trabalhadores, apesar de seu conceito ser revolucionário por incorporar a noção de risco profissional como causa de indenização, ainda que não existisse culpa direta do patrão. O que representava uma novidade até mesmo em relação às expectativas de muitos trabalhadores, pois não era dada essa noção, e muitos acreditavam que acidentes dentro dessa margem eram consequência da rotina comum e natural do trabalho. De qualquer forma, sem adentrar nas especificidades desse processo judicial estipulado na segunda via, ele tem importância na medida em que foi uma primeira modalidade incipiente de um foro específico do trabalho. Assim, a província de Buenos Aires, e o assunto das indenizações por acidentes de trabalho foram precursores e ofereceram parte da base do que virá a ser o Foro específico do trabalho durante o governo de Perón.

A FAA foi a principal força a denunciar essa nova situação, investindo em um discurso sobre a existência de uma “indústria do acidente de trabalho”<sup>196</sup>. A entidade tinha como principal fonte de recursos os lucros de sua companhia de seguros, contratada por proprietários de terras e arrendatários afiliados, e alegou através de seu jornal, o *La Tierra*, existir conluíus entre trabalhadores já enfermos, advogados e patrões cúmplices para extorquir indenizações das seguradoras. Ainda que não haja evidências concretas a respeito disso, relatos do diretor da

---

<sup>196</sup> La Tierra, 04/09/1932. Apud ASCOLANI, A. Op. Cit. 2008, p. 321.

delegação de Rosário do DPT de Santa Fé, Manuel Wachs, e do governador provincial de Buenos Aires, Manuel Fresco destacaram o fato de haver advogados de má-fé que vasculhavam no campo por informações da existência de trabalhadores acidentados, encorajando-os a acionar a justiça sem iniciar o processo com a representação do DT e sem realizar as consultas oficiais com esse órgão. Denunciaram também, por outro lado, o fato de que trabalhadores que procuravam as seguradoras na hora de receber os valores indenizatórios (muitas vezes necessários para começar algum tratamento) receberem como resposta que ainda constavam valores em haver não pagos pelo patrão, acarretando uma demorada espera. Nessa condição de fragilidade (longe de casa, enfermos, sem remuneração e com pouca instrução) durante esse tempo de “espera” eram abordados por advogados que os seduziam a entrar em ações contra o patrão ou o DT, e tão logo fechavam acordo com os clientes, as seguradoras declaravam que não existia mais a pendência<sup>197</sup>. Os limites da veracidade dos relatos se dão pela falta de documentação capaz de complementá-los, mas o fato de partirem de diferentes províncias e níveis de poder lhe concedem algum crédito, demonstrando como na denunciada “indústria do acidente de trabalho” haviam muitos agentes diferentes e com alvos distintos.

A persistência, na continuidade dos anos 1930, de derrotas judiciais ou de descontinuidade de ações movidas por trabalhadores rurais nos anos 1930 pode ser entendida não apenas como falta de conhecimento das leis – uma vez que a partir de 1933 houve maior intervenção de especialistas na área por parte do DT – como também pelo conjunto de fatores que tornavam a ação judicial uma via perigosa e insegura para os trabalhadores, seja pelo histórico de derrotas judiciais, seja pela possível indisposição gerada com os patrões que eram por vezes a única possibilidade de emprego, seja também pelos custos<sup>198</sup> da ação judicial em caso de derrota. Some-se a isso o fato de que frequentemente os assalariados agrícolas contraíam relações de trabalho sem mediação de documentos escritos, o que os colocava em situação de extrema precariedade no que diz respeito às suas possibilidades reivindicatórias.

Apesar das limitações, o número de ações por acidentes de trabalho seguiu aumentando. Entre abril de 1938 e abril de 1939 foram iniciados, a partir do DPT provincial de Buenos Aires, 37.257 expedientes para um igual número de acidentes de trabalho. O elemento mais

---

<sup>197</sup> O depoimento de Manuel Wachs foi dado em entrevista ao *La Tierra*, em 2/11/1932 e o relato de Manuel Fresco está em suas memórias, publicadas em 1940 pelo governo provincial bonaerense. FRESCO, M. *Como encaré la política obrera durante mi gobernación, 1936-1940*, La Plata, 1940.

<sup>198</sup> Existia o dispositivo da declaração de pobreza, mas era possível apenas aos desempregados e diante de comprovação de inexistência de outra renda na família.

representativo da nova concepção de direito trabalhista, durante o governo de Manuel Fresco, foi o ditame da Ley Orgánica del Trabajo (N. 4548, de 1937). Através dela, o DPT foi alçado à condição de juizado de única instância, tendo seu diretor como autoridade superior no ditado de vereditos, sem os limites de valores e de assunto (acidentes de trabalho) da legislação instituída em 1933<sup>199</sup>. Igualmente significativa foi a atuação do diretor do DPT, Armando Spinelli<sup>200</sup>. Durante seu período de gestão houve uma política claramente benfeitora em relação aos trabalhadores, com muitos vereditos a favor destes. Ascolani qualificou as ações de Spinelli como mostrando “uma real consideração para com os trabalhadores demandantes<sup>201</sup>”, destacando o emprego erudito da legislação argentina e de seus antecedentes estrangeiros. Entendia que o direito do trabalho, por seu caráter social, exigia um entendimento mais amplo do que a estrita interpretação das leis, como no direito comum da esfera civil e comercial. Suas ideias aderiam as posições de Mariano Tissebaum, principal nome ligado ao Instituto del Derecho del Trabajo da Universidad del Litoral. Com Spinelli, alargou-se a interpretação da lei de acidentes de trabalho a qual, até então poderia ser entendida como abrangente apenas de maquinistas e foguistas de debulhadoras a vapor e condutores de tratores, passando a incluir todos trabalhadores rurais envolvidos com o trabalho das máquinas de alguma forma relacionadas ao processo de produção, ou seja, abrangendo a maioria dos trabalhadores rurais naquela altura<sup>202</sup>. Outro sinal da nova vontade do DT foi o fato de que houve também intervenções deste movendo ações contra seguradoras que apresentaram objeção a pagar indenizações, como nesses casos que estavam nos limites da interpretação da lei 9.688 e

---

<sup>199</sup> RUBINZAL, M. *El nacionalismo frente a la cuestión social en Argentina [1930-1943]: Discursos, Representaciones y practicas de las derechas sobre el mundo del trabajo*. Tese de doutorado. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2012, p. 106.

<sup>200</sup> Especialista em direito do trabalho, Spinelli foi membro do conselho de redação dos *Anales de la Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales* da Universidad Nacional de La Plata por mais de vinte anos. Durante sua gestão firmou mais de 300 convênios coletivos e se tornou rapidamente uma referência nacional em relação ao direito trabalhista. Sua atuação como diretor do DPT de Buenos Aires o catapultará para o cenário nacional com a admiração de membros do GOU e, em especial, de Perón. Chegou a assumir a diretoria geral da Secretaría de Trabajo y Previsión e a Dirección General de Trabajo. Cf. LUCIANI, M. *La etapa formativa de la Secretaría de Trabajo y Previsión (1943-1946): Primeros pasos organizativos y figuras relevantes*. La Plata: Anuario del Instituto de Historia Argentina, n. 14. Universidad Nacional de La Plata. Extraído de: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/> (acesso em 04/02/2019).

<sup>201</sup> ASCOLANI, A. Op. Cit. p. 324.

<sup>202</sup> Cabe acrescentar outra inovação para ação estatal do período, no que diz respeito à forma de interpretação dos acidentes profissionais. Os vereditos de Spinelli introduziram no direito trabalhista argentino a noção de risco profissional, mas também, a circunstância de que caso um trabalhador já padecesse de uma enfermidade antes da ocorrência do acidente, caberia ao patrão provar que os danos não estivessem relacionados ao acidente, ou que o acidente não agravou de nenhuma maneira a situação do trabalhador. Podemos citar a título de exemplo o caso do carregador Luis Francisco Rojas, que vomitou sangue ao erguer uma saca de trigo, e embora aparentemente tenha se recomposto, morreu pouco depois, em um consultório médico. Foi descoberto posteriormente que Luis sofria de um aneurisma aórtico, perfurado pelo fato de levantar a saca, e o ganho de causa foi dado ao trabalhador falecido. Fallo del Director del Trabajo, Dr. Armando Spinelli, La Plata, 16/11/1938, caso: accidente de trabajo contra la Compañía de Seguros La Franco Argentina. Transcrito em: FRESCO, M. Op. Cit. p. 152-156.

acidentes do trabalho. Foram no total 3.651 sentenças ditadas por Spinelli a frente do DT. Destas, 97% das resoluções foram acatadas, não houve nenhuma revogação judicial e o valor total das indenizações por acidente de trabalho aumentou em 37% em relação aos quatro anos anteriores à lei 4.548<sup>203</sup>. Podemos afirmar que a partir da Lei Orgânica do Trabalho estavam dadas as bases de um foro específico do trabalho em Buenos Aires.

A preocupação no sentido da formação de uma dimensão específica dos conflitos individuais do mundo do trabalho também tem registros na província de Santa Fe. O deputado Absalón Casas levou às câmaras um projeto de lei pelo qual se instituiria, na cidade de Santa Fe um Juizado de Paz Letrado do Trabalho, e na cidade de Rosario, um Juizado de 1ª Instância do Trabalho, conjuntamente a um Ministerio Público del Trabajo, com um Agente Fiscal em cada uma dessas cidades. Nesse modo de funcionamento, o DT de Santa Fe ficaria responsável por confirmar as atas de infrações às leis trabalhistas, enquanto que os Juizados mencionados atuariam nos juízos trabalhistas. A inspiração do projeto, nesse caso, foi a legislação de outros países latino-americanos como México e Venezuela, e é, de certa forma, uma retomada de um projeto similar apresentado na Câmara dos Deputados da Nação em 1934, além da influência também das propostas do Instituto del Derecho del Trabajo de la Universidad del Litoral, entre outras.

O período que compreende o intervalo entre os anos de 1940 e 1943 foi marcado por algumas transformações que nos fazem poder qualificá-lo como um momento de transição para um novo cenário nas políticas para o mercado de trabalho rural. O jurista Alejandro Unsain, comentando sobre o Estatuto del Peón, expressou que ele fez parte de uma etapa diferente em relação ao direito trabalhista rural e que tinha começo em 1940. Dois marcos do período ajudam a entender o começo dessa nova etapa. Primeiramente, a renovação do entendimento sobre os acidentes de trabalho foi expressada pelo legislativo ampliando a antiga lei de indenização por acidentes de trabalho, abrangendo, a partir de então, o conjunto dos trabalhadores rurais envolvidos com as exportações agrícolas, pecuárias, florestais e pesqueiras<sup>204</sup>. No que diz respeito ao decreto regulamentário dessa lei, incluiu tabelas de salários básicos, por região, a fim de calcular as indenizações. O outro marco foi o estabelecimento do regime dos chamados

---

<sup>203</sup> ASCOLANI, A. Op. Cit. p. 327.

<sup>204</sup> Lei 12.232, de 1935; Lei 12.631, de 1940; e decreto 71.837, de 1940.

*conchabadores*<sup>205</sup>, entretanto cujo principal impacto, acredita-se, tenha sido apenas na região nordeste do país<sup>206</sup>.

### **3.2. O nascimento do Estatuto del Peón e sua inserção no projeto peronista**

Como pudemos observar, o processo que envolveu as relações entre Estado e classes sociais rurais e resultou em uma conjuntura na qual foi possível o nascimento do Estatuto del Peón apresentou algumas características centrais. 1) não houve iniciativas significativas a nível nacional por parte dos governos conservadores em direção à consolidação de direitos trabalhistas rurais. O que houve foram ações dos governos provinciais da região do Pampa que avançaram de diferentes formas rumo a um cenário heterogêneo de acordos coletivos, mediações estatais, estabelecimentos de salários mínimos e condições de trabalho, fiscalizações, reconhecimentos da noção de acidentes de trabalho, regulações de jornada e fornecimento de mão-de-obra, ampliação do reconhecimento legal e aproximação com os sindicatos moderados (cada vez mais significativos em termos de abrangência e organização). 2) essas transformações se deram na maioria das vezes através dos contratos coletivos, e estabelecimentos de condições – seja pela ação direta dos governos ou através de comissões paritárias – o que não configurava ainda a ideia de direitos para os trabalhadores rurais. 3) essas transformações nos âmbitos provinciais foram uma resposta necessária às demandas dos sindicalistas rurais, não representando um reflexo a partir de transformações da indústria ou da conformação de um mercado de trabalho no campo simplesmente. Se bem as intenções de regulação estatal estiveram, em alguma medida, ligadas a projetos de um estado benfeitor e a garantia de direitos mínimos humanitários, é verdade também que, concretamente, respondiam a uma necessidade de manutenção da ordem e do processo de produção livre de perturbações

---

<sup>205</sup> Função semelhante à de um recrutador ou intermediário, os *conchabadores* provinham mão-de-obra, arregimentando trabalhadores e fazendo contato com empregadores rurais. Os *conchabadores* não mantinham nenhum vínculo trabalhista ou de responsabilidade para com os trabalhadores ou com os empresários contratantes.

<sup>206</sup> De iniciativa do deputado socialista Alfredo Palacios, estabeleceu condições adequadas de transporte, trabalho, moradia, alimentação, assistência médica e farmacêutica, e pagamento de salários para os trabalhadores de colheita e outras funções eventuais, que são transferidos de uma província ou localidade até outra. Sua aplicação foi principalmente pensada para os cenários de maior exploração do trabalho como os engenhos açucareiros, mas também abrangia exportações pecuárias, minerais e florestais. Estabeleceu requisitos rígidos, como o de que toda empresa contratante tivesse que depositar uma fiança de 10.000 pesos ao Departamento do Trabalho como garantia do contrato firmado, e que a mesma empresa deveria construir em seu local uma oficina, destinada aos inspetores permanentes do DT. Ascolani também cita esse decreto, mas aponta que a aplicação do decreto foi pequena na região produtiva de cereais do Pampa, provavelmente apenas em relação à migração de juntadores de milho vindos do Norte. ASCOLANI, A. 2009, Op. Cit. 328.

oriundas de agitações sindicais e da influência de ideologias revolucionárias que viessem a questionar as relações de produção rurais. 4) se no âmbito nacional com os governos conservadores, os direitos trabalhistas pouco avançaram, por outro lado o momento econômico e político no país foi marcado por, entre outras coisas, a configuração de um Estado que ampliava sua intervenção em termos de políticas econômicas e sociais. A conjuntura do entreguerras, bem como as necessidades internas de certos grupos de interesse poderosos, foram acompanhadas pela formação de uma frágil aliança de classes (latifundiária pecuarista e industrial) em um cenário que exigia um Estado com maior atuação para promover um padrão de reprodução do capital heterogêneo, onde coexistisse a hegemonia dos interesses expressados, por exemplo, pela SRA, ao mesmo tempo que um projeto de industrialização por substituição de importações limitado e subordinado. E, por fim, 5) a ausência de avanços nacionais em termos de consolidação de direitos trabalhistas coletivos pode ser matizada pela contemporaneidade de um processo gradual de transformações em relação ao entendimento do trabalhador rural como um sujeito de direitos, o que também se deu principalmente a partir do âmbito das províncias, mas que anunciava a emergência, no país, de novas concepções sobre a natureza da justiça trabalhista, dentro do campo do direito e da vontade política, e que estabeleceram bases para uma futura constituição de um foro específico do trabalho.

Luciano Barandiarán, em trabalho no qual compara as condições de emergência do Estatuto argentino ao brasileiro, resumiu a conjuntura de nascimento do Estatuto del Peón Rural como um processo geral de intervenção estatal sobre a sociedade rural iniciada por volta de 1930, onde a crise agrícola havia desestabilizado o “controle social” exercido pelos quadros institucionais, ao mesmo tempo em que parte dos setores mais marginalizados e sem condições de ascender socialmente no meio rural passaram a migrar para as grandes cidades do litoral em busca de trabalho e oportunidades. Até esse momento a atuação estatal resumia-se a repressão de mobilizações de arrendatários e trabalhadores. Esta situação teria se agravado com a segunda guerra mundial e a crise do setor rural, ao fechar-se os mercados tradicionais dos produtos agrários. Isso afetou a produção de grãos e milhares de indivíduos que tiveram que aumentar o fluxo de deslocamentos de saída dos campos onde trabalhavam, aumentando ainda mais a evidência do problema social do êxodo rural. E é nesse contexto que os militares chegam ao poder com o golpe de 1943 e passam a implementar políticas em benefício dos setores não-proprietários, com principal impulsor na figura de Perón por meio da STyP<sup>207</sup>.

---

<sup>207</sup> BARANDIARÁN, L. Op. Cit. pp. 3-4.

a) a linha de atuação dos governos militares para o meio rural entre 1943 e 1946

O governo surgido do golpe militar de 1943 buscou harmonizar as relações de trabalho no campo e evitar conflitos trabalhistas rurais, entretanto, o conjunto dos antagonismos entre os diferentes setores desse meio aumentaram e foram acrescidos de um novo confronto de peso, dessa vez entre Estado e poderosos interesses da classe dominante rural. Ainda que a SRA possa ter nutrido uma latente esperança em relação ao novo governo, rapidamente foi se constituindo um cenário onde os latifundiários percebiam uma ameaça real a seus negócios. Nos primeiros momentos do novo governo se apresentava como muito tímido o caráter intervencionista estatal, mas logo este foi se tornando maior, abandonando a breve passividade inicial do governo com centro nevrálgico ligado ao GOU<sup>208</sup>. A partir do ministério da agricultura, comandado por Diego I. Mason, e da STyP e depois MTyP, com Perón, iniciou-se uma luta com a chamada *oligarquia* que irá caracterizar boa parte da década de 1940.

Logo do golpe de 1943, na exposição agropecuária da SRA – tradicional momento de maior visibilidade dos discursos políticos e de diálogo entre SRA e autoridades estatais, o presidente da entidade, José Maria Bustillo, saudava o golpe militar de 4 de junho como um ato que revigorara a Nação<sup>209</sup>. Embora já houvessem queixas por parte da SRA em relação à questões tributárias, a entidade buscava estabelecer uma relação amistosa e de proximidade para com o novo governo<sup>210</sup>. Já no mês seguinte, Leonardo Benevutto, publicava através da entidade manifestando preocupação a partir de um diagnóstico de possibilidade de expropriações de terras e opondo-se à política para os contratos de arrendamentos<sup>211</sup>. A lei 12.771, de 1942 que determinava, entre outras coisas, o congelamento dos valores de arrendamento<sup>212</sup> será ampliada através da ação do governo surgido de junho de 1943.

---

<sup>208</sup> Cf. LUPARIA, C. *Régimen del trabajo rural: doctrina y legislación*. Buenos Aires: Astrea, 1981.

<sup>209</sup> BUSTILLO, J. M. *Discurso de abertura da 57ª Exposição Pecuária*. Em Palermo. Anales de la Sociedad Rural Argentina, número especial, agosto de 1943.

<sup>210</sup> RIBEIRO, V. Op. Cit. p. 104.

<sup>211</sup> As restrições da SRA em torno a qualquer projeto de reforma agrária ou colonização que previsse expropriação de terras já era evidente antes mesmo do golpe militar de junho de 1943. Em abril desse ano, reagindo a uma proposta do *Instituto Autárquico de Colonización* da Província de Buenos Aires, a SRA manifestava oposição à permissão de desapropriação por maioria absoluta de votos na Câmara, ao invés de ser apenas por unanimidade. A guerra pela primazia do direito à propriedade será uma das principais bandeiras da entidade durante o período peronista. Cf. Anales de la Sociedad Rural Argentina, abril de 1943. Ver também RIBEIRO, V. Idem, e “50 años de la Sociedad Rural de Rosario”. In: Anales de la Sociedad Rural Argentina. P. 715-718, setembro de 1954.

<sup>212</sup> A FAA, enquanto principal representante dos arrendatários e dos pequenos proprietários se entusiasma com essas medidas, as quais considera como um primeiro passo rumo à resolução do problema da propriedade da terra, sob o lema “a terra para quem a ocupa e a trabalha”. Nos meses seguintes, a FAA também denunciou a proliferação de sociedades anônimas como proprietárias, o que representava a divisão de latifúndios entre familiares e pessoas

O Ministério da Agricultura anunciou e iniciou a implementação de um processo de expropriação de terras enquanto conduzia uma campanha de colonização de novas terras para conversão à agricultura. A ideia era converter novos territórios, com condições naturais de fertilidade piores, em zonas produtivas, através de investimentos estatais em infraestrutura, transporte e canais de irrigação. Esse processo gerou conflitos, principalmente em relação à expropriação de terras mediante indenização. O processo aconteceu por meio de decretos do poder executivo e determinações do ministério da agricultura, e as indenizações ocorriam com base no cálculo fiscal do valor de propriedade, e não no valor de mercado.

Em discurso de dezembro de 1944, Perón afirmava com ênfase:

O problema argentino está na terra: dê ao chacareiro um rochedo como propriedade e ele os devolverá um jardim; dê ao chacareiro um jardim em arrendamento e ele os devolverá um rochedo. A terra não deve ser um bem de renda, e sim um instrumento de produção e trabalho. A terra deve ser daquele que a trabalha, e não daquele que vive consumindo sem produzir, às custas daquele que trabalha!<sup>213</sup>

De fato, manteve e ampliou-se a política de defesa dos arrendatários diante da pressão exercida pelos latifundiários pelo aumento dos valores de contratos de arrendamentos. Em 1942, ainda durante o governo conservador de Marcelino Ortiz, se determinou a prorrogação da renovação dos contratos de arrendamentos vencidos, e essa linha de atuação manteve-se entre 1943 e 1945, acrescida de um rebaixamento de 20% no valor estabelecido dos contratos, o que também se estabeleceu por via de decreto do poder executivo. A renovação desses contratos ocorreu em agosto de 1945 e foi um dos fatores que aumentou a tensão entre classe dominante rural e Estado. Também foi proibida a condução de processos de desalojamento de arrendatários inadimplentes ou com contratos expirados, coerente com o conjunto das políticas em relação a essa questão<sup>214</sup>.

---

próximas dos grandes proprietários, de modo a burlar a caracterização como latifúndios e escapar de uma possível próxima reforma agrária. Cf. GIRBAL-BLACHA, N. Op. Cit. p. 4.

<sup>213</sup> Presidencia de la Nación, Subsecretaría de Informaciones, 1952. Apud: LATTUADA, M. Op Cit., 1986, p. 10. Tradução nossa.

<sup>214</sup> Ainda em 1945, o Consejo Agrario Nacional apresenta seu projeto de reforma agrária. Através da ação de seus dois principais nomes: Antonio Molinari e Mauricio Birabent, se entregaram títulos de propriedade, algumas expropriação e grande apelo propagandístico e auxiliam a conformar uma situação que parecia ameaçadora aos grandes proprietários, ao mesmo tempo em que configurava demonstração de poder do novo governo, *de fato*, e representava uma base real para legitimar a inflamação dos discursos de Perón sobre o meio rural. Cf. BLACHA, N. Op. Cit. p. 5.

Como podemos notar pelos Anais da SRA, o que também foi verificado por Ribeiro, entre os anos de 1943 e 1944, as críticas diversas da entidade às políticas governamentais não passaram de posicionamentos respeitosos, apontando o que consideravam equívocos, mas sem encampar atritos maiores. Essa postura pode explicar-se, em parte, se lembrarmos dos interesses majoritários da fração de classe que era dominante na SRA, a saber, os grandes proprietários ligados às atividades da pecuária. Até esse momento, a maioria dessas medidas, como as em torno aos arrendamentos tinham efeito apenas sob as atividades da agricultura, excluída a pecuária.

Nesse período também, empresas multinacionais de comercialização envolvidas com a intermediação no comércio de cereais com o exterior também foram afetadas a partir do avanço do controle estatal sobre os processos de comercialização externos e internos. Veículos de transporte, armazéns, elevadores de grãos e outros bens de capital fixo foram arrendados sob ameaça de expropriação de toda a rede privada desse ramo. A pecuária também foi objeto de controle mais rígido através da política de estabelecimento de preços. E por fim, todo o avanço da regulação trabalhista rural, que consagrava as representações sindicais como uma força política, ao mesmo tempo em que o estado aumentava sua ingerência sobre elas e tomava ações em favor dos trabalhadores rurais.

A linha de regulação do mercado de trabalho durante os anos 1930 e nos primeiros da década de 1940 avançou através de decretos do poder Executivo, fundamentalmente nas províncias. Após o golpe militar de 4 de junho de 1943, essa(s) linha(s) de atuação (apresentando heterogeneidade entre as províncias) que determinava o Estado interventor – benfeitor em termos de conquistas trabalhistas e árbitro das relações entre os agentes sociais do meio rural – passou a ter definitivamente um caráter nacional.

Em novembro do mesmo ano, o ministro da agricultura durante o governo de Edelmiro Farrel, Diego I. Mason, estabeleceu por decreto as condições contratuais de trabalho válidas para toda a colheita fina do período 1943-1944. Havia a intenção de evitar a demora de negociações locais, ao mesmo tempo em que buscava legitimidade através da alegação de uma ausência total de legislação nacional que oferecesse garantias para um mínimo de dignidade dos trabalhadores rurais. A responsabilidade pela aplicação do decreto ficaria por conta do Departamento Nacional do Trabalho, trabalhando em conjunto com o Ministério da Agricultura, todavia, este último não possuía nenhuma estrutura administrativa tampouco experiência para tal, de modo que, no fim das contas, as atribuições acabaram ficando a cargo

da recém instituída STyP. O responsável por ela, Juan Domingos Perón, empreenderá uma política trabalhista que se tornará símbolo de sua trajetória e da história argentina. Durante sua gestão na STyP ocorreu um processo de centralização administrativa e decisória dos órgãos estatais ligados às questões trabalhistas.

Os Departamentos e Oficinas provinciais do trabalho foram absorvidos como subordinados à STyP, lançando as bases para o posterior estabelecimento de uma polícia do trabalho. Estes órgãos absorvidos aumentaram em muito a sua capacidade de atuação, ao passo que trocaram um cenário de maiores impedimentos para avanços em relação às leis nacionais, por outro em que estavam legitimadas a empreender com maior eficácia e abrangência uma sorte de tarefas que já estavam orientadas a executar, além de atuarem sob respaldo e hierarquia direta do Executivo nacional.

Contudo, ao mesmo tempo em que suas ações aumentaram em poder e abrangência, a autonomia de atuação diminuiu, principalmente no que diz respeito às avaliações contratuais e margem de posicionamento. O que, entretanto, não parece ter gerado oposições institucionais, muito antes representando a consolidação de uma filosofia afirmadora de um Estado interventor e benfeitor em relação aos trabalhadores, a partir do centro do poder executivo.

Nas províncias onde a atividade sindicalista era mais intensa foi determinada a criação de delegacias regionais do trabalho. Isso ocorreu em Buenos Aires e em Santa Fe, sendo que nesta província, foram criadas ainda duas subdelegacias, uma na cidade de Santa Fe e outra em Rosário.

Em 6 de março de 1944 uma resolução da STyP determinaria o fluxo de encaminhamento das demandas e reivindicações trabalhistas a partir de então. Pelo texto, os trabalhadores (por meio de suas representações oficiais) deveriam apresentar pedido diretamente à Dirección Nacional del Trabajo e Acción Directa, para que essa intervisse e intermediasse o processo de redação de um convênio (abarcando salário e condições de trabalho)<sup>215</sup>. Dois decretos ampliaram a dimensão dessa regulação. Um deles instituiu uma padronização das penalidades para a não observância dos convênios: sanções aos patrões, e declaração de desacato e perda de legalidade para a organização sindical. O outro determinava que só as associações profissionais com status sindical poderiam ter representatividade em

---

<sup>215</sup> Entretanto, os convênios firmados dessa forma ainda deveriam ser submetidos a aprovação pelo Consejo Nacional del Postguerra.

convênios coletivos, e que sempre deveria haver a intermediação da STyP. No entanto, o jurista Mario Devali observou que, continuaram acontecendo convênios coletivos sem intervenção estatal, e na alçada do direito comum<sup>216</sup>.

#### b) *Estatuto del Peón Rural*

Para os anos seguintes, coerente com o nascente projeto peronista e diante da dificuldade da proliferação espontânea de firma de convênios coletivos, o Executivo nacional, através da STyP seguiu determinando as tarefas agrícolas para as subseqüentes safras de cereais e oleaginosas através de decretos. Os decretos estabeleciam os salários e condições de trabalho antes de se ter uma dimensão confiável do volume da safra, e de suas condições de venda, portanto, contava de antemão que a lucratividade da safra daquele período fosse suficiente para dar conta dos termos determinados.

Perto do fim do segundo ano dessa prática, em 17 de novembro de 1944, foi ditado o Estatuto del Peón Rural Argentino. O decreto foi resultado de um projeto elaborado por um corpo técnico especializado da STyP<sup>217</sup> e recorria a todo o arcabouço de conhecimento da área, bem como a experiência das políticas provinciais. Além disso, também foi resultado do papel de influência de Armando Spinelli junto ao novo governo. Conforme Ascolani – com base na avaliação de juristas da época, foram os decretos de estabelecimento de condições que criaram o terreno onde desenvolveu-se o Estatuto del Peón, ou seja, que a prática desses decretos fez com que ganhasse espaço, entre os juristas, a constatação da ausência de uma legislação que incorporasse todo esse setor.

A SRA foi consultada para oferecer à equipe técnica suas opiniões ao projeto do Estatuto. Esses apontamentos foram publicados pela entidade em seus *Anales*. É mencionado que a equipe teria entrado em contato com a entidade através de uma nota, recebida no dia 17 de maio. A entidade buscou destacar no texto como havia “compartido propósito de elevar a condição social dos trabalhadores rurais”, e que contribuiria com seu “conhecimento e experiência”<sup>218</sup>, destacando logo no começo do documento que isso deveria ser feito dentro das possibilidades de um ambiente econômico e físico determinado e, principalmente, diferenciado.

---

<sup>216</sup> DEVALI, Mario. Contrato coletivo de derecho común y convenio colectivo inderogable. Derecho del Trabajo, t. IX, 1949, pp. 278-279.

<sup>217</sup> BARANDIARÁN, L. Op. Cit. p. 6.

<sup>218</sup> Anales de la Sociedad Rural Argentina. Outubro-Dezembro, 1944, p. 717.

No texto do parecer, antes das conclusões, se expressa uma interpretação sobre a realidade do trabalho rural que impediria o estabelecimento de regras gerais, defendendo as particularidades de cada contrato de trabalho, cada propriedade, entre outras colocações do gênero. Também se junta a esses pontos a consideração de que essa interpretação seria instintiva e coerente com a natureza, e a preocupação com a manutenção das relações hierárquicas de poder no campo:

Tanto a agricultura como a pecuária exigem para sua exploração racional um sistema individualista. A natureza atua sem regras fixas e descarta as normas absolutas. Nos próprios terrenos devem retificar-se os programas de trabalho, para corrigir os inconvenientes que surgem (...) Não observando essas regras instintivas, se investem capitais sem obter benefícios, e se perde toda autoridade dirigente<sup>219</sup>.

Também se destacava uma proximidade familiar e uma índole diferenciada e tradicional do trabalho no campo:

É uma tradição do campo argentino considerar à *peonada* como uma prolongação da família e quando não se convive, se presta a devida atenção em todas as circunstâncias de sua vida. Este aspecto tem sido destacado pelos mais eminentes escritores sobre costumes, estrangeiros e nacionais, como uma simpática modalidade do patronato rural argentino<sup>220</sup>.

Quanto às remunerações alcançarem o custo de vida, a entidade demonstrou concordar com essa necessidade, e inclusive reconhecia a existência de “zonas afastadas” onde havia a necessidade de empregar grande quantidade de trabalhadores e, por isso, com remuneração menor ao justo. Não se mencionavam os lugares especificamente, mas se dizia que eram “campos pobres” com centros populacionais. Contudo, a entidade expressava que nas épocas de aumento dos preços de produtos básicos de consumo, como havia acontecido nos últimos anos, recaía sobre os patrões os custos. Se argumentava que em zonas longes de mercearias, o próprio patrão tinha que oferecer a venda de produtos básicos, e buscava fazê-lo de modo a permitir o sustento dos peões. Esse sistema, segundo a SRA, era insubstituível dada sua importância, mas acarretava mais gastos, e cujos valores não caíam “nos lucros patronais tão comumente criticados”<sup>221</sup>.

Nas conclusões da apreciação da SRA consta o que apontaram como importante para consideração no Estatuto. Citemos algumas das mais significativas colocações: 1) que os

---

<sup>219</sup> *Anales...* Ibidem, p. 719. Tradução nossa.

<sup>220</sup> Idem. Tradução nossa.

<sup>221</sup> Ibidem, p. 720.

valores de salários rurais fossem estipulados levando em conta os gastos com alojamento e alimentação. Interessante notar que, como veremos um pouco adiante, esse ponto será contemplado pelo texto final do Estatuto, mas ainda assim surgirão reclamações, por parte da FAA, justamente por obrigar os patrões a oferecer condições de alojamento de seu próprio bolso. 2) o parecer da SRA defendia que a especificação em zonas deveria compreender apenas as regiões de maiores níveis de exploração, entendida no sentido de nível de pobreza dos peões. Nesse ponto a equipe não cederá, e o Estatuto veio acompanhado de uma série de tabelas que especificaram os valores de salários mínimos e outras questões pormenorizadas para todas as zonas rurais produtivas do país, com intenso grau de detalhamento. 3) Também aconselharam a não classificação de categorias profissionais, indicando, em alternativa, que houvessem apenas “conceitos”, que seriam: peões, capatazes e *puesteros* (mercador de itens básicos de consumo, com uma venda instalada na propriedade rural ou próxima a ela; um quitandeiro). No texto final do Estatuto, mais de 40 classificações de categorias seriam estipuladas, inclusive com a criação de novas.

4) A ideia de uma progressão salarial automática também foi rechaçada, porque, segundo o parecer, os aumentos de remuneração eram o único meio existente para estimular o peão a desenvolver atitudes dignas e desenvolver-se através do aprendizado. No texto final do Estatuto, reservou-se ao poder executivo, através de delegação aos órgãos competentes, a faculdade de atualizar os salários no decorrer dos anos, mas com um espírito tanto mais de compensação de inflação, por exemplo, apagando a noção de progressão por tempo de serviço ou mérito. 5) defendeu-se como indispensável pensar na saúde e segurança do trabalhador rural, mas com uma artimanha argumentativa, exigia-se isso como uma responsabilidade do Estado, devendo-se criar um seguro de assistência e previsão estatal, e apagando os custos e responsabilidades patronais no oferecimento desses serviços.

6) Destacou-se que a prioridade para elevação do nível de vida dos peões seria investir em seu ensino. Esse ponto especificamente merece atenção, porque somado a outras manifestações da SRA, dá a entender uma clara noção de que o baixo “nível cultural” dos peões desaconselhava uma maior remuneração. Posteriormente, no manifesto contra o Estatuto do Peão isso fica evidente da mesma forma. O “nível cultural” era invocado praticamente para justificar a superexploração da força de trabalho. A ideia de priorizar o ensino dos peões antes de pensar em um aumento de seu padrão de vida e remuneração empurrava para o futuro uma distribuição de renda no campo. Contudo, sabemos que o campo passava por um processo de

modernização tecnológica que fora refreado pelas circunstâncias excepcionais da guerra mundial e pelo boicote estadunidense, mas que, passada a conjuntura seria retomado. As possibilidades de ascensão social como peão rural eram extremamente reduzidas, a menos que um indivíduo se tornasse proprietário. Já estava dado a um bom tempo o agravamento do êxodo rural, e os peões que conseguiam obter algum ensino e ansiavam por uma vida melhor possivelmente já estavam deixando o campo e engrossando a classe trabalhadora urbana, desde o começo do século XX e com maior intensidade desde o fim da década de 1920, chegando a se tornar problema social no final dos anos 1930 e no decorrer dos anos 1940. Ou seja, a melhor remuneração do peão deveria ser postergada para essa realidade posterior à melhora nos níveis de ensino, mas nesse meio tempo, a classe trabalhadora rural praticamente deixaria de existir enquanto grande contingente necessário à produção rural<sup>222</sup>.

7) o parecer buscou por várias vezes defender que não deveria ocorrer o que nomeou como “imitação” de legislações estrangeiras, entendidas tanto no sentido de legislação internacional (onde ocorriam avanços na legislação trabalhista e rural como desdobramento das exigências da OIT). 8) E por fim, a SRA demonstrava que estava à disposição para oferecer sua cooperação no empreendimento de um estudo integral e abrangente, e animado “como sempre, de um amplo espírito de compreensão patriótica”. A equipe responsável pela formulação do Estatuto já era composta por profissionais do direito com conhecimento da realidade do campo, através da influência na STyP e no ministério da agricultura de nomes como o de Armando Spinelli. Ainda assim, através desse oferecimento de auxílio para participar, subentendia-se que a SRA não considerava aquele projeto como fruto de estudo abrangente (termos relacionados à ciência, técnica, empiria, conhecimento foram mencionados com grande frequência no parecer, talvez até de forma exagerada). Além disso, demonstrava também certa intencionalidade de participar mais de perto e mais ativamente da construção do texto final do Estatuto, o que não aconteceu.

Interessante notar que esses pontos que enumeramos aqui como 7 e 8 estão de certa forma relacionados a partes do texto que antecedem as conclusões onde se aponta que deveria haver um estudo mais abrangente inspirado na capacidade econômica e técnica das distintas

---

<sup>222</sup> Fazendo um exercício de comparação sem muito rigor, é uma ordem de argumentos que se assemelha aos opositores da política de ações afirmativas e cotas raciais no Brasil contemporâneo, os quais buscam destacar que a resolução “verdadeira” da desigualdade em várias esferas, como no ensino superior, por exemplo, deveria passar pela melhora a longo prazo na qualidade da educação básica para todos. Nada mais do que anular ações concretas no presente delegando a um futuro ideal e sem previsão de concretude.

regiões, a exemplo do sucesso de empreendimentos semelhantes em outros países. Ou seja, no que diz respeito a realizar um estudo mais prolongado da realidade rural e com participação direta da SRA se deveria recorrer aos exemplos estrangeiros, mas no que tange à transformação concreta da realidade das relações trabalhistas no campo através de regulação isso era encarado como “imitação” indesejada.

Apesar de todos esses pontos demonstrarem muito bem o posicionamento da SRA sobre uma série de questões, é interessante notar o clima de grande respeito com que eram apresentados, e como não reivindicaram modificações substanciais no projeto, uma vez que grande parte dos artigos finais do Estatuto não foram discutidos no parecer. O que não podemos afirmar é se todos os pontos que constavam do Estatuto em sua decretação já figuravam no projeto que foi apreciado pela SRA.

O Estatuto guiou-se pelo mesmo espírito humanitário com que a causa trabalhista rural vinha sendo tratada entre aqueles que se debruçavam sobre o desamparo dessa parcela da população. Em 1958, na obra *El Trabajador Rural en la Republica Argentina*, Rodolfo Nápoli acrescentou em sua apreciação sobre o Estatuto a consideração de que ele havia surgido para “combater os fatores negativos da exploração rural”, e diminuía a importância da atividade sindical no meio rural, pois afirmava que o documento havia sido fruto de uma necessária intervenção estatal uma vez que a situação precária do trabalhador rural era fruto da pouca atividade sindical, dadas questões de dispersão geográfica, ao contrário do trabalho urbano<sup>223</sup>. De fato, a dispersão foi um fator que limitou as possibilidades de maior inserção do sindicalismo rural, como Adrián Ascolani também afirmou (o que inclusive deve tê-lo conduzido a preferir não utilizar o termo classe com base em uma pouca articulação geral e consciência coletiva enquanto tal). Contudo, o próprio trabalho de Ascolani também teve como um dos seus principais focos demonstrar justamente a intensidade da atividade sindical que resultou, primeiro nas políticas provinciais, e depois, nas políticas surgidas do governo militar pós-1943 e nos governos de Juan D. Perón.

Evidente era que o Estatuto visava combater os casos mais extremos de pobreza e exploração, igualando as condições à locais onde as relações de trabalho eram menos

---

<sup>223</sup> NÁPOLI, Rodolfo. *El Trabajador Rural en la Republica Argentina*. Buenos Aires: Abeledo-Perrot, 1958. Apud. BARANDIARÁN, Op. Cit. 2009.

extremamente desfavoráveis, e com objetivo maior de combater o êxodo rural e o aumento descontrolado do contingente de trabalhadores urbanos.

O Estatuto del Peón Rural contava originalmente com vinte e nove artigos divididos em seções que versaram sobre descansos, condições de alojamento e alimentação, higiene no trabalho, assistência médica e farmacêutica, férias pagas, estabilidade no emprego, e uma última seção sobre medidas de ampliação e sanções aplicáveis. O artigo 1º delimitava a abrangência geral do documento em termos de temas legislados e pessoas compreendidas:

Artigo 1º. O presente estatuto rege as condições do trabalho rural em todo o país, sua remuneração, as normas de desenvolvimento, higiene, alojamento, alimentação, descanso e regras de disciplina, e se aplica a aquelas tarefas que, ainda que participem de características comerciais ou industriais propriamente ditas, utilizem trabalhadores do campo ou se desenvolvam nos meios rurais, montanhas, bosques ou rios<sup>224</sup>.

A definição dos trabalhadores contemplados pelo Estatuto era muito abrangente em relação às políticas regulatórias do mercado de trabalho rural nas províncias na década anterior, cujos termos estabelecidos geralmente explicitavam de forma detalhada os profissionais compreendidos ou não. Com o Estatuto, todos os trabalhadores rurais poderiam ser entendidos como detentores desses direitos, o que só não é mais significativo porque uma das características mais marcantes do mercado de trabalho rural era que a sua grande empregabilidade se destinava às tarefas de colheita de safra, em um momento onde cada vez menos peões permanentes eram contratados permanentemente na agricultura, e ainda menos na atividade pecuária de criadores e invernadores. O art. 2 tratava de delimitar a não compreensão das tarefas de colheita de safra no Estatuto, o que talvez seja uma das principais limitações desse documento legal.

A novidade representada pelo Estatuto, em termos de legislação nacional sobre o tema, e mesmo o fato de ser algo recente, se compreendido com um certo espírito de continuidade em relação às políticas interventoras provinciais, fez com que a redação final tivesse o cuidado de incluir, no art. 3, a menção de que aquele documento não deveria se sobrepor a valores tradicionais das relações de trabalho no campo e sua harmonia:

Artículo 3º. El cuadro completo de derechos que el mismo prevé en ningún caso deberá ser interpretado por los beneficiarios o por autoridad alguna en el

---

<sup>224</sup> Tradução nossa.

sentido de crear divergencias o de romper la tradicional armonía que debe ser característica permanente en el desarrollo del trabajo rural<sup>225</sup>.

Os artigos 4 a 7 especificavam questões de remuneração do trabalho rural. O artigo 4 remetia à autoridade das tabelas anexas ao Estatuto para determinar os salários mínimos que deveriam ser pagos a homens e mulheres maiores de dezoito anos. Para o caso de trabalhos por temporada/empreitada - onde o trabalhador deixa seu lar e fica sob condições de alojamento, alimentação e etc oferecidas pelo patrão – ainda sim a remuneração mínima deveria estar dentro do compreendido pelo Estatuto, apenas adequando-se aos valores estabelecidos pelas tabelas para tal tipo de trabalho, considerando os gastos patronais com esses oferecimentos (lembrando que essa relação de trabalho, ainda assim deveria ter vínculo empregatício estável no tempo em que durou ou no tempo em que o trabalhador esteve sob essas condições, ou seja, não englobava o trabalho estacional de colheita da safra). Fica clara também a intenção do Estatuto de promover a melhoria das condições de vida dos trabalhadores mais precarizados, sendo que apenas a remuneração mínima é estipulada. Entretanto, o Estatuto determina que, nas unidades produtivas, se promova aumento salarial mesmo às funções com valores acima do salário mínimo, para que mantenham a distância proporcional de remuneração entre diferentes níveis de especialização e complexidade das tarefas, em relação aos peões piores remunerados. Esses ajustes proporcionais para funções diferenciadas permaneciam, contudo, como assunto de ajuste direto entre patrão e empregado. Também era permitido que o trabalho de pessoas acima de sessenta anos ou consideradas “parcialmente incapacitadas por razões físicas ou mentais” fosse contratado por valor de remuneração até 30% inferior, o que buscava amenizar o desemprego de pessoas inseridas nessas condições e sem outras oportunidades no campo.

Ainda em matéria de remuneração, o Estatuto também buscou estabelecer o poder da STyP sobre essa matéria, determinando que esta poderia “atualizar, modificar, adicionar, suprimir ou refundir os valores e cifras” das tabelas. O que no futuro será utilizado pelo sindicalismo rural para pressionar o governo por reajustes diante do aumento do custo de vida. Ficava autorizada também uma eventual criação de descontos nas remunerações de até 10% (sob concordância do empregado) com vistas a formar uma poupança de seguridade social na *Caja Nacional de Ahorro Postal*.

Em matéria de descansos, o Estatuto não determinou horários ou quantidades de horas da jornada de trabalho, o que, segundo a justificativa apresentada, buscava não intervir nos

---

<sup>225</sup> Tradução nossa.

regimes habituais das tarefas rurais. Por outro lado, o que houve foi uma maior especificação quanto aos descansos exigidos, a saber: trinta minutos durante a manhã para desjejum; uma hora para almoço durante os meses de maio, junho, julho, agosto, setembro, outubro e novembro, ou três horas e meia durante os outros meses do ano. Esse tempo diferenciado tinha como objetivo proporcionar descanso maior no intervalo durante os meses em que as tarefas de colheita de safra (dezembro a abril, aproximadamente) exigiam jornadas mais longas, como costumeiramente eram de sol a sol ou maiores. Ainda eram adicionados mais 30 minutos de intervalo para café da tarde.

Também foi consagrado pelo Estatuto o direito a descanso obrigatório nos domingos. Apenas tarefas consideradas de urgência eram autorizadas, e no caso de essas tarefas acontecerem com regularidade, se estipulou que deviam ser cobertas rotativamente pelos trabalhadores, e recebendo um dia de descanso durante aquela mesma semana.

As especificações sobre condições de alojamento e alimentação buscaram determinar que, uma vez que são oferecidas pelo patrão, com descontos devidos estabelecidos por esse Estatuto, deviam ser de abundância e higiene adequadas, sendo concedido o direito à reclamação por parte do trabalhador quando houver entendimento de que essas condições não fossem satisfatórias conforme o exigido e esperado. Sobre esse ponto, o Estatuto funde as obrigações para com as estipulações nele presentes com a noção de “adequação”, ou de condições “razoáveis”.

Era exigido que o alojamento satisfizesse as necessidades de abrigo do clima, com circulação de ar, iluminação natural, e espaço equivalente a quinze metros cúbicos por cada pessoa, devendo conter móveis individuais para repouso e comodidades necessárias à higiene pessoal completa. Se determinava que nos locais designados como alojamento era proibida a utilização como depósito, tampouco que houvesse qualquer tipo de contato com o local de criação, guarda ou acesso de animais. Os lugares destinados a realização das refeições e de estar deveriam contar com mesas, assentos e utensílios indispensáveis na proporção necessária em relação ao número de pessoas. A iluminação desse local deve ser adequada e suficiente para o exercício da leitura e permanecer acesa por 1 hora depois da janta. No caso de prestação de habitação à família inteira do trabalhador, era estipulado um desconto específico na tabela salarial, em contrapartida, essa residência precisaria contar com uma porção de terra de, no mínimo, meio hectare (ou trezentos metros quadrados, para os terrenos de regadio). A porção de terra deveria estar cercada e de modo a permitir que o trabalhador estabeleça uma horta,

criação de aves, porcos, e um animal como fonte de leite. Também era necessário que a casa para essa família tivesse um número suficiente de peças para a separação dos dormitórios por sexo para os filhos maiores. Os patrões tinham o direito de exigir que a casa mantivesse as mesmas condições quando entregue. O texto chegava até mesmo a especificar que os patrões podiam solicitar ao trabalhador que pintasse a casa uma vez por ano com cal, desde que provessem o material.

Na seção sobre higiene, dois artigos determinaram que os patrões tinham a obrigação de fornecer roupas e calçados capazes de abrigar os trabalhadores da chuva e do barro em caso de exposição à intempérie do clima. E que os locais em que fossem desenvolvidas atividades de apoio ou ordenha fossem cobertos, de modo a abrigar da ação da chuva e do vento.

A construção desses locais devia ser providenciada pelo patrão, e não ser incluída entre as tarefas dos trabalhadores sob a mesma remuneração base, a menos que haja acordo para tal e com devido pagamento a parte.

No que diz respeito às assistências médica e farmacêutica, o Estatuto outorgou aos patrões a responsabilidade por oferece-las, consideradas como complemento à remuneração salarial. A realização dessas assistências poderia ser repassada pelo patrão a entidades contratadas para tal fim, não o eximindo de sua responsabilidade última. Também foi determinado que cada empregador deveria disponibilizar um conjunto de primeiros socorros em condições de cooperar nos casos de acidentes mais frequentes e em combate às doenças endêmicas das regiões insalubres, conforme diretivas das autoridades sanitárias. A falta da prestação desses serviços automaticamente autorizara o trabalhador a procurar assistência (sem prejuízo por deixar o posto de trabalho), bem como o habilitara a exigir essa assistência do patrão – que, atendendo a exigência, ainda assim não estaria livre das sanções pelo fato de não haver ofertado a princípio.

Também foi determinado pela primeira vez pelo executivo nacional as férias remuneradas para o trabalhador rural. A partir de um ano de serviço, ao trabalhador deveriam ser concedidos oito dias de descanso remunerado. O anúncio das datas dessas férias deveria ser feito até dois meses antes.

O Estatuto também garantiu a estabilidade no emprego rural a partir de um ano de serviço. A demissão sem justa causa, após esse tempo, implicava em pagamento de indenização

no valor de meio mês de salário por cada ano de serviço ou fração maior do que seis meses, o que não parecia representar um grande empecilho à demissão, e sim apenas a garantia de algum valor mínimo para o trabalhador despedido. A ideia ainda era a de evitar o problema social associado à pobreza e desocupação no campo, mais do que oferecer uma garantia de tranquilidade em relação ao posto de trabalho.

Por fim, o texto do Estatuto buscou estipular as sanções que o viabilizassem, e estabelecer as bases para sua posterior ampliação. Dessa maneira, ficou determinado que as autoridades de aplicação e fiscalização desse Estatuto seriam da STyP, e de suas delegacias regionais. Ficou determinado também que as ações que se originassem a partir do legislado por esse Estatuto poderiam ser submetidas primeiramente a uma instância conciliatória submetida à autoridade de aplicação, polícia ou juizados locais à escolha do peão. Não havendo resolução em até trinta dias, se daria início à ação judicial. Sendo comprovada a culpa patronal ao ferir as disposições presentes no Estatuto, a STyP possuía a autoridade para impor sanções, sem prejuízos das punições estabelecidas pelo processo da ação judicial.

Se no âmbito da distribuição de renda entre capital e trabalho e das jornadas de trabalho, o Estatuto não representou uma grande afronta aos empregadores rurais, por outro lado, legitimava um modo de agir interventor com grande poder perante o mercado de trabalho rural. Entre as sanções previstas aos patrões pelo descumprimento dessas resoluções constava multa, de cinco a dez mil pesos por pessoa objeto da infração, conforme a avaliação de gravidade, e em sua falta, a pena de reclusão de um dia a seis meses, proporcional à multa.

Era concedido à STyP o direito a toda investigação no local de trabalho, livros e papéis, e conversas com quem considere necessário para garantir a aplicação do Estatuto ou em procedimento de análise de ações. Essa autoridade poderia ser delegada pela STyP às autoridades municipais, policiais e judiciais de determinada localidade. As disposições estabelecidas através dessa ação interventora também poderiam ser acrescidas, adaptadas ou reunidas em convênios coletivos, mediante autorização da STyP ou autoridade competente no nível provincial.

Em relação aos valores de remuneração dos trabalhadores rurais, a análise das tabelas salariais nos permite traçar algumas considerações gerais. A grande maioria das categorias profissionais mencionadas são de trabalhos que, apesar de suas diferentes características, são

fundamentalmente braçais. Entre os valores estipulados para esse tipo de trabalho<sup>226</sup>, a variação salarial entre as funções era de, em média, no máximo cinco pesos, considerando o tipo de remuneração em que estão incluídos a alimentação e a moradia. Assim, por exemplo, na província de Entre Ríos esses valores variaram entre 65 e 70 pesos mensais, e em Corrientes, entre 70 e 75 pesos, apenas para ilustrar. A variação entre províncias girou em torno do valor mínimo de 60 pesos mensais, e 80 em algumas melhor remuneradas. Destoa desses valores a remuneração média na Terra do fogo, em torno dos 105 a 100 pesos, mas isso representa uma exceção completa ao conjunto das províncias. Considerando não a média, mas a moda, ou seja, o valor de remuneração mais recorrente, esta ficou muito próxima ou igual ao valor mínimo: entre 60 e 65 pesos mensais. Quando consideramos a remuneração do trabalho sem oferecimento de moradia e alimentação esses valores sobem em média em torno de 50%, assim, províncias onde o salário estipulado com esses auxílios estava em 60 pesos, tinham como remuneração em média 90 pesos sem esses auxílios. Havia remunerações muito menores ao mínimo para o trabalho de menores de 18 anos, chegando a menos da metade do valor de um adulto para crianças de 12 a 13 anos. Lembrando que o Estatuto impunha restrições ao trabalho infantil. A variação buscava atender a critérios de custo de vida e condições econômicas e de produtividade da província. Nesse segundo ponto, tal como havia sugerido a SRA.

As comparações com o período anterior, por exemplo, nos anos 1930, e em relação ao custo de vida se tornam difíceis de determinar com precisão dado o fato de que será apenas em 1945 que o governo argentino começa a determinar o Índice de Preços ao Consumidor, com o qual se torna mais viável a construção do índice de salário real. Contudo, se levarmos em conta os relatos, como do próprio Perón, de que haviam, em 1944, regiões onde peões ganhavam em torno de 15, 20 ou 30 pesos por mês, a diferença parece significativa no melhoramento das condições de remuneração nos locais onde a situação era mais grave. É interessante mencionar aqui os relatos de José Peter, dirigente comunista do grêmio de trabalhadores da carne até 1945, citados por Rafael Cullen:

(...) falando da migração de sua terra natal, disse em suas memórias: “Não resultava fácil afastar-me de tudo aquilo que me era tão querido e entranhável. Mas não havia mais remédio, a fome e a pobreza são cruéis e não admitem termos médios: ou se morre de fome, ou se luta contra ela buscando novos horizontes” (...) E ao descrever a situação da população trabalhadora rural disse: “A crise de 20 e 30 foram as mais terríveis e devastadoras. Nossa terra se viu coberta literalmente por legiões de desempregados, que vagavam sem

---

<sup>226</sup> Consideraremos apenas os valores mensais. As tabelas também traziam valores de diárias, mas estas eram determinadas como fração proporcional do salário mensal.

rumo e nem destino, não em busca de trabalho, porque isso era quimérico e impossível; esses milhares e milhares de irmãos e companheiros transumantes constituíam uma caravana interminável em constante movimento porque não tinham sequer a possibilidade de habitar um lugar de forma duradoura, porque em nenhum lugar havia o que comer”. A passagem de peão rural a operário foi para ele um “... grande acontecimento. Estava tão contente, feliz, quiçá tal era a alegria que sentia. Agora já me considerava um trabalhador dos frigoríficos<sup>227</sup>”.

Conforme Cullen, essa alegria só se explica pela relativa ascensão social que adquiria significado para um trabalhador rural da época, uma vez que as condições de vida dos trabalhadores industriais estavam muito longe de ser consideradas dignas. De qualquer forma, em relação ao período anterior ao Estatuto se torna difícil uma comparação precisa também pelo fato de que o Estatuto regulava o trabalho permanente, o qual antes era alvo de negociação individual. A comparação possível de se fazer seria em relação aos valores recebidos em contratos firmados com os trabalhadores estacionais. Em momentos de boa colheita, como em 1936, houve províncias, como foi o caso de Córdoba e Buenos Aires onde pagamentos de jornadas diárias chegaram em 12 pesos, em casos muito favoráveis e excepcionais. Mas ao mesmo tempo, as migrações internas no campo argentino, inclusive as que ocorriam dentro da mesma província, como foi o caso de Córdoba, faziam entrar em choque a realidade dos peões locais com braceiros imigrantes do norte da província que, na extrema necessidade de emprego aceitavam receber salário mais de 60% menores. Outro elemento importante a dificultar a tarefa de qualquer análise mais conclusiva é o fato de os trabalhadores estacionais necessitarem utilizarem o montante recebido nos meses de colheita para o sustento de todo o ano. E dependendo da função, e do volume das colheitas, esse tempo podia variar de 3 a 6 meses de trabalho. O trabalho de Adrián Ascolani é possivelmente o que mais avançou no registro de negociações e valores salariais nas principais províncias do pampa e, mesmo assim, a grande pluralidade de informações de valores torna impraticável qualquer conclusão pormenorizada. O que se pode afirmar enfim, é que o Estatuto veio para amenizar os locais de maior exploração, mas, diretamente em termos de remuneração, não representou uma grande elevação sensível do padrão de vida para as regiões onde o mercado de trabalho rural e as lutas sindicais estavam mais desenvolvidas. Para esses trabalhadores, o Estatuto era uma vitória muito mais associada aos direitos de condições de trabalho, e a todo o universo que não envolve diretamente o valor de remuneração.

---

<sup>227</sup> Ibidem, p. 29. Tradução nossa.

Agora, se pensarmos nas consequências salariais do Estatuto para os anos seguintes, uma desvalorização é um pouco mais facilmente perceptível. Se tomarmos por base o fato de que a inflação argentina durante o primeiro governo de Perón teve média anual de 20 a 30%, culminando em 60% no ano de 1952, e se consideramos que os valores determinados pelo Estatuto foram atualizados apenas em 1949, depreende-se uma desvalorização salarial nos anos seguintes ao Estatuto. Essa desvalorização, entretanto, foi minimizada pela política de determinação de preços oficiais em uma série de artigos básicos. De qualquer forma o índice de preços ao consumidor, que aponta o aumento médio anual dos valores de itens de consumo, e que já incorpora o impacto dessas políticas, apresentou a seguinte sequência, tomando por base os valores na província de Buenos Aires:

Tabela 6. Aumento anual dos preços ao consumidor em % (1945-1955)

Ano	IPC/INDEC (aumento anual em %)
1945	19,9
1946	17,6
1947	13,6
1948	13,1
1949	31,0
1950	15,6
1951	36,7
1952	38,8
1953	4,0
1954	3,8
1955	12,3

Fonte: Instituto Nacional de Estadística y Censos (INDEC). Disponível em: <http://www.indec.mecon.ar/> (acesso em fevereiro de 2019).

Essa tendência de desvalorização no salário dos peões permanentes foi contrabalanceada, em termos gerais, pelos salários de trabalhadores estacionais, que tiveram reajuste por decretos anuais, como veremos adiante. Esses valores estipulados anualmente, entretanto, mais deram conta de compensar aumentos no custo de vida do que elevar o salário real<sup>228</sup>. De qualquer forma, os dados geralmente mais mencionados quando se fala em valorização salarial e redistribuição de renda no peronismo apontam para resultados positivos a favor do conjunto da classe trabalhadora entre 1943-1952, mas nesses cálculos, a massa dos trabalhadores urbanos tem um peso muito maior do que os salários rurais<sup>229</sup>.

<sup>228</sup> Cf. ASCOLANI, Op. Cit. p. 331.

<sup>229</sup> Cf. RAPOPPORT, Op. Cit.

A divulgação do decreto, em 15 de outubro de 1944, foi acompanhada de um discurso de Perón para peões na cidade de Junin, que possui grande potencial ilustrativo sobre o que se buscava representar com a entrada em vigor daquele documento. Na reprodução do discurso que segue abaixo, pode-se perceber muitos elementos da doutrina peronista que ia se formando e a associação entre o descaso para com o trabalhador rural e as características da política e sociedade argentinas antes do golpe de 1943. Vejamos:

Democracia não foi jamais venalidade, nem fraude, nem mentira, nem exploração, nem injustiça social. A vontade popular, base angular de um governo da liberdade, exige o exercício honesto das virtudes da democracia, que se realizam na justiça social, como fundamento do bem-estar geral. [...] Vivia o país um regime semelhante? [fazendo referência à antes de 1943]. Todo o país pode responder a um só grito a essas perguntas que formulo desde o mais profundo de minha consciência de cidadão. Tudo havia sido falseado: a liberdade, a cidadania, a função diretriz, a justiça e a moral. Como consequência disso nosso povo estava à beira de perder suas forças mais ponderáveis: a esperança e a fé. A mais obscura e venal das oligarquias, no poder do Estado, havia montado uma máquina eleitoral que deu ao povo o direito de votar, mas jamais de escolher seus governantes. Como se isso fosse pouco, chegou a dividir os lucros com os caciques, que aparentemente eram oposição. Se pretendeu fazer o povo crer que essa lógica funesta de demagogos representava a classe dirigente do país, sua elite, e como tal estava formada por sábios, por ricos, e por bons. Há que observar que os sábios raramente foram ricos, e os ricos raras vezes foram bons. Sem esquecer que nem sábios nem bons encontraram um lugar entre os políticos *criollos*. Nós realizamos leal e sinceramente uma política social, encaminhada a dar ao trabalhador um lugar humano na sociedade. O tratamos como irmão e como argentino. Eles dizem que somos demagogos [...] Os maus políticos se opõem porque não podem aceitar de bom grado que nós estejamos realizando em meses, o que eles vinham prometendo em vão a mais de quarenta anos. [...] Hoje chegamos a todo o país com o Estatuto do Peão, que preencherá uma necessidade sentida nos campos argentinos. Sei bem que isso não agradará alguns patrões sem consciência. Sei também que será alvo de críticas por parte de alguns ladrões, das grandes empresas, e escribas sem escrúpulos a serviço dos poderosos que já viram com maus olhos que eu defenda com mais emoção o aperfeiçoamento da raça humana que o de touros e cachorros argentinos. [...] Entendemos que em muitos aspectos a situação dos peões havia chegado, em certas oportunidades, a ser uma forma dissimulada de escravidão. Não de outra maneira podemos considerar a homens que só recebem um salário de vinte ou trinta pesos por mês. [...] O governo surgido da revolução aspira a que o trabalhador, sem distinção de raça ou sexo, tenha o direito de obter com o seu trabalho o necessário para viver com dignidade, de modo que lhe permita atender as necessidades próprias de subsistência e as de seu lugar. Boa alimentação, vestimenta adequada, habitação saudável e decorosa, livre e alegre desenvolvimento físico e espiritual, e proteção biológica e econômica contra os riscos sociais e profissionais são as fundações inquebrantáveis de nossa política social, impulsionada vigorosamente desde o mais profundo da consciência popular argentina. Devemos cuidar do ser humano. Não se concebe uma sociedade onde ele não seja uma preocupação fundamental dos homens de governo. Eu, como argentino, estaria mais orgulhoso se fôssemos

famosos no mundo pela perfeição de nossos homens do que pela formosura e pureza de nosso gado<sup>230</sup>.

As reações mais frequentes de oposição ao Estatuto foram, presumivelmente, por parte dos empregadores e giraram principalmente em torno a obrigatoriedade do descanso dominical e da necessidade de construção de habitação para os peões dentro dos padrões mínimos solicitados. Pequenos proprietários foram mais numerosos ao reclamar através principalmente da FAA, alegando que muitos não tinham moradias para si mesmos nas condições estabelecidas pelo Estatuto<sup>231</sup>, o que, se bem poderia ser verdade em alguns casos isolados, mais soava como uma resistência impetuosa aos ônus pessoais com as normas. Não houve protestos à entrada em vigência do Estatuto na forma de ações sociais fortes e concretas como boicotes, paralizações ou *lockouts*, mas diversas organizações empresariais solicitaram a sua derrogação baseadas no argumento da defesa da liberdade de empresa<sup>232</sup>. A mais significativa oposição, em termos políticos nacionais foi o *Manifiesto contra o Estatuto do Peão Rural* publicado pela SRA, em 16 de novembro. O texto não apresentava como destaque discordâncias sobre determinações específicas do Estatuto e sim, mais se assemelhava a um manifesto contra a regulação do trabalho rural e a aquisição de direitos para o trabalhador rural:

Na fixação dos salários é primordial determinar o padrão de vida do peão comum. São as vezes tão limitadas suas necessidades materiais que um excedente [na remuneração] traz consequências sociais pouco interessantes. Ultimamente se tem visto na zona do trigo entorpecer-se a colheita devido a que a abundância do cereal e a boa [remuneração por] jornada por bolsa [de trabalho] resulta que com poucos dias de trabalho se dão por satisfeitos, [...] folgando nos demais. O regime das tarefas rurais não deve ser alterado e consideramos impraticável a tarefa de fixar horários de trabalho uniformes. [...] Ou é o caso de fixar o horário do parir das vacas e ovelhas, dos vermes de moscas, do juízo aos cordeiros e terneiros e a comida e o engorde por etapas aos novilhos? [...] [a regulamentação do trabalho rural] Não fará mais do que semear o gérmen da desordem social ao inculcar na gente de limitada cultura aspirações irrealizáveis, e as que em muitos casos pretendem colocar o jornaleiro sob o mesmo padrão, em comodidades e remuneração, ao operário urbano. A vida rural tem sido e deve ser como um manancial tranquilo, sereno, equilibrado, e de prosperidade inesgotável. [...] A Sociedade Rural Argentina não pode silenciar seu protesto diante das expressões públicas em que se há comentado o Estatuto do Peão e nas que aparecem os estancieros como seres egoístas e brutais que satisfazem seu desumano sensualismo à custa da miséria e do abandono em que têm a quem colabora com seu trabalho. O trabalho do campo, por sua própria índole, foi e é ação pessoal do patrão. Este atua com frequência com os peões no labor comum, o que aproxima as pessoas e estabelece uma camaradagem de trato, que alguns podem confundir com o que

---

<sup>230</sup> PERÓN, J. El Pueblo quiere saber de qué se trata. In: GALASSO, N. *Perón: formación, ascenso y caída (1893-1955)*. Buenos Aires: Colihue, 2005, p. 239. Tradução nossa.

<sup>231</sup> BARANDIARÁN, L. Op. Cit. 2009, p. 8.

<sup>232</sup> GIRBAL-BLACHA, N. Op. Cit. p. 6-20.

o amo dá a seu escravo quando na verdade se parece melhor com o que dá um pai a seus filhos<sup>233</sup>.

O texto é exemplar de um pensamento da SRA que busca evitar a extensão dos avanços da legislação trabalhista, tendência naquele momento em muitos países do mundo e onde o meio urbano estava, àquela altura, muito à frente do meio rural. Também busca combater a imagem dos grandes proprietários rurais que vinha sendo construída pelo governo. Se busca defender a manutenção das tradições do trabalho rural e destaca-lo como de natureza diferenciada ao trabalho urbano, remetendo a ideias de cooperação e tranquilidade. Em uma conferência de imprensa no dia seguinte, 17 de novembro, quando questionado sobre o Estatuto, Perón declarou: “A situação do peão no país é de extraordinário perigo para os homens que trabalham no campo. A Constituição de 53 aboliu a escravidão, mas o fez teoricamente, porque não é menor a escravidão de um homem que no ano [19]44 trabalha para ganhar 12, 15 ou 30 pesos por mês”<sup>234</sup>. Garantir dignidade aos peões e corrigir uma injustiça histórica foram os núcleos do discurso de Perón quando o assunto era o trabalho do campo, e isso manteve-se até mesmo em outra conjuntura completamente diferente, como demonstrado por suas declarações em entrevistas de clima amistoso, durante o exílio em Madrid, as quais constituíram o documentário *Perón: La revolución justicialista*, de 1971:

Os peões, haviam regiões onde ganhavam 12 pesos por mês, o que não chegava nem para os cigarrinhos, e andavam farrapentos e miseráveis. O Estatuto do Peão, que foi uma das primeiras conquistas nossas, obrigou a pagar salários de dignidade, pelo menos. A primeira carta que recebi foi de minha mãe, dizendo que eu estava fazendo-a pagar os peões pelos preços estabelecidos pelos outros, e me escreveu na carta que “a mim parece que tenha ficado louco, porque assim não vamos poder pagar os salários”, e eu respondi que teríamos que pagar ou fecharmos a estância!<sup>235</sup>.

Ainda sobre o Estatuto, em um discurso possivelmente de final de 1944, transcrito na compilação *Doctrina peronista*, de 1947:

O Estatuto, que foi um pouco resistido, é uma medida de governo indispensável. A revolução não poderia se justificar perante a História se não houvesse imposto que cessara a situação do peão do campo. Hoje em dia em Entre Ríos e Corrientes há peões que ganham 12 pesos por mês. Nos perguntamos se com 12, 20 ou 30 pesos por mês pode viver um homem e

---

<sup>233</sup> Manifesto da Sociedad Rural Argentina, de 16/11/1944. Citado por: SILBERSTEIN, E. *¿Por que Perón sigue siendo Perón?* Buenos Aires: Ediciones Corregidor, 1972, p. 78. Tradução nossa.

<sup>234</sup> *Declarações do Coronel Perón na Conferência de Imprensa de 17.11.44*. Presidência da Nação, Subsecretaria de Informação, 1952.

<sup>235</sup> GETINO, Octavio; SOLANAS, Fernando (dir.) *Perón, La Revolución Justicialista*. Argentina, 1971, 180min. Tradução nossa.

manter sua família. Sustentamos que essa situação é pior mesma que a escravidão, abolida por nossa constituição no ano treze. É pior, porque um peão que ganha trinta pesos por mês, quando chega a velho, é afastado da estância para que morra no campo como um cavalo; em diferença, antigamente aos escravos, o amo tinha a obrigação de mantê-los até que morressem em sua casa. Não queremos com isso forçar ninguém para que faça o que não pode fazer. Aspiramos a que paulatinamente todo aquele que tenha um peão a seu serviço lhe vá melhorando as condições de vida até conseguir a estabilização de um nível que permita a esse homem viver, ter sua casa e manter sua família, condições indispensáveis para qualquer ser humano. Nos damos conta que esse *desideratum* obrigará a maiores gastos, porém se convirá entre nós que a situação angustiosa do peão devia ter solução<sup>236</sup>.

No final de 1944 e começo do ano seguinte as falas de Perón sobre a situação do trabalhador e do setor rural, iam de encontro com o avanço das políticas no setor, e anunciavam uma possibilidade de transformações mais radicais, que questionavam até mesmo, de certa forma, as relações de produção no campo, como neste discurso pela ocasião da inauguração do ciclo de conferências do Consejo Agrario Nacional, em agosto de 1945:

A Revolução cumpriu sua etapa social assegurando aos trabalhadores das cidades condições mínimas de dignidade para uma subsistência próspera. Haveria faltado no mais grave de seus deveres se não enfrentasse ao que enfrentaram os movimentos revolucionários dignos desse nome que a história recorde: o problema do regime da terra; o problema arriscado e sumamente difícil de resolver, que os demagogos eludem sempre e que nós, que não somos demagogos, e sim forjadores autênticos do bem - única ordem social possível, já que se baseia na justiça - vamos encarar com decisão e com fé, confiando na compreensão dos argentinos<sup>237</sup>.

Ou ainda em 30 de novembro de 1944, em San Andrés de Giles:

Sabemos que os homens que trabalham a terra reclamam por melhoras e aspiramos estabelecer definitivamente que neste país a terra não deve ser um bem de renda, e sim deve pertencer àquele que a fecunda com seu esforço. Não podemos realizar esse propósito de uma só vez, porém lhes prometo que, encarado e resolvido o problema da terra, não haverá um só argentino que não tenha direito a ser proprietário de sua própria terra<sup>238</sup>.

Retornando às reações da SRA ao Estatuto, além do manifesto já citado, no dia 24 de novembro foi enviada uma nota à Perón, então Secretário do Trabalho e Previsão. A nota, em

---

<sup>236</sup> PERÓN, J. D. *Doctrina Peronista*. Buenos Aires: Talleres Gráficos Anglo-Argentinos, 1947, p. 164. Tradução nossa.

<sup>237</sup> Discurso de Perón de 08/08/1945. In: *Ibidem*, p. 158. Tradução nossa.

<sup>238</sup> Discurso de Perón de 30.11.44, em San Andrés de Giles. Apud: LATTUADA, M. Op. Cit., pp. 9-10. Tradução nossa.

formato de carta direta à Perón foi publicada posteriormente nos *Anales* da SRA. Ela reitera uma série de pontos já mencionados, mas embora tenha como título *La Sociedad Rural Argentina y el Estatuto del Peón*, seu conteúdo na verdade gira em torno das críticas que Perón vinha fazendo em seus discursos para as massas e em declarações à imprensa sobre a figura dos latifundiários, principalmente dos pecuaristas. Mesmo depois do ditame do decreto do Estatuto, a SRA manteve a postura de defender a realização de um estudo amplo da situação do trabalho agrário, e dessa vez incorporava um estudo sobre o Estatuto decretado. Este estudo especificamente não foi publicado, mas a nota, ao que tudo indica, foi enviada conjuntamente, como uma carta introdutória e expondo preocupações da entidade.

Temos o agrado de elevar à Vossa Excelência o resultado do estudo realizado pela Sociedad Rural Argentina sobre o Estatuto do Peão.

Não poderíamos fazê-lo sem antes expressar à V. E. com inteira lealdade e franqueza, a causa de uma profunda preocupação: os pecuaristas argentinos se sentem profundamente afetados pelas duras palavras com que V. E. tem aludido em diversas oportunidades o trato dispensado ao peão nas estâncias e a outros aspectos das explorações rurais<sup>239</sup>.

A nota apela ao papel histórico dos grandes proprietários estancieiros e pecuaristas, destacando sua importância na construção da pátria, como se quisesse lembrar Perón do peso político desse grupo social. Além disso, também seleciona apresentar uma relação histórica de cumplicidade patriótica entre militares e proprietários rurais:

Expressar o que tem significado para o país a ação dos pecuaristas, seria traçar uma trajetória brilhante do país mesmo, com traços de epopeia.

Desde o alvorecer da pátria foram os estancieiros argentinos quem prestaram aos exércitos libertadores o concurso amplo e generoso que os conduziu à vitória. Jamais estiveram ausentes quando os assuntos de interesse público reclamaram sua colaboração. A prestaram desde a primeira hora de forma decidida e entusiasta.

Em momentos em que se elaborava a estrutura constitucional, e mais tarde, no período de organização, de suas fileiras surgiram muitos dos construtores, e em todos eles se encontrou o firme apoio que o país necessitava para consolidar-se na ordem e no trabalho.

As estâncias argentinas foram então e até ontem não mais do que os redutos avançados da civilização, onde se estreitaram em abraço fraternal o pecuarista e o soldado, para defender palmo a palmo o terreno invadido pelo *malón*.

Tranquilizado o território, o pecuarista transformou o deserto em campo fértil e mudou em poucos anos a fisionomia do país. Aqueles “pioneers” mereceram

---

<sup>239</sup> GREGORINI, V.; LACAU, P. *La Sociedad Rural Argentina y el Estatuto del Peón*. In: *Anales de la Sociedad Rural Argentina*. Novembro, 1944, p. 793-794. Tradução nossa.

sempre o respeito e a consideração de seus concidadãos, porque contribuíram à grandeza da nossa pátria no interior e seu prestígio no mundo.

Para chegar a tais resultados não foi fácil nem isento de perigos. Só uma grande tenacidade e sacrifícios sem medida puderam produzir essa formação. E quando depois de tantos afãs vieram as épocas de crise e de depressão, prolongadas e intensas, muitos desses lutadores caíram vencidos pela fortuna ingrata, e outros superaram a adversidade com um tesão de que não poderá dar-se exemplo igual em outras atividades.<sup>240</sup>

Também buscou-se destacar um caráter pacífico, honroso e tradicional do campo, o que teria evitado conflitos sociais. Apesar de toda a história do sindicalismo rural argentino, das grandes greves e agitações da virada para os anos 1920, e do crescimento da ação sindical nos anos 1930, o texto assinado pelo secretário Virgílio Darío Gregorini e pelo Vice-presidente Pedro Lacau destacava uma ausência de “lutas de classes” no campo:

Entretanto, na ordem interna das explorações rurais, o trabalho se desenvolveu sempre em um ambiente patriarcal de respeito e de afeto recíprocos, sem atritos e asperezas, e não só sem queixas nem ações sindicais, mas também sem ódios nem prevenções. Entre patrões e peões existiu sempre uma vinculação e solidariedade tais, que elas constituem a característica tradicional e o orgulho da estância argentina.

Os problemas sociais derivados da exploração agropecuária e o melhoramento das condições de vida do trabalhador rural tem sido uma constante preocupação dos pecuaristas, e assim surgiram desde muitos anos numerosas iniciativas particulares tendentes a levar o bem-estar a esses trabalhadores.

Assim se explica que não tenham repercussão nos ambientes de nossa campanha nem as lutas de classes, nem as chamadas reivindicações trabalhistas, e de intentos comunistas. Não é de certo nem a dispersão nem as distâncias o que as impediu. É que a estância nossa é a expressão mais perfeita e nobre da alma argentina. Nenhum filho do país, de passada no estrangeiro, poderá sentir vergonha por ter uma estância em nosso solo. Ninguém dirá dele que por ser estancieiro é um egoísta, insensível a dor e a miséria alheia.

E se isoladamente puderam dar-se casos que se apartaram dessa tradição generosa e nobre, autenticamente nossa, esses casos excepcionais não podem justificar uma generalização. Isso não poderia ser feito sem lesar injustamente o patrimônio moral dos pecuaristas argentinos e sem causar agravo aos mais profundos sentimentos da alma nacional.

Por isso essa Sociedade, que invoca a representação desses pecuaristas, levanta sua palavra cheia de dignidade e de integridade, para reafirmar que no campo argentino não foi necessária a coerção para arraigar os princípios da solidariedade humana, fonte perene de paz e harmonia social<sup>241</sup>.

---

<sup>240</sup> Idem. Tradução nossa.

<sup>241</sup> Idem. Tradução nossa.

E novamente se argumentou a necessidade de priorizar ações de educação antes de elevar os salários, alegando que melhores pagamentos naquele momento poderiam fomentar “vícios inveterados”:

É também nossa a preocupação do governo nacional pelo melhoramento do trabalhador rural. É necessário antes de tudo elevar o nível moral e espiritual dos futuros trabalhadores a fim de impedir que as melhoras em remunerações e salários não se traduzam em aumento de vícios inveterados. E para isso há de criar-se e fomentar-se as escolas rurais. A ação privada que em tal sentido vem cumprindo muitos estancieiros deve ser implementada como ação oficial.

Esta Sociedade, compenetrada da transcendência que o problema envolve, estudou os distintos aspectos do Estatuto do Peão, e acompanha o resultado de seus trabalhos. Está, no mais, disposta a ampliar sua colaboração, se ela for considerada conveniente.

Com tal motivo, temos o prazer em saudar à Vossa Excelência com minha mais alta e distinguida consideração.<sup>242</sup>

Nos meses seguintes ao Estatuto, compreendendo o final de 1944 e o tumultuado politicamente ano de 1945, pode-se verificar um entendimento, nas ações concretas e discursivas de Perón, de que o Estatuto havia sido apenas um ponto de partida rumo a uma situação de plena justiça social e prosperidade para os trabalhadores do campo. Ora a ideia maior da reforma agrária e de um futuro com direito à terra para todos cidadãos do campo, ora a conquista da dignidade e da justiça social para essa população permeavam os discursos de Perón.

Gostaríamos de destacar um ponto em específico dessas manifestações que é o tempo ou o processo pelo qual ocorreu a aproximação com essa classe trabalhadora rural. Aqui, a temporalidade e o método de aproximação nos são importantes para compreender a dinâmica da estratégia de alianças daquele projeto. A partir da ideia que era feita da classe dominante rural, como latifundiários ou a “oligarquia”, o papel que vinha cumprindo - de parasita em torno à renda da terra – e o projeto de desenvolvimento expresso pela política econômica que vai se delineando, não é novidade para a historiografia do peronismo o combate que se expressou entre Estado e classe dominante rural. Defendemos que se possa observar claramente uma fase de gestação (1943-1945); uma fase de enfrentamento mais direto na conjuntura pré-eleições e com aprofundamento das transformações promovidas já com Perón a frente do poder executivo nacional, onde as expectativas da classe dominante rural, ainda esperançosas ou hesitantes na primeira fase, se tornam abertamente de oposição (o apoio político à candidatura opositora)

---

<sup>242</sup> Idem. Tradução nossa.

para as eleições de 1946 é um sinal simples e direto desse elemento da conjuntura), compreendendo o período de aproximadamente 1945-1950; e uma terceira fase marcada por um evidente recuo do Estado perante essa classe, caracterizada pela mudança no cenário das possibilidades estruturais para o projeto de autarquia econômica e política, pautada na distribuição de renda e com primazia de desenvolvimento de um mercado interno (1950-1955). Esse novo cenário teve como correlato nas políticas estatais uma postura de aproximação aos interesses dessa classe social, objetivando como uma das prioridades nacionais a elevação da produtividade agrária para geração de divisas com o mercado internacional e a defesa dos latifúndios<sup>243</sup>.

Durante essa primeira fase, e após o decreto do Estatuto do Peão, vejamos o que Perón afirmava:

Para cumprir esse programa da reforma agrária necessitamos e necessitaremos do apoio das massas de trabalhadores das cidades. Há trinta anos, setenta por cento da população estava no campo, e trinta por cento nas cidades. Hoje a situação mudou, pois passaram para a cidade os quase setenta por cento enquanto o resto se distribui pelos campos. Isso constitui uma ameaça permanente para as massas urbanas e elas mesmas devem dissipá-la com sua ação, levando a população rural ao campo, para que ali extraia a riqueza do solo, que logo as massas urbanas industrializarão e comercializarão. Por isso o problema do campo deve ser considerado também como um problema da cidade<sup>244</sup>.

Foi buscado demonstrar as conexões entre o problema agrário e o problema urbano nos discursos. Porque essa necessidade se já parecia algo teoricamente bem formulado dentro do projeto? Não seria mais útil, para com os trabalhadores da cidade, gastar energias com o enfoque nas diversas conquistas trabalhistas, que objetivamente vinham ocorrendo, enquanto nos discursos para a classe trabalhadora rural se apresentasse como seriam contemplados pelo projeto? De fato, as conquistas trabalhistas, a emergência da política de massas, do meio urbano e industrial como protagonistas do movimento estavam muito bem arraigados entre o operariado urbano, cuja maior demonstração foi a emblemática manifestação pela libertação de Perón em outubro de 1945. O campo trazia historicamente uma identidade em si diferenciada

---

<sup>243</sup> A política econômica do peronismo entre 1946 e 1955 já foi estudada em muitos trabalhos, sob a ótica de diversas disciplinas. Gostaríamos de destacar aqui que Mário Lattuada (2002) demonstrou que a essa mudança na política econômica (que aqui delimitamos entre a segunda e terceira fases), correspondeu toda uma reordenação e ressignificação dos discursos peronistas, onde a crítica radical ao latifúndio dá lugar a novas formas de entender os princípios da doutrina peronista, onde o questionamento às relações de produção no campo desaparece completamente. LATTUADA, M. Op. Cit., 2002.

<sup>244</sup> PERÓN, J. D. s/data. In: *Doctrina Peronista*, Op. Cit., p. 159 (provavelmente do período entre novembro de 1944 e outubro de 1945). Tradução nossa.

de todo esse universo. Essa identidade do meio rural, dada pelas diferenças de papel nas relações de produção, pela diferença geográfica, e ainda cultural, por muitas vezes no passado nublou as possibilidades inclusive de sindicalização e diálogo com trabalhadores rurais por parte dos sindicatos. A classe trabalhadora rural não era tradicionalmente uma força política<sup>245</sup> ou um contingente eleitoral de peso a ser explorado pelas diferentes representações político-partidárias. Isso começara a mudar através de algumas iniciativas isoladas nos anos 1930 e no âmbito provincial (como o exemplo citado da estratégia política do governo de A. Sabattini em Córdoba). Perón indiscutivelmente buscou essa aproximação com a classe trabalhadora rural, mas o fez conforme uma estratégia onde buscava estender sua influência e apoio político como um desdobramento ou extensão a partir da massa urbana, o que poderia lhe garantir mais eficácia do que apenas o contato direto de uma nova autoridade com esse meio rural.

Sobre o conjunto das transformações agrárias pretendidas, afirmava:

Essa empresa, repetimos, não é fácil. Requer, antes de tudo, uma exata compreensão nacional, quer dizer: por parte dos habitantes das cidades, cuja sorte está vinculada a do campo, e também, muito principalmente, por parte dos agricultores e dos trabalhadores assalariados, que almejam se tornar agricultores, os quais deverão revestir-se de energia e decisão para ajudá-los a consumir, sem tropeços, uma obra de autêntico sentido revolucionário, que nos impomos uma exigência impostergável de nosso destino de povo criado para as grandes conquistas sociais. O trabalhador urbano deve apoiar essa política como sua causa própria, porque sua vida e seu trabalho dependem em grande parte do trabalhador rural. O camponês pode estar convencido de que se todos nos propusermos a apoiar a reforma agrária com fé e energia, haverá soado a hora do campo<sup>246</sup>.

Estender o conjunto do apoio político ao projeto, encabeçado por militares e capitalistas industriais e com apoio da classe trabalhadora urbana a todos os grupos sociais rurais possíveis, de forma coerente com os objetivos de combate à classe rentista, de modo a isolá-la e pressioná-la. Esse processo ocorreu a partir do momento em que Perón começou a figurar como um nome expressivo entre os trabalhadores urbanos, e desenvolveu-se na medida que se tornava um possível candidato nas eleições que se cogitava que ocorreriam em breve. O começo dos discursos mais incisivos a favor dos trabalhadores rurais e as transformações objetivas nesse sentido estão inseridas no período que parte da segunda metade do ano de 1944, avançando pelo contexto de campanha eleitoral (1945-46). Esse era o modo, a ordem e o tempo da

---

<sup>245</sup> Com isso não pretendemos minimizar a história das lutas da classe trabalhadora rural representadas principalmente nas greves históricas, agitações e organização promovidas pelo anarcossindicalismo e pelo sindicalismo revolucionário, apenas ressaltar como a população rural não era amplamente integrada ao jogo político e requisitada como apoio significativo na política nacional.

<sup>246</sup> PERÓN, J. D. *Doctrina...* Op. Cit., p. 162. Tradução nossa.

estratégia que visava formar essa poderosa aliança de classes. Nesse ínterim, a classe trabalhadora urbana devia se solidarizar e tomar as lutas da classe trabalhadora rural para si.

É indubitável que as reformas de ordem social verdadeiramente revolucionárias que estão se realizando nas cidades, organizando o trabalho, o descanso, o regime de salários e a previdência social da classe trabalhadora urbana pode criar no futuro um problema demográfico difícil. Já abandonadas as massas camponesas a sua própria sorte, afluirão para as cidades, criando assim um problema pavoroso. Para estabelecer o equilíbrio indispensável é necessário que no segundo tempo de nossa reforma levemos aos trabalhadores do campo as mesmas condições de vida que pedimos aos das cidades. O Estatuto do Peão, criado especialmente para a campanha argentina, onde a exploração era verdadeiramente perversa, tem contribuído em parte para solucionar esse problema, porém é necessário decididamente encararmos o problema da reforma agrária. Com isso, os trabalhadores da cidade estarão também melhor, porque não virá a mão-de-obra do campo a disputar suas atividades por menores salários. Se trata de evitar a competição entre os trabalhadores, porque já sabemos que com ela se prejudicam a defesa de seus interesses. O Estatuto do Peão foi uma medida tendente a evitar o êxodo do campo, já que sua afluência para as cidades poderia representar no futuro a ruína das massas urbanas. É necessário compensar e estabelecer um verdadeiro equilíbrio demográfico, levando nossas melhoras ao campo. [...] Por isso, devem recordar os operários, que é necessário apoiar a reforma agrária da mesma forma que apoiaram as conquistas das classes trabalhadoras urbanas. Essa é a nossa causa, é a causa dos homens humildes, e não podemos esquecer que a Pátria é mantida sobre as espadas hercúleas da classe humilde da Nação<sup>247</sup>.

Não temos como afirmar o sucesso dessa estratégia em termos de o quanto isso foi internalizado pela população urbana, mas isso com certeza fomentou a formação de uma consciência nacional em torno à ideia de uma comunidade honesta e trabalhadora que buscava impor-se perante o grupo encabeçado pela velha oligarquia latifundiária e rentista, e que eventualmente incluiu banqueiros, especuladores, e capitalistas internacionais. Além disso, a maior “prova” concreta do sucesso dessa estratégia foi a vitória nas eleições de 1946 e a consequente aproximação, por via sindical e burocrática, com a classe trabalhadora rural, como veremos mais adiante.

A proposta também lidava com os sonhos de parte da classe trabalhadora urbana que recém havia deixado a vida no campo, e relacionava-se com a promoção de campanha colonizadora para além dos limites das terras férteis já exploradas:

Estamos hoje nessa obra de melhorar as condições do trabalhador no campo. Não passará muito tempo sem que os operários urbanos que sintam aspirações de ser camponês e ter sua terra própria, queiram sair das cidades e ir povoar e

---

<sup>247</sup> PERÓN, J. D. *Doctrina...* Op. Cit., p. 163. Tradução nossa.

fazer frutificar nossas terras virgens, fazendo-se proprietários de um solar onde poderão esperar tranquilos a velhice e a morte e deixar a seus filhos uma herança onde fundar uma família honrada que com seu trabalho fecundo assegure o porvir da Pátria<sup>248</sup>.

Em suma, Perón buscou delimitar em seus discursos, a especificidade do meio rural, em seus problemas e características sociais diferenciados dos do meio urbano, mas buscando apontar que a solução passava por essa união nacional, que era pensada em uma ordem de ampliação do movimento de apoio ao projeto no sentido cidade-campo, ou, o que é mais preciso e pouco diferente em termos práticos, dos trabalhadores da cidade para os trabalhadores do campo.

Hoje devem estar de pé os que trabalham, sejam cidadãos ou camponeses, porque a solução integral será a solução de todos. A reforma urbana tem solucionado a vida de milhões de trabalhadores industriais e comerciais; a reforma rural deve solucionar a vida e o arraigo de milhões de camponeses, e para isso vamos cheios de fé e com a inquebrantável vontade de realizar. Não devemos contemplar somente o que passa na cidade de Buenos Aires; não devemos considerar a realidade social do país como uma simples prolongação das ruas centrais bem asfaltadas, iluminadas e civilizadas; devemos considerar a vida triste e sem esperança de nossos irmãos de terra adentro, em cujos olhos podemos perceber a centelha dessa esperança de redenção. Por isso, por nós, por todos juntos, por nossos filhos e pelos filhos de nossos filhos, devemos fazer que por fim triunfem os grandes ideais de autêntica liberdade que sonharam os forjadores de nossa independência e que nós sentimos palpitar no mais profundo de nosso coração<sup>249</sup>.

Entre a historiografia que, de alguma forma, abordou o Estatuto do Peão Rural, o tema das circunstâncias de sua criação e das possíveis resistências aparece, estranhamente, com interpretações muito diferentes quando assunto é em que medida houve resistência ao documento. Por exemplo, um dos trabalhos mais abrangentes sobre a história do sindicalismo rural argentino, de Adrián Ascolani - talvez justamente por centrar-se na análise das representações dos trabalhadores rurais – concede pouco destaque às possíveis reações, não só ao Estatuto como às políticas de regulação do mercado de trabalho rural em geral. Em *El sindicalismo rural en la Argentina* (2009), permanece a impressão de que não houve significativas resistências ao Estatuto e as posteriores políticas regulatórias durante a formação do que chamou de uma *comunidade organizada* de trabalhadores rurais. O único empecilho ao desenvolvimento dessa comunidade organizada, nos anos 1950 seria um fator estrutural

---

<sup>248</sup> Idem. Tradução nossa.

<sup>249</sup> PERÓN, J. D. Doctrina..., Op. Cit. pp. 164-165. Tradução nossa.

irreversível: as transformações produtivas e tecnológicas pelo qual o campo vinha passando. O autor destaca apenas pontuais intervenções de protesto da FAA durante os governos de Perón entre 1946 e 1955. Sobre o Estatuto especificamente, aponta que o projeto foi aprovado e entrou em vigência sem significativa oposição. Por outro lado, outros trabalhos como os de Lattuada, Blacha e Ribeiro apontam para uma grande oposição entre Estado e classe proprietária rural envolvendo os anos iniciais do peronismo entre 1943 e 1948 aproximadamente. No caso de Lattuada e mais ainda em Ribeiro se demonstra que o Estatuto foi alvo de “vivíssima resistência”. Ao analisarmos detidamente o conturbado intervalo de tempo entre a criação do Estatuto no final de 1944 e os primeiros meses de 1945, podemos perceber que as duas interpretações têm sua razão de ser. Em primeiro lugar, não houve nesse período um enfrentamento aberto que pusesse em cheque a diplomacia entre esses dois agentes, sendo o apoio à marcha e à candidatura de oposição os primeiros sinais mais contundentes de combate às políticas peronistas. Além disso, como vimos, os primeiros momentos pós-golpe de 1943 foram de hesitação e esperança de estreitamento de relações por parte da SRA com o novo governo militar recém surgido. A reação ao próprio Estatuto e aos discursos peronistas se deu num clima de crítica respeitosa. Some-se ainda a essas considerações o fato de que a SRA nunca foi completamente afastada das decisões mais importantes do Estado que se relacionavam ao agro, sendo convidada a dar seu parecer e conselhos sobre praticamente todas as políticas para o meio rural do período<sup>250</sup>. Por outro lado, o golpe de 1943 de fato desloca da liderança do Estado a classe dominante rural, com a emergência de outro bloco no poder como pudemos observar. Com isso, a base de legitimidade do novo governo não passava pelo apoio dessa classe. Ainda que o Estado buscasse manter estáveis as relações, no campo da política de massas predominava o discurso anti-rentista e anti-oligárquico, que buscava cooptar a opinião pública e a classe trabalhadora contra esses inimigos da nação. Ou seja, o conflito latente esteve presente durante esse período, mas justamente seu caráter não aberto e principalmente uma hesitação ou talvez expectativa de aproximação ao poder por parte da classe dominante rural permitiram os avanços da política peronista em todas suas transformações empreendidas no meio rural, dentre os quais esteve inserido o Estatuto do Peão. Será no decorrer de 1945 que o controle sobre a exportação de grãos, o avanço da proposta de reforma agrária e a possibilidade de controle das exportações de carnes farão com que a SRA escolha definitivamente sua estratégia e sua postura perante o governo militar, às eleições e durante o primeiro governo de

---

<sup>250</sup> Os Anales nesse período contam com uma série de observações e pareceres, que são publicados pela entidade pouco tempo após terem sido enviadas ao governo. Os temas são diversos, sobre a legislação de entidades representativas de classe, sobre a lei de carnes, entre outros.

Perón. Pelo menos até que uma conjuntura diferente reordene as possibilidades da relação entre SRA e governo peronista.

Outro fato importante que marcou o ápice de guinada oposicionista da entidade foi a prisão do então presidente, José Maria Bustillo, por dois dias, e de seu secretário Adolfo Pullol, por quatro dias, em outubro de 1945. Sem dúvida uma demonstração de força significativa para compreendermos o papel da classe dominante rural que estava sendo delegado pelos projetos do novo grupo no poder<sup>251</sup>.

### **3.3. A regulamentação do Estatuto e as políticas para as classes sociais rurais durante os anos do peronismo original (1946-1955)**

O Estatuto foi uma das grandes realizações da STyP em termos de avanços na legislação trabalhista nacional, e uma das primeiras com grande amplitude e significado para os trabalhadores rurais. Sua “prova de fogo” foram os anos de presidência de Juan D. Perón, uma vez que nesses anos a oposição organizada da classe dominante rural irá fortalecer-se em relação à conjuntura 1943-1945. No contexto de transição entre os meses finais de 1945 e o ano de 1946 estão episódios emblemáticos e significativos da história argentina, cujos quais resultaram em uma campanha vitoriosa de Perón e do Partido Laborista nas eleições presidenciais. Conforme apresentamos aqui, a estratégia política de Perón para o meio rural pode ser apontada como de sucesso em termos eleitorais. Nessa estratégia, sem dúvida o papel do discurso do líder do movimento tinha uma importância central, mas é importante lembrar que sua eficácia esteve, ao fim e ao cabo, condicionada ou facilitada pelas conquistas concretas que determinados setores sociais vinham verificando e que compunham um pilar importante da política do peronismo, conforme ia se formando. Mario Lattuada, em seu trabalho de pesquisa sobre as transformações do discurso peronista sobre o campo afirmou:

Se algo diferenciou a Perón, entre muitas coisas, de seus adversários políticos, foi um discurso que resultava verossímil a sua audiência e, portanto, de tremenda efetividade no triunfo de sua estratégia ideológica e política. Isso foi possibilitado em boa medida pelas ações políticas em benefício desses setores que afetavam de forma decisiva as condições de recepção do seu discurso. Uma estratégia que o líder expressava em uma de suas populares consignas: “melhor que dizer é fazer, e melhor que prometer é realizar”. Desse modo,

---

<sup>251</sup> Anales da Sociedad Rural Argentina. Outubro-Dezembro, 1945.

uma estratégia similar à implementada desde a Secretaría de Trabajo y Previsión para os assalariados urbanos se estendeu com a mesma efetividade sobre trabalhadores e produtores não proprietários da agropecuária<sup>252</sup>.

No começo do ano de 1946 haverá ainda outro episódio conflitivo que ganhou grande repercussão conhecido como o *Lockout de 1946*, contra o “Aguinaldo”, que seria o saldo anual complementar, como uma remuneração extra para o trabalhador rural a semelhança do décimo terceiro salário brasileiro. O protesto, nesse caso, também possuiu um grande significado no jogo político entre os diferentes setores sociais pois ocorreu durante as eleições presidenciais de fevereiro de 1946, processo no qual proprietários e arrendatários apoiaram, em sua maioria, a oposição, com a Unión Democratica, e Perón, por sua vez, era não só favorável e partidário a medida, como seu idealizador. Diversas entidades patronais urbanas e rurais aderiram ao protesto que durou três dias, de 14 a 16 de janeiro, em um contexto onde a oposição da SRA e de diversas parcelas da burguesia nacional estava em uma de suas fases mais ferrenha.

a) *o primeiro governo de Perón e o setor rural (1946-1950)*

Foi a partir da interpretação da estrutura econômica e social do meio rural argentino que Perón guiou sua ação e seu discurso durante sua atuação na STyP, e quando fez parte do Conselho Nacional do Pós-guerra começou a ganhar maior expressão e poder de ação. A partir desse organismo surgiu grande parte das diretrizes que foram incorporadas posteriormente ao primeiro plano quinquenal do governo de Perón (autarquia, crescimento industrial, desenvolvimento do mercado interno, pleno emprego, consumo de massas, justiça social). A avaliação que Perón pode realizar dessa estrutura do meio rural foi um dos fatores mais importantes para sua vitória eleitoral em 1946.

Por volta da metade da década de 1940, no meio rural haviam aproximadamente 1.050.000 votantes, sendo que destes, em torno de 170.000 eram proprietários. Ou seja, cerca de 880.000 pessoas em condições de votar possuíam alguns denominadores comuns: não possuir terras apesar do fato de trabalhar nelas, baixos níveis de renda, condições de trabalho em sua maioria inadequadas, e constante instabilidade no local (como fonte básica de sustento, para a classe trabalhadora rural, e como empreendimento para arrendatários). Os varões, com plena cidadania argentina em idade de votar no campo correspondiam a 30% do total de votantes do país e entre 30 e 50% dos novos assalariados da classe trabalhadora urbana eram

---

<sup>252</sup> LATTUADA, M. Op. Cit. p. 10. Tradução nossa.

migrantes recentes vindos do meio rural, com uma boa memória das condições de vida e demandas do trabalho rural. O Peronismo venceu as eleições em 1946 por uma estreita margem de diferença, 1.487.886 (52,4%) para a candidatura de Perón, pelo Partido Laborista, contra 1.207.080 da Unión Democrática<sup>253</sup>. O meio rural, embora estivesse perdendo um grande contingente de pessoas dadas as transformações do setor, era um “aporte decisivo para qualquer força política que soubesse interpretar seu acúmulo de expectativas e reivindicações insatisfeitas<sup>254</sup>”. Em 11 de novembro de 1951, Perón seria reeleito com 62% dos votos.

Dentro do projeto peronista<sup>255</sup>, o setor rural foi entendido através de duas funções principais. Em primeiro lugar, garantir a oferta de alimentos à população por preços acessíveis e ser a fonte de excedentes<sup>256</sup> para o desenvolvimento industrial promovido por intermédio do Estado. Em segundo lugar, garantir níveis de emprego no campo e aumentar a capacidade de consumo da classe trabalhadora nas áreas mais atrasadas<sup>257</sup>. Esses objetivos já vinham sendo desenvolvidos como parte integrante da política agrária no período pré-eleições, portanto haviam os elementos eleitoreiros, buscando granjear o apoio de determinadas parcelas da população rural, contudo havia também, de fato, um projeto de desenvolvimento onde delimitava-se um papel fundamental, mas ao mesmo tempo subordinado para a produção agropecuária. O conjunto de propostas para o campo foi se constituindo ao mesmo tempo que o processo de conformação do próprio movimento peronista e da imagem do líder.

---

<sup>253</sup> LATTUADA, M, Op. Cit., p. 7.

<sup>254</sup> Idem.

<sup>255</sup> Noemí Girbal-Blacha, assim sintetiza as principais ações econômicas do governo de Perón, em relação ao que teve de mais ousado (a autora não trabalha a partir de uma perspectiva de identifique a categoria da dependência como fator explicativo para a economia argentina, e se refere ao momento como de ‘crise de dependência’): “Para superar a crise de dependência, o Poder Executivo Nacional nacionaliza, a partir de 1947, os serviços públicos (estradas de ferro, gás, telefone, usinas elétricas, frota fluvial, etc.), inicia a repatriação da dívida externa que contretiza em 1952, e enuncia os princípios da pendular “terceira posição”. Para enfrentar a crise de distribuição, utiliza a seu favor os benefícios da reforma financeira de 1946 que estatiza a banca, considerando patrimônio nacional o capital do Banco Central de la República Argentina, e nacionaliza os depósitos para dar ao Estado liberdade de ação em matéria de política monetária y creditícia; leva a cabo um diagnóstico socioeconómico através do primeiro organismo argentino de planificação: o Consejo Nacional de Postguerra e eleva ao status de entidade autárquica o I.A.P.I. que, criado em 1944, dois anos depois monopoliza o comercio exterior argentino e se converte no eixo do processo de redistribuição dos lucros a favor da pequena e média indústria nacional”. GIRBAL-BLACHA, N. Op. Cit. p. 4.

<sup>256</sup> Essa fonte de excedentes, como já mencionado, está centrada na apropriação pelo Estado e redistribuição da renda da terra, através de duas instâncias principais: o IAPI, que realizava a compra das mercadorias da agricultura a preços baixos e a revendia a preços altos no exterior, e a Reforma bancária e financeira de 1947, que permitiu maior margem de manobra para o Estado nessa área. Cf. NOVICK, S. *IAPI: auge y decadencia*. Buenos Aires: Catálogos, 2004.

<sup>257</sup> GIRBAL-BLACHA, Op. Cit., p. 8.

Figura 1. Cartaz de campanha da política agrária de financiamento e fomento à compra de propriedades por peões e arrendatários.



Fonte: Archivo General de la Nación. Reproduzido de: LERENA, R. *Peones: los primeros trabajadores argentinos. Orígenes: de Perón a Venegas*. Buenos Aires: Runa Comunicaciones, 2006, p. 248.

O conjunto de ações que foram sendo propostas para o campo pelo movimento é complexo, mas reflete com coerência a intencionalidade dos discursos do líder às massas agrárias e esteve descrito também nos documentos e no plano de governo da plataforma eleitoral do recém-criado Partido Laborista. Em perspectiva de síntese da política econômica e social para o meio rural pensou-se em uma intervenção do estado objetivando mudar, de forma rápida e profunda as relações de poder e produção imperantes até aquele momento. O estado regularia

as relações contratuais entre os agentes econômicos desse setor, buscando desencorajar as formas de produção indireta, e combatendo aqueles latifundiários absorvedores da renda da terra. Se falava ainda de subdividir as terras do grande latifúndio do pampa, promovendo a redistribuição de terras. Seria priorizada a atividade das unidades familiares<sup>258</sup>, e fomentada a criação de associações cooperativas e de outras experiências piloto coletivas. Também era papel estatal a promoção do desenvolvimento do setor rural a partir de apoio creditício e execução de obras de infraestrutura. No âmbito das relações de trabalho, defendia-se a criação de uma legislação permanente, a criação de organismos específicos aumentando o controle, a fiscalização e o papel de mediação entre patrões rurais e classe trabalhadora. Em consonância com isso, a organização sindical dos trabalhadores rurais e sua aproximação a esses organismos foi empreendida<sup>259</sup>.

Conforme o projeto agrário ia ganhando forma, as manifestações da oposição também. Às manifestações de críticas por parte da SRA e de outras entidades rurais, acrescentou-se a grande manifestação de rua que foi a Marcha de la Constitución e de la Libertad, em setembro de 1945. A Marcha, que congregava uma série de críticas e partidos de oposição rumou do Congresso até o tradicional bairro de classe média e alta Recoleta. A composição do movimento era em grande parte justamente dessas classes sociais, mas contou com presença de entidades que se somavam ao movimento, sendo a mais expressiva delas a SRA<sup>260</sup>. A Marcha buscou pressionar pelo fim do governo militar e pela convocação de novas eleições.

As propostas que vieram amadurecendo desde o período 1943-1945, entretanto, não se concretizaram em seus elementos mais radicais e ousados. As diretrizes do peronismo no governo não aprofundaram as promessas e ações mais fortes que caracterizaram a campanha eleitoral<sup>261</sup>. As reivindicações socioeconômicas e de transformação das relações de produção

---

<sup>258</sup> Se defendeu a proliferação de unidades familiares sob o sistema de propriedade privada, e o arrendamento de terras estatais para uso vitalício. LATTUADA, M. *Políticas agrarias e partidos políticos (1946-1983)*. Buenos Aires: CEAL, 1988.

<sup>259</sup> O plano, tal como expresso no programa do Partido Laborista continha os seguintes pontos para o campo: 1) divisão da terra para eliminar o latifúndio; 2) imposto progressivo sobre herança e sobre a terra; 3) políticas a favor dos pequenos produtores; 4) extensão da justiça social aos trabalhadores do campo; 5) formação de cooperativas de produtores com apoio e participação do Estado; 6) nacionalização do comércio exterior; 7) regulação do abastecimento dos artigos essenciais; 8) dar continuidade às conquistas trabalhistas rurais que surgiram nos governos militares do intervalo 1943-46. LATTUADA, M. Op. Cit., 1986. p. 9.

<sup>260</sup> Cf. RIBEIRO, V. Op. Cit. p. 105.

<sup>261</sup> O discurso que havia soado tão ameaçador para a classe dominante rural, em muitos aspectos passou a amenizar-se e a coexistir com políticas complexas e por vezes contraditórias. Talvez o mais importante exemplo político da proximidade do poder executivo com a classe seja a pasta do Ministério da Agricultura. No começo da gestão peronista, nos anos de 1946 e 1947, a pasta esteve com Juan Carlos Picazo Elordy. Bem-nascido, era um perfeito membro da oligarquia tradicional, e nome indicado pela Sociedad Rural Argentina. Seu sucessor, Carlos Alberto

no campo que foram hipervalorizadas durante a campanha eleitoral perderam força no primeiro governo de Perón e foram gradativamente desaparecendo ou sendo adaptadas na medida em que o a chefia do Estado ia confrontando-se com a transformação do cenário econômico interno e externo, bem como das possibilidades de ação do Estado. Até o segundo governo de Perón, praticamente todo o discurso de combatividade em relação à classe rentista ou o relativo à classe trabalhadora rural que defendesse o direito à terra para todos, como estava nos planos originais da reforma agrária somem completamente, dando lugar a uma defesa primordial de relações mais próximas com latifundiários rurais e da elevação da produtividade do campo argentino.

Quanto às reações da SRA sobre o governo eleito em 1946, Mario Guido, da Unión Cívica Radical, publicou através dos *Anales* da entidade, duras críticas à campanha peronista em torno do lema “*Terra para quem nela trabalha*”, e da política agrária peronista em geral, entretanto, para além disso, nos momentos iniciais após a eleição, a SRA parece ter seguido a mesma tendência do governo, ou seja, de buscar amenizar o tom dos atritos entre Estado e classe dominante rural<sup>262</sup>.

Nos primeiros anos do governo de Perón, como vimos, seria um erro apontar que a classe dominante rural havia sido completamente alijada dos círculos do poder nacional, além disso, a política creditícia nunca abandonou o setor rural, com o IAPI e o Banco de la Nación irão ceder numerosas quantias de crédito a juros acessíveis para o campo. Ainda assim, no período pós-1949-1950, através de uma política voltada a produtividade agrária, esses valores irão aumentar consideravelmente, o que pode facilitar eventuais avaliações de que o período anterior fosse de menor abertura de crédito para o setor.

Na conjuntura desses primeiros anos de governo peronista, em síntese, o que se verifica é um conjunto de medidas econômicas, legislação sobre terras e concessões trabalhistas que buscavam concretizar, o que foi qualificado como uma “crescente pressão nacional sobre a

---

Emery, seguia a mesma linha, e ainda era membro da Asociación de Criadores de Ganado Holando Argentino, além de famoso magnata dono de uma usina de produtos lácteos, a “La Vascongada”. Também logo em 1946 são afastados do Consejo Nacional Agrário Antonio Molinari e Maurício Birabent, nomes associados ao período anterior, identificados com a ideia do que se convencionou chamar de “*revolución agrária*”. A partir daí o Conselho passa a se preocupar mais com a política geral do controle de câmbios, tal como orientação do poder executivo da Nação, ainda que o discurso oficial se aproprie dos créditos de todas as medidas em matéria de reformismo agrário empreendidas no período 1943-46. Cf. GIRBAL-BLACHA, N. Op. Cit. p. 6.

<sup>262</sup> Idem.

terra”<sup>263</sup>, de modo a empreender o projeto estatal, tal como expresso nos pontos já mencionados, que estiveram condensados no Plano quinquenal de 1947.

Importante mencionar, por fim, que a aquisição de crédito constituía um pilar importante do poder governamental sobre a classe dominante rural, principalmente com os novos papéis desempenhados pelos órgãos estatais. Assim, autores como Aldo Ferrer, Osvaldo Barsky e Noemí Girbal-Blacha destacaram como esta área não era alvo de confronto mais do que de negociação, e grande parte do avanço dessa “pressão nacional sobre a terra” também se deu pela necessidade de construção de boas relações do agro para com o governo. Aldo Ferrer destacou como o bom acesso à crédito estatal naquela altura, fazia toda a diferença para a prosperidade de qualquer negócio rural, independentemente de sua magnitude. Então, somada a política de aliança de classes também temos esse fator, como importante no período<sup>264</sup>.

*b) a continuidade da política dos decretos para sobre as relações de trabalho rurais*

Se o Estatuto ainda não abrangia o contingente de trabalhadores empregados nas tarefas estacionais, isso foi feito através da continuidade de decretos anuais até o período 1948-1949, quando a CNTR começou a elaborar suas normas de atuação. Estes decretos pautaram-se nas características anteriormente mencionadas, mas também se baseavam no seu caráter de urgência e na manutenção da ordem pública. O conjunto dos decretos fizeram parte de uma nova conjuntura em que foram atendidas muitas reivindicações antigas dos movimentos de trabalhadores do campo, em um cenário onde as bases da proximidade dos sindicatos com o Estado, que já estavam dadas, se desenvolveram em um abrangente sistema de intervenção estatal e controle dos sindicatos. Nessa nova conjuntura, o anarcossindicalismo estava praticamente neutralizado e os sindicatos que obtinham o reconhecimento legal ficaram sob a influência e intervenção do Estado peronista. Ascolani interpretou a incorporação das demandas dos trabalhadores rurais nas políticas agrárias do período como uma tentativa do Poder Executivo de, através de leis benfeitoras, organizar o mercado de trabalho no campo para enfrentar a crise do emprego que permanecia acentuada desde o começo da década de 1930.

Durante a presidência de Edelmiro Farrel e a gestão da STyP de Juan D. Perón foram ditados os seguintes decretos regulando o trabalho estacional. Em 1º de dezembro de 1944 foi

---

<sup>263</sup> Ibidem. p. 7.

<sup>264</sup> Para uma descrição mais ampla dos créditos concedidos pelo governo peronista para o setor rural ver: NOVICK, S. Op. Cit. e GIRBAL-BLACHA, Op. Cit.

ditado o decreto 32.544<sup>265</sup> fixando os salários mínimos e condições gerais do trabalho envolvido com a colheita e debulha da safra fina para o período 1944-1945, abrangendo toda a produção de cereais, e também as tarefas de manipulação, transporte e armazenamento da safra de milho. A ideia central era estabelecer uma base salarial para as diferentes funções envolvendo esses trabalhos. Entre as principais funções podemos mencionar diária de \$10 para condutores de máquinas recolhedoras (*espigadoras*), \$7 para ajudantes compactadores, \$6,50 para os trabalhadores de debulhadora (*hombreadores*), \$7 para empilhadores, \$160 mensais para foguistas de máquina, \$10 para estivadores nas estações rurais. Jornada de sol-a-sol nas tarefas rurais e 8h nos locais de armazenamento. As condições ainda determinaram descanso semanal, assistência médica e farmacêutica, alojamento com mesas, iluminação e higiene, alimentação nutritiva e variada, e transporte de pessoal novamente ao lugar onde foram contratados findado o período dos trabalhos. Ou seja, em grande medida, no mesmo fim de ano em que foi apresentado o decreto do Estatuto, o decreto 32.544 estabeleceu garantias similares às do Estatuto para os trabalhadores estacionais.

Já em abril de 1945 foram determinadas com atraso as condições para a colheita de milho de 1944-45<sup>266</sup>, mantendo no geral a política para a agropecuária estabelecida desde o golpe de 1943. Diante do aumento do custo de vida e de uma menor produção por motivos climáticos, buscou-se manter as jornadas da colheita de milho na mesma média dos valores pagos pela colheita do trigo. Mais perto ainda do final da colheita, foi determinado aumento de 20% da escala de salários para a colheita fina na província de Santa Fé, buscando amenizar a desvalorização gerada pela grande oferta de trabalhadores e a fraca safra. Medida que não chegou a ter muito impacto pois quase toda a colheita já havia terminado.

Em novembro, o decreto nacional 29.715, de 1945 manteve as mesmas disposições gerais nas tarefas da colheita e debulha fina do período 1944-45 para o período 1945-46, reajustando os salários<sup>267</sup>. E, novamente em Santa Fé, o decreto 23.852, de 3 de outubro de 1945, havia estabelecido a obrigatoriedade da preferência de contratação de trabalhadores

---

<sup>265</sup> Decreto 32.544/1944, de 1º de dezembro. Transcrito em: *Revista del Trabajo y Previsión*, N° 4, outubro a dezembro de 1944, pp. 1265-1268. A Revista foi uma publicação oficial do governo nacional e incorpora os textos integrais de uma série de decretos e leis relacionados a matéria trabalhista, como parte da política para a área empregada por Perón.

<sup>266</sup> O decreto 32.544/1944 acabou por regular, como mencionamos, as outras atividades ligadas ao processo da produção e circulação do milho, mas não a colheita em si, onde se tinha o maior contingente de trabalhadores.

<sup>267</sup> Decreto lei N. 29.715, de 22 de novembro de 1945. *Revista de Trabajo y Previsión*. N. 7 e 8, julho a dezembro de 1945, pp. 656-660.

pertencentes aos sindicatos reconhecidos<sup>268</sup> (com inscrição no Registro de Asociaciones Profesionales Obreras). Isso foi considerado viável diante do contexto de crescente aproximação e cooperação entre FST e DPT.

A política nacional dos decretos visando a regulação do mercado de trabalho que garantiu melhores condições de trabalho e ajustes salariais para as safras fez de 1945 um ano excepcionalmente favorável aos trabalhadores rurais. Com as mudanças na concepção das disputas envolvendo o mundo do trabalho na justiça (principalmente ainda em torno as indenizações por acidentes), e com a vigência do Estatuto del Peón, a STyP declarava que os decretos eram uma resposta às reclamações legítimas da CGT. O socialista Waldino Maradona, conhecido crítico do poder dos coronéis no campo e na política, declarou, por ocasião de uma reunião convocada pela STyP para a fixação de salários em Barrancas:

Há discussão e compreensão; o Estado, representado pelos seus empregados, se faz de fiel da balança dos interesses em questão. Hábeis mecanógrafos assentam no papel com admirável rapidez os acordos; estes são firmados de imediato, e termina a sessão em animado e risonho bate-papo. Não há tropa do Exército, armada à máuser e bayonetta, para apressar-lhes a saída; a polícia só interviu para distribuir as citações na reunião; não andam *lagosteiros* intrigantes, nem caudilhos escorados que respaldem a resistência patronal ou a deserção operária. Isto não é de graça, um presente que se recebe de cima, sem luta nem sacrifício. Este é o fruto do esforço de muitos homens, realizado em muitos anos, e a custo de muitas amarguras. Saibam disso!<sup>269</sup>

Maradona expressa também com isso, a preocupação pelo não esquecimento do contexto anterior de luta sindical e de ausência de reconhecimento estatal.

No ano seguinte, o decreto n. 11.856<sup>270</sup>, de 26 de abril de 1946, fixou a tabela de salários mínimos e condições de trabalho para as atividades relacionadas a colheita, descasco e transporte de milho e girassol. O texto demonstrava a preocupação com uma remuneração “uniforme e racional” nas distintas regiões do território nacional, o que nos recorda também que uma das preocupações que guiaram o Estatuto e a política dos decretos para o campo era o combate às situações extremas, de desigualdade de vencimentos e condições, em relação ao que buscava se instituir como o padrão. Antes de elevar a renda geral dos trabalhadores, houve essa preocupação humanística em combater as situações de maior exploração.

---

<sup>268</sup> Decreto lei N. 23.985, de 3 de outubro de 1945. Revista de Trabajo y Previsión. Ibidem, pp. 653-654.

<sup>269</sup> MARADONA, W. *En defensa de los trabajadores del campo*. Buenos Aires: Editorial La Vanguardia, 1946. pp. 45-46. Apud ASCOLANI, 2009, Op. Cit. p. 334.

<sup>270</sup> Decreto lei N. 11. 856, de 26 de abril de 1946. Anales de Legislación Argentina, 1946. Buenos Aires: Editorial La Ley, t. VI, p. 357.

O texto do decreto ainda trouxe a importância de outra tendência que se firmará durante o governo justicialista: a designação das organizações sindicais como provedoras da mão-de-obra. Os sindicatos rurais e de estivadores são legitimados explicitamente como os encarregados disso. No campo dos transportes, os armazenadores de grãos ficavam obrigados a contratar pessoal filiado aos sindicatos de carreteiros e condutores de caminhões da mesma localidade, e conduzir com veículos próprios apenas até 40% da carga. Essa medida buscava manter postos de trabalho, diante do avanço tecnológico e da redução da demanda, além de demarcar a preferência da localidade. Houve agricultores que buscaram burlar esse limite<sup>271</sup>, mas foram pressionados por sindicatos, muitas vezes com apoio da STyP. Interessante mencionar que o decreto em questão também garantiu espaço para determinar as condições do trabalho familiar para pequenos agricultores em suas próprias chácaras. A mão-de-obra familiar era possível desde que todos residissem sob o mesmo teto, com a mesma fonte de sustento e fossem maiores de 18 anos. O decreto também proibia o trabalho feminino na colheita, algo que praticamente já não fazia parte da realidade desse tipo de tarefa naquela conjuntura.

Em 1947 se acentuaram as regulações sobre as tarefas relacionadas à colheita grossa, através do decreto n. 7.451, de 20/03/1947, estabelecendo salários e condições<sup>272</sup>. A regulação neste caso aumentou significativamente no que diz respeito às especializações e a determinação exata de algumas tarefas, buscando evitar o acúmulo de funções, com a mesma intenção já mencionada de combater a desocupação nas localidades. Essa maior definição de funções versava principalmente sobre aquelas funções que eram dotadas de uma especialização, a saber, estivadores, capatazes e ajudantes de costureiros. O objetivo era o de evitar que aqueles que realizassem tais funções também exercessem o conjunto das tarefas de colheita que não exigiam especialização (o conjunto dos chamados *pulseadores* ou *hombreadores*). Apresentou também especificações sob o número e a composição dos trabalhadores nas *quadrillas* (grupos por máquina) e equipes. Também foram criadas novas categorias de trabalhadores, como os *pistines* e os ajudantes caminhoneiros, onde os primeiros carregavam e acomodavam sacas para os transportes de até 30km, e os segundo faziam o mesmo só que envolvidos com as viagens maiores do que isso. Se manteve a exigência de contratação do transporte com as organizações profissionais de carreteiros, reservada a possibilidade de o agricultor transportar em veículo próprio a mesma cota limite de 40%. A ideia já mencionada da humanização e segurança do

---

<sup>271</sup> MASCALI, H. *Desocupación y conflictos laborales en el campo argentino (1940-1965)*. Buenos Aires: CEAL, 1986.

<sup>272</sup> Decreto lei N. 7.451, de 20 de março de 1947. *Anales de Legislación Argentina*, 1947, t. VV, pp. 569-571.

trabalho se fez presente, por exemplo, na proibição de práticas corriqueiras, mas perigosas, como o manejo de mais de uma saca, ou pesos acima do limite no transporte a granel, ou o trabalho diretamente em baixo do cano de saída do cereal a granel. Outras determinações do decreto estipularam as 8h para os trabalhos nos galpões, e acrescentaram o chamado “sábado inglês” nas fazendas (trabalho meio turno nos sábados).

Essa intensificação da regulação estatal foi entendida pelos agricultores (proprietários e arrendatários) como um ataque aos direitos individuais, entre outros motivos, pelo fato de que impunha limites para ajuda mútua entre eles, que recorriam a parentes e vizinhos no empréstimo de máquinas, veículos e mão-de-obra, pois os decretos estabeleciam uma cada vez maior individualização das unidades produtivas<sup>273</sup>. O fato é que a partir desses decretos, configurou-se o que Ascolani chamou de localismo corporativo, algo que já se desenvolvia, no âmbito provincial desde a década de 1930, mas que agora tornava legítimo o estabelecimento de verdadeiras jurisdições locais fechadas, nas quais os sindicatos tinham um poder de rígido controle para o fornecimento de mão-de-obra e organização dos turnos rotativos, onde a desocupação era mais assoladora. Contudo, esse controle provisional não incluía as funções mais especializadas, como responsáveis por cuidado de animais utilizados na tração de debulha ou por manutenção de máquinas, os quais a contratação era de livre escolha patronal.

As consequências dessa nova postura interventora estatal na regulação do mercado de trabalho rural também tiveram duas implicações relacionadas importantes de se mencionar. Primeiro, no âmbito do jogo de forças entre capital e trabalho, entre as entidades representativas da classe trabalhadora rural o modelo interventor representou a extinção do movimento anarcossindicalista enquanto uma força considerável no interior<sup>274</sup>. E segundo, essas

---

<sup>273</sup> MASCALI, 1986, Op. Cit.

<sup>274</sup> A característica da aproximação do Estado judicialista com os sindicatos argentinos foi marcada, como se sabe, pela exigência do registro legal e do estreitamento dos vínculos entre essas entidades de classe e o Estado. Nesse processo, a STyP teve um papel central. Essa realidade não foi diferente para o sindicalismo rural. Além disso, toda ação considerada como agitadora ou que, sendo grevista, atrapalhasse a produção continuou sendo reprimida com a mesma, se não maior, repressão do que a dos governos conservadores dos anos 1930. A principal organização representante do anarcossindicalismo para o meio rural e portuário era ainda a FORA, já em muito enfraquecida durante todo o processo pós-crise produtiva agrária, até 1932, e com o aumento da repressão estatal. Perón já havia dado declarações em que criticava a FORA como “organismo troglodita, que trata de absorver em sua extravagante criação, autoritária e centralista, todas as sãs rebeldias e morais criações ideológicas dos homens de trabalho” (Cf. *Organización Obrera*, março de 1945, p. 2). O órgão pelo qual a FORA se expressava era a Organización Obrera, e esta, após o golpe de 1943 e também na posterior presidência de Perón buscou criticar a política governamental que, segundo a organização, estaria realizando uma política de cooptação das organizações operárias com objetivos de controle, denunciando também o ocultamento do passado sindical e o colaboracionismo expresso pela CGT e pelos comunistas. Acusava-se a realização de uma política demagógica, personalista e autoritária. Entre 1945 e 1946 a influência da FORA esteve limitada às zonas portuárias e ao entorno rural da capital federal e, às críticas já mencionadas, somavam-se às denúncias às sanções impostas aos sindicatos

transformações, que partiram fundamentalmente dos ditames da esfera do poder executivo, também implicaram em um novo cenário no âmbito jurídico, onde ocorreu uma mudança significativa em termos de uma sofisticação da administração de justiça, onde ficaram evidentes vitórias dos trabalhadores rurais, em casos onde dificilmente, nas conjunturas anteriores teriam sido possíveis<sup>275</sup>.

Sobre os impactos do Estatuto del Peón na aplicação judicial e sua predisposição em torno a ideia de reparação de injustiças, o juiz Dr. Olivera Aguirre declarou em 29/03/1949, no Tribunal del Trabajo de San Nicolás:

Não é fácil esquecer a agitação que produziu o conhecimento dos elementos das tabelas de salários do Estatuto del Peón, já que ao estabelecer-se com critério humano um justo valor, nessa época, do trabalho humano, se arrasou com um regime de perversa exploração do homem pelo homem, no trabalho rural. A aparição do decreto 28.169, com data de 17 de outubro de 1944, aprovando o Estatuto del Peón e suas tabelas de salários importou, em notória realidade, um aumento excessivamente superior às porcentagens estabelecidas com posteridade no artigo 62 do decreto 33.302/45<sup>276</sup>.

---

rurais que não se ajustavam às prerrogativas da STyP. Sindicatos da região sul de Santa Fe eram declarados ilegais, dissolvidos e sua administração das bolsas de trabalho e turnos rotativos era passada para a alçada do Juiz de Paz da região. Houve greves em resposta a essas situações, como foi o caso da Sociedad de Resistência Obreros del Puerto, ligada à Federación Obrera Comarcal, que foi fechada em agosto de 1943 por resistir à intervenção da STyP. As ligações do anarcossindicalismo com os trabalhadores rurais enfraqueciam-se, a repressão aumentava, e em 1946, no que talvez tenha feito parte do último grande conjunto de ações da FORA, conseguiu-se a adesão a adesão de estivadores rurais do sul de Buenos Aires para reivindicarem por condições de trabalho, contando com uma paralisação de 24 horas em solidariedade à reabertura do local fechado em Villa Constitución. A paralisação de fato ocorreu, em 20 de novembro, mas os sindicatos da região passaram a receber um tratamento ainda mais hostilizado nos meses seguintes, e a medida em que o enquadramento de novos sindicatos às prerrogativas legais aumentava, o horizonte de possibilidades para o anarcossindicalismo diminuía. Ainda se tem notícias de uma reunião regional da FORA, a portas fechadas, em 28 e 29 de fevereiro de 1948 - onde estiveram presentes a FOP de Santa Fé e de Buenos Aires, já sem federações comarcais ou locais aderidas - e de mais detenções de trabalhadores no mesmo ano em Diamante, por participarem de uma greve de 24 horas decretada ilegal pelo MTyP. Cf. ASCOLANI, Op. Cit. p. 341.

<sup>275</sup> No fim de 1943 foi Armando Spinelli o nome escolhido por Perón para o cargo de diretor geral da STyP, este por sua vez nomeou Tomás Jofré (redator do Estatuto del Peón) como subdelegado a cargo da Delegacia Regional do Trabalho de Buenos Aires, e este escolheu 29 advogados para representá-lo em ações. Esse corpo de advogados interviu diretamente nas ações trabalhistas até 1945, e o destaque fica mais uma vez por conta dos juízos sobre acidentes de trabalho. Entre as indenizações que foram cobradas de patrões, Ascolani cita o caso do arreador Zenón Lopez contra o empregador Simón Errecart, de Benavidez, e contra a companhia de seguros La Franco Argentina. Zenón, estava sendo pago para fazer o transporte de animais, a partir da propriedade, quando um bovino o fez cair de seu cavalo. A defesa do patrão buscou argumentar que Zenón era um patrão autônomo, mas a intervenção da STyP fez valer o entendimento de que havia ali uma relação de trabalho e de que o animal que derrubou o arreador mesmo não fazendo parte do transporte, estava na propriedade de Simón. Provincia de Buenos Aires, Suprema Corte de Justicia, Archivo Histórico Judicial, Juzgado de Primera Instância, N. 3, no Civil e no Comercial do Departamento de la Capital de la Provincia de Buenos Aires, Iniciado em 1945, Livro 7, Expediente 20037, López, Zenón Guillermo contra Errecart, Simón, Indenización accidentes de trabajo. Apud ASCOLANI, Op. Cit. p. 338.

<sup>276</sup> Expressões do juiz Ricardo C. Oliveira Aguirre, no juízo por demissão do operário Francisco Azevedo contra Juan Keohe, Tribunal del Trabajo de San Nicolas, março de 1949, transcrito em Derecho del Trabajo, t. IX, 1949, p. 270. Tradução nossa.

*c) Comisión Nacional del Trabajo Rural e regulamentação do Estatuto del Peón*

A criação do Estatuto del Peón e o estabelecimento de uma política para o mercado de trabalho rural através de decretos, se bem representou uma mudança na orientação estatal em relação à classe trabalhadora rural, não foi suficiente para acabar com os conflitos entre capital e trabalho no campo, apesar da hegemonia de uma CGT mais moderada em suas reivindicações e aproximada com o governo justicialista. Sem anúncios prévios, Perón apresentou em 1947 ao Senado um projeto de lei que buscava outorgar ao poder executivo nacional a prerrogativa de estabelecer os salários e condições de trabalho para a colheita, debulha, manipulação e transporte das safras. A intenção era a de consolidar, da mesma forma que foi com o Estatuto, uma política para o mercado de trabalho rural que superasse a lógica emergencial dos decretos e se equiparasse, de alguma forma, ao Estatuto del Peón tendo como alvo dessa vez a massa dos trabalhadores estacionais. O projeto passou por apreciações das comissões de legislação agrária e de legislação do trabalho, sem grandes debates e objeções.

A lei 13.020, de 1947<sup>277</sup>, da forma como foi aprovada, criava um órgão que teve importância fundamental para a regulação do mercado de trabalho estacional: a Comisión Nacional del Trabajo Rural (CNTR). A CNTR seria subordinada ao MTyP, tendo como presidente um funcionário deste. Em 28 de janeiro do ano seguinte, o decreto regulamentário 2.509 veio a estabelecer os pontos fundamentais sobre sua composição e funcionamento. Além do presidente, o órgão contaria com dois delegados do Ministerio de Agricultura, e um representante dos trabalhadores rurais e um dos patrões. Estes dois últimos seriam indicados pelas entidades representativas de classe, mas a apreciação dos nomes e a escolha definitiva era de critério do presidente da república.

---

<sup>277</sup> Lei 13.020/1947. Anales de legislación argentina, 1947, t. VII, p. 356.

Figura 2. Cartaz de campanha dos trabalhos das comissões paritárias e da Comissão Nacional de Trabalho Rural (Lei n. 13.020)



Fonte: Archivo General de la Nación. Reproduzido de: LERENA, R. *Peones: los primeros trabajadores argentinos. Orígenes: de Perón a Venegas*. Buenos Aires: Runa Comunicaciones, 2006, p. 269.

A Comissão teria a função de estabelecer os salários e as condições de trabalho para as diferentes regiões do país, além da função de arbitragem em caso de desacordo entre os representantes de patrões e trabalhadores. Com o decreto regulamentário, ficou especificado que a Comissão Nacional trabalharia em cima de pareceres enviados de diferentes regiões do país por Comissões Locais<sup>278</sup>. Essas comissões locais teriam composição paritária, com a presidência exercida por indicados do MTyP.

Especificamente, o trabalho das comissões era o de apresentar à comissão nacional o parecer com as condições acordadas até no máximo trinta dias antes do início da colheita da safra e, em caso de desacordo entre as partes, resolvê-lo dentro de até 48h. Ficavam assim claras as intenções de combater a existência de conflitos que pudessem atrapalhar o começo da colheita da safra, bem como evitar qualquer tipo de paralisação do trabalho decorrente disso.

<sup>278</sup> Embora fossem chamadas de comissões locais, elas abrangiam zonas inteiras e não localidades, por isso mesmo talvez, sejam mencionadas também como comissões zonais.

Um dos pontos estabelecidos para essas comissões locais foi justamente garantir que fosse vedada qualquer tipo de greve. Outro ponto de importância estabelecido pelo decreto regulamentário foi a definição sobre o que constituía um peão permanente e um estacional. Era considerado permanente, para efeitos de legislação, todo trabalhador que executasse tarefas para um empregador por um prazo a partir de três meses. Considerando que o conjunto de atividades da safra abrangia um tempo maior que esse, é possível que peões temporários tenham, em algumas circunstâncias, gozado de direitos como trabalhadores permanentes.

No próprio ano de 1947, o papel da CNTR no estabelecimento dos salários e condições de trabalho não foi executado, pois não houve tempo hábil antes da colheita, portanto, o decreto 34.819<sup>279</sup> fixou esses pontos para a safra 1947-1948. Em 1948, novamente para a época da colheita, também não houve organização das comissões locais em tempo suficiente para as primeiras colheitas (milho, girassol e amendoim), e o *modus operandi* dos decretos anuais manteve-se com o de número 10.008<sup>280</sup>. Nesse meio tempo, também existiram outros decretos que avançaram na regulamentação do trabalho rural estacional, com medidas benéficas aos trabalhadores. Em fevereiro de 1948, diante da diminuição do emprego, o poder executivo decide por conceder uma bonificação especial, pensada como uma solução emergencial para trabalhadores rurais e estivadores na forma de um subsídio estatal com base na remuneração calculada das bolsas de trabalho e em valores declarados pelos patrões<sup>281</sup>. No mês seguinte foi a vez dos peões permanentes com o decreto n. 6.985, através do qual o presidente Perón autorizou aumento de 20% nas remunerações em relação às tabelas salariais anexas ao Estatuto del Peón, o que era uma reivindicação do Congreso Nacional de Obreros Rurales<sup>282</sup>, com base na premissa de que o Estatuto permitia ao poder administrador atualizar os valores das tabelas, que ainda eram as mesmas desde 1944.

Desde o golpe militar de 1943, os eventos de 1945 e o subsequente governo de Juan D. Perón, as relações entre Estado e as corporações rurais não foram as melhores, com a dissolução

---

<sup>279</sup> Essencialmente o decreto mantinha disposições dos anteriores, determinando salários mínimos e condições, mas trazia medidas específicas que visavam combater a desocupação no campo, pois enrijecia os limites da ajuda mútua entre agricultores e de contratação de maquinistas autônomos pois determinava que em cada máquina “corta y trilla” (colheitadora, de arrasto ou automotriz) deviam ser empregados um bolseiro e um costureiro do sindicato no caso do trabalho desta máquina na chácara de terceiros, além de determinar limites para carregamento de sacas (30 m) visando a maior empregabilidade.

<sup>280</sup> Também seguindo a mesma linha geral dos anteriores, este decreto ampliou a limitação do trabalho mútuo bem como contratações externas. Segundo o texto, 60% dos trabalhadores da colheita, e a totalidade do pessoal envolvido nas *quadrillas* de debulhadoras deveriam ser contratados junto ao sindicato local da localidade da produção.

<sup>281</sup> Decreto 4.533, de 1948. Anales de legislación argentina, Op. Cit. p.943.

<sup>282</sup> Cf. ASCOLANI, A. Op. Cit. 2009, p. 346.

da aliança presente na conjuntura dos anos 1930. Entretanto, esse antagonismo foi matizado por um relacionamento ameno, dada a política econômica que ainda privilegiava o setor agropecuário exportador, principalmente os arrendatários. Nem mesmo a criação do Estatuto del Peón teve o impacto da lei 13.020, de 1947 que criou a CNTR. O Estatuto apenas abarcava os trabalhadores rurais permanentes, minoria no conjunto da classe trabalhadora rural. Já a CNTR consolidava a política inaugurada pelos decretos de regulamentação do mercado de trabalho rural estacional, cujos impactos econômicos e sociais eram mais abrangentes. A lei 13.020 não recebeu uma grande reação talvez também pelo fato de que, conforme Ascolani, representava um acordo de interesses, uma vez que agradava aos sindicatos com a concessão de poder na forma das bolsas de trabalho e administração dos turnos rotativos, ao mesmo tempo em que garantia aos pequenos produtores o trabalho familiar como um direito inalienável.

As ações do poder executivo do governo justicialista durante o período analisado tiveram, para além da intenção e discurso humanitário e de justiça social, a tendência de regular o mercado de trabalho visando combater o problema do crescente desemprego estrutural no campo, acentuado pelas transformações na estrutura produtiva agrária e na inovação tecnológica. Além disso, buscava reduzir as desigualdades regionais e cenários onde a remuneração do trabalho estava muito abaixo de outros locais, buscando a ideia de direitos básicos individuais, antes da ideia de direitos trabalhistas, propriamente ditos, ainda que a evolução destes últimos seja clara durante o primeiro governo de Perón.

Em relação ao mercado de trabalho cada vez mais regulado, cabe mencionar também, pensando nos impactos para os trabalhadores rurais, que ocorria ao mesmo tempo um processo de unificação e de fragmentação. Unificação porque padronizava diferentes regiões baixo uma legislação comum do trabalho. Fragmentação porque dividia o mercado de trabalho em pequenas unidades desconectadas uma das outras, graças ao papel concedidos às organizações trabalhistas locais no fornecimento de mão-de-obra, com as bolsas de trabalho e administração de turnos rotativos. A política peronista para o meio rural não era apenas proselitismo e fazia parte de um projeto maior de intervenção estatal sob os efeitos sociais das transformações pelo qual o campo passava naquele momento. Podemos acrescentar que essa filosofia incorporou a homogeneização vertical imposta pelo governo de Manuel Fresco, em Buenos Aires, bem como o papel concedido aos sindicatos na diversidade adotada pelos governos de Córdoba e Santa Fe, mas com débil institucionalização, e foi aplicada não por uma equipe inexperiente, mas a partir das bases da STyP, que buscou incorporar pessoal envolvido previamente com o objetivo

de regulação do mercado de trabalho rural e mínimas conquistas humanitárias, como foi o caso do papel de Armando Spinelli.

O trabalho das comissões paritárias articulados com a CNTR começou com a colheita fina de 1948-1949, e suas deliberações, depois de aprovadas, eram apresentadas com o caráter de acordos ou convênios. Em linhas gerais, pode-se afirmar que seguiram as tendências das políticas de decretos, ora reforçando alguns pontos, ora ampliando os alcances da legislação.

Um elemento de destaque a essa altura também foi como esse processo foi acompanhado por mais restrições e determinações de penas por indisciplina de trabalhadores, bem como buscando cercear atividades de reivindicação que não fossem pelos canais oficiais ou que viessem a parar a produção. Houve, por exemplo, em Entre Ríos, regulamentação sobre mal comportamento de trabalhadores, punidos com a perda do dia, e com intermédio dos sindicatos. Houve também reforços à lei 13.020 no que diz respeito à proibição de paralisações, com punições extremamente severas para os trabalhadores rurais individualmente e enquanto coletivos organizados. Em Tucumán, a Comissão Paritária, determinou que a paralisação do trabalho por qualquer motivo, receberia a sanção de rescisão do contrato dos trabalhadores participantes, a retirada de representante sindical das decisões da comissão e perda da legalidade para a entidade representativa envolvida, e a extensão de penalidades para federações solidárias com as infratoras<sup>283</sup>.

De certa forma, ao contrário do que ocorreu com o Estatuto del Peón ou com os decretos regulamentários do trabalho estacional das safras até então, pode-se afirmar que as comissões paritárias ampliaram o poder dos patrões em relação à política de decretos do executivo, uma vez que estes agora tinham representação nessas. Por outro lado, a regulação ampliou os benefícios para um número cada vez maior de trabalhadores rurais, como foi o caso da província de Córdoba, por exemplo, cuja primeira resolução da comissão voltada para a colheita fina abarcou praticamente todos os trabalhos de alguma forma relacionados a ela:

Todas as tarefas regulamentadas se ajustaram às condições de trabalho que se estabelecem, que regerão para todos trabalhadores empregados por produtores (sejam proprietários, locatários ou *medieros*), donos ou contratistas autônomos de máquinas, armazenadores de produtos para comercialização ou industrialização, cerealistas, sociedades cooperativas e transportadoras; sejam os trabalhos que se realizem em chácaras, galpões, silos, praias de estacionamento ou armazenamento, ou elevadores de grãos, mesmo quando o

---

<sup>283</sup> Resolución N. 324/1949 da Comisión Nacional del Trabajo Rural. Derecho del Trabajo, t. IX, 1949, p. 112.

costume tenha consagrados modalidades superiores para uma zona determinada. Estão compreendidos, também na ocupação de pessoal e sujeito a esta regulamentação, o carregamento de sacas que se realizem, seja em chácaras ou em galpões ou praias de armazenamento com destino ao consumo, sempre que ultrapasse seu movimento diário de cinquenta sacas<sup>284</sup>.

O Estatuto del Peón também foi complementado e esclarecido em mais pontos por um conjunto de decretos e leis posteriores a ele. Através da política dos decretos, determinou-se as férias anuais pagas<sup>285</sup>, indenização por tempo de serviço (mas sem direito ao aviso prévio)<sup>286</sup>, descanso nos feriados nacionais<sup>287</sup> (que eram 1º de maio, 25 de maio, 20 de junho, 9 de julho e 12 de outubro) e o pagamento por esses dias<sup>288</sup>. A lei 12.921 ratificou todos esses decretos, incluindo o Estatuto del Peón, e a lei 12.868 criou o feriado nacional do dia da lealdade, no dia 17 de outubro.

A aplicação desse conjunto de determinações parece ter apresentado problemas<sup>289</sup>, com diferentes interpretações dessas normas, o que comprometia a harmonia e a eficácia das políticas de racionalização administrativa do mercado de trabalho rural empreendidas pelo estado justicialista. Podemos concluir que tenha sido possivelmente dessas limitações que nasceu a iniciativa de um decreto regulamentário do Estatuto del Peón. Já havia um conjunto normativo, mas que apenas tinha valor interno para o MTyP.

O decreto regulamentário foi ditado em 31 de dezembro de 1949, e com vigência a partir de 10 de fevereiro do ano seguinte<sup>290</sup>. Nesse documento, o conjunto de direitos e deveres dos peões que estava no Estatuto e pulverizado através das já mencionadas leis e decretos aparecia em um texto unificado, ao que se agregou o seguinte: salário por empreitada equivalente à jornada diária estabelecida nas tabelas, remuneração anual complementar, remuneração pelos feriados (caso a pessoa tenha trabalhado 48h nos dez dias úteis anteriores ao feriado), férias anuais irrenunciáveis (de dez dias para os que tinham até cinco anos de serviço, e de quinze dias caso o tempo de serviço fosse maior), direito a demissão automática com indenização caso

---

<sup>284</sup> Resolução N. 31 de 4 de novembro de 1948 da Comisión Nacional de Trabajo Rural. Anales de legislación argentina. t. VIII, p. 953. Tradução nossa.

<sup>285</sup> Decreto N. 1740/1945.

<sup>286</sup> Decreto N. 33.302/1945, art. 67. Derecho del Trabajo, t. IX, 1949, p. 662. A essa altura da política dos decretos, a Corte Suprema de la Nación, assentou buscando reiterar o peso e a legitimidade dos decretos, determinando que estes atos do governo de fato, tinham peso de lei, e validade até que fossem sobrepostos por outra lei.

<sup>287</sup> Decreto N. 10.921/1944.

<sup>288</sup> Decreto N. 19.921/1944.

<sup>289</sup> Cf. MASCALI, H. Op. Cit.

<sup>290</sup> Decreto N. 34.147/1949. Normas reglamentarias del Estatuto del peón. Ditado em 31/12/1949. Derecho del Trabajo, t. X, 1950, p. 117-126.

as tarefas fossem suspensas por mais de trinta dias, proibição do trabalho de menores (exceto em caso de comprovada necessidade do sustento familiar, e desde que a escolaridade mínima obrigatória já estivesse cumprida), registro de todos os valores devidos por patrões no livro de pagamentos e jornadas de cada unidade produtiva, além de assistência-enfermidade que era composta por direito a auxílio médico-farmacêutico, indenização na forma de metade do salário (por até três meses para quem possuía até cinco anos de tempo de serviço, e de seis meses para quem estivesse acima disso), e direito de conservar o posto de trabalho.

Entre as contrapartidas do peão destaca-se a de ocupar-se de todas as tarefas sem reivindicar especialização, e caso tivesse que haver o trabalho no feriado por motivos de urgência, não haveria contemplação de descanso compensatório ou remuneração extra, e a criação de um desconto poupança no valor de 10% dos salários, os quais deveriam ser depositados pelos patrões na Caja Nacional de Ahorro Postal, salvo sob expressa oposição do trabalhador.

Segundo o jurista Alejandro Unsain, a conquista de um texto unificado para as legislações anteriores surgiu porque o momento foi favorável para tal. A sua avaliação do decreto regulamentário era positiva, mas com limitações, pois não fixava a quantidade de horas de trabalho, apenas era claro quanto aos descansos (três horas e meia de almoço), obrigava o descanso dominical, com exceção das tarefas urgentes; ampliava a classificação de funções rurais e aumentava os direitos de assistência por enfermidade, entretanto não incluiu o direito ao aviso prévio e ampliou as causas de demissão justa, incluindo faltas, alcoolismo e falta de consideração no trato com seus colegas e subordinados, comportamento que atentasse contra os costumes e a moral, e falta de respeito ao patrão, seus familiares e superiores<sup>291</sup>.

O decreto também avançou na abrangência e definição do universo de trabalhadores compreendidos pelo Estatuto, através de sua definição. Pelo decreto regulamentário definia-se como dotado dos direitos trabalhistas ali especificados todos os trabalhadores rurais excetuando-se o pessoal de atividades transitórias (os trabalhadores estacionais regulados pelas resoluções da CNTR), trabalhadores de serviço doméstico, trabalhadores representantes do patrão de forma direta (chefes, gerentes, administradores, etc., capatazes não entravam nessa

---

<sup>291</sup> UNSAIN, A. Reglamentación del Estatuto del Peón. Comentarios al decreto sobre normas reglamentarias del Estatuto del Peón. In: Derecho del Trabajo, t. X, 1950, p. 125.

categoria, sendo contemplados também pelo decreto), e trabalhadores empregados em tarefas administrativas.

O Ministerio de Trabajo y Previsión ficou encarregado, em 1949, de aprovar uma nova tabela de salários, pressionado diante do aumento do custo de vida desde o começo da validade do Estatuto. Dessa tabela, é interessante mencionar o seu grau de detalhamento conforme as especificidades de cada região, o que é indicativo, do quanto avançou esse modelo de regulação racionalizada, respeitadora das diversidades. Para se ter uma ideia, da província de Buenos Aires constavam 47 tabelas diferentes, ao passo que na época do Estatuto eram apenas 23.

#### *d) A FATRE e a classe trabalhadora rural*

A política de regulação do mercado de trabalho rural por meio de decretos também buscou intervir sobre as organizações de trabalhadores rurais, como parte da postura geral governamental em relação aos sindicatos. As estratégias de luta das organizações trabalhistas desde a década de 1930 foram alterando-se, como vimos, conforme a conjuntura daquele período impôs, a partir do poder estatal, repressão às ideologias anarcossindicalistas e sindicalistas revolucionárias, mas também conforme a mudança de orientação das organizações mais representativas rumo a sindicalismo ‘moderado’, mais ligado ao intervencionismo estatal ou com maior respaldo e poder de negociação por conta dos governos provinciais. Apesar de toda a diversidade e complexidade das lutas sindicais rurais em cada uma das principais províncias ligadas à agropecuária de exportação, uma característica da ação sindical mantinha sua importância de longa data, dada a parca legislação trabalhista para o setor: as negociações na forma dos acordos e/ou convênios coletivos.

Embora com intervenção sindical, os acordos coletivos possuíam uma natureza mais próxima de contratos individuais entre organizações representantes de algum segmento de trabalhadores, de alguma localidade ou região (não existiu um padrão, dada justamente essa pouca uniformização) e os respectivos patrões. Com a intervenção no mercado de trabalho empreendida pelo governo justicialista, e relacionado também à sua política para com os sindicatos, foi coerente com esse projeto a vontade do poder executivo de estabelecer uma regulamentação sobre esses acordos, o que passou antes pela organização e funcionamento das organizações de trabalhadores.

Assim, o decreto N. 23.852, que começou a vigorar em outubro de 1945 determinou as regras para as organizações sindicais<sup>292</sup>. Pelo texto do decreto, as organizações podiam ser criadas livremente, de forma autônoma, sem necessidade de prévia autorização estatal, entretanto, para participar de assinatura de acordos ou apresentar demandas perante o estado, era necessário que a organização fosse dotada de status sindical reconhecido legalmente. O decreto tendia a consolidar a influência e poder da CGT entre os trabalhadores, pois facilitou para que essa corrente sindical, já mais influente na segunda metade dos anos 1930 continuasse a deter suas unidades sindicais, e com mais poder de negociação. Segundo o decreto, o status sindical legalizado era concedido às federações “manifestamente reconhecidas”, e a seus sindicatos aderidos, e uma organização sem status sindical só poderia requerê-lo se não houvesse representação para a categoria em questão ou se a organização requisitante conseguisse superar, em número de afiliados, a organização que detinha o status sindical legalizado. Além disso, quem autorizava a concessão do status sindical era a STyP (e depois o MTyP).

Interessante notarmos como ao mesmo tempo em que as representações sindicais rurais, em torno a central sindical, ganhavam um papel novo e expressivo, e também se garantiam sem ameaças de surgimento de outras organizações operárias concorrentes, sua existência e legitimidade tanto legal como política estavam cada vez mais vinculadas ao reconhecimento estatal, mais do que a uma integração orgânica às lutas de trabalhadores, mesmo que o número de sindicalizados fosse fator importante para a determinação dos sindicatos “oficiais”. Além disso, somente através dessas representações legitimadas é que se poderiam negociar as condições de trabalho, e todas ações diretas de trabalhadores no sentido de manifestações, paralisações ou greves tinham suas possibilidades em muito cerceadas. Afinal, para além das transformações legais citadas até então, vivia-se um contexto de um governo indiscutivelmente autoritário. Importante reforçar também como essa via de negociação, com os acordos e convênios coletivos eram viabilizadas por meio da política dos decretos, que a essa altura ofereciam mais uma garantia “de governo” do que “de Estado”.

No contexto da crescente política dos decretos para o campo, e em consonância com o tipo de relação entre Estado e sindicalismo que vinha se conformando, foi criada a Federación Argentina de los Trabajadores Rurales y Estibadores (FATRE), em 15 de outubro de 1947,

---

<sup>292</sup> Decreto ley N° 23.852, de Organización e funcionamiento de asociaciones profesionales operarias, de 2 de outubro de 1945. In: COLOTTI, J; FEITO, B. *Recopilación de Leyes del Trabajo*. Buenos Aires: Carpeta III, Título III, Estatutos profesionales, s/d. Apud: ASCOLANI, A. Op. Cit., p. 355.

como federação ligada à CGT. Com isso, todos os sindicatos rurais da CGT passaram a incorporar a FATRE.

A FATRE é herdeira da ação sindical cordobense e santafesina dos anos 1930, tendo suas origens a partir da Federación de Obreros Rurales, Estibadores y Anexos, da província de Córdoba, criada em 1933, e da Federación Sindical Santafesina de Trabajadores Rurales (COMARCAL), criada em 1937. A FATRE também teve um papel central como representação sindical nas comissões paritárias, bem como pode ser creditada a ela a garantia do controle das bolsas de trabalho como obrigatórias para os sindicatos. Sua possibilidade de conquistas esteve em muito atrelada ao seu relacionamento de colaboração com a CNTR e com o Departamento Nacional de Trabajo y Acción Social Directa – órgão subordinado ao MTyP. A FATRE também foi a responsável por pressionar por modificações nas resoluções ano a ano sobre condições de trabalho e atualização de salários, que vimos anteriormente.

Ascolani analisou o cenário organizativo da classe trabalhadora rural nos anos em que a FATRE começou a atuar, tendo como base a análise das resoluções consagradas entre 1950 e 1955, e destacou o alto grau de integração operária e social, fruto dos anos de regulação do mercado de trabalho rural. Sem adentrar nas especificidades das conquistas e do grau de regulamentação, a partir das resoluções estudadas por Ascolani cabe destacar que o autor defende que desse processo nasceu o que chamou de *comunidad labor organizada*, dada a integração, organização, sindicalização e consciência dos trabalhadores rurais acerca da luta por seus direitos<sup>293</sup>.

Contudo, a consolidação do que Ascolani definiu como a comunidade laboral organizada fez parte, na verdade, de um cenário onde as transformações na estrutura produtiva argentina anunciavam mudanças para o mercado de trabalho rural. Com isso, a engenharia social justicialista criada para organizar as relações de trabalho no campo não teve vida longa.

Um efeito do peronismo original sobre a organização da classe trabalhadora rural argentina foi a legitimação dos sindicatos não só como representantes, de fato, de um grupo

---

<sup>293</sup> A FATRE passou ainda por alterações de estrutura, com correlatas alterações na nomenclatura nos anos seguintes. Em 1951, a federação se fundiu com a Federación Rural Argentina de Transportadores e com entidades de pequenos proprietários rurais. Assim passou a se chamar FASA, mas transformações derivadas de uma nova conjuntura fizeram com que em 1961 a federação perdesse certos segmentos sindicais, como os da fusão de 1951, retornando ao seu nome original de 1947. Em 1988 a composição da FATRE conquistou a reorganização enquanto organização sindical a nível nacional, sendo rebatizada como Unión Argentina de Trabajadores Rurales y Estibadores (UATRE), que é sua denominação atual.

social, mas também alçá-los como uma força social significativa na política nacional. Foi com os sindicatos rurais que os patrões ligados à produção agropecuária tiveram de negociar diretamente, com grande respaldo estatal, e tiveram de contratar grande parte da sua mão-de-obra, com a consolidação do sistema das bolsas de trabalho e turnos rotativos. Durante a segunda metade dos anos 1940 e principalmente na primeira metade dos anos 1950, o estado regulou minuciosamente as funções sindicais e as regras do cotidiano de trabalho rural, através de especificação estrita de cada uma das diferentes ocupações, responsabilidades, rotinas, composição por grupos de trabalho e por *quadrillas* de máquinas, horários, salários, condições de cada ambiente, fiscalização, e meios determinados de negociar e reivindicar.

O funcionamento dos sindicatos foi menos deliberativo, menos combativo e com lideranças menos expressivas, a partir da política regulatória dos decretos e leis – que teve como marcos notórios da vontade política do grupo no poder e da conjuntura trabalhista rural, o Estatuto del Peón e a CNTR –, o que levou a uma burocratização e automatização do papel sindical e modificou fortemente suas características, quando comparado à primeira metade dos anos 1930.

*e) a guinada produtivista da política agrária peronista e o influxo das conquistas trabalhistas (1948-1955)*

Em 1948, o presidente da SRA José Alfredo Martínez de Hoz, no discurso de inauguração da exposição rural daquele ano, conforme consta nos Anais da SRA, declarou: “O que seria da indústria e do comércio se desaparecesse a riqueza rural?” Cobrando definições e mudanças do governo nacional. “Pobre do país que tem uma pecuária deprimida, sufocada, ou afetada pela incerteza, pela instabilidade, e pela falta de incentivo para trabalhar?”. O governo era convocado a estabelecer uma “política agrária progressista”, que propiciasse um clima de “preços remuneradores e estabilidade econômica e social”, e um ambiente favorável para impulsão de crédito para o setor rural<sup>294</sup>. No fim do mesmo ano, o governo advertiu sobre as dificuldades na balança de pagamentos e sobre o processo inflacionário interno que o país vinha vivendo.

Os baixos preços que eram pagos pelo IAPI aos produtores rurais, a continuidade da política de prorrogação de contratos e congelamento das dívidas de pagamento de

---

<sup>294</sup> Anales de la Sociedad Rural Argentina, março de 1948, pp. 6-7. Ver também GIRBAL-BLACHA, Op. Cit. p. 6.

arrendamentos, e a política trabalhista para o meio rural, com os aumentos salariais para trabalhadores estacionais e o avanço da regulação sobre o mercado de trabalho, certamente alteraram as relações sociais agrárias em relação à antes de 1943, mas esses elementos estiveram acompanhados do apoio financeiro oficial e de uma tentativa de “balancear” essas relações no campo. Nesse sentido, como vimos, houve os episódios de maior aspereza ou cordialidade nas relações entre grandes proprietários e Estado peronista.

Em 1949-1950, conforma a conjuntura econômica internacional ia reestabelecendo com maior intensidade as relações de imperialismo e dependência, o mercado de grãos era tomado por EUA e Canadá e as reservas argentinas no exterior evidenciam suas restrições de uso e perdem o dinamismo para auxiliar a manutenção do modelo de ação econômica estatal do peronismo, no plano interno se verifica uma queda da produção agrícola, anos de acentuada de inflação e uma crescente dificuldade na balança de pagamentos. De aí em diante, se reorienta a política econômica com um novo enfoque que representou uma “volta ao campo”. Também se revê a ideia da “terceira posição” e da independência nacional, tal como postuladas originalmente, com uma maior abertura ao capital estrangeiro.

Na sequência duas severas secas sucessivas afetaram duramente as safras (1950-1951). Em consequência, e como aprofundamento da transformação do projeto econômico, o governo propôs o Plano Econômico de Emergência de 1952. A aplicação do plano representou uma transformação irreversível em alguns aspectos da ideologia peronista, principalmente em relação ao capital externo (agora com maior abertura) e a política agrária. Para aumentar a aquisição de divisas com o mercado internacional, passou-se a priorizar o aumento da produtividade agrária em relação a todos os objetivos anteriores.

Um ano antes, em 1951, a maioria dos sócios da SRA parecia não demonstrar graves insatisfações com as políticas governamentais. Segundo Ribeiro, a SRA somou-se no lamento e nas rezas pelo estado de saúde de Eva Perón, fazendo parte também das homenagens póstumas nas ruas conjuntamente com a população<sup>295</sup>. Nesse período se desencadeia, segundo Palomino e Ribeiro, uma crise nas fileiras da SRA, entre apoiadores e opositores de Perón, disputa essa que perde importância no momento do golpe militar de 1955<sup>296</sup>.

---

<sup>295</sup> RIBEIRO, V. Op. Cit. p. 108.

<sup>296</sup> RIBEIRO, V. Idem. e PALOMINO, M. *Tradición y poder*. Buenos Aires: CEAL, 1987, p. 29.

Esse aumento da geração de divisas através da produção agropecuária não deveria afetar o salário dos trabalhadores, principal base de apoio do movimento peronista, contudo, tradicionalmente a expansão da lucratividade das atividades do campo esteve relacionadas, na nossa compreensão, pela superexploração da força de trabalho e pela expansão da área produtiva. O que foi feito foram medidas de estímulo ao setor, promovendo e subsidiando a incorporação de novas tecnologias para o aumento da produtividade rural. A produção agrária argentina havia sofrido com grande defasagem durante os anos da guerra, principalmente por causa das restrições impostas pelos EUA em termos de bens estratégicos e suas exportações para países não-alinhados<sup>297</sup>.

Se reduziu o crédito à compra da terra e se aumentou a disponibilidade do mesmo e com taxas preferenciais para as atividades destinadas ao ciclo produtivo<sup>298</sup>, foi reduzida a colonização promovida pelo Estado, se deteve as expropriações de terras e foi ditada uma nova legislação que dava maior segurança aos proprietários. De fato, desde o decreto 33.425 de 1948, culminando no plano econômico de 1952, ficou clara a decisão política de bloquear todas as medidas em matéria de políticas de terras e avanços na política trabalhista que pudessem afetar o desenvolvimento requerido das atividades produtivas<sup>299</sup>.

A mudança de postura governamental teve correspondência em uma transformação da postura da SRA. A relação tortuosa entre esses dois atores teve momentos de conflitos mais abertos e outras vezes mais latentes. É possível que o abandono progressivo a ideia original da reforma agrária, e a prioridade para o incentivo da agropecuária voltada ao mercado externo<sup>300</sup>, a partir da reorientação de 1948 em diante tenha arrefecido os ânimos da entidade<sup>301</sup> que, entretanto, apoiará o golpe militar de 1955.

Nos anos em que José Alfredo Martínez de Hoz esteve à frente da SRA o discurso anti-governo foi moderando-se a medida em que esses elementos apresentados acalmavam os interesses daqueles que a entidade representava. Economia com enfoque na exportação agropecuária, preços altos no mercado interno dado os índices de inflação (que ainda contavam

---

<sup>297</sup> Ver ESCUDÉ, C. *Gran Bretaña, Estados Unidos y la declinación argentina, 1942-1949*. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1983.

<sup>298</sup> GIRBAL-BLACHA, N. Op. Cit., 2002.

<sup>299</sup> As expropriações foram reduzidas drasticamente até serem praticamente nulas em 1954-1955, 1948 havia sido o ano mais conflitivo em relação às expropriações e indenizações. Cf. LATTUADA. Op. Cit. 2002.

<sup>300</sup> Contando com um convênio firmado com a Inglaterra a partir de 1949 que atendia aos interesses dos grandes proprietários.

<sup>301</sup> Cf. RIBEIRO, V. Op. Cit. p. 107.

com subsídio público), e uma classe trabalhadora com alto nível de controle e burocratização estatal.<sup>302</sup> De fato, no começo dos anos 1950 diminuem em muito as publicações da SRA de caráter político opinativo em relação às ações governamentais, e artigos técnicos se tornam a maioria esmagadora dos textos presentes no *Anales* da instituição. Segundo Palomino, houve mesmo grupos dentro da SRA que buscavam uma mobilização interna no sentido de uma aproximação ainda maior com o governo de Perón<sup>303</sup>.

O II Plano quinquenal orientou a ação do governo pós 1953 e buscou dar maior coerência a essa nova política agrária que começou a ser gestada em 1948-1949. Em relação aos objetivos da política econômica para o campo determinou-se que a prioridade era “alcançar uma máxima e melhor produção que satisfaça o consumo interno e proporcione convenientes saldos exportáveis”<sup>304</sup>. Esse aumento da produtividade foi incentivado através da política creditícia<sup>305</sup>, como já mencionado, mas também houve o anúncio de medidas impositivas com o objetivo de evitar que proprietários mantivessem terras inexploradas, exigindo um índice de produtividade em relação à capacidade potencial de determinada porção de terra. Essas últimas, entretanto, não chegaram a ser realizadas na prática, embora estivessem no plano, possivelmente porque mesmo representando uma ameaça muito menor, ainda era conflitiva com a autonomia e os interesses dos latifundiários. Também houve uma revisão das leis que estabeleciam empecilhos para que produtores utilizassem veículos e pessoal próprios para o transporte da produção, o que retirou, através de decisão vertical, o papel dos sindicatos no fornecimento de mão-de-obra nessa área, através das bolsas de trabalho, e por consequência, anulou o papel das negociações sobre os valores cobrados pelos sindicatos para esse trabalho; além disso, se orientam as organizações patronais e obreiras a eliminar, durante o estabelecimento dos acordos, qualquer possibilidade de atraso ou circunstância capaz de limitar a produção agropecuária<sup>306</sup>. Em termos econômicos, o primeiro quinquênio dos anos 1950 os

---

<sup>302</sup> Para alguns setores da SRA, entretanto, ainda existiam problemas. Conforme Ribeiro “ Nem todos aceitavam o congelamento dos preços de arrendamentos. E existiam aqueles mais intransigentes, demonstrando uma rejeição não ao governo Perón, mas a sua figura que para eles representava a indisciplina de setores populares, que poderiam a qualquer momento, com o beneplácito oficial, mobilizar-se contra seus patrões, mesmo que tal mobilização fosse apenas uma hipótese”. RIBEIRO, V. Op. Cit. p. 108. Embora não seja possível mensurar exatamente o peso desse argumento na posição dos grandes proprietários, é perfeitamente possível que tenha tido um peso considerável no apoio da SRA ao golpe de 1955.

<sup>303</sup> PALOMINO, M. Op. Cit.

<sup>304</sup> Presidencia de la Nación, Subsecretaría de Informaciones, 1953: 111-140. Apud LATTUADA, M. Op. Cit. 2002, p. 13.

<sup>305</sup> Não obstante os esforços declarados através do discurso e das resoluções, a respeito da necessidade de conseguir uma harmônica distribuição regional dos recursos, a concentração do crédito oficial indica que a região do pampa reforça seu tradicional papel hegemônico no concerto regional do país. GIRBAL-BLACHA, Op. Cit. p. 15.

<sup>306</sup> *Ibidem*, p. 11.

assalariados do campo veem estancar-se seus ingressos, além de reduzirem-se duramente as concessões aos assalariados do campo, em termos legislativos<sup>307</sup>. Isso se torna mais agravante se temos em conta que a inflação se torna um grave problema social nessa conjuntura. A medida em que as medidas de governo se tornam mais liberais, se estreitavam as possibilidades da classe trabalhadora rural.

As transformações econômicas e políticas tiveram um correlato no discurso peronista, buscando a ressignificação de muitos dos pontos centrais das propostas para o meio rural, ainda mais acentuadas se comparamos com o período da campanha eleitoral que levou à primeira eleição de Perón. Em 1950, no discurso de abertura das sessões legislativas, em 1º de maio, Perón ressaltava que a independência econômica pretendida para a Argentina não era “de ordem isolacionista”, e abafando as críticas, expunha que “tudo quanto temos feito tem sido precisamente para assegurar um futuro promissor para a economia agropecuária”<sup>308</sup>. Expressou diante do Senado que seriam adotadas “uma série de medidas tendentes a estimular o produtor agrário”, no que definiu como sendo uma “campanha de reativação agrária”. No ano seguinte, também ao Senado, declarou ainda que “o justo agora é que a independência econômica sirva ao bem-estar do campo argentino”<sup>309</sup>.

Desde o texto constitucional de 1949 foi introduzida a vaga noção de “propriedade da terra em função social”, o que propiciou uma transformação das ideias originais contra a atividade rentista e de defesa da premissa de que a propriedade tinha que ser do produtor. No lugar, surge explicitamente o imperativo de que as terras aptas produzam para a sociedade. Terra com função social seria aquela que não é destinada apenas à especulação, e sim que

---

<sup>307</sup> FERRER, Aldo. Op. Cit. p. 53-81.

<sup>308</sup> Não se deve menosprezar o alcance da mensagem dessa nova orientação, em relação a seu arraigo no corpo social. A máquina de propaganda do peronismo, se dava através dos meios de comunicação e abrangia também a educação. O “*Segundo plano quinquenal al alcance de los niños*” foi uma publicação destinada aos estudantes do quinto e sexto anos, e nele se verificava a ideia de que Perón queria que a população fosse muito feliz, e que para isso era fundamental que o campo produzisse muito, que para valorizar o campo as cooperativas poderiam adquirir máquinas novas e que os preços pagos pelos produtos rurais seriam altos. Ao contrário das origens do peronismo, se verificava implícito até mesmo um convite a crianças e jovens do campo para a ajuda nas tarefas agropecuárias, o que se não significa diretamente que o governo estivesse conclamando crianças e jovens para o trabalho, soava contraditório com as campanhas do período 1943-1946 de desencorajamento do trabalho infantil. O material também expressava a consideração de que aquele que não se compromete com essa tarefa ou prejudica a produção, é um inimigo da nação. Cf. GIRBAL-BLACHA, Op. Cit. p. 9. Em 1953, a obra *El campo recuperado por Perón* será uma publicação destinada a ser distribuída por toda a rede de ensino do país, e buscava consolidar uma memória coletiva dos feitos de Perón para os trabalhadores rurais argentinos. Era evidente também a intenção de buscar um voto de confiança na ação pessoal de Perón em tempos que se requeriam maiores esforços da parte de todos, e onde conquistas materiais reais já não eram verificadas. PRESIDENCIA DE LA NACIÓN. *El campo recuperado por Perón (1946-1953)*. Buenos Aires: Subsecretaria de Informaciones, 1953.

<sup>309</sup> Cámara de Senadores de la Nación. *Diario de Sesiones*, 1950, Buenos Aires, 1950, e Cámara de Senadores de la Nación. *Diario de Sesiones*, 1951, t.1, p. 10. Apud: GIRBAL-BLACHA. Op. Cit. p. 10-11. Tradução nossa.

produza conforme seu potencial, e nesse raciocínio, não é um problema que os benefícios e lucros sejam apropriados de forma privada. Na noite de 11 de julho de 1953, no Teatro Colón, em Buenos Aires, Perón discursou diante da classe dominante rural e para as principais lideranças da SRA, e o que se verifica é uma transformação discursiva em relação a menos de uma década atrás:

Quando falamos de latifúndio, o pior latifúndio é o da terra fiscal, que está abandonada, não produz e não deixamos que produza nada. Em consequência, a reforma agrária deve começar, pelo governo e pelo Estado, entregando essa terra fiscal para que seja elaborada; e entregando-a em propriedade como estabelece a Constituição. Este é o primeiro ponto da reforma agrária. O segundo ponto da reforma agrária é fazer produzir as terras improdutivas que há atualmente nas zonas de grande produção. É indubitável que estas são as duas medidas mais elementares e fundamentais de nossa reforma agrária. Quando se tenha realizado isso, haverá chegado o momento de pensar se a terra tem uma exploração racional. Primeiro exploramos toda a terra ainda que seja irracionalmente e depois vamos apertar parafuso por parafuso para fazê-la render tudo o que deva render. Naturalmente, isso tampouco vamos fazer violentamente.

Alguns falam de latifúndios e muito poucos fazem menção aos minifúndios. Não há que limitar inicialmente o máximo; o que há que limitar é o mínimo para não criar problemas no futuro. Há alguns que vem e dizem: “Vê, essa companhia tem aqui vinte mil hectares que cultiva e obtém uma produção extraordinária. Por que não a divide?” Vocês querem algo mais antieconômico que isso? Se se fazem produzir a vinte ou cinquenta mil hectares e se extrai da terra uma grande riqueza, como vamos dividir? Seria o mesmo que tomar uma grande indústria de aqui e dividi-la em cem pequenas oficinas para que fosse antieconômico.

O latifúndio não se qualifica pelo número de hectares ou a extensão da terra que faz produzir, o latifúndio se qualifica pela quantidade de terras, ainda que sejam poucas, que são improdutivas. Deus nos livre de ser tão pequenos de entendimento que nos lançássemos à destruição das grandes explorações, tendo as imensas extensões que temos nós para que cada agricultor argentino possa ter todo o campo que anseie<sup>310</sup>.

O exemplo da mudança de concepção de latifúndio e o entendimento vago e conservador dos interesses latifundiários em torno da vaga noção de terra com função social são significativos da mudança na orientação política e econômica nesta nova fase do peronismo enquanto governo. O influxo em certas áreas foi muito grande, como na nova Lei de Colonização (14.392, de 1954), a qual trazia mais garantias e proteção à classe dominante e proprietária rural do que a própria legislação dos governos conservadores e do que a própria

---

<sup>310</sup> PERÓN, J. *La política agropecuaria peronista*. In: Revista Hechos e Ideas. Tomo 25, 1953, p. 103-116. Apud LATTUADA, M. Op. Cit. p. 15. Tradução nossa.

Constituição de 1953<sup>311</sup>. A nova lei eliminou o limite anterior de dois mil hectares para a extensão de um a propriedade, e nem mesmo o grau de exploração foi minimamente abordado, havendo apenas a referência de que a exploração não poderia ser “irracional”. Era o fim das expropriações por pedido do organismo encarregado da colonização pelo poder executivo, a partir daquele momento, qualquer expropriação deveria ser analisada caso a caso como um projeto de lei individual para cada caso específico, e caso uma expropriação fosse consumada, o valor da indenização seria calculado com base no preço de mercado da terra – o que engloba toda a especulação sobre essa – e não sobre seu valor fiscal, como era anteriormente.

Neste período também não foram discutidos pelo Congresso (que tinha maioria peronista) nenhum dos projetos apresentados por próprios parlamentares peronistas até maio de 1948 sobre expropriações de campo ocupados por arrendatários e parceiros. Os anos de uma política mais marcadamente em prol dos arrendatários haviam terminado. A política de congelamento dos valores de contrato dos arrendamentos, entretanto, foi mantida até muito perto do fim do segundo governo de Perón, com o golpe de 1955, contudo, em todo o período houve tentativas de implementar uma saída através de um livre convênio entre as partes, o que culminou em uma nova lei de arrendamentos sancionada às vésperas do golpe, para substituir a lei do primeiro governo de Perón. Na província de Buenos Aires, onde havia se avançado nas expropriações, se ditou um novo projeto de lei que as barrou. Era virtualmente o fim das ideias peronistas de reforma agrária, de avanço da “justiça social” levada ao campo e da política de enfrentamento aos *terratenentes*.

O presidente da SRA, José Martínez de Hoz, declarou em entrevista um processo de aproximação e convencimento de Perón:

Eu convenci Perón – diz – de que expropriar estâncias é um erro e que o minifúndio é mais perigoso. Meses depois no Teatro Colón repetiu minhas palavras aos agricultores reunidos. Também convenci a Mercante [governador da Província de Buenos Aires] de retificar o disparate aprovado na legislação bonaerense quando se expropriou um quarto de mais de trinta estâncias de Lincoln e 25 de mayo<sup>312</sup>.

É somente a partir dessa guinada na política econômica (que se deveu em parte à conjuntura econômica e em parte a vontade política do peronismo) que podemos compreender a transformação, ou melhor, um estancamento, dos avanços da política trabalhista verificadas

---

<sup>311</sup> LATTUADA, M. Op. Cit. 2002.

<sup>312</sup> GAMBINI, H. *La primera presidencia de Perón. (Testimonios y documentos)*. Buenos Aires: CEAL, 1983, pp. 119-120. Tradução nossa.

no período 1943-1945 e com desenvolvimento em 1946-1950. A sindicalização do mundo do trabalho rural que, de fato, serviu inicialmente a um aumento da capacidade de negociação dos trabalhadores do campo, ocorreu concomitantemente a um processo de burocratização e automatização das ações, como vimos. Esse aparato, esse novo modo de operação sindical, permitiu que nos anos cinquenta (principalmente a partir do plano econômico de 1952) se empreendesse com maior facilidade um controle das demandas dessa classe social, na mesma medida em que se estabelecia o imperativo central de aumento da produtividade (e de intensidade do trabalho, diga-se de passagem). Nesse ínterim a retomada do processo de modernização tecnológica do campo terminou por consolidar o êxodo rural como tendência a transformar irreversivelmente a sociedade argentina no campo, diminuindo os impactos da maior organização da classe trabalhadora rural (fruto do processo que se deu entre os anos 1930 e o primeiro governo de Perón).

O plano econômico de 1952 determinou que se deveria agir com firmeza e repressão em relação aos trabalhadores que adotassem medidas consideradas radicais ou “de força”, ou que continuassem os conflitos com arrendatários e produtores familiares. Lembrando que esses conflitos nasciam justamente da vontade de trabalhadores de que se valessem as decisões do executivo (através dos decretos e leis) sobre a obrigatoriedade da contratação para determinadas funções dentro do acordado, da utilização de quantidades mínimas de trabalhadores por tarefa, e da não utilização da ajuda mútua entre os agricultores ou contratações fora do estipulado fornecimento sindical. Ou seja, o governo passou a decidir atuar firmemente no combate a eventuais conflitos que eram originados da própria ação sindical no sentido de fazer valer as medidas aprovadas pelo próprio executivo no período do primeiro governo peronista.

O imperativo de produtividade foi invocado por Perón, ao apresentar o plano de 1952 para deslegitimar qualquer ação que comprometesse a primazia da elevação da produção, além de buscar neutralizar a influência de qualquer orientação ou ideologia sindical que apresentasse reivindicação ou ponto de vista contrário. Quando se referia ao papel da população trabalhadora para o sucesso do plano abordou o assunto da seguinte forma:

Quando um homem não produz o que pode é um sabotador, e em consequência, um inimigo comum. Quando afirmamos que o lema argentino da hora econômica é produzir, produzir e produzir, temos pensado nisso e em outras inúmeras circunstâncias. O êxito de todo o plano econômico depende

de cada um cumpra seu dever consciente e solidariamente, descartando qualquer influência estranha...<sup>313</sup>

As transformações na política agrária tiveram correlato na postura da SRA em 1953. Nos Anais da entidade foi publicado uma nota que parabenizava as medidas governamentais, destacando que “se aumentou os preços oficiais para a carne, se facilitou e fomentou a compra de maquinário agrícola, se deram normas sobre o trabalho rural”, e na sequência, “se fomentou a criação e o desenvolvimento de cooperativa rurais, se deu uma nova estrutura ao organismo oficial oficial regulador do comércio de carnes, transferindo-o para a órbita do Ministerio de la Agricultura de la Nación [mais próximo da zona de influência da SRA]”, e para a realização das mercadorias no mercado externo “se chegou a um feliz acordo com Grã-Bretanha sobre comercialização de nossa produção pecuária exportável e se tomaram uma série de medidas oficiais, todas justificadas em aumentar a produção rural ao grau máximo<sup>314</sup>”.

Nos é de destaque o fato de que a entidade cumprimentava o governo também pela normatização do trabalho rural, algo que foi alvo das numerosas críticas que verificamos no período anterior. Acreditamos que talvez isso se explique, em parte, pelo influxo de novas políticas que representassem avanços para os trabalhadores rurais, tanto em termos materiais diretos, como em avanços das leis trabalhistas ou do Estatuto (que, entretanto, foi incorporado à Constituição em 1949). A estrutura regulatória das relações de trabalho rurais, que construiu e determinou os canais de negociação entre patrões e empregados sazonais, tinha uma intenção inicial de estabelecer o Estado como árbitro entre diferentes frações da sociedade. Contudo, uma vez alteradas as prioridades econômicas do Poder executivo, essa mesma estrutura servia para garantir a força e a eficácia do empreendimento do padrão de reprodução do capital desejado pelo Estado, em aliança com a classe dominante rural. Além disso, mesmo se ignoramos toda a burocracia e a forma como se consolidaram esses canais, poderíamos afirmar que a própria regulação do trabalho também conformou a luta dos trabalhadores à esfera principal das lutas dentro do direito burguês, o que era um fator a mais na consolidação do mercado de trabalho rural<sup>315</sup>. Em 1953 ainda, Perón declarou em entrevista, mencionado

---

<sup>313</sup> ARGENTINA. *Plan Económico de 1952*. CONSEJO ECONÓMICO NACIONAL, 1952. Tradução nossa.

<sup>314</sup> Anales de la Sociedad Rural Argentina, Janeiro de 1953, p. 7. Tradução nossa.

<sup>315</sup> Importante ponderar que esse mercado de trabalho rural não terá vida longa, no que diz respeito a grande contingente de trabalhadores. As novas tecnologias empregadas no meio rural vão esvaindo nos anos seguintes o peso dos peões nessa área, em relação à primeira metade do século XX. Igualmente importante de se ponderar é o fato de que a abrangência do domínio do direito sobre as relações de trabalho rurais não representa um fator exatamente “necessário” à consolidação do mercado de trabalho rural nas economias dependentes latino-americanas, uma vez que a própria informalidade pode acarretar-se em uma modalidade da superexploração da força de trabalho.

transformações entre o começo de seu governo e aquele momento, que “o campo necessitava equilíbrio e tranquilidade para trabalhar<sup>316</sup>. No final do mesmo ano, Perón creditava a recuperação econômica empreendida durante aquele ano ao setor rural e à estabilidade propiciada pela “organização dos sindicatos agrários<sup>317</sup>”.

Mario Lattuada, através do estudo das transformações do discurso peronista afirmou que no início do movimento justicialista em torno a figura de Perón e de formação das ideias centrais desse projeto, se estabeleceu uma subversão do que chamou de relações de dominação na sociedade e na política argentina. Em um primeiro momento, a ideia de deslocar do poder grupos tradicionais ligados a essa classe dominante rural, entendida como os rentistas ou a oligarquia, acompanhava a noção de emergência das massas urbanas, dos industriais, e das classes oprimidas no campo. O pesquisador aponta como foi mais possível estabelecer discursivamente e politicamente essa aliança policlassista enquanto movimento político de oposição. As contradições latentes do estabelecimento da aliança policlassista são diminuídas enquanto são um avanço contra a ordem estabelecida.

Podemos acrescentar que, quando se conquista a mudança dessas relações de dominação e se alcança o poder do Estado, no entanto, dois elementos passam a dificultar mais as coisas: em primeiro lugar, o projeto que permitiu essa transformação das relações de dominação previa entre seus objetivos um desenvolvimento argentino alternativo que tornava imperativa uma transformação nas relações de produção da formação econômico social argentina, o que sem dúvida era um desafio muito maior, dada as limitações evidentes e de diversas ordens (econômicas, políticas, sociais, internas e externas). Em segundo lugar, internamente ao movimento, se tornava mais difícil traduzir em um plano de governo a contemplação dos pontos defendidos quando da formação da aliança policlassista, sendo apresentadas contradições difíceis de se solucionar.

O que acontece aproximadamente no período 1948-1950 é uma mudança na composição e estratégia de alianças sociais do peronismo no poder, onde, discursivamente e em algumas medidas, buscava-se manter a aproximação conquistada com a classe trabalhadora urbana e rural, mas que em termos práticos representou a priorização de uma retomada da aliança com a

---

<sup>316</sup> La Res, Buenos Aires, 20 de junio de 1953, núm. 467, pp. 28076-28081. Apud GIRBAL-BLACHA. Op. Cit. p. 13.

<sup>317</sup> Cámara de Senadores de la Nación. *Diario de Sesiones*. Buenos Aires, 1954, t. 1, pp. 16-17 e 21. Apud GIRBAL-BLACHA. Op. Cit., p. 15.

classe dominante rural, e do abandono (não teríamos como saber se temporário ou definitivo) do projeto de primazia industrialista com base na redistribuição da renda da terra, onde a classe dos grandes proprietários rurais ocuparia papel subordinado e se defendia uma ideia de autarquia ou independência econômica e política. As relações de produção na formação econômico social argentina, mesmo guardando características particulares, eram (são) relações com características fundamentais de uma economia capitalista dependente, cujos limites foram sendo apresentados, terminada a conjuntura excepcional da guerra e seus impactos na economia mundial.

Diante das contradições da aliança de classes original que propiciou a ascensão do peronismo ao poder, a principal resposta a partir do Estado, para a organização da sociedade, em termos estruturais, previa a formação de uma organização administrativamente racional e corporativa da sociedade, onde o Estado exerceria a tutela e o papel arbitral entre as classes sociais. As políticas para o mercado de trabalho rural que tiveram como pontapé inicial o Estatuto do Peão, como pudemos verificar, claramente inseriram-se nessa filosofia geral.

Retornando a Lattuada e os impactos discursivos a partir do governo peronista, este afirmou que, como consequência social, no segundo governo de Perón o conjunto da classe trabalhadora não podia negar que os níveis de vida haviam melhorado, mas haviam sido cerceadas as possibilidades de que esse processo pudesse ser imaginado como fruto de suas próprias lutas políticas, sendo muito mais concebidas – salvo exceções de pontuais expressões políticas – como concessão da vontade política de um homem: o líder. Segundo Lattuada, isso explicaria, em alguma medida, o porquê da classe trabalhadora seguir apoiando o projeto de governo em um momento no qual se exigiam cada vez maiores sacrifícios, sem a apresentação de contrapartida alguma.

Como consequência das transformações estruturais pelas quais passava o meio rural na década de 1950, pode-se afirmar também, que até 1955, houve uma diminuição da importância política do grupo dos não-proprietários rurais, a despeito de haverem se tornado uma força política importante durante toda a década de 1940. Isso tem a ver com todas as transformações já mencionadas, inclusive na atuação sindical, mas tem a ver também com o fato de que o contingente de pessoas que incluía-se na categoria de não-proprietários no campo, e que fora um importante contingente eleitoral em 1946, agora já era muito menos significativo, tanto pelo fato do êxodo rural ter avançado, convertendo grande parte da classe trabalhadora rural em trabalhadores urbanos, como por parcelas de arrendatários e parceiros terem se tornado

proprietários pelas políticas de favorecimento e crédito para aquisição de propriedades durante o primeiro governo peronista<sup>318</sup>. Ou seja, se tomarmos por base 1955, o ano do golpe que pôs fim a essa primeira experiência peronista, caso houvessem hipoteticamente eleições, o potencial eleitoral dos não-proprietários rurais seria reduzido em relação a 1946.

Em suma, o que na superfície dos eventos políticos representou o golpe de 1955 foi acompanhado por um cenário onde a classe trabalhadora rural não teve condições organizativas e políticas independentes para apresentar uma resistência, dada sua “despolitização”, burocratização e automatização. O projeto redistributivo da renda nacional empreendido pelo peronismo, mesmo em sua forma mais tímida, tal como se apresentava nessa primeira metade dos anos 1950 ainda assim esbarrava em limitações internas e externas, ao mesmo tempo em que os mesmos grupos que comandavam a nação por um caminho de crescimento subordinado dentro dos parâmetros do capitalismo dependente retornavam ao poder. Conforme Ribeiro, para os líderes da SRA nesse momento, era hora de varrer de cena o “populismo peronista”, retornar à disciplina do trabalho e do liberalismo econômico. O peronismo era encarado apenas como um intervalo infeliz, que devia ser superado com urgência<sup>319</sup>. Para os trabalhadores rurais argentinos e suas representações sindicais, a despeito da complexidade e variedade de interpretações possíveis, restava a experiência de uma época que, seguramente, se tornou a mais representativa e simbólica em termos de conquistas e reconhecimento obtidos, e que fez parte do início de uma longa e tortuosa relação entre peronismo e classe trabalhadora.

---

<sup>318</sup> Cf. BARANDIARÁN, L. Op. Cit., p. 4.

<sup>319</sup> RIBEIRO, V. Op. Cit. 108.

## Conclusão

O Estatuto do Peão<sup>320</sup>, enquanto documento legal garantidor de direitos para os trabalhadores do campo foi um produto contraditório e complexo. Foi ditado como decreto por um governo ditatorial nascido de um golpe militar, onde as possibilidades de reação das oposições estavam restritas dentro da esfera da ação política legal. Ao mesmo tempo incorporou grande parte dos avanços legislativos em matéria trabalhista, conforme o que era discutido e implementado no cenário internacional e, nacionalmente, no âmbito de algumas das províncias mais significativas em termos de produção agropecuária e formação de um mercado de trabalho rural.

Nesse contexto foi de importância central a atuação da Secretaría de Trabajo y Previsión, alçada posteriormente a Ministério. Desde esta nasceram as principais políticas benfeitoras em relação às classes trabalhadoras urbana e rural, e foi catapultada a figura de Juan D. Perón dando origem ao fenômeno, movimento político e governo peronista.

O Estatuto nasceu de um reconhecimento da situação de extrema pobreza de parte dos trabalhadores rurais e buscou justificar-se como uma medida garantidora de direitos básicos, relacionados à dignidade e a superação de um cenário de injustiças. Ao mesmo tempo em que as organizações sindicais ganhavam maior reconhecimento e se aproximavam do Estado enquanto agentes reguladores do mercado de trabalho rural, o Estatuto jamais se apresentou pelo Estado como uma conquista que remetesse às lutas anteriores do sindicalismo rural argentino, ainda que boa parte de seu conteúdo já estivesse presente nas reivindicações do anarcossindicalismo, do sindicalismo revolucionário e do sindicalismo moderado que vai se desenvolvendo nos anos 1930.

No entanto, é evidente que, se a política estatal para o mercado de trabalho rural foi inspirada em medidas provinciais, essas não surgiram do nada, sendo respostas às lutas perpetradas por trabalhadores rurais desde mais de duas décadas, pelo menos. Lutas essas que tiveram seu ápice em momentos como em 1917-1919 e 1928-1932, pressionando por transformações das políticas provinciais que tinham por filosofia, apesar de diferentes matizes,

---

<sup>320</sup> Em julho de 1980 foi aprovado o Régimen Nacional del Trabajo Agrario, que pôs fim a ao Estatuto do Peão, depois de 36 anos de vigência.

manter a ordem e a normalidade do processo produtivo rural, e afastar as vertentes revolucionárias do sindicalismo.

O Estatuto fez parte de uma política agrária, que começou a se desenvolver no período 1943-45 e que ganhou forma mais sólida durante o primeiro governo de Juan D. Perón. Portanto, ele não pode ser compreendido sem a percepção de que fez parte de um projeto alternativo de desenvolvimento para a Argentina onde o campo jogaria um papel diferenciado, e com vistas a estabelecer um processo de transferência de renda a partir da produção agropecuária para outros setores (promovendo a transição a um padrão de reprodução do capital industrial internalizado), e esteve em conformidade com as premissas políticas do peronismo em formação, e como expressão de uma nova aliança de classes que dedicava importância central na figura do líder.

Seguiu-se ao Estatuto, toda uma política de regulação do mercado de trabalho rural através da política dos decretos e da regulação do trabalho estacional, o que se expressou através da criação de novos órgãos governamentais, por um lado, e uma maior organização a nível nacional da classe trabalhadora rural. Essa maior organização, entretanto, foi acompanhada de um processo de burocratização e automatização do sindicalismo rural, favorecendo uma tendência de disciplinamento promovida a partir do Estado e de uma notável queda no potencial de combatividade dessa classe.

Independentemente do caráter interventor do Estado peronista, ou das visões correntes de um maior corporativismo ou autoritarismo, as transformações legais conformaram a inserção dos trabalhadores rurais como sujeitos de direito e foram, ao nosso ver, a conclusão de um processo necessário do ponto de vista do capital para a consolidação de um mercado de trabalho rural. Não se trata de minimizar o importante papel que cumpriram essas conquistas trabalhistas, mas também é preciso desvelar a consideração de que, da análise do processo estudado, onde o Estatuto foi talvez o ponto central, se emerge a consideração de que o avanço do domínio do direito sobre as relações de trabalho rurais, encaminharam os novos canais de luta, e de influência sobre a própria imaginação acerca das possibilidades de reivindicação do conjunto dos trabalhadores rurais, que auxiliaram no controle sobre a classe durante o segundo governo de Perón.

Ainda recentemente, o papel desempenhado pelo presidente da Argentina naquela época tão influente na memória coletiva nacional se faz presente, e representantes classistas rurais

consolidam e reproduzem a memória de Perón como o concedente de direitos, dignidade e reconhecimento para os peões. Citemos, a título de ilustração, a obra *Peones: los primeros argentinos, de Perón a Venegas*, de 2006, com autoria de Roberto García Lerena<sup>321</sup>. A obra tem ligação com a UATRE, e seu secretariado nacional àquela época. No texto, busca-se narrar a história dos trabalhadores rurais argentinos, mas o que nos é interessante citar aqui é a centralidade que é dada a Juan D. Perón, para além, inclusive, de suas ações diretamente em governo. O livro dedica no mínimo dois capítulos (cerca de um quarto da obra) a tratar da trajetória pessoal de Perón e sua vontade de transformar a vida dos peões, de modo que chega a narrar sua biografia desde o nascimento e infância, com farta documentação fotográfica (desde bebê), como se para explicar a história do reconhecimento e emergência dos peões como sujeitos de direito fosse necessária a abordagem da trajetória individual de Perón, em seus pormenores.

O conjunto das políticas para o trabalho rural no qual o Estatuto inseriu-se foi empreendido em um tempo que coincide com o momento das políticas agrárias vinculadas ao projeto alternativo encabeçado pelo peronismo original e o contexto pré-eleitoral, e seu influxo coincidiu com o fechamento das possibilidades conjunturais e estruturais daquele modelo<sup>322</sup>, diante da condição dependente da formação econômico-social argentina, passada a conjuntura excepcional da guerra mundial. Dessa forma, pudemos verificar como a ampliação das conquistas da classe trabalhadora rural através das mudanças a partir do executivo, legislativo e de entendimentos do judiciário, ocorreram no período 1944-1950 aproximadamente. O final desse período coincide com as mudanças decisivas de orientação governamental em termos de política econômica que marcam o segundo governo de Perón.

Para além de ser uma ação da vontade estatal, o Estatuto também pode ser entendido em termos das possibilidades de reação a ele, conforme a luta de classes na Argentina. Ou seja, a resposta da pergunta sobre porque o Estatuto entrou em vigência naquela conjuntura, exige compreender que ele: 1) surge como novidade a nível nacional, enquanto estatuto garantidor de

---

<sup>321</sup> LERENA, R. *Peones: los primeros trabajadores argentinos: orígenes: de Perón a Venegas*. 1ª ed. Buenos Aires: Runa Comunicaciones, 2006.

<sup>322</sup> O projeto econômico peronista foi ousado em muitos aspectos, se pensado no âmbito de uma formação econômico social dependente, e sob relações de imperialismo. Apresentou uma oposição à presença do capital estrangeiro, intentos de promover uma industrialização autônoma, estatização de setores estratégicos, políticas protecionistas, confisco de meios de produção, maior controle sobre o sistema financeiro e de câmbios, independência política e diplomática e na constituição da chamada *terceira via*. Ainda que constitua uma trama complexa, e permeada de interpretações e debates, a crise econômica que abala o funcionamento do Estado peronista não pode ser dissociada dos fatores ligados a ação do capital imperialista, e as limitações das possibilidades do projeto de “independência econômica”, dentro dos marcos do capitalismo.

direitos, mas afetava pouco do conjunto dos trabalhadores rurais (apenas permanentes), e se desenvolve a partir das conquistas que iam estabelecendo-se nos anos 1930 a nível provincial, e em um contexto de maiores intentos reguladores do mercado de trabalho rural. Teve como principais forças opositoras a FAA, representante de pequenos produtores familiares e arrendatários, e a SRA, entidade de classe com maior poder e influência na Argentina até então, e vinculada pelo discurso social à *oligarquia*, composta por proprietários latifundiários pecuaristas e agraristas, e ligados às atividades industriais agrárias como a produção pecuária e laticínia. A SRA apresenta uma relação complexa com o governo a qual, embora tenha sido destacada como de afastamento da *oligarquia* do Estado, não tenha configurado um deslocamento completo em nenhum momento. Políticas públicas contraditórias para o meio rural, mantiveram investimentos necessários, de um lado, mas promoveram uma série de transformações que iam de encontro ao interesse da classe dominante rural, de outro. Nesse tempo, a SRA passa por posicionamentos de expectativa, hesitação, críticas moderadas e respeitadas, críticas duras, participação em uma grande unidade política de oposição, e de endurecimento das exigências, conforme se enfraquece a prosperidade dos primeiros anos do peronismo. A partir do aceno de Perón ao papel de importância do agro, e de seu engajamento produtivista da “volta ao campo”, podemos ir constatando uma alteração da composição da aliança de classes representada no Estado peronista. Nesse momento, a SRA divide-se entre perspectivas de aproximação e de crítica opositora, que se por um lado indicaram um retorno dos interesses da classe dominante rural apresentados como interesses nacionais, por outro não impediram a SRA de se somar às forças políticas sociais que compuseram a base de apoio e legitimidade do golpe militar de 1955 que botou fim a essa primeira fase da experiência do peronismo. Durante todo o período, jogou também um papel de importância o controle sobre a política creditícia e cambiária, que eram assuntos caros a qualquer empreendimento rural argentino, o que jogou o confronto direto para segundo plano, dando centralidade a um caráter negociação perante o governo.

O estudo do Estatuto del Peón, enquanto um documento como objeto de pesquisa, acarreta a observância de uma série de fatores que, diante de um olhar unicamente disciplinar ou de um campo específico, não seriam plenamente compreendidos. Implica em compreender a dinâmica das relações entre Estados e classes sociais, do desenvolvimento do direito, das formas de pensar o papel do Estado, dos problemas sociais pelo qual o país vinha passando. E, conforme acreditamos, implica em considerar o processo não apenas como uma trajetória independente de um país, como um universo fechado em si, e sim resguardando profundas

relações com a esfera do sistema mundial capitalista no qual está inserido e subordinado a relações específicas de dependência. Implica, por fim, recolocar questões fundamentais para todos aqueles que se alinham a defesa de um mundo mais justo, sobre o que significa a luta por mais direitos, e como as possibilidades dos explorados se transformam dentro de determinados ordenamentos políticos e legais.

## Fontes

**Estatuto del Peón Rural Argentino** e tabelas anexas. Decreto do Poder Ejecutivo Nacional argentino número 28.169, de 1944. Redigido por Tomás Jofré. In: *Anales de la Sociedad Rural Argentina* (citado no item seguinte). E disponível nos sites: repositório digital do *Ministerio de Justicia e Derechos Humanos* da Argentina, e com suas alterações posteriores (<http://www.saij.gob.ar/>); e em formato original, na íntegra, na biblioteca digital *La Baldrich* (<http://www.labaldrich.com.ar/biblioteca-digital/biblioteca-digital-2/legislacion-nacional-y-popular/>) (acessos em 10/05/2018).

**Anales de la Sociedad Rural Argentina**. Buenos Aires, 1944-1955. Acesso em: Hemeroteca. Biblioteca Mariano Moreno.

**Revista Derecho del Trabajo**, *revista crítica mensual de jurisprudência, doctrina y legislación*. Buenos Aires, anos 1941-1952.

**Revista de Trabajo y Previsión**. Publicação oficial da Secretaría de Trabajo y Previsión, Buenos Aires, 1944-1946.

**Anales de Legislación Argentina**. Buenos Aires: Editorial La Ley (1946-1952).

**El campo recuperado por Perón**. Publicação da Presidencia de la Nación. Subsecretaria de informaciones, 1953.

## Bibliografia geral

ALMEIDA, Sílvio. **Sartre: direito e política**. São Paulo: Boitempo editorial, 2016.

AMARAL, Oswaldo E. do. **O conceito de bloco no poder e o estudo das relações internacionais**. Cadernos CEMARX, Unicamp, n.4, 2007. Disponível em <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/cemarx/article/view/1285/863>.

ANSALDI, Waldo. **Conflicto obreros rurales pampeanos, 1900-1937**. Buenos Aires: CEAL, 1993.

ARCONDO, Aníbal. **Población y mano de obra em Córdoba, 1880-1914**. Córdoba: Universidad Nacional de Córdoba, Facultad de Ciencias Económicas, Instituto de Economía e Finanzas, 1973, Serie de Investigaciones N° 15, pp. 30-31.

ASBORNO, Martín. **La moderna aristocracia financeira: Argentina 1930-1992**. Buenos Aires: El Bloque editorial, 1993.

ASCOLANI, Adrián. **Corrientes sindicales agrarias em Argentina (1900-1922)**. Revista Anuario, N. 15. Rosario: Universidad Nacional de Rosario, 1993

\_\_\_\_\_. **El anarcocomunismo rural argentino**. Utopía revolucionaria e sindicalismo (1900-1922). Revista Estudos Sociais. Santa Fé: Universidad Nacional del Litoral, 1993.

\_\_\_\_\_. **Hacia la formación de un mercado de trabajo rural ‘nacional’. Las migraciones laborales em la región cerealera (1890-1930)**. Revista Res Gesta. Rosario: Universidad Católica Argentina, 1998.

\_\_\_\_\_. **El sindicalismo rural em la Argentina: de la resistencia classista a la comunidade organizada (1928-1952)**. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2009.

ASTARITA, Rolando. **Economía política de la dependência y el subdesarrollo**. Tipo de cambio y renta agraria em la Argentina. Bernal: Universidad Nacional de Quilmes, 2013.

BALSA, J. **Discurso y políticas agrarias em Argentina (1920-1955)**. Revista América Latina em la História Econômica, ano 19, n. 3, setembro-dezembro, 2012, pp. 98-128

BAMBIRRA, Vânia. **O Capitalismo dependente latino-americano**. Florianópolis: Insular, 2012.

BARANDIARÁN, Luciano Oscar. **Los Estatutos de Trabajadores Rurales: una comparación de los casos argentino e brasileño**. Araraquara: Revista Espaço de Diálogo e Desconexão, v.2, n.1, jul-dez, 2009.

BARSKY, Osvaldo; GELMAN, Jorge. **Historia del agro argentino: desde la conquista hasta comienzos del siglo XXI**. Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

BARSKY, Osvaldo; DÁVILA, Mabel. **La rebelión del campo**. Historia del conflicto agrario argentino. Buenos Aires: Sudamericana, 2008.

BELINI, Claudio; KOROL, Juan Carlos. **Historia económica de la Argentina en el siglo XX**. Buenos Aires: SigloVeintiuno Editores, 2012.

BIELSCHOWSKY, R. (org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

BLANCO, Mónica. **Peronismo, mercantismo y política agraria en la Provincia de Buenos Aires (1946-55)**. La Plata: Mundo Agrario, vol. 1, n° 2, primer semestre de 2001.

BOITO JR., Armando. **Neoliberalismo e relações de classe no Brasil**. In: Idéias, Campinas: IFCH/Unicamp, n.9, 2002.

BULMER-THOMAS, Victor. **La historia económica de América Latina desde la independencia**. México: Fondo de Cultura Económica, 1998.

CAPELATO, M. **Populismo latino-americano em discussão**. In: FERREIRA, J. (org.) O populismo e sua história: debate e crítica. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor. **História Econômica da América Latina**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

CARRERA, Juan Iñigo. **La renta de la tierra. Formas, fuentes y apropiación**. Buenos Aires: Imago Mundi, 2017.

CODOVILLA, V. **Batir al nazi-peronismo para abrir una era de libertad y progreso**. Buenos Aires: Anteo, 1946.

CORTÉS-CONDE, R. **Cambios históricos en la estructura de la producción agropecuaria en la Argentina. Utilización de los recursos**. Desarrollo Económico. Número 20, 1966

CULLEN, Rafael. **Clase obrera, lucha armada, peronismos**. Vol. 1. Génesis, desarrollo y crisis del peronismo original. La Plata: De la Campana, 2009.

DEL CAMPO, Hugo. **Sindicalismo y peronismo**. Buenos Aires: CLACSO, 1983.

\_\_\_\_\_. **Los orígenes del movimiento obrero argentino**. In: Historia del movimiento obrero. Buenos Aires: CEAL, 1973, tomo II.

DI TELLA, G.; ZYMELMAN, M. **Las etapas del desarrollo económico**. Buenos Aires: Eudeba, 1967.

EGAN, Julia Florencia. **Del Estatuto del Peón al Régimen de Trabajo Agrario: Avances y retrocesos en la regulación del trabajo rural**. Buenos Aires: X Jornadas de Sociología. Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2013.

ESCUDE, C. **Gran Bretaña, Estados Unidos y la declinación argentina, 1942-1949**. Buenos Aires: Editorial de Belgrano, 1983.

FERREIRA, Carla; OSÓRIO, Jaime; LUCE, Mathias (orgs.). **Padrão de Reprodução do Capital: contribuições da teoria marxista da dependência**. São Paulo: Boitempo, 2012.

FERRER, Aldo. **A economia argentina. De suas origens ao início do século XXI**. Tradução de S. Duarte. Rio de Janeiro: Elsevier, 2006 (1962).

FINK, Leon. **Labor justice across the Americas**. Urbana: University of Illinois Press, 2017.

FLICHMAN, Guillermo. **La renta del suelo y el desarrollo agrario argentino**. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 1986.

FONSECA, P.; HAINES, A. **Desenvolvimentismo e política econômica: um cotejo entre Vargas e Perón**. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 1043-1074, dez. 2012.

FRESCO, Manuel. **Como encaré la política obrera durante mi gobernación, 1936-1940**. La Plata, 1940.

FRONDIZI, S. **La realidad argentina: ensayo de interpretación sociológica**. Práxis: Buenos Aires, 1955.

FURTADO, C. **A economia latino-americana**. São Paulo: Cia das letras, 2007.

GALASSO, Norberto. **Perón: formación, ascenso y caída (1893-1955)**. Buenos Aires: Colihue, 2005.

GAMBINI, H. **La primera presidencia de Perón. (Testimonios y documentos)**. Buenos Aires: CEAL, 1983.

GIRBAL-BLACHA, N. **El cambio de rumbo de la economía argentina peronista (1949-1955)** El crédito agrario y los consejos regionales de promoción. *Ciclos*, Año X, Vol. X, n. 20, 2000.

\_\_\_\_\_. **Políticas públicas para el agro se ofrecen. Llamar al estado peronista (1943-1955)**. La Plata: Mundo Agrario, vol. 3, nº 5, segundo semestre de 2002.

GOMES, Angela de Castro. **Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil (1917-1937)**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

GORI, Gastón. **El pan nuestro**. Buenos Aires: Ediciones Galatea, 1958.

GUNDER FRANK, A. **El desarrollo del subdesarrollo**. *Pensamento Crítico*: La Habana: n.7, agosto de 1967.

HALPERIN-DONGHI, Tulio. **História da América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 2012

\_\_\_\_\_. **La democracia de masas**. História argentina. Buenos Aires: Paidós, 2010.

IANNI, O. **A formação do Estado populista na América Latina**. 2ª ed. revista e ampliada. São Paulo: Ática, 1989.

KATZ, Claudio. **Neoliberalismo, neodesenvolvimentismo, socialismo**. São Paulo: Expressão Popular, Fundação Perseu Abramo, 2016.

KOSIK, K. **Dialética da Totalidade Concreta**. In: *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LATTUADA, Mario. **La política agraria peronista**. Buenos Aires: CEAL, 1986.

\_\_\_\_\_. **Política agraria do liberalismo conservador**. Buenos Aires: CEAL, 1987.

\_\_\_\_\_. **Políticas agrarias e partidos políticos (1946-1983)**. Buenos Aires: CEAL, 1988.

\_\_\_\_\_. **El peronismo y los sectores sociales agrarios. La resignificación del discurso como articulador de los cambios en las relaciones de dominación y la permanencia de las relaciones de producción**. La Plata: Mundo Agrario, vol. 3, nº 5, segundo semestre de 2002.

LENZ, Maria. **Crescimento econômico e crise na Argentina de 1870 a 1930: a Belle Époque**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Fundação de Economia e Estatística Sigfried Emanuel Heuser, 2004.

LERENA, R. **Peones: los primeros trabajadores argentinos: orígenes: de Perón a Venegas**. 1ª ed. Buenos Aires: Runa Comunicaciones, 2006.

LOSADA, Leandro. **Historia de las elites en la Argentina**. Buenos Aires: sudamericana, 2009.

LÖWY, M. (org.) **O marxismo na América Latina: uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2012.

LUCE, Mathias Seibel. **Teoria Marxista da Dependência: problemas e categorias. Uma visão histórica**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

LUCIANI, M. **La etapa formativa de la Secretaría de Trabajo y Previsión (1943-1946): Primeros pasos organizativos y figuras relevantes**. La Plata: Anuario del Instituto de Historia Argentina, n. 14. Universidad Nacional de La Plata. Extraído de: <http://www.memoria.fahce.unlp.edu.ar/> (acesso em 04/02/2019).

LUKÁCS, G. **O que é o marxismo ortodoxo?** In: *História e Consciência de Classe: estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

LUPARIA, Carlos. **Régimen del trabajo rural: doctrina y legislación**. Buenos Aires: Astrea, 1981.

\_\_\_\_\_. **Trabajo rural en la Argentina**. 5º Congreso Nacional de Estudios del Trabajo, ASET, Asociación Argentina de Especialistas en Estudio del Trabajo.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência (1973)**. In: STEDILE, João Pedro; TRASPADINI, Roberta. *Ruy Mauro Marini: vida e obra*. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

\_\_\_\_\_. **MARINI, R. Curso de Economia Política V. Teorias marxistas da moeda e da renda.** Facultad de Economía, Sistema de Universidad Abierta, UNAM, 1979. Disponível em: <http://www.marini-escritos.unam.mx/> (Acesso em 12/01/2018).

MARX, Karl. **El Capital: crítica de la economía política.** Tomo III. Ciudad de Mexico: Siglo Veintiuno Editores, 11ª edição, 2009.

MASCALI, H. **Desocupación y conflictos laborales en el campo argentino (1940-1965).** Buenos Aires: CEAL, 1986.

MASCARO, Alysson. **Estado e forma política.** São Paulo: Boitempo editorial, 2013.

MORET, Carlos. **Leyes de Trabajos Nacionales y Provinciales con sus decretos reglamentarios** (comp). Buenos Aires: Editorial La Vanguardia, 1927.

MURMIS, Miguel; PORTANTIERO, Juan Carlos. *Crecimiento industrial e aliança de classes na Argentina (1930-1940).* In: **Estudios sobre as origens do peronismo.** São Paulo: Brasiliense, 1972.

NOVICK, Susana. **IAPI: auge e decadencia.** Buenos Aires: CEAL, 1986.

OSÓRIO, J. **O Estado no centro da mundialização: a sociedade civil e o tema do poder.** Tradução de Fernando Correa Prado. São Paulo: Outras Expressões, 2014, p. 205.

PANETTIERI, José. **Crisis económica; perturbaciones en el mundo del trabajo y movimientos de población. 1937-1943.** La Plata. Cuadernos del CISH, vol. 2, nº 2-3, 1997.

PALOMINO, M. **Tradición y poder.** Buenos Aires: CEAL, 1987

PASUKANIS, E. **A teoria geral do direito e do marxismo.** Tradução, apresentação e notas de Paulo Bessa. Rio de Janeiro: Renovar, 1989.

PERÓN, J. D. **Doctrina Peronista.** Buenos Aires: Talleres Gráficos Anglo-Argentinos, 1947

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais.** São Paulo: Martins Fontes, 1986.

POZO, José del. **História da América Latina e do Caribe: dos processos de Independência aos dias atuais.** Petrópolis: Vozes, 2009.

PRADO, Fernando Correa. **A ideologia do desenvolvimento e a controvérsia da dependência no Brasil contemporâneo.** Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2015.

PRIORI, A. **Legislação social trabalhista: a exclusão do trabalhador rural.** História, São Paulo, n.15, p.287-302, 1996.

RAPOPORT, Mario. **Historia económica, política y social de la Argentina (1880-2003).** 7ª edição. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Emecé, 2017.

RIBEIRO, Vanderlei. **A Roça e La Campana: a questão agrária sob o varguismo e o peronismo em perspectiva comparada.** Niterói: Universidade Federal Fluminense, Tese de doutorado, 2006.

ROMERO, Alejandro. **A carne platina no capitalismo central: relações de dependência e participação no mercado e dieta britânicos (1870-1914).** Trabalho de Conclusão de Curso. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

RUBINZAL, M. **El nacionalismo frente a la cuestion social en Argentina [1930-1943]: Discursos, Representaciones y practicas de las derechas sobre el mundo del trabajo.** Tese de doutorado. La Plata: Universidad Nacional de La Plata, 2012, p. 106.

SCOBIE, James. **Revolución en las Pampas. Historia social del trigo argentino 1860-1930.** Buenos Aires: Editorial Hyspamérica, 1986.

SILBERSTEIN, E. **¿Por que Perón sigue siendo Perón?** Buenos Aires: Ediciones Corregidor, 1972.

SILVA, A. **O problema da efetividade do direito no contexto do capitalismo dependente.** Universidade de São Paulo. Tese de doutorado. 2019.

TECUANHUEY SANDOVAL, Alicia. **La revolución de 1943: políticas y conflictos rurales.** Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1988.

TREBER, Salvador. **La economía argentina: análisis, diagnóstico y alternativas.** Buenos Aires: Macchi, 1977.

TRONCOSO, O. **El pacto Roca-Runciman.** Historia integral argentina; El sistema en crisis. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1976.

VICIEN, J. **Distribución de la población en la República Argentina, 1969-1947.** Tesis doctoral. Buenos Aires: Uninversidad de Buenos Aires. Facultad de Ciencias Económicas, 1951.

WASSERMAN, Cláudia. **Palavra de Presidente.** Porto Alegre: Editora da Universidade, 2002.